

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Renato Farias dos Santos

A escola, o trabalho e a população em situação de rua:
o caso da Escola Porto Alegre (EPA)

Porto Alegre

2023

Renato Farias dos Santos

A escola, o trabalho e a população em situação de rua:
o caso da Escola Porto Alegre (EPA)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer

Linha de pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Renato Farias dos
A escola, o trabalho e a população em situação de rua: o caso da Escola Porto Alegre (EPA) / Renato Farias dos Santos. -- 2023.
338 f.
Orientadora: Maria Clara Bueno Fischer.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. População em Situação de Rua. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Trabalho e Educação. 4. Saberes do Trabalho. 5. Necessidades. I. Fischer, Maria Clara Bueno, orient. II. Título.

Renato Farias dos Santos

A escola, o trabalho e a população em situação de rua:
o caso da Escola Porto Alegre (EPA)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Ferreira Godinho
Faculdade de Educação – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Maria Gabriela Curubeto Godoi
Faculdade de Saúde Coletiva – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Maria Margarida Machado
PPG em Educação – UFG

Aprovado em: 13 / 12 / 2023

Dedico esta tese a meus pais Ana Maria Mello dos Santos e Waldemar Farias dos Santos, hoje distantes deste plano, mas sempre presentes na minha mente e coração, pelo carinho, o exemplo de luta, o incentivo e esforço para garantir minha educação escolar, mesmo que eles nunca tivessem tido esta oportunidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha companheira Evanice Kutá da Silva, professora e lutadora indígena, pelo apoio e compreensão e pelo tempo que muitas vezes tivemos que deixar de compartilhar.

Também quero agradecer a meu filho Daniel e minha nora Fernanda, pelo carinho e apoio, meu netinho Bernardo, que com sua chegada, só me deu mais força e alegria.

Agradeço à minha orientadora, Maria Clara Bueno Fischer, em primeiro lugar pela paciência com meu jeito teimoso e pela persistência em me orientar e ensinar, sendo em todo o tempo uma grande amiga.

Não poderia deixar de agradecer a todas as professoras e professores da Faced e a sua direção, pelo tanto que contribuíram para o meu crescimento intelectual, mas também político e de luta pela educação e por um mundo melhor e mais justo. Aqui, não poderia esquecer a professora Conceição Paludo, que mesmo não estando mais, fisicamente, conosco, nunca deixará de estar.

Agradeço aos meus colegas do PPGEDU da Faculdade de Educação da UFRGS, que tanto me auxiliaram nas trocas de saberes, nas leituras e sugestões sobre o trabalho realizado e, sobretudo, me acompanharam com companheirismo e na solidariedade,

Agradeço aos meus amigos, que estiveram comigo, me apoiando nesta caminhada, em especial Renato Mattos Motta e Celso Sant'Anna, que me auxiliaram em muitas tarefas e no apoio solidário em toda a jornada.

Aos ex-colegas da EPA professores e servidores, que me acolheram com tanto carinho durante a pesquisa lá realizada, em especial a Ignez e o Denis, pela convivência e apoio no dia a dia das observações e a Milena e o Beto que me acolheram como direção e a Jacque ex-colega de gestão por vários anos.

Não poderia deixar de citar e agradecer aos estudantes do NTE, que me receberam tão bem nas oficinas, me auxiliando nas dificuldades e trocando saberes do trabalho e da vida, que tanto enriqueceram esta tese, como a mim mesmo, como ser humano.

Agradeço à população em situação de rua, na qual destaco a potência expressa na superação das adversidades e na luta por um mundo melhor e os apoiadores dos seus movimentos, pelo muito que me ensinaram nesta trajetória.

Também não poderia deixar de agradecer à Sarah Silva Domingues, ex-estagiária de arquitetura na EPA, pela amizade, pela parceria com escola e seu empenho nas lutas estudantis, das mulheres e dos bairros e favelas, ressaltando o desejo de justiça, por ter sido tão precocemente retirada do nosso convívio,

Não comecei agradecendo a Deus, mas assim termino, agradecendo ao Deus que acredito, aquele que se expressa na justiça, na igualdade, na sororidade e fraternidade entre gêneros, raças e etnias e na luta pela emancipação humana, pela transformação social e política e pela reprodução ampliada da vida, para muito além do capital.

RESUMO

Esta pesquisa se insere na confluência dos campos de estudos do trabalho e educação e da educação de jovens e adultos - EJA. Ela teve como objetivo analisar as possibilidades e os limites de experiências político-pedagógicas da escola municipal de ensino fundamental Porto Alegre (EPA) que relacionam trabalho e educação, especialmente o núcleo de trabalho educativo (NTE), destacando sua relação com o atendimento das necessidades básicas da população em situação de rua, em particular dos e das estudantes da escola, na perspectiva da reprodução ampliada da vida. Ela caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, tipo etnográfica, fundamentada no materialismo histórico-dialético como abordado por Karel Kosik (1976) e E. P. Thompson (2012, 2020). Os conceitos centrais trabalhados na investigação foram: reprodução ampliada da vida; necessidades; trabalho; trabalho como princípio educativo e saberes do trabalho.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, a análise de documentos, a observação participante e a entrevista semiestruturada. Como conclusão geral afirma-se que a experiência político-pedagógica sob análise, ao mesmo tempo em que apresenta alternativas imediatas de apoio às necessidades básicas de seus estudantes, na maioria População em Situação de Rua, potencializa a sua reflexão crítica e capacidade de agir na sua realidade de vida e de trabalho na perspectiva da reprodução ampliada da vida. Porém, a realização da proposta da EPA é limitada pela falta de continuidade do projeto da escola após o período de permanência dos estudantes na instituição. Destaca-se, neste sentido, a carência de políticas sociais públicas de caráter emancipatório que se relacionem com os propósitos da escola, possibilitando sua continuidade.

Palavras chaves: **População em Situação de Rua; Educação de Jovens e Adultos; Trabalho e Educação; Saberes do Trabalho; Necessidades.**

ABSTRACT

This research is part of the confluence of the study fields of work and education and of youth and adults' education (Educação de Jovens e Adultos – EJA). It aimed to analyze the possibilities and limits of political-pedagogical experiences at the Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) that relate work and education, especially the Sector of Educational Work (Núcleo de Trabalho Educativo – NTE), highlighting its relationship with the necessities of homeless people school students, from the perspective of the expanded life reproduction. The EPA prioritizes the assistance to the Homeless Population and social vulnerability. It was characterized as qualitative and ethnographic research, based on historical-dialectical materialism as addressed by Karel Kosik (1976) and E. P. Thompson (2012, 2020). The central concepts worked in the investigation were: Expanded Life Reproduction; Necessities; Work; Work as an Educational Principle and Work Knowledge. The methodological procedures used were bibliographical research, document analysis, participant observation and semi-structured interviews. As a general conclusion, it is stated that the political-pedagogical experience under analysis, while it presents immediate alternatives to support the basic necessities of their students, the majority of homeless, enhances their critical reflection and ability to act, of their reality of life and work from the perspective of the expanded life reproduction. However, the EPA's implementation proposal is limited by the lack of continuity of the school project until the students' stay at the institution. In this sense, the lack of public social policies of an emancipatory nature that relate to the school's purposes stands out, enabling its continuity.

Keywords: Homeless Population; Youth and adults' education; Work-Education; Work Knowledge; Needs.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Pesquisas sobre o número da PSR em Porto Alegre	43
Tabela 2: PSR/Gênero.....	47
Tabela 3: PSR/ Raça-Cor	47
Tabela 4: Faixa Etária PSR/2013 – EPA/2023	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Matriz Max-Neef	101
Quadro 2 – Pesquisa sobre a EPA	121
Quadro 3 – Matriz de síntese Positiva / NTE	235
Quadro 4 – Matriz de Síntese Negativa / NTE.....	239

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Curva de crescimento da PSR/POA.....	44
Gráfico 2: Divergência das estimativas de PSR	46
Gráfico 3: Faixa Etária EPA.....	141
Gráfico 4: Número de estudantes da EPA por sexo.	143
Gráfico 5: Número de Estudantes da EPA por raça/etnia.....	144
Gráfico 6: Situação de Moradia	145
Gráfico 7: Auxílio e Benefícios.....	146
Gráfico 8: Necessidades educacionais especiais / Sofrimento Psíquico	147
Gráfico 9: Capacidade Civil	149
Gráfico 10: Atendimento Institucional	150

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ALICE – Agência Livre para a Informação, Comunicação e Educação
- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional
- CAPS – Centros de Atenção Psicossocial
- CAPS A/D – Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas
- Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
- CIAMP-RUA – Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política (Municipal/Estadual/Nacional) para População em Situação de Rua
- CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
- CMPA – Câmara Municipal de Porto Alegre
- CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social
- DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto
- DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
- DPE/RS – Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
- DPU – Defensoria Pública da União
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
- EPA – Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre
- FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania
- FESC – Fundação de Educação Social e Comunitária (nome antigo da FASC)
- FGTAS – Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
- FUNDSOL – Fundação Solidariedade
- GAPA – Grupo de Apoio e Prevenção da Aids
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes de Base da Educação
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MAPA – Movimento Assistencial de Porto Alegre
MAPR – Movimento Aquarela da População em Situação de Rua
MCN – Movimento Começar de Novo
MDM – Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua
MDPR – Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua (variação)
MNCMR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável
MNPR/RS Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do

Sul

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NEEs – Necessidades educativas especiais
NTE – Núcleo de Trabalho Educativo
OSCs – Organizações da Sociedade Civil
PGB – Produto Geográfico Bruto (Max Neef)
PIB – Produto Interno Bruto
PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNPSR – Política Nacional para a População em Situação de Rua
PROCEMPA – Empresa Porto Alegrense de Processamento de Dados
PAICA-Rua – Programa Integral de Atenção para Crianças e

Adolescentes em Situação de Rua

PSR – População em Situação de Rua
RAP – Reinserção na Atividade Produtiva
RME – Rede Municipal de Ensino
SAIA – Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento
SIR – Sala de Integração e Recursos
SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEJA – Serviço de Educação de Jovens e Adultos
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIE – Sistema de Informações Educacionais (SIE)
SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMDHSU – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança

Urbana

SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SMED – Secretaria Municipal de Educação

SMIC – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

SMOV – Secretaria Municipal de Obras e Viação

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SMSSS – Secretaria Municipal da Saúde e Serviço Social (nome antigo da SMS)

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	14
1.1	JUSTIFICATIVA	15
1.2	IMPLICAÇÕES AUTOBIOGRÁFICAS.....	17
2.	QUESTÕES, OBJETIVOS E HIPÓTESE DE PESQUISA	20
2.1	QUESTÃO GERAL.....	20
2.2	QUESTÕES ESPECÍFICAS.....	20
2.3	HIPÓTESE.....	21
2.4	OBJETIVO GERAL	21
2.5	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	22
3	O CAMPO E OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	23
3.1	A CIDADE DE PORTO ALEGRE E A PSR.....	23
3.2	A EMEF PORTO ALEGRE – EPA	25
3.3	A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR).....	40
3.3.1	A Rede de Serviços Pop Rua.....	50
3.3.2	A PSR: necessidades, estratégias, relação com o trabalho	54
3.3.3	A PSR e os Movimentos Sociais	57
4	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	72
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA REALIZADA	72
4.1.1	O Materialismo histórico-dialético como método.....	72
4.1.2	As categorias do método.....	75
4.2	REFERENCIAIS DA PESQUISA	80
4.3	CONCEITOS FUNDAMENTAIS:.....	83
4.3.1	Reprodução ampliada da vida	83
4.3.2	Necessidades.....	89

4.3.3	O Trabalho.....	104
4.3.4	O trabalho como princípio educativo	111
4.3.5	Saberes do Trabalho	118
5.	A INVESTIGAÇÃO EM CURSO	121
5.1	A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA — OUTROS OLHARES.....	121
5.2	A PESQUISA DOCUMENTAL	139
5.2.1	Os Estudantes da EPA	140
5.3	A PESQUISA TIPO ETNOGRÁFICA	150
5.3.1	A Observação Participante	153
5.3.2	A observação participante nas oficinas	157
5.3.3	Entrevista com o/as professores e a diretora	177
5.4	O PPP DA EPA: NECESSIDADES E TRABALHO	188
5.5	O NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO	191
5.5.1	Mas para quem é este projeto?	193
5.5.2	Qual o papel do NTE neste contexto	195
5.5.3	A concepção pedagógica do trabalho educativo.	196
5.5.4	O projeto Extramuros.....	198
5.5.5	O estudante artesão	198
5.5.6	O papel da cultura e da religiosidade no NTE.....	199
5.5.7	A participação social e comunitária.....	200
5.5.8	Educando para o mundo do trabalho	204
	Experimentando a atividade.....	208
5.5.10	A Oficina de Papel Artesanal.....	208
5.5.11	A Oficina de Cerâmica	210
5.6	A NTE E O TRABALHO ASSOCIADO	211
5.7	O NTE E A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DOS ESTUDANTES.....	218
5.7.1	Subsistência.....	219
5.7.2	Proteção	221
5.7.3	Afeto	222

5.7.4	Entendimento.....	224
5.7.5	Participação	225
5.7.6	Ócio.....	228
5.7.7	Criação	229
5.7.8	Identidade.....	232
5.7.9	Liberdade	233
5.8	ANÁLISE DAS SATISFATORES DE NECESSIDADES NO NTE.....	235
6.	O QUE MOSTROU A PESQUISA	252
6.1	ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE RUA: necessidades e potências	253
6.2	A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A EDUCAÇÃO	259
6.3	TRABALHO E EDUCAÇÃO	264
6.4	O NTE E AS EXPERIÊNCIAS E SABERES DO TRABALHO	266
6.5	IR A ESCOLA E DAR CONTA DAS NECESSIDADES BÁSICAS	273
6.6	A ESCOLA EM REDE	279
6.7	O NTE E A REPRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA	282
7	CONCLUSÕES	285
7.1	O PROFESSOR COMO PESQUISADOR	285
7.2	CONSTATAÇÕES.....	287
7.3	APONTAMENTOS SOBRE A EPA E O NTE.....	288
7.4	APONTAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	289
7.4	RECOMENDAÇÕES PARA A EPA/NTE:	291
8	REFERÊNCIAS	293
9	APÊNDICES	317
9.1	Transcrição entrevista do prof. Denis Nicola Froner de Souza	317

9.2	Transcrição entrevista da prof.^a Ignez Gomes Borgese.....	324
9.3	Transcrição entrevista do prof.^a Milena Teixeira Pereira	330
9.4	Transcrição entrevista do prof.^a Jacqueline Junker Fuques	336

1. APRESENTAÇÃO

A pesquisa¹ que deu origem a esta tese está inserida na confluência dos campos Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Trabalho e Educação. Nela destaca-se a temática da educação para a População em Situação de Rua (PSR), tendo como campo empírico a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Porto Alegre (EPA). Esta escola é uma das 57 escolas municipais de ensino fundamental que compõe a Rede Municipal de Ensino (RME) de Porto Alegre (SMED, 2023). É uma escola da modalidade EJA, de funcionamento diurno, que tem como público prioritário a População em Situação de Rua (PSR) e de vulnerabilidade social, segmento populacional historicamente excluído da maior parte das políticas sociais e de direitos. A EPA oferece, no turno inverso às atividades curriculares, como atividade de integralização², um projeto de formação que vincula o trabalho à educação: o Núcleo de Trabalho Educativo (NTE). As oficinas do NTE, Cerâmica e Papel Artesanal, estão incluídas entre os Componentes Curriculares Complementares da EPA³, estando situadas no eixo Trabalho e Economia Solidária (EMEF Porto Alegre, 2021).

Nesta pesquisa analisei como a EPA tem se constituído enquanto espaço de educação, formação e organização para o trabalho e de apoio à PSR, inserindo-se numa rede de instituições governamentais, organizações da sociedade civil (OSCs) e movimentos sociais que se inter-relacionam com o objetivo de garantir direitos e dar suporte às estratégias de satisfação das necessidades desta população. Neste contexto, procurei entender como a ação político-pedagógica desenvolvida pela EPA tem contribuído para a

¹ Esta pesquisa de doutorado é parte de um projeto de pesquisa guarda-chuva intitulado “Saberes em (trans)formação na economia popular e solidária”, coordenado pela professora Maria Clara Bueno Fischer, no contexto do grupo de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

² Conforme a Proposta Pedagógica da EPA a “INTEGRALIZAÇÃO: Acontecerá de forma gradual e deverá ter projeto de reorganização do espaço escolar. O turno integral se dá por adesão do aluno, e não por turma [...] respeitando sua melhor conveniência para o aluno (EMEF Porto Alegre, 2021).

³ A EPA oferece como Componentes Curriculares Complementares, o Laboratório de Aprendizagem, a Sala de Integração de Recursos (SIR) e diversas oficinas divididas nos eixos de Trabalho e Economia Solidária, Cultura e Comunicação, Saúde e Meio Ambiente, Lógica e Resolução de Problemas e Direitos Humanos e Cidadania (EMEF Porto Alegre, 2021).

transformação da realidade dos seus e suas estudantes, na perspectiva da reprodução ampliada da vida⁴.

Iniciei a minha pesquisa em campo no mês de março de 2022, quando a EPA começava o ano letivo de forma presencial, após dois anos da pandemia de Covid 19⁵, quando, na maior parte do tempo, os estudantes estiveram afastados da escola.

Desejo que esta tese possa contribuir com a EPA e com a educação em geral, no objetivo de afirmar a importância da Educação de Jovens e Adultos e de como sua aproximação do mundo do trabalho pode consolidar a EJA como instrumento de esperança e transformação social.

1.1 JUSTIFICATIVA

Vários aspectos justificaram a realização da pesquisa realizada, o primeiro deles foi o seu enfoque na população em situação de rua (PSR), segmento populacional que tem aumentado sua presença no cenário urbano, não só na cidade de Porto Alegre, mas também nas principais capitais e grandes cidades do país.

Apesar de iniciativas localizadas ou de levantamentos realizados a partir de dados do atendimento realizado pelas diferentes políticas, o país ainda carece de um levantamento detalhado sobre a realidade da PSR. Em Porto Alegre, ocorrem muitos conflitos entre as informações divulgadas pelo poder público e outras obtidas por organizações da sociedade civil (Mascarenhas, 2023).

As informações divulgadas pela prefeitura de Porto Alegre apresentam um crescimento pequeno, na contramão de outras, como as realizadas nas cidades do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e São Paulo e da estimativa apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Governo Federal e o recente relatório do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania baseado nos

⁴ Reprodução ampliada da vida é um conceito que se opõe à reprodução ampliada do capital, que é utilizado por José Luis Coraggio (1998) e Lia Tiriba (2018), entre outros autores. Este conceito é aprofundado em seção específica desta tese.

⁵ Conforme o site do Ministério da Saúde, "A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2" (Brasil, [2020]), o primeiro caso de Covid 19, no Rio Grande do Sul, ocorreu no dia 10 de março de 2020.

dados do Cadastro Único, que têm apontado um grande crescimento desta população, nos últimos anos⁶.

Em Porto Alegre a PSR apresenta um crescimento histórico, comprovado pelos censos realizados sobre a coordenação da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)⁷, indo de 222 pessoas, em 1995, para 1203 no censo realizado em 2007/08, para 1347 em 2011 e 2115 em 2016. Não tendo um instrumento mais atualizado, que oferecesse as informações que foram necessárias, utilizei nesta tese os dados extraídos do censo de 2016.

O crescimento do número de pessoas em situação de rua está diretamente relacionado ao processo de exclusão social que vem se acentuando no Brasil nos últimos anos, impulsionado pela globalização das relações do capital, pelo avanço científico e tecnológico e a consequente diminuição da necessidade de mão de obra e pela flexibilização das relações trabalhistas. Este processo não se caracteriza mais com a formação de uma reserva de força de trabalho, mas sim como a produção de um contingente de pessoas economicamente ativas e sobrantes, a cada momento com menor perspectiva de inclusão socioproductiva e política. Este crescimento da PSR ocorre em todo país, mas acentua-se nas grandes capitais como Porto Alegre.

Outro ponto que justificou a relevância da realização desta pesquisa foi a necessidade de entender como a política pública da educação, em Porto Alegre, tem impactado a PSR. Conforme o último cadastro da população em situação de rua (FASC, 2016a), realizado em Porto Alegre em 2016, mais de 50% dos que responderam, informaram não ter o ensino fundamental completo, este número é semelhante ao índice nacional da população brasileira com 25 anos ou mais registrado pela PNAD Contínua (IBGE, 2017), que foi de 51%. Conforme este mesmo Cadastro (FASC, 2016a) 6% dos que responderam afirmaram ser analfabetos, pouco abaixo do índice da população nacional que apontou 7,2% de analfabetos (9,9 % - pretos e pardos e 4,2% brancos). Estes dados não deixam dúvida de que a PSR se caracteriza como público potencial da EJA.

⁶ As pesquisas e levantamentos citados, serão detalhados ao longo da tese.

⁷ No primeiro censo o nome do órgão municipal responsável pela política de Assistência Social em Porto Alegre era Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC), permanecendo assim até 2000, quando teve seu nome alterado, pela lei 8509/2000 (PMPA, 2000), para Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

Por fim, outro aspecto relevante é a singularidade da experiência da EPA, devido ao ineditismo da sua proposta político-pedagógica. No Brasil só existem duas escolas de ensino fundamental que priorizam o atendimento à população em situação de rua⁸, a EPA e a Escola dos Meninos e Meninas do Parque, em Brasília (Souza, 2014)⁹. Embora não tenha realizado um levantamento em outros países da América Latina, soube, recentemente, da existência de uma escola em Buenos Aires que tem seu projeto de educação e formação profissional voltado às pessoas em situação de rua, o Centro Educativo Isauro Arancibia (Soriano, 2019), com a qual a EPA já realizou contato on-line. A análise destas diferentes experiências poderia ser interesse para novas pesquisas.

Assim, os resultados desta tese podem trazer relevantes contribuições para os campos de conhecimento Trabalho-Educação, Educação de Jovens e Adultos e, particularmente, da educação voltada às pessoas em situação de rua e/ou vulnerabilidade social.

1.2 IMPLICAÇÕES AUTOBIOGRÁFICAS

Minha relação com a população em situação de rua e/ou vulnerabilidade social é marcada por minha vida profissional como professor da EPA desde fevereiro de 2011, quando comecei a trabalhar na EPA, até minha aposentadoria nesta escola em maio de 2019. Nesta escola exerci as funções de professor junto às totalidades¹⁰ iniciais, de coordenador pedagógico e de diretor, além de ter trabalhado no Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento (SAIA)¹¹. Além disso, fui presidente do Conselho Escolar por uma gestão. No entanto, minha aproximação da EPA ocorreu antes desta experiência, pois entre

⁸ Embora a existência só destas duas escolas no Brasil, atendendo a PSR, já fosse apontada por (SANTOS, 2018), nova busca no Banco Digital de Teses e Dissertações com os descritores “escola” e “população em situação de rua” confirma esta afirmação.

⁹ Para confirmar esta afirmação, que é comum ouvir dos professores e direção da escola, também foi realizada pesquisa no Banco Digital de Teses e Dissertações, com os descritores “escola” e “população em situação de rua”, sendo que as únicas encontradas foram a EPA e a Escola dos Meninos e Meninas do Parque em Brasília.

¹⁰ Embora a RESOLUÇÃO CME/POA n.º 009, de 08 de janeiro de 2009, possibilite outras formas de organização curricular, as escolas de EJA, da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED), têm se organizado por totalidades, sendo que as iniciais (T1, T2 e T3), correspondem aos anos iniciais (1º ao 5º) e as finais (T4, T5 e T6), aos anos finais (6º ao 9º ano).

¹¹ Este serviço que realiza uma função de acolhimento, acompanhamento dos estudantes, além de manter relação com a rede de serviços para a PSR, será mais bem detalhado, posteriormente, como um dos diferenciais da EPA.

1996 e 2004 atuei na coordenação de Centros Regionais de Assistência Social, por cerca de seis anos e junto à direção da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) na assessoria comunitária da direção por dois anos. Naquela época, a EPA participava das reuniões da rede de proteção social (crianças, adolescentes e adultos) que aconteciam na FASC. Neste período todo o meu trabalho, também era direcionado à população em situação de vulnerabilidade social incluída em diversos programas de assistência social. Toda essa experiência me possibilitou desenvolver saberes tácitos, os quais estabeleceram interlocução com os processos investigativos realizados para a dissertação de Mestrado e agora no desenvolvimento desta tese de Doutorado.

Minha pesquisa de Mestrado em Educação na UFRGS, “O acolhimento da população em situação de rua: a experiência do núcleo de trabalho educativo da EPA” (Santos, 2018), também teve como campo de estudo esta escola. Na dissertação busquei entender a relação entre a concepção e prática do acolhimento na escola e no NTE, sua implicação na vida escolar e na construção dos projetos de vida dos estudantes. Dela muitos outros questionamentos emergiram, que iam além do tema da pesquisa. Indico alguns: Qual a importância da participação da escola nas redes de serviços e políticas de atendimento à PSR? Qual o lugar do trabalho dos e das estudantes na prática pedagógica da EPA? Qual o papel da escola para a satisfação das necessidades básicas da população em situação de rua¹² e/ou vulnerabilidade social¹³? Estes questionamentos aliados às demais justificativas apresentadas, apontaram a relevância de voltar a pesquisar este campo, agora no doutorado.

Muitas informações e conhecimentos construídos na pesquisa do Mestrado serviram de base para a elaboração da tese. Ao mesmo tempo, utilizei saberes e experiências vividas que dialogam com os elementos da pesquisa, muitas vezes me orientando no caminho seguido, lembrando-me do que afirmara Freire ao escrever a Pedagogia do Oprimido, “[...] neste esforço de relembrar momentos de minha experiência que, necessariamente, não importa o tempo em

¹² A Lei 11.343/2006, apresenta uma definição das População em situação de rua que será aprofundada ao longo desta tese.

¹³ A situação de vulnerabilidade social, que podemos pensar como acesso limitado ou nenhum acesso às condições e direitos básicos para a vida humana social. Este conceito apresenta um maior aprofundamento ao longo desta tese.

que se deram, se constituíram como fontes de minhas reflexões teóricas[...]" (Freire, 2016, p. 27).

Na minha militância política e social identifico-me como apoiador do Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul (MNPR/RS), do Coletivo Estadual Pop Rua/RS e demais movimentos ou iniciativas da PSR¹⁴, tendo participado de muitas reuniões, seminários e eventos destes movimentos. Desde o período da pandemia, até agora, tenho participado, também do "grupo de amigos da EPA", da "Pastoral do Povo da Rua" e de um grupo suprapartidário de apoio à PSR¹⁵, também sou colaborador em um grupo de pesquisa e extensão universitária¹⁶ que tem seu foco nas políticas públicas para a PSR.

É a partir dessa múltipla inserção e dessa rede de experiências que retornei à EPA, para realizar a pesquisa que deu origem a esta tese, que pretende oferecer contribuições para o desenvolvimento do conhecimento científico na área da educação, especialmente na educação de jovens e adultos, a educação voltada a população em situação de rua e/ou vulnerabilidade social e, também contribuir com o trabalho da própria escola, auxiliando na reflexão da comunidade escolar sobre sua própria experiência.

¹⁴ Atualmente, a PSR se organiza através do MNPR/RS e o Coletivo Estadual Pop Rua/RS e ainda há outros grupos, como a Ksa Rosa, o Jornal Boca de Rua e o Clube de Pães Amada Massa, que apesar de serem espaços de geração de renda, têm forte atuação política e social. Durante meu período de trabalho na EPA e, mesmo agora na aposentadoria, tenho sido apoiador destes movimentos, procurando contribuir, na medida das minhas possibilidades.

¹⁵ Amigos da EPA é um grupo de WhatsApp que reúne professores, ex-professores e parceiros diversos que buscam estar informados das questões da escola prestando apoio quando necessário. A Pastoral do Povo da Rua reúne-se na Catedral Metropolitana da Igreja Católica, tendo um grupo de WhatsApp para combinações, reuniu-se virtualmente durante a pandemia, discutindo e propondo ações voltadas à PSR, já o Grupo Suprapartidário é um coletivo de instituições de apoio da sociedade civil, com a participação de algumas instâncias governamentais, que realizou reuniões, presenciais e virtuais durante a pandemia, produzindo documentos, cobrando ações do poder público e se articulando na defesa dos direitos da PSR. Também se comunica através de um grupo de WhatsApp.

¹⁶ O Projeto Passa e Repassa é um projeto de pesquisa e extensão que conta com a participação de professores e estudantes da UFRGS e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O grupo coordenado pela Professora Maria Gabriela Curubeto Godoy da Faculdade de Saúde Coletiva da UFRGS e a professora Monika Dowbor da UFPEL.

2. QUESTÕES, OBJETIVOS E HIPÓTESE DE PESQUISA

Nesta seção procuro apresentar de forma sintética a questão geral da pesquisa realizada, as questões específicas, o objetivo geral e os objetivos específicos bem como a hipótese que orientou o trabalho realizado.

2.1 QUESTÃO GERAL

Como questão geral da pesquisa que deu origem a esta tese, apresentei o seguinte questionamento: Quais são as possibilidades e os limites das experiências político-pedagógicas da EPA que relacionam trabalho e educação, especialmente o NTE, para o atendimento das necessidades básicas de estudantes em situação de rua e/ou vulnerabilidade social e, num sentido mais amplo, para a transformação da realidade de suas vidas, numa perspectiva de reprodução ampliada da vida?

2.2 QUESTÕES ESPECÍFICAS

Procurando ampliar a análise proposta pela questão geral, defini oito questões que deveriam abordar aspectos específicos, seguindo a orientação do método, decompondo o todo em suas partes para posteriormente tentar dar-lhe corpo. Assim propus as seguintes questões específicas:

1. Como se caracteriza a população em situação de rua e vulnerabilidade social atendida pela EPA e quais as suas necessidades e potências?
2. Quais os indicadores que emergem da experiência da EPA para as análises sobre o acesso e permanência da população em situação de rua (PSR) na instituição escolar e para a sua formação educacional?
3. Como se dá a relação entre trabalho e educação no projeto e na prática educativa da Escola, principalmente no Núcleo de Trabalho Educativo (NTE)?

4. As atividades do NTE se relacionam com os saberes constituídos e os saberes das experiências de trabalho e vida de seus estudantes? Se afirmativo, como isso ocorre?
5. Que implicações têm o projeto e prática pedagógica da EPA para o atendimento das necessidades básicas da população em situação de rua e vulnerabilidade social?
6. Qual a importância da relação que a EPA estabelece com a rede de serviço público, com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, para a efetividade do seu projeto e prática político pedagógico?
7. Como a Escola/NTE contribuem para a transformação da realidade pessoal, cultural e social dos estudantes, especialmente considerando-se a perspectiva da reprodução ampliada da vida?

2.3 HIPÓTESE

A hipótese de pesquisa, que depois deu origem a tese apresentada, foi: “As experiências político-pedagógicas da EPA que relacionam o trabalho e a educação, especialmente o NTE, ao mesmo tempo em que apresentam alternativas imediatas de atendimento às necessidades básicas de seus estudantes, na maioria PSR, potencializam a reflexão crítica quanto à sua realidade de vida e de trabalho, contribuindo para torná-los sujeitos com capacidade de agir para a transformação desta realidade na perspectiva da reprodução ampliada da vida. Porém, a concretização desses propósitos encontra limites, como a falta de continuidade do projeto da escola para além do período de permanência dos estudantes na escola, devido à carência de políticas sociais públicas de caráter emancipatório que dialoguem com o projeto realizado pela EPA”.

2.4 OBJETIVO GERAL

Defini como objetivo geral da pesquisa: “Analisar as possibilidades e os limites das experiências político-pedagógicas da EPA que relacionam trabalho e educação, especialmente o NTE, para o atendimento das necessidades básicas

dos e das estudantes da escola, na perspectiva da reprodução ampliada da vida”.

2.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Da mesma forma como tratei a questão geral, também após definir o objetivo geral procurei dividi-lo em específicos, para tratar dos diferentes aspectos da pesquisa com apresento a seguir:

- a) Conhecer como se caracteriza a população em situação de rua em Porto Alegre, como se organiza e qual é rede de atenção e apoio com que se relaciona na busca do atendimento às suas necessidades.
- b) Analisar a experiência da EPA e a dinâmica de sua atuação para a inclusão escolar das pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social.
- c) Identificar como a relação entre o trabalho e a educação se expressa no projeto e prática político-pedagógica da EPA.
- d) Identificar e analisar os saberes da experiência de trabalho dos estudantes da EPA que participam das oficinas de cerâmica e papel artesanal do NTE e sua relação com os saberes escolares.
- e) Analisar como o projeto e a prática político-pedagógica da EPA se relacionam com o atendimento às necessidades básicas da PSR.
- f) Identificar e analisar as atividades de formação orientadas para o trabalho realizadas pelo próprio NTE e/ou em parceria com organizações da sociedade civil, para os/as estudantes da EPA;
- g) Verificar que elementos da participação na EPA e nas atividades do NTE, apontam transformações pessoais, sociais e culturais dos estudantes, orientadas na perspectiva da reprodução ampliada da vida.
- h) Analisar com que instituições do poder público, da sociedade civil e movimentos sociais a EPA e o NTE se relacionam e apontar que importância tem tal relação para a efetivação da prática político-pedagógica da escola.

3. O CAMPO E OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Nesta secção apresento informações sobre o campo de pesquisa, partindo da cidade de Porto Alegre, buscando visibilizar por onde transitam os estudantes da EPA. Que cidade é esta? Como está seu desenvolvimento econômico e o nível de vida dos seus habitantes? Qual é a oferta de empregos para os seus habitantes? Enfim, aqui procuro refletir sobre alguns fatos da vida da cidade, que possibilitam entender um pouco da realidade de exclusão social em que se encontram os alunos da EPA.

Logo em seguida, apresento a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), contando um pouco da sua história, de sua prática pedagógica, de seus principais diferenciais, entre eles o NTE, onde desenvolvi a observação participante.

Finalizando, apresento a População em Situação de Rua – PSR, destacando suas características principais. Aqui também relato como se constituiu a rede de serviços que a PSR frequenta, apresento a história da organização e participação da PSR enquanto movimento social, buscando garantir o acesso aos serviços e às políticas públicas, denunciando violações de direitos e buscando alternativas de atendimento às suas necessidades básicas.

3.1 A CIDADE DE PORTO ALEGRE E A PSR

Esta pesquisa se desenvolveu em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, cidade que tem, conforme o último censo do IBGE (c2023), 1.332.570 habitantes, sendo a 11ª cidade mais populosa do Brasil.

Porto Alegre, conforme os dados do IBGE (c2023), apresentava um PIB per capita de R\$ 51.116,72 em 2020, o salário médio dos trabalhadores formais era 4,1 salários-mínimos (2021) e o IDH, em 2010, era 0,805, no entanto, apresentava enormes desigualdades, uma vez que só 50,6% da sua população, em 2020, era considerada ocupada e 25,6% tinham rendimento nominal mensal per capita em 2010, de até meio salário-mínimo (IBGE, c2023)¹⁷.

¹⁷ Os dados apresentados, embora de datas diversas, correspondem às atualizações disponíveis na página do IBGE, na data da pesquisa.

Embora não tenha encontrado informações, mais específicas¹⁸, sobre o trabalho informal em Porto Alegre, não me parece que a realidade local se diferencie muito da nacional. Conforme a reportagem do site G1 no dia 28/02/2023, o número de trabalhadores sem carteira assinada, neste mesmo dia, foi o maior, desde o início da Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios, em 2012 (Empregados, 2023), atingindo 13,2 milhões de trabalhadores e o aumento anual dos trabalhadores que se encontram nesta situação foi de 6,4%, de 2021 para 2022.

Este cenário de desigualdade social, de desemprego e de crescimento do trabalho informal é característico das grandes cidades do país e do mundo, que podem ser caracterizadas como cidades do capital. Conforme Lopes,

As contradições da sociedade burguesa alimentam a existência e a necessidade do conservadorismo moderno e constituem-se como solo histórico onde a questão urbana se processa. Em outras palavras, a organização interna das cidades do capital, com a presença de cenários dicotômicos (favelas e condomínios) expressam as relações e condições materiais próprias da sociedade capitalista. (Lopes, 2018, p.16 -17).

Neste cenário, indo além do antagonismo favelas x condomínios, citados pelo autor, acrescento aqueles e aquelas que não encontram lugar nem mesmo nas favelas. São os que ocupam as praças, calçadas, vias urbanas e outros espaços onde trabalham, pedem e usam como suas moradias, acentuando e visibilizando, ainda mais, a disparidade de posses, condições e modos de vida nas cidades do capital. Destaco, neste trabalho, um segmento populacional que se situa no extremo da exclusão econômica e social: a população em situação de rua (PSR)¹⁹. É um grupo que vive de trabalhos precários, irregulares, para com isso tentar garantir a satisfação de suas necessidades básicas, mantendo-se sem acesso às riquezas produzidas pelos trabalhadores e apropriadas pelo capital. Esta situação remete a reflexão de Marx no enunciado da Lei Geral de Acumulação Capitalista,

¹⁸ Não sendo o objetivo da pesquisa uma análise econômica completa da cidade de Porto Alegre, mas sim uma contextualização da situação econômica da cidade em relação a PSR, me detive aos dados disponíveis no site do IBGE (c2023), sem utilizar tabelas mais detalhadas. Utilizei também dados de pesquisas apresentadas na imprensa, para atender os objetivos propostos.

¹⁹ O Projeto Político Pedagógico (PPP) da EPA, aponta como público prioritário a população em situação de rua ou vulnerabilidade social, deixando explícita a presença de outros grupos sociais.

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva [...]. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial (Marx, 2017, p. 719).

Ao se observar a situação de Porto Alegre, uma cidade que apresenta índices positivos de desenvolvimento econômico e social e que ao mesmo tempo apresenta o aumento das situações de desemprego e de miséria, é possível constatar que ainda persiste a lógica referida por Marx (2017), em relação ao modo de produção capitalista, da existência de uma relação direta entre o aumento da riqueza social, do número de desempregados e o consequente aumento da extrema pobreza.

3.2A EMEF PORTO ALEGRE – EPA

A população em situação de rua excluída de tantos direitos sociais, é o principal público da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, a EPA, que desde 1995 tem seu atendimento voltado a esta população. Destaca-se, neste sentido, que ao observar a história das políticas públicas de Porto Alegre, o atendimento à população em situação de rua não tem sido encargo, somente, da assistência social e saúde.

No final dos anos 80, o Brasil encontrava-se em pleno processo de redemocratização. Após um período de governos ditatoriais, foi promulgada, em 1988, a nova Constituição e, em 1989, foi realizada a primeira eleição direta (pós-ditadura). Em 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990, sendo Porto Alegre a primeira capital a criar o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e a eleger os Conselhos Tutelares. Em 1993, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8742/1993 e estava em curso a discussão da Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) – Lei nº 9394/1996, com a retomada das propostas de educação popular, enfatizando a educação libertadora de Paulo Freire e outros educadores progressistas.

Em Porto Alegre, iniciava o período das administrações populares, conforme Gonçalves (2013), este foi o nome pelo qual ficaram conhecidas as quatro administrações municipais das Frentes de Partidos lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que administraram a cidade de Porto Alegre de 1989 a 2004, que se caracterizavam como uma “modalidade de gestão local, baseada na participação direta da população na elaboração do orçamento público especialmente para a escolha das prioridades dos investimentos municipais” (Fedozzi, 1998, p. 237). (1989-2004).

Neste período, conforme Freitas (1999), instaurou o processo da Constituinte Escolar, dentro da proposta da Escola Cidadã²⁰ tendo como objetivo, a gestão democrática e participativa, a construção de um currículo interdisciplinar e emancipatório, com uma avaliação que visasse à promoção do sujeito, considerando seus aspectos subjetivos e objetivos e a construção de princípios de convivência que levassem em conta a realidade das comunidades, as características individuais e a construção coletiva de regras sem nenhuma discriminação.

No ano de 1993, com o objetivo de enfrentar a situação de exclusão social e violação de direitos em que viviam muitas crianças e adolescentes na cidade, foi proposta pela Prefeitura de Porto Alegre a realização do projeto Jovem Cidadão, envolvendo diversas secretarias municipais (Saúde, Assistência Social e Educação), propondo “a constituição do atendimento integral de crianças e adolescentes em situação de risco²¹ como retaguarda ao atendimento dos Conselhos Tutelares.

Conforme proposta desse projeto, no ano de 1994, foram reunidos educadores sociais, do órgão responsável pela assistência social, e dez professores do Serviço de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria

²⁰ Projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre nas primeiras gestões da Administração Popular, com maior desenvolvimento a partir de 1993, que apresentava uma nova possibilidade para a escola pública, que “nutriu-se e inspirou-se em contribuições teórico-práticas de educadores progressistas da academia, da escola pública básica e das experiências da luta democrática e transformadora dos movimentos sociais” (Azevedo, 1999, p. 13).

²¹ Conforme a publicação da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal: Situação de Risco “É toda e qualquer situação que comprometa o desenvolvimento físico e emocional da criança ou do adolescente, em decorrência da ação ou omissão dos pais/responsáveis, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento.” (Distrito Federal, 2010, p. 2) O conceito atualmente tem caído em desuso, sendo substituído pela expressão “em situação de vulnerabilidade social” na maioria dos documentos.

Municipal de Educação (SMED), que viriam a ser os futuros professores da escola e que, durante este período trabalharam e conviveram com estas crianças e adolescentes nas ruas, praças, “mocós”, construindo um currículo para a escola que deveria acolher estes estudantes a partir da realidade das ruas. Conforme Fleischmann *et al.*,

O trabalho de abordagem de rua, iniciado em 1994, constituiu-se, primeiramente, em uma revisão bibliográfica sobre o tema, um mapeamento dos locais de maior concentração de crianças e adolescentes nas ruas centrais de Porto Alegre e, logo a seguir, em observar, interagir pedagogicamente com a população referida, em seu espaço de sobrevivência (praças, calçadas, embaixo dos viadutos e mocós²². Os objetivos deste trabalho são estabelecer vínculos entre os educadores e a meninada e conhecer profundamente a realidade e construir juntos propostas de encaminhamentos para a problemática vivida por estes (Fleischmann *et al.*, 1999, p. 117)

A escola, então denominada de “Escola Municipal de 1º Grau Porto Alegre”, foi inaugurada em 30 de agosto de 1995. O Conselho Municipal de Educação, através do parecer 023/95, pronunciou-se favorável ao seu funcionamento como uma experiência pedagógica²³ na modalidade “Escola Aberta”²⁴ com seus objetivos voltados para “meninos e meninas sem vínculo familiar ou com vínculo familiar fragilizado”²⁵.

O documento “Proposta de Experiência Pedagógica para a Escola Municipal de 1º Grau Porto Alegre”. Encaminhado pela SMED ao Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre, traz na sua justificativa a seguinte afirmação:

²² Espaços públicos ou privados, ocupados pela população de rua como moradia, tais como: viadutos, prédios abandonados etc. (nota de rodapé própria, no texto original)

²³ O CME – Conselho Municipal de Educação/Comissão de Ensino através do Parecer 023/95 autorizou o funcionamento da Escola de 1º Grau Porto Alegre como “Experiência Pedagógica”. Neste período a Lei Federal 5692/71, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação de 1º e 2º Grau, no seu Art. 64, conferia a prerrogativa dos Conselhos de Educação de autorizar experiências pedagógicas com regimes diferenciados dos estipulados nesta lei. A EPA era considerada uma destas experiências.

²⁴ Salerno (2012) relaciona o contexto do surgimento das escolas abertas às mudanças ocorridas no período de transição entre o Código de Menores (Lei nº 6.697, de 10 de outubro 1979) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990), tendo como objetivo e definição “educar a rua, educar a cidade, estabelecer relações para incluir. Escolas abertas são escolas que dão atendimento para meninos e meninas em situação de rua e vulnerabilidade social, com uma proposta de funcionamento diferenciada” (p. 70). Como, logo a seguir, afirma a autora a primeira escola desta modalidade, em Porto Alegre, foi a Escola Aberta da Vila Cruzeiro do Sul, criada em 1985.

²⁵ Parecer do Conselho Municipal de Educação 023/95.

No que concerne à SMED, além de fazer cumprir os artigos 53 e 54, na íntegra da lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) faz-se necessária a criação de uma escola que venha realmente atender estas crianças, uma vez que a escola regular não conseguiu até agora dar conta disso. A criança de rua ou foge da escola como reação de resistência, ou a escola foge da criança, porque medrosa e incapaz de atendê-la, autoritariamente fecha as suas portas, justificando que “a escola não é lugar de marginal”

Enquanto a escola regular não se transforma, é necessário que se pense numa escola diferente, uma escola para os excluídos. [...] que tenta romper com a ossatura rígida da escola tradicional, no que diz respeito ao ingresso, à frequência, à metodologia. (SMED, 1995, p. 2).

A Escola de 1º Grau Porto Alegre, logo conhecida como EPA²⁶, vem, então, integrar a nova proposta de democratização da educação e de educação para cidadania, baseada no referencial teórico de Paulo Freire, que estava sendo implantada na cidade pela Secretaria Municipal de Educação, a “Escola Cidadã”²⁷.

Com sua proposta de trabalho vinculada ao Estatuto da Criança do Adolescente (ECA), a EPA se insere nas alternativas de proteção integral a crianças e adolescentes “instrumentalizando seus alunos para que consigam reconhecer seus direitos e a necessidade de reivindicá-los” (Fleischmann *et al.*, 1999, p. 117).

Embora atendesse crianças e adolescentes, desde os primeiros anos, a EPA foi pensada a partir da estrutura do Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA), os primeiros dez professores que fizeram a abordagem nas ruas e depois vieram a integrar o corpo docente da escola, estavam ligados a esta estrutura, que também forneceu a orientação pedagógica para a escola. A EPA, conforme Fleischmann *et al.*,

[...] tem como base e ponto de partida os princípios do Serviço de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre onde rompe-se o sistema de seriação tradicional, trabalhando-se com etapas chamadas Totalidades que levam em

²⁶ Em 11 de setembro de 2000, a escola alterou a denominação, através do decreto 12.905, de Escola de 1º Grau Porto Alegre para Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, já o nome EPA, escolhido pelos próprios estudantes, e denominação pela qual é mais conhecida, permanece até hoje.

²⁷ Conforme José Clovis de Azevedo, a criação da EPA, como escola para meninos e meninas de rua, entre outras ações, “não foram definidas pontualmente, mas fazem parte do projeto global; a ‘Escola Cidadã’, desenhada pelo Congresso Constituinte (realizado em 1994 e 1995)” (Azevedo, 2000. p. 20).

conta a complexidade da estrutura do pensamento na construção do conhecimento. (1999, p.118).

Na proposta do projeto Jovem Cidadão, conforme relata PAICA-Rua (2002), com o objetivo de tirar as crianças e adolescentes da situação de mendicância nas ruas, foram criados programas para trabalhar com as famílias (Projeto Sinal Verde - 1995, o Programa de Apoio Sociofamiliar - 1996) que previam o acompanhamento das famílias, por técnicos sociais da, então, Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC) e o repasse de recursos financeiros (bolsas) para o seu sustento, visando evitar a mendicância e o trabalho infantil. Porém, mesmo com estes programas, faltavam ações efetivas que impactassem na situação de vida das crianças e adolescentes a que a escola atendia. Então, em 1997, em reunião do Fórum de Políticas Sociais, a EPA apresentou um relatório, com o nome de 113 crianças e adolescentes atendidas pela escola que se encontravam em situação de total abandono, por parte das demais políticas sociais.

Como resposta a esta denúncia, associada ao fato da Prefeitura de Porto Alegre ter assinado em junho de 1997 o Compromisso Prefeito Criança, promovido pela Fundação ABRINQ e estabelecido parceria com a UNICEF, foi estruturado o I Colóquio Família Rua e Drogadição e, logo após, como resposta às questões levantadas, constituída “uma equipe intersecretarias para organizar ações articuladas nas políticas sociais” (PAICA-Rua, 2002, p. 15-16).

Neste período, foram implantados, pela Prefeitura, serviços de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua como o Ambulatório Pró-Jovem, a Casa de Acolhimento, a Casa Harmonia, o Acolhimento Noturno, foi reordenado o Serviço de Educação Social de Rua e criados projetos de Esporte e Cultura e buscou-se “agregar propostas e ações junto às políticas de moradia e de trabalho e geração de renda” (PAICA-Rua, 2002, p. 18).

A EPA foi criada para ser uma escola que assumisse o compromisso de trabalhar em rede, acolhendo interdisciplinarmente “aquela população que não tem casa, nem família, nem dignidade e autoestima” (Reis; Mazzarotto, 2002, p. 48). Desta forma, a escola iniciou seu trabalho articulada com as demais políticas sociais, buscando acolher, como sujeitos, na sua integralidade, crianças e adolescentes que viviam nas ruas da cidade, excluídas de todas as políticas sociais e até mesmo do seu direito à convivência familiar e comunitária. A EPA

desenvolveu seu trabalho totalmente vinculado com os demais serviços de acolhimento à criança/adolescente em situação de vulnerabilidade. Conforme afirmaram as autoras, que eram professoras da EPA,

[...] neste processo não podemos existir sem o outro, sem a interdisciplinaridade e a intersetorialidade. Assim como os demais equipamentos e serviços, a escola não é um espaço que se desenvolva isoladamente. (Reis; Mazzarotto, 2002, p. 47)

Ao mesmo tempo em que a EPA provoca e se articula em rede, também propõe transformações na sua própria estrutura. Em 1999, foram criados na EPA dois espaços de atendimento que, desde então, se constituem nos dois principais diferenciais da escola, o Núcleo de Trabalho Educativo (NTE) e o Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento (SAIA). Ambos foram apresentados pela EPA no seu Plano Anual/99 à SMED e encaminhados ao Orçamento Participativo Escolar de 1999 para garantir os recursos necessários ao seu funcionamento. Conforme Santos:

A proposta do NTE acompanha a proposta de aprofundamento da discussão do Currículo, a qualificação do Laboratório de Aprendizagem, da Biblioteca e do atendimento nutricional, a articulação com a Rede de Ensino visando à continuidade da escolarização dos estudantes que concluíam as séries iniciais, o fortalecimento do Conselho Escolar, a discussão e elaboração do Regimento Escolar, entre os objetivos do Planejamento Anual 1999, também estava a integração com organizações governamentais e não governamentais buscando a resignificação dos vínculos familiares, comunitários e escolares dos estudantes e a divulgação do trabalho da EPA. (Santos, 2018, p. 48)

O primeiro programa proposto, o NTE, é um espaço que vincula a Educação e o trabalho, através de oficinas de aprendizagem das técnicas artísticas e artesanais e de grupos de trabalho e produção. Conforme explicitado por Santos,

A proposta do NTE, apresentada no “OP Escolar 99”, consistia na apresentação de projetos pelos profissionais da escola, a partir do seu conhecimento das dificuldades e habilidades dos estudantes, projetos que tivessem como objetivo a auto-organização pelo trabalho. (Santos, 2018, p. 49)

Várias oficinas foram propostas nos primeiros anos, mas entendo que o Papel Artesanal e Cartonagem, a Cerâmica e a Jardinagem, foram os de maior

destaque pela longa permanência. A Jardinagem, devido à diminuição do quadro de professores com horas disponíveis para o NTE e o final dos convênios que garantiam recursos para a atividade, já não é mais realizada da mesma maneira que inicialmente, porém as outras duas oficinas são a base do NTE, tendo professores, espaço e equipamentos próprios para o seu desenvolvimento.

As oficinas de Cerâmica e Papel Artesanal possuem espaços próprios, onde as atividades são desenvolvidas nos dois turnos, no horário inverso das aulas dos estudantes. Junto com as oficinas, onde são ensinadas as técnicas de cada modalidade, funcionam os grupos de produção que podem gerar renda, para os estudantes produtores.

O segundo projeto proposto, o Serviço de Acolhimento de Integração e Acompanhamento (SAIA), é um espaço voltado ao acolhimento dos estudantes desde a entrevista inicial. O SAIA realiza a sua escuta no momento de chegada à escola, busca conhecer seu histórico pessoal e o acompanhamento institucional (saúde e assistência social, principalmente), procura auxiliá-los na sua organização pessoal e nos encaminhamentos e orientações em relação ao acesso a outras políticas públicas. Neste serviço são mantidas as pastas de acompanhamento de cada estudante, onde são anotadas as conversas realizadas com eles e eventos significativos. O SAIA acompanha os estudantes durante todo o seu período escolar, participando das reuniões pedagógicas da escola, trocando saberes e informações com os demais professores e propondo ações integradas de caráter pedagógico, social e pessoal. A equipe do SAIA participa de estudos de caso e reuniões com serviços da assistência social, saúde etc., além de caracterizar-se pela presença nos diversos fóruns²⁸ e redes de atendimento à PSR.

O Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento é constituído por professores de diferentes áreas, como parte da coordenação pedagógica, do serviço de orientação, da coordenação de turno e de outros programas ou

²⁸ Composto o projeto Jovem Cidadão, a EPA participou de reuniões da equipe Intersecretarias, posteriormente do Programa da Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (PAICA-Rua), do Programa da Atenção Integral a Crianças e Adolescentes Usuários de Substâncias Psicoativa (PAICA-USPA) do Fórum Inter Rua, acompanhava, também as reuniões de gerenciamentos de casos de crianças e adolescentes em situação de rua, na FASC, a Rede de Crianças e Adolescente e a Rede Rua (rede de serviços que atendem à população em situação de rua). Além do SAIA, muitas vezes a direção ou membros da equipe diretiva, tem participado destes espaços de discussão.

projetos, conforme a organização adotada pela SMED nos respectivos momentos da história da escola. Em alguns anos, a escola contou com estagiários e residentes multiprofissionais, atuando junto ao SAIA, a partir de parcerias realizadas com Universidades. Atualmente o SAIA só conta com professores do quadro.

O próprio PPP da EPA aponta, como diferenciais da escola, o Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento e o Núcleo de Trabalho Educativo (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 4), pelo seu ineditismo enquanto estruturas criadas para o atendimento específico a um grupo de estudantes que apresentam características muito especiais, principalmente pelo seu modo de vida e a situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

As ações da Coordenação Pedagógica (COOPED) também são apontadas, no PPP (EMEF Porto Alegre, 2014), como diferenciais da escola, o que não poderia deixar de ser, já que todo o trabalho pedagógico necessita ser orientado para um atendimento educacional inclusivo e diferenciado. A COOPED, além de acompanhar o trabalho do SAIA, do NTE, de coordenar as Assembleias dos Estudantes, os Conselhos de Classe e de fazer a articulação entre a Escola e Coordenação da Educação de Jovens e Adultos/SMED deve coordenar a implementação da proposta pedagógica da escola (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 33). A proposta pedagógica apontada no PPP é composta de três momentos pedagógicos: Estudo da Realidade (ER) onde é buscado conhecer a realidade dos estudantes, através da escuta, do acolhimento, do olhar, da percepção dos significados de palavras e gestos, pressupondo o desenvolvimento da alteridade; a Organização do Conhecimento (OC), momento em que estes elementos são trabalhados em confronto com os saberes curriculares das diferentes áreas do conhecimento, superando os saberes explicativos do senso comum e as explicações dogmáticas; a Aplicação do Conhecimento (AC), quando o material produzido retorna para a sala de aula visando a criação coletiva de uma nova significação da realidade.

Esta proposta pedagógica, cuja responsabilidade de coordenação é atribuída à COOPED, tem sido implementada com maior ou menor intensidade, durante os diferentes momentos da história da EPA²⁹, mas sempre tem estado

²⁹ Esta observação parte da minha experiência de 8 anos de trabalho na escola,

presente, quer quando o planejamento parte das falas significativas, que se transformam em temas geradores e redes temáticas, dialogando com as áreas do conhecimento, quer quando é utilizada a metodologia de projetos, pois estes são construídos a partir da realidade dos estudantes, possibilitando uma reflexão crítica sobre sua ação e possibilidade de transformação no mundo.

A redução de danos também é uma ferramenta muito importante na prática pedagógica da EPA, sendo entendida “enquanto princípio metodológico que referencia as ações de toda a escola” (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 6).

Ela é apresentada no PPP, a partir da Lei 11.343/06, art. 20³⁰, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Conforme define a Associação Brasileira de Redução de Danos (Aborda),

Redução de danos é um conjunto de políticas e práticas cujo objetivo é reduzir os danos associados ao uso de drogas psicoativas em pessoas que não podem ou não querem parar de usar drogas. Por definição, redução de danos foca na prevenção aos danos, ao invés da prevenção do uso de drogas; bem como foca em pessoas que seguem usando drogas (Aborda, 2011c)

Este programa, nos anos 90, conforme relata Antunes (2019), contou com recursos do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas. Ele tentava combater a Aids, com ênfase na troca de seringas usadas por novas, devido ao grande número de usuários de cocaína injetável que eram soropositivos. A redução de danos ultrapassou a troca de seringas, que era feita por educadores que iam aos locais de uso oferecendo seringas novas para evitar o seu compartilhamento, mas que, em primeiro lugar, realizavam um processo de educação popular, buscando estimular comportamentos saudáveis e o autocuidado.

Na EPA, a estratégia de redução de danos significa, em primeiro lugar, não condenar o(a)s estudantes pelo uso de drogas, não exigir que abandonem o uso para poder frequentar a escola, mas sim, uma vez estando nela, oferecer atividades interessantes e prazerosas, desestimulando, assim, o seu uso. A escola passou a oferecer, nos horários do meio-dia, atividades culturais, esportivas ou lúdicas. O mesmo acontecia no projeto verão e inverno, quando

³⁰ “Art. 20 Constituem atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas” (Brasil, 2006)

estas atividades ocorriam, durante todo o período de férias. O projeto meio-dia ainda ocorre atualmente, embora não com a mesma intensidade, mas os projetos verão e inverno, que faziam com que a escola acolhesse os estudantes durante os 12 meses no ano, não ocorrem mais, por determinação da SMED.

A partir do ano de 2009, a EPA passou a atender exclusivamente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos³¹ – EJA / Ensino Fundamental Completo, continuando a priorizar o atendimento à população em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, tais como adolescentes moradores de abrigos, egressos da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo e do sistema prisional, entre outros. Muitos alunos que já haviam estudado na EPA, quando crianças, alguns tendo completado às totalidades iniciais, continuavam em situação de rua e retornaram à escola, com o objetivo de complementar o seu ensino fundamental.

Neste período, a EPA, além de mudar sua modalidade para EJA, enfrentou outro desafio, o de passar a atender todas as totalidades do ensino fundamental, havendo uma ampliação do quadro funcional, com o ingresso de professores das diversas áreas do conhecimento, que deveriam se incorporar à proposta diferenciada da escola, de oferecer a educação ao seu público prioritário, agora na Educação de Jovens e Adultos.

A EPA tem adaptado a sua estrutura para acolher seus estudantes, especialmente aqueles em situação de rua. Ela se preocupa com as questões básicas para o acesso e permanência tranquila nas salas de aula, como oferecer uma alimentação adequada. Devido à dificuldade, da maioria dos estudantes de realizarem seus cuidados com a higiene na rua, a escola oferece chuveiros para banhos e tanques para a lavagem de roupas. O SAIA auxilia os estudantes a refazerem seus documentos, a se comunicarem com os familiares, quando possível e fornece comprovante de endereço social³².

Em 2014, a EPA foi escolhida pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) como uma das principais instituições do Brasil a destacar-se como uma

³¹ O atendimento educacional passa a ser somente a partir dos 15 anos, como definido para a EJA, sem limite final de idade.

³² A escola fornece autorização para uso do endereço da escola para receberem correspondências de órgãos públicos entre outros, bem como autoriza a informar o telefone da escola para comunicações da saúde (consultas, internações e exames), de órgãos judiciais e mesmo da família.

experiência de Boas Práticas de Convivência Familiar e Comunitária, o que ocasionou a ida da diretora à Brasília num evento para relato das experiências.

No mesmo ano (2014), contraditoriamente, a SMED comunicou, à direção da EPA e à presidência do conselho escolar³³, a decisão de fechamento da escola como EJA, com o pretexto de uso do espaço como escola infantil, informando que os estudantes seriam transferidos para o Centro Municipal de Educação do Trabalhador Paulo Freire (CMET Paulo Freire), escola que apesar da sua renomada qualificação, não era voltada ao atendimento deste público, nem tinha sua estrutura e organização pedagógica adaptada para isso.

Imediatamente após a comunicação por parte da Secretária de Educação, os representantes da escola reuniram o conselho escolar e posteriormente toda a comunidade escolar para comunicar o fato e discutir o posicionamento da escola. A decisão da comunidade escolar foi não aceitar a decisão da mantenedora e desencadear um processo de resistência. Ocorreu, então uma grande mobilização de entidades e movimentos parceiros da escola, que logo se envolveram na luta pela manutenção da EPA. Entre estes, destaco o Movimento Nacional da População de Rua/RS, o Jornal Boca de Rua, universidades, ONGs, fóruns e redes de entidades parceiras e a comunidade em geral.

Foram acionados o Ministério Público, parlamentares, o fórum do Orçamento Participativo da região Centro, a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), sendo aberto pelos últimos um processo judicial³⁴ para garantir a manutenção da escola. Foram realizadas manifestações, feitos abaixo-assinados e diversas entidades apresentaram declarações de apoio à EPA.

Todo o processo de luta pela manutenção da escola parece ter fortalecido o seu trabalho tanto pelos parceiros que se agregaram à luta, trazendo propostas de trabalho conjunto, como pela própria organização da comunidade escolar, que passou a se fazer mais presente e propositiva na escola.

No ano de 2014, a EPA estabeleceu uma parceria com o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), visando a participação do Núcleo de Trabalho Educativo no projeto Eco Sol Pop Rua, promovido pela Secretaria

³³ Neste período eu ocupava a presidência do Conselho Escolar, ficando à frente da luta pela manutenção da escola.

³⁴ Processo número: 1.15.0023846-6 TJRS (RIO GRANDE DO SUL, 2015)

Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), convênio “morador de rua também trabalha³⁵”, que apresentava como objetivo

A partir dos princípios e políticas públicas que envolvem o campo da Economia Solidária buscamos, através deste Projeto, promover a inclusão socioeconômica e autonomia da População em Situação de Rua (PSR) através da geração e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários, com vistas à superação da pobreza extrema em que esta população se encontra. (CAMP, 2017, p.3)

O convênio vigorou de 03/11/2014 a 11/11/2017, “[...] com atividades de formação-oficinas, rodas de conversa e cursos [...]” que proporcionaram “[...] a qualificação da produção e da venda, através de atividades de comunicação, designers, precificação, entre outras”. (CAMP, 2017, p.3) O projeto também oportunizou a inserção do NTE em redes de Economia Solidária, como a Contraponto com comercialização dos produtos nas feiras semanais na UFRGS, ao lado da FACED e na Rede Ubuntu de Cooperação Solidária, que possibilitou a participação do NTE na Feira Internacional de Economia Solidária, em Santa Maria, bem como a venda de produtos do NTE em feiras virtuais de economia solidária durante o período da pandemia, revertendo os recursos para os estudantes. A participação neste projeto e as parcerias estabelecidas, também contribuíram na luta da escola por sua manutenção, agregando vários outros apoios.

Enquanto a prefeitura mantinha sua intenção de fechar a EPA, ela ampliava seu reconhecimento público. No ano de 2015, ela recebeu da Assembleia Legislativa e da Federasul, o prêmio Líderes e Vencedores como Referência Educacional no Estado do RS (Federasul, 2015) e tendo constado entre as 41 indicações nacionais ao Prêmio Darcy Ribeiro, da Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados, 2017).

A partir de 2017 houve redução nas atividades oferecidas no projeto Meio-dia, pois, por orientação da SMED, foi reduzido o número de professores disponíveis neste horário, devendo estes se dedicarem unicamente às atividades

³⁵ Economia Solidária e População em Situação de Rua: estratégias de valorização do saber-fazer a partir da inclusão socioeconômica e da autonomia da População em Situação de Rua na Região Metropolitana de Porto Alegre – Siconv nº 811902/2014 – MTE – Subsecretaria Nacional de Economia Solidária (CAMP, 2017, p.1)

curriculares. Mesmo assim, a orientação da escola foi de possibilitar que neste horário, os estudantes continuassem a realizar os seus cuidados pessoais, para isso a direção e funcionários dos setores da escola passaram a ser os responsáveis pelo acompanhamento durante o intervalo de almoço.

O processo judicial, para garantir a manutenção da EPA, continuou em andamento com a realização de várias audiências, sendo chamados estudantes, professores e representantes da comunidade para darem os seus depoimentos sobre o trabalho da escola. Durante este período foi formada grande rede de apoio à escola, houve campanha na imprensa, sendo realizadas várias reportagens sobre o assunto nos jornais impressos, nas rádios, nas emissoras de televisão e na mídia virtual, mobilizando a opinião pública. O trabalho das defensorias públicas do Estado do Rio Grande do Sul e da União (DPE/RS e DPU) foi de muito valor para a manutenção da escola. A DPU relata este trabalho através de um documentário no YouTube denominado Sapere Aude, “Ouse Saber”, episódio 1 da série “Os Defensores” (Sapere Aude, 2018).

Em 2018, a EPA teve a primeira vitória na luta para continuar o seu trabalho, pois o seu funcionamento foi garantido por decisão judicial de primeira instância que determinou “que o Município de Porto Alegre mantenha o Ensino de Jovens e Adultos da escola EPA no mesmo endereço” (Rio Grande do Sul, 2015, Sentença), atendendo a ação proposta pela DPU e DPE/RS e, em 2019, ocorre a segunda vitória da escola e dos direitos da PSR, como expressa o texto do acórdão, proferido pelos desembargadores da segunda instância, que negam a apelação da prefeitura,

Tendo tais circunstâncias diante dos olhos, é possível afirmar que aqui está em discussão o bem maior de oportunidade de acesso à educação e assistência social aos cidadãos em situação de vulnerabilidade, nos termos do disposto no art. 6º, 208, I, da CF-88, de modo que o poder discricionário da administração cede ante o dever de oportunizar os direitos sociais (Rio Grande do Sul, 2019, Acórdão)

Apesar da baixa definitiva do processo e da decisão final que proíbe o fechamento da EPA, continua a preocupação com que esta luta possa ter novos desdobramentos, devido às manifestações e ações do poder público que

buscam atender aos interesses da especulação imobiliária na cidade³⁶, como a diminuição de impostos para projeto imobiliários e movimentos para alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, possibilitando o aumento das alturas do prédios e a retirada das restrições à expansão imobiliária. Aliado a estas ações de expulsão das populações de maior vulnerabilidade das áreas centrais, continuam os despejos de ocupações coletivas, de estruturas individuais da população em situação de rua, como barracas e outros espaços de proteção e também manifestações pela retirada de equipamentos públicos de assistência social e até de comunidades, das áreas de maior interesse imobiliário³⁷.

Em 2020, a pandemia de COVID 19 assolou o país, sendo suspensas as atividades escolares. Por vários meses, foi oferecida alimentação (marmitas) para os estudantes no portão da escola, além do material pedagógico com tarefas escolares. Inicialmente foram utilizados os recursos da escola e posteriormente os de doações recebidas de apoiadores da escola e da PSR. Após a instituição da “bandeira preta”³⁸ no Estado do Rio Grande do Sul foi mais difícil manter o ensino remoto, já que a maior parte desses alunos não possuía telefones celulares adequados nem acesso à internet. Neste período não foram mais distribuídas as folhas com tarefas no portão da escola, mas os professores continuaram a fazer postagens no Facebook, o que foi a alternativa que mais alcançou os estudantes. No ano de 2020, durante o período de isolamento da Covid, também foram feitas projeções luminosas em prédios da cidade, buscando lembrar aos estudantes os 25 anos da escola.

A EPA continuou divulgando, nas suas redes, as campanhas de doações de alimentos que eram realizadas para auxiliar os grupos que continuavam a oferecer alimentos aos estudantes e a PSR em geral.

³⁶ Ver a reportagem do Jornal Sul 21 (Gomes, 2021), onde é proposta a alterações do Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre, para tornar atrativo o investimento imobiliário, ampliando alturas e flexibilizando regras urbanísticas. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/10/para-dobrar-populacao-do-centro-melo-propoe-flexibilizar-regras-para-construtoras/>.

³⁷ Indico, aos interessados neste assunto, que acessem as reportagens do Jornal Sul21, “Os Donos da Cidade” (Ávila et al., 2023), que tratam das relações entre o poder público e as grandes construtoras, quanto a flexibilização de leis e regras urbanísticas. Disponível em: <https://sul21.com.br/donos-da-cidade/>.

³⁸ Dentre as classificações de risco de contágio pela Covid 19 utilizadas no Rio Grande do Sul, a bandeira preta correspondia à classificação que impunha maior restrição das atividades, suspendendo totalmente as atividades escolares presenciais.

O retorno às aulas nas escolas municipais de Porto Alegre, na modalidade EJA, ocorreu conforme o calendário estabelecido pelo Município a partir do dia 19 de outubro de 2020, concomitantemente à diminuição de casos de pessoas infectadas. Mesmo assim foi realizado de forma escalonada e exigindo a implantação de uma série de medidas sanitárias, como uso de máscaras, álcool gel, distanciamento entre as classes nas salas de aula etc.

Aos poucos, com o crescimento da campanha de vacinação foram diminuindo os casos de Covid 19 em Porto Alegre, sendo realizadas campanhas específicas de vacinação com a população em situação de rua. A EPA foi um dos pontos de apoio utilizados para esta ação (Conte, 2021). Conforme o relato dos professores, a escola foi um dos espaços onde a PSR mais aderiu à campanha, talvez pelo acolhimento que é diretamente vinculado ao espaço da escola. Durante um dos dias da campanha, ocorreu a oferta de banho quente para a PSR através da parceria da ONG Centro Social da Rua (Banho Solidário). As equipes de abordagem da população em situação de rua (Ação Rua) acompanharam a vacinação auxiliando na identificação daqueles que não portavam documentos.

Uma das questões polêmicas do retorno às aulas foram os avanços compulsórios dos estudantes, determinado por orientação da SMED, pois muitos não estavam nem alfabetizados antes da pandemia e agora iam para as totalidades finais, outros concluíram o ensino fundamental sem terem passado pelo conteúdo das últimas totalidades. No caso da EPA, o ensino a distância não teve efetividade, na maioria dos casos nem ocorreu, devido à falta de telefones, de internet e a própria desorganização da rua e esta decisão de garantir os avanços, tomada pela mantenedora, só prejudicou a maioria dos estudantes.

Embora vários estudantes tenham concluído o ensino fundamental em 2020, o evento comemorativo da formatura só ocorreu no final de 2021, quando foram convidados a participar junto com os novos formandos, mas alguns não foram localizados.

Aos poucos foram sendo retiradas as restrições quanto ao distanciamento e a EPA voltou a atender o mesmo número de estudantes que anteriormente, mas foi necessário fazer várias adaptações ao currículo, ofertando um apoio intensivo aos estudantes que haviam avançado compulsoriamente, mas não estavam preparados para acompanhar as novas turmas.

3.3A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR)

Conforme a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída pelo Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009, população em situação de rua é definida como:

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Art. 1, parágrafo único), (BRASIL, 2009).

Na publicação da FASC, “A Rua em Movimento” – onde é feita uma reflexão sobre a população em situação de rua à luz do “Censo da População Adulta em Situação de Rua”, há uma explicitação da mudança de paradigma que ocorre ao deixar-se de utilizar o termo “morador de rua”, optando por pessoa em situação de rua³⁹.

A ruptura entre a terminologia “morador de rua” e “pessoas em situação de rua” e/ou “população em situação de rua” foi, portanto, significativa de toda uma mobilização política que visou, de um lado, atentar para a situacionalidade da experiência nas ruas e, de outro, combater processos de estigmatização dessa população, definindo-os a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível e não através de uma falta ou uma carência – de casa ou local de moradia fixa [...] o conceito de “pessoas em situação de rua” também busca reconstruir certa agência dessa população, apontando para o enrijecimento de uma categoria explicativa — “moradores de rua” — esconde as pluralidades dos usos da rua. (Schuch; Gehlen, 2012, p. 17)

A partir desta concepção de situacionalidade e de agência, é que abordo este segmento populacional, que habita nossa cidade e tem destaque nesta pesquisa. É de essencial importância entender quem é esta população que transita e ocupa as ruas de nossas cidades e que em Porto Alegre, tem na EPA seu principal referencial como espaço de acolhimento educacional.

³⁹ Nesta pesquisa sempre serão utilizados estes termos ou variantes deles, pessoas, homens, mulheres, população em situação de rua.

Estes sujeitos transitam, principalmente, nos cenários das cidades modernas, cada vez mais globalizadas⁴⁰, onde o acúmulo do capital não mais se limita à economia local, mas a toda uma teia de relações de comércio e prestação de serviços, numa rede nacional e internacional, de exportação e importação, com relações financeiras estabelecidas globalmente. Apesar do aparente desenvolvimento apresentado nestas grandes metrópoles, elas continuam gerando uma grande massa de desempregados e mantendo tanta desigualdade como era comum nos modelos econômicos antecedentes.

Marx, no primeiro livro de *O Capital*, fala de um grupo que se encontra numa situação de grande fragilidade, grupo que parcialmente se distingue do lumpemproletariado⁴¹, afirmando, sobre ele, que “O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo” (Marx, 2017, p. 719), segmento que incluía três categorias: “os aptos ao trabalho”, mas que oscilam de condição, crescendo com as “crises” e diminuindo com as “retomadas dos negócios”, os “órfãos e filhos de indigentes”, “candidatos ao exército industrial de reserva” que podiam ser alistados no “exército de trabalhadores ativos” em períodos de prosperidade, e, por fim os “degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho”. A maior parte da população em situação de rua parece estar incluída neste segmento da classe trabalhadora que foi ampliado com o surgimento da informatização e automação, com a expansão do uso da tecnologia e, posteriormente, com o crescimento do modelo de acumulação flexível⁴², que ainda reduziu mais os salários e gerou maior desemprego.

Grande parte destes homens e mulheres de diferentes raças, etnias e gerações vivem nas ruas, em albergues e abrigos ou em espaços temporários como hospedarias através do aluguel social, ofertados de forma temporária, estando inseridos em programas sociais e vivendo de benefícios assistenciais.

⁴⁰ A globalização, conforme Sassen (2010), vai além da interdependência dos diferentes países e territórios mundiais (em termos econômicos, tecnológicos, políticos etc.) e da participação dos países nas diversas instituições globais (Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, mercados financeiros globais, tribunais internacionais e outros). Ela também inclui processos, que embora ocorram no território, se conectam com países e localidades fora dele, como redes de ativismo de direitos humanos ou ambientais, as implementações de políticas monetárias e fiscais, modelos políticos e econômicos compartilhados por diferentes territórios etc.

⁴¹ No lumpemproletariado Marx incluía vagabundos, prostitutas e delinquentes, categorias então discriminadas (Marx, 2017, p. 719).

⁴² Também conhecido como Toyotista, em referência à fábrica de automóveis japonesa onde, este modelo, teve origem nos anos 70.

Sem acesso ao mercado formal de trabalho, estes homens e estas mulheres vivem de trabalhos informais, irregulares e/ou da mendicância e auxílios sociais, estão alienados não só do produto do seu trabalho, mas da própria atividade produtiva, sem deixarem de ser úteis para o crescimento do capital, tanto por suas ocupações informais, que geram muitos recursos para o capital⁴³, como por se caracterizarem como mão-de-obra excedente, o que favorece a diminuição dos salários.

A falta de uma informação precisa sobre o número de pessoas que se encontram em situação de rua é um problema que já vem ocorrendo há muitos anos, por não haver um levantamento único e porque este segmento populacional não foi incluído no Censo do IBGE, embora a contagem oficial da população em situação de rua esteja prevista na Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009). Assim nos levantamentos nacionais realizados foi necessário somar as pesquisas realizadas em diversas cidades ou utilizar os dados do cadastro único ou ainda do cadastro do Sistema Único de Saúde (SUS). Ocorre, que todos estes dados são parciais, pois nem todas as pessoas em situação de rua são abordadas ou procuram os serviços dos órgãos de assistência social e saúde realizando seu cadastro e assim se identificando. Apesar da possibilidade de inconsistências apresento aqui alguns destes dados obtidos.

Em termos nacionais, é possível citar a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que apontam um crescimento da PSR no Brasil de 38% de 2019 a 2022, período que coincide com a pandemia COVID 19, atingindo 281472 pessoas. O crescimento na década de 2012 a 2022 foi de 211%, o que, conforme análise da reportagem e declaração do pesquisador do IPEA:

Trata-se de uma expansão muito superior à da população brasileira na última década, de apenas 11% entre 2011 e 2021, na comparação com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 'O crescimento da população em situação de rua se dá em ordem de magnitude superior ao crescimento vegetativo da população. Além disso, esse crescimento se acelerou nos últimos anos', comentou o pesquisador do Ipea, Marco Antônio Carvalho Natalino, autor do estudo

⁴³ Seria muito importante que os estudiosos da economia pesquisassem o caminho do material recolhido pelos carrinheiros ou "catadores" em Porto Alegre, que embora desconsiderado como atividade produtiva, produz toneladas de materiais que são vendidos legalmente pelos galpões a intermediários e indústrias recicladoras.

que analisou a evolução no quantitativo de pessoas em situação de rua até 2022 (IPEA, Brasília, c2022)

Na audiência pública virtual da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (Alessandra, 2021), realizada no dia 7 de junho de 2021, o pesquisador da Fiocruz, Marcelo Pedra, afirmou que a população em situação de rua do Brasil, teria não só aumentado como mudado seu perfil. Ele aponta dados de pesquisa feita pela prefeitura do Rio de Janeiro, que aponta que 31% desta população estava na rua a menos de um ano, sendo que 64% dela teria perdido trabalho, moradia e renda (Gameiro, 2021).

No Censo Pop Rua 2022, BH + Inclusão, realizado pela Faculdade de Medicina da UFMG, a pedido da Prefeitura Municipal de BH, verificou-se que a PSR aumentou 192%, nesta cidade, em oito anos (Mariz, 2023), chegando a quase 9000 pessoas (Almeida, 2021) em Belo Horizonte. Já em São Paulo foram contabilizadas 31884 pessoas em situação de rua (Costa, 2022).

A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão responsável pela política de assistência social na cidade, vem realizando, desde 1995⁴⁴, censos ou pesquisas sobre a população em situação de rua⁴⁵, como podemos ver no quadro e gráfico abaixo:

Tabela 1: Pesquisas sobre o número da PSR em Porto Alegre

ANO	Realização	Pesquisa	Nº Pessoas
1995	FESC/PUC Faculd. Serviço Social	A Realidade do Morador de Rua em Porto Alegre/RS	222
2007/8	FASC/UFRGS	Cadastro e Censo e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre/RS	1203
2011	FASC	Censo da População Adulta em Situação de Rua	1347

⁴⁴ Nos anos de 1995 e 1999, a FASC ainda mantinha seu nome antigo; Fundação de Educação Social e Comunitária - FESC, alterado pela Lei Municipal 8509/2000 para Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

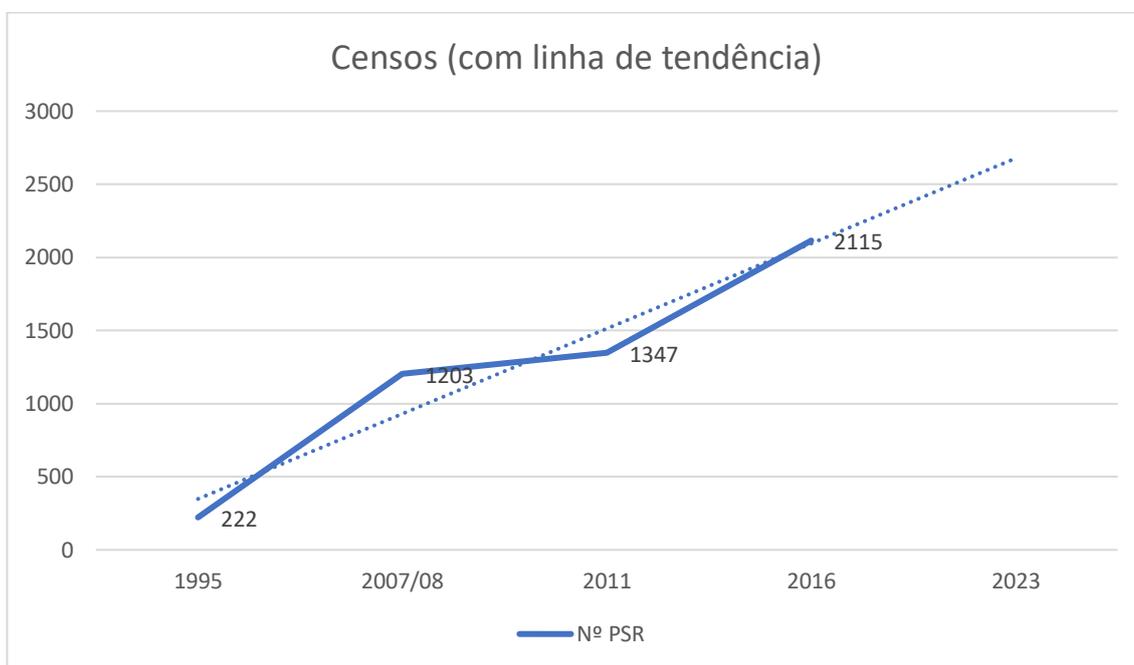
⁴⁵ O último cadastro foi realizado em 2016, o que já caracteriza um longo tempo sem a realização de um levantamento mais criterioso, ainda mais levando-se em conta a ocorrência da Covid 19 durante este período.

2016	FASC/ FAURGS	Cadastro e Mundo da População em Situação de Rua	2115
------	-----------------	---	------

Fonte: Gehlen *et al.*, 2017, p.18-19

A partir destes levantamentos de dados, interrompidos em 2016, é possível analisar o mapa de crescimento da PSR dos anos de 1995 até 2015, bem como fazer a sua projeção linear. É importante ressaltar que a linha de tendência, não considera a ocorrência da COVID 19, nem outras questões conjunturais dos últimos anos.

Gráfico 1: Curva de crescimento da PSR/POA



Fonte: Gehlen *et al.*, 2017, p.18-19

Os números referentes à população em situação de rua em Porto Alegre, já mesmo no último censo, conforme Santos (2018), não eram consensuais, pois o próprio MNPR/RS, naquela época discordava do número encontrado, entendendo ser bem maior.

A reportagem do Jornal Zero Hora em 04 de março de 2021 (Nunes, 2021), colheu informações da FASC e entrevistou sua presidente, neste período, Cátia Lara, a qual apresentou a estimativa de existirem 3850 pessoas vivendo em situação de rua em 2020, afirmando ter ocorrido um crescimento bem maior,

no período da pandemia de Covid 19, do que em períodos anteriores⁴⁶. Porém, alguns meses depois, no dia 17 de agosto de 2021, a Prefeitura Municipal lançou o Plano Ação Rua Adultos, para acolhimento da população em situação de rua, onde apresentava uma estimativa de 2500 pessoas em situação de rua (Valle, 2021), contradizendo a informação anterior.

Menos de um mês depois, na apresentação do Plano Ação Rua à Pastoral do Povo da Rua, ocorrida em 08 de setembro de 2021⁴⁷, na qual estive presente, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Léo Voight, reafirmou esta estimativa, dizendo que ela foi obtida após análise dos números anteriores das abordagens da FASC, tendo sido retirados todos os nomes que estavam registrados em duplicidade, bem como pessoas que utilizavam a rua para trabalho e renda e à noite retornavam para os seus domicílios.

Várias dúvidas persistem quanto a estes números, em primeiro lugar quem é considerado como PSR? Conforme a Política Nacional da População de rua, já citado no início do capítulo, estar em moradias não convencionais como logradouros públicos, áreas degradadas e espaços de acolhimento/pernoite temporário ou de moradia provisória, caracteriza estar em situação de rua. Desta forma compartilho do entendimento que, morar em abrigos, albergues e ainda aluguéis ou hospedagem social, embora possa representar uma alternativa de acolhimento, por sua precariedade e temporalidade, não permite que se deixe de contar estas pessoas como em situação de rua.

Em 14 de setembro de 2023, às vésperas da conclusão desta tese, o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (2023), publicou o relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal”. O relatório traz muitas informações que poderão ser agregadas aos dados aqui trazidos. Neste momento, somente cito o número de pessoas em situação de rua, que assim se identificaram no Cadastro Único (dez. 2022). Conforme os dados deste relatório, o Brasil tem 236.400 pessoas em situação de rua e Porto

⁴⁶ Ver também a reportagem do Sul21 (Marques; Caetano,2021), que também mostra as divergências entre as estimativas do número de pessoas em situação de rua, após a pandemia Covid 19, não só entre a prefeitura e a sociedade civil, mas também dentro da própria Prefeitura.

⁴⁷ A apresentação ocorreu na Catedral Metropolitana de Porto Alegre e tive a oportunidade de participar e ouvir o posicionamento do secretário municipal Léo Voigt, responsável pela coordenação geral do Plano Ação Rua.

Alegre tem 3189 pessoas, que se declararam nesta condição, o que supera, em muito, a estimativa da Prefeitura.

As dúvidas sobre o número da PSR em Porto Alegre, não param por aí, conforme levantamento realizado pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Passa e Repassa, através dos dados da Área Técnica de Saúde da População em Situação de Rua do governo estadual e do Ministério da Saúde, disponíveis no prontuário eletrônico do e-SUS, foram cadastradas, sem duplicidade, 5788 pessoas em situação de rua, todos estes cadastros ativos teriam sido realizados nos últimos dois anos (Mascarenhas, 2023). Considerando-se que nem toda a pessoa em situação de rua tenha procurado o SUS, ou se identificado a partir da situação de rua, este número pode estar ainda subdimensionado, o que divergiria, ainda mais, da informação da prefeitura de Porto Alegre

Gráfico 2: Divergência das estimativas de PSR

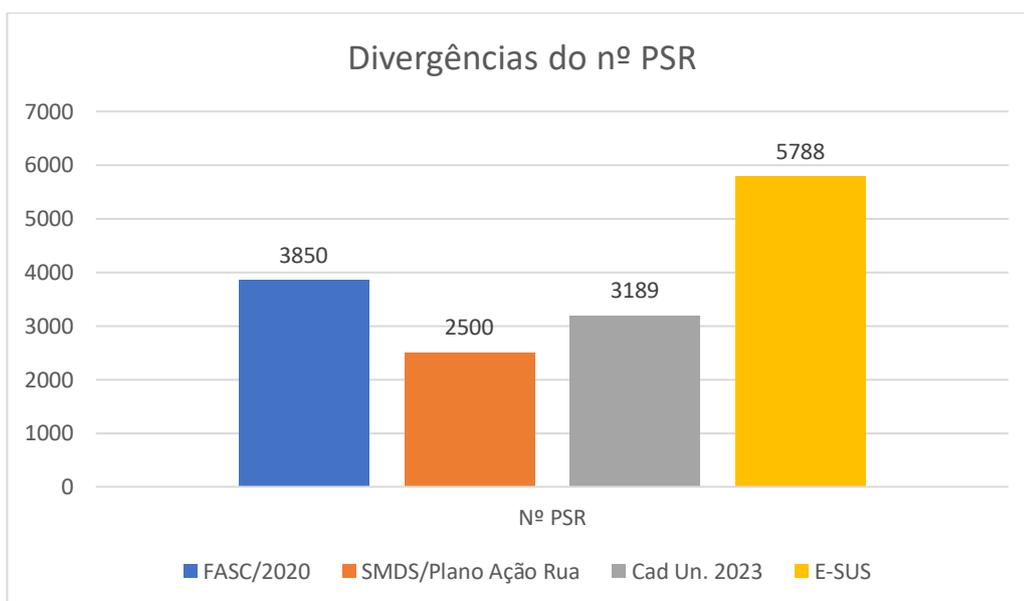


Gráfico elaborado pelo autor a partir das informações já citadas.

Apesar das discrepâncias apresentadas, entre as diferentes fontes, utilizei na pesquisa os números do último censo realizado, pela FASC em 2016, pelo

detalhamento e maior cientificidade que esta publicação⁴⁸ apresenta e por ter orientado o planejamento das políticas públicas municipais dos últimos anos.

Partindo do cadastro apresentado em 2016, apresento aqui informações sobre a distribuição da PSR, quanto ao gênero, etnia, distribuição geracional, motivo de ida pela rua etc.

O gráfico da distribuição da população em situação de rua por gênero, mostra uma grande concentração de homens em situação de rua, uma diferença de 85,7% de homens, para 13,8% de mulheres.

Tabela 2: PSR/Gênero

GÊNERO	FREQUÊNCIA	%
HOMENS	1502	85,7
MULHERES	242	13,8
OUTROS	9	0,5
TOTAL	1753	100

Fonte: FASC, 2016a, p. 28

Conforme minha experiência de trabalho junto à PSR, posso dizer que a possibilidade de sofrer violência nas ruas é muito maior para as mulheres, isso é fácil de perceber, também ao se observar outro elemento do cadastro de 2016, enquanto 59,5% das mulheres assumiram ter companheiro(a) fixo(a) nas ruas, apenas 15% dos homens assumiram esta situação, o que leva a crer que ter um(a) companheiro(a) é uma necessidade de proteção para a maioria das mulheres.

Infelizmente a pesquisa não traz informações sobre transexuais em situação de rua, embora se possa perceber um acentuado número.

Quanto à raça/cor, a pesquisa apresentou os seguintes dados:

Tabela 3: PSR/ Raça-Cor

RAÇA/COR	FREQUÊNCIA	%
BRANCA	544	34,4
NEGRA / PRETA	390	24,6

⁴⁸ As análises do relatório do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania: “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal” não são aqui consideradas, com exceção do número total de pessoas em situação de rua no Cadastro Único (dez. 2022).

PARDA	196	12,4
INDÍGENA	44	2,8
AMARELA	11	0,7
OUTRA	388	24,5
NR	12	0,6
TOTAL	1586	100

Fontes: FASC, 2016a, p. 32

Utilizando os critérios do IBGE, que considera os declarados pardos e pretos como negros, teríamos 37% negros, 34,4% brancos, 2,8% indígenas, 0,7% amarelos, e 24,5 % outros, onde conforme o texto da pesquisa encontram-se declarações como: moreno (10%), sarará (2,9%), moreno(a) claro(a) (1,6%) e misto (1,3%), o que sugere que população negra seja maior do que a autodeclarada, o que não irei considerar, para respeitar o método usado. A pesquisa não estabelece relações entre gênero e raça/cor, nem quanto à orientação sexual, embora seja citada. (FASC, 2016, p. 29 - 31).

Já quanto à faixa etária, verifica-se que 9.9% dos entrevistados tinham de 18 a 24 anos, 28,7% tinham de 25 a 34 anos, 29,1% declararam ter de 35 a 44 anos, 25,3% tinham de 45 a 59 anos e 7% de 60 ou mais.

Os cinco principais motivos para a ida para a rua, conforme a última pesquisa da FASC, são: uso de drogas e alcoolismo próprio, conflitos e/ou maus tratos na família (violência), separação/decepção amorosa, desemprego, morte de algum familiar. Ainda aparecem: não tem família ou não se sente bem na família; perda da moradia; porque gosta/opção; expulsão de casa e uso de drogas e alcoolismo na família de origem; endividamento; sofre ameaça/jurado na comunidade; saída do sistema penitenciário; porque estava doente; porque a família está envolvida com o tráfico; saída da FASE/FEBEM⁴⁹ e outros. (Gehlen *et al.*, 2017, p.34)

Embora faltem dados mais atualizados, nos espaços em que tenho transitado, como as reuniões da Pastoral do Povo da Rua, grupos de apoio e distribuição de alimentos, reuniões na câmara de vereadores etc., é consenso que o número de pessoas com barracas e colchões nos espaços públicos ou

⁴⁹ A FASE, Fundação de Atendimento Sócio-Educativa é o órgão responsável pela execução de medidas socioeducativas no Estado do Rio Grande do Sul, foi criada em 2002, quando passou a executar parte do trabalho que era realizado pela antiga FEBEM, Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, porém adequando-se às orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente.

vendendo e pedindo nas sinaleiras, supermercados, principalmente no Centro Histórico de Porto Alegre tem aumentado consideravelmente.

Paralelamente a este fato, mesmo no período da pandemia, se pôde ver um recrudescimento de ações de remoções de acampamentos provisórios da população em situação de rua e a criminalização das suas principais atividades de geração de renda, como guarda de carros, vendas irregulares e, principalmente, a reciclagem do lixo.

É importante lembrar, também que apesar da constante referência que faço na pesquisa à população em situação de rua, o público desta pesquisa são os estudantes da EPA e, como consta no seu projeto político pedagógico ao definir seu público preferencial, jovens e adultos *em situação de rua e/ou vulnerabilidade social*. A vulnerabilidade social pode ser entendida a partir da definição do Plano Nacional de Assistência Social, PNAS/2004:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004, p. 18-19).

Entendo que este conceito pode ser utilizado tanto para a própria população em situação de rua, como para outros grupos que procuram a EPA, como adolescentes de abrigos ou egressos deles, oriundos do sistema socioeducativo e prisional, além de moradores de comunidades da periferia, vítimas de situações de violência ou abandono e outros que nessa escola se sentem acolhidos.

3.3.1 Rede de Serviços Pop Rua

Outro ponto importante para entender a trajetória da população em situação de rua na cidade de Porto Alegre é conhecer a rede de serviços por onde transitam, espaços como os albergues, os Centro Pops, os restaurantes populares, os serviços de saúde etc. Para entender mais a importância dessa rede, apresento um breve histórico do seu surgimento e consolidação na cidade de Porto Alegre, que tem como foco principal a política de assistência social, mas não deixando de analisar serviços de outras políticas que atendem às necessidades desta população.

A assistência social, em Porto Alegre, até o final dos anos 80, confundia-se com ações assistencialistas, filantrópicas e emergenciais. Ela não tinha um comando único, mas se dividia entre três órgãos: a Secretaria Municipal da Saúde e Serviço Social (SMSSS); a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC) e o Movimento Assistencial de Porto Alegre (MAPA), os dois primeiros de responsabilidade do município e o último uma entidade privada, mas presidida pela Primeira-Dama (esposa do Prefeito). As ações da assistência social eram principalmente voltadas às crianças (creches), pessoas com deficiência, desempregados e flagelados. Existiam dois albergues na cidade, neste período: o Dias da Cruz (PROCEMPA, 2006), pertencente ao Instituto Espírita Dias da Cruz (Criado em 1907), e o Albergue Felipe Diehl (FASC, 2018), da Irmandade Nossa Senhora dos Navegantes (Criado em 1968). A Secretaria Municipal da Saúde e Serviço Social também mantinha um serviço de “plantão social” destinado ao atendimento da população carente, desempregada, migrantes etc. (Biasi, 1996, p. 105;110;113), fornecendo passagens, fotos e exames destinados ao ingresso no trabalho.

No ano de 1988 foi criado primeiro albergue administrado pela prefeitura, o Albergue Municipal Noturno Bom Jesus, que tinha como objetivo “Abrigar pessoas adultas – 28 mulheres e 56 homens – desempregadas e sem condições de pagar moradia, migrantes, egressos hospitalares, indigentes e alcoolistas que permaneciam nas ruas da cidade”. (Biasi, 1996, p. 103).

Em 1993, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul inaugurou um albergue (funcionamento 24h), o Albergue Maria Flor Vieira, que funcionaria até 1999, quando todas as ações de assistência social passaram para

responsabilidade do Município. No mesmo ano (1993) também foi inaugurado o Albergue Marlene⁵⁰, numa parceria do município de Porto Alegre e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da proposição do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Este serviço foi implantado por iniciativa conjunta dos poderes públicos municipal e estadual. Este albergue tinha a característica de não discriminar alcoólatras e usuários de drogas e rompia com a prática de impedir que aqueles que fossem para os albergues tivessem que deixar os seus pertences sendo que muitos, quando abordados pela Ronda Social,

[...] não aceitavam a carona para outros albergues porque sabiam que tinham que deixar ali, no local onde estavam sentados e iriam dormir, as suas latas, os seus panos, seu cachorro. Aquilo é o patrimônio de toda a vida: duas ou três latinhas, quatro ou cinco panos, aquilo é tudo o que a pessoa acumulou durante a sua vida. Não abria mão daquilo e preferia ficar no frio. O Albergue Marlene não faz discriminação quanto ao que se leva, com exceção daquilo que seja considerado legalmente arma (CMPA, 1993).

No ano de 1993, a assistência social em Porto Alegre começa a adequar-se às diretrizes da política nacional da assistência social expressa pela LOAS (Brasil, 1993). Neste ano, a FESC foi definida como o órgão responsável pela política de assistência social na cidade. A SMSSS alterou o seu nome para Secretaria Municipal de Saúde (SMS), transferindo as ações de assistência social para a FESC, enquanto o MAPA é extinto. No ano de 1994 foi criado o Serviço Social de Rua, que substituiu a Ronda Social do Estado, alterando as funções de retirar compulsoriamente quem estivesse nas ruas, fortalecendo uma lógica de acolhimento e inserção em programas sociais. Em 1995 foi criado o Abrivivência, unificando o Abrigo Municipal Marlene com uma Casa de Convivência, que posteriormente passou a funcionar em espaço próprio, ampliando suas funções. O Albergue Municipal Bom Jesus foi reordenado, em 1997, passando a atender em turno integral, como Abrigo Municipal Bom Jesus.

A rede é ampliada em 1999 com a criação da Casa de Inverno, espaço de acolhimento que funcionava durante os meses mais frios do ano⁵¹, sendo que,

⁵⁰ Nome dado em homenagem à uma senhora em situação de rua que faleceu no Viaduto Obirici sem qualquer assistência dos poderes públicos (CMPA, 1993, s.p.).

⁵¹ Durante os meses mais frios do ano, a FASC desencadeia a Operação Inverno, quando normalmente eram ampliadas as vagas em serviços próprios e conveniados, a Casa de Inverno inicialmente funcionava neste período tendo como objetivo oferecer mais vagas à PSR. Ver Albergue (2005).

no segundo ano de funcionamento (2001), transformou-se no Albergue Municipal, que passou a funcionar durante todo o ano. A partir de então, a FASC, além dos seus dois abrigos (Marlene e Bom Jesus) passou a contar com o Albergue Municipal⁵² (espaço próprio) e os Albergues conveniados, Dias da Cruz e Felipe Diehl.

No ano de 2007, foi implantado o Programa Ação Rua, voltado a abordagem e educação social de rua para crianças e adolescentes, contando com núcleos regionais, cada um “composto por dois técnicos sociais (preferencialmente 1 Psicólogo e 1 Assistente Social, 44h cada), 4 educadores sociais (44h) e 01 coordenador (12h a 44h semanais)” (FASC, 2006, p. 8), neste período a abordagem da população adulta em situação de rua era feita por equipes vinculadas ao CREAS.

Durante os anos de 2010 e 2011, visando se adequar às orientações do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a FASC realizou o reordenamento dos seus serviços, onde foi constituída rede de 22 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), para o atendimento das comunidades e 9 Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) e um Centro Pop, que foi inaugurado em 2011 (FASC, 2013, p. 8).

Em 2014, o Projeto Ação Rua passa por uma reestruturação para atender as orientações do SUAS, sendo que os serviços de educação social de rua (Ação Rua), que atendem a todas as regiões da cidade passaram a se vincular aos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) de cada região.

Em 2015 ocorre finalmente a reorganização da estrutura da FASC (reordenamento conforme o Sistema Único da Assistência Social - SUAS), com o atendimento à PSR sendo realizado por 9 CREAS, 2 Centros Pop e a partir de 2016, também um Serviço de Convivência para a População Adulta, através de convênio com a Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher. (Cunda, p. 239 e 240) e os abrigos e albergues já citados.

⁵² A Casa de Inverno funcionava na Travessa do Carmo, Bairro Cidade Baixa, durante os meses de inverno, o Albergue Municipal, passou a ter um caráter permanente, tendo funcionado em dois outros endereços, todos próximos ao Centro Histórico, onde se concentra a maioria da PSR. Ver Albergue (2003).

Os núcleos do Ação Rua em 2018, a partir da assinatura de novos termos de colaboração⁵³, passam a atender também a população adulta em situação de rua, de forma regionalizada, vinculados aos CREAS, conforme orientações do SUAS.

No ano de 2019, após o fechamento dos Centros Pop próprios, a FASC adotando o modelo de contrato de parcerias com organizações da sociedade civil (OSCs), inaugura três novos Centros Pop⁵⁴, que passam a compor a rede de atendimento à PSR. Neste ano, também foi fechado o Albergue Municipal e inaugurados dois albergues parceirizados⁵⁵, o Acolher I e o Acolher II.

A FASC, em 2020, no início do período da Pandemia Covid 19, rompeu o convênio com a Irmandade Nossa Senhora do Navegantes – Albergue Felipe Diehl – porém o prédio foi requisitado pela Prefeitura, para que fosse mantido o atendimento, através de contrato de parceria com o Instituto Renascer, com o nome de Albergue Renascer. A execução deste serviço de caráter provisório, foi encerrada em 2022.

Com estas modificações, a FASC passou a dispor de cinco acolhimentos institucionais para indivíduos em situação de rua, três albergues parceirizados com atendimento de 12 horas (19h às 7h), representando 239 vagas de atendimento noturno: Dias da Cruz (90 vagas), Acolher I (75 vagas) e Acolher II (74 vagas) e dois abrigos de 24 horas, um próprio (Abrigo Municipal Marlene — 60 vagas) e um conveniado em prédio próprio (Abrigo Bom Jesus — 50 vagas), há também outros espaços de acolhimento institucional, como república, abrigos para famílias, idosos, abrigos para mulheres, para imigrantes, para pessoas com deficiência, porém não específicos para a população em situação de rua, além de 17 equipes de educação social de rua – Ação Rua – vinculadas aos CREAS e distribuídas em todas as regiões da cidade (FASC, 2023).

Atualmente (2023), a cidade dispõe de um restaurante popular na região Centro e mais 5, em outros bairros da cidade, oferecendo um total de 1000

⁵³ Os termos de colaboração e demais documentos que embasam esta mudança podem ser acessados através do Sistema de Gestão de Parcerias (SGP) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA, 2018).

⁵⁴ Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Ver https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf

⁵⁵ O Albergue Municipal era um equipamento próprio da FASC, após seu fechamento foi efetuado um contrato de parceria com uma organização da sociedade civil para execução do serviço.

refeições diárias, de segunda a sexta e mais 200, na região Centro, nos sábados e 200, nos domingos. Os restaurantes populares fazem parte do programa Prato Alegre, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Em relação à saúde da PSR, verifica-se que Porto Alegre possui cinco equipes de Consultórios na Rua, sendo quatro de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) e outro de responsabilidade do Grupo Hospitalar Conceição. Outros serviços muito acessados por esta população são os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPS A/D), com oito unidades distribuídas pela cidade, sendo que na Região Centro, que tem o maior número de população em situação de rua, funciona um CAPS A/D IV, que além de ter atendimento 24h, como os demais, se encontra inserido em área de uso⁵⁶ e possui vinte leitos de observação e monitoramento.

No período da pandemia, além de modificações em alguns destes espaços, foram oferecidos outros serviços, como o Centro Pop Estadual, outro albergue municipal, além da distribuição de cestas básicas, lanches e a possibilidade de higiene em alguns espaços regionais. Estes serviços foram desativados após este período.

Também foi ampliada a oferta de acesso a espaços provisórios de moradia, através de programas como o “Moradia Primeiro”, aluguel social e auxílio moradia⁵⁷, ações importantes, porém não suficientes diante da amplitude da população necessitada. Conforme afirmações dos movimentos da população em situação de rua e apoiadores (CMPA, 2022), a efetividade destes programas não foi atingida por vários motivos: dificuldade de oferta de imóveis nas regiões de maior concentração da população em situação de rua, más condições dos locais ofertados (pensões/hospedarias), limites de tempo para a oferta dos auxílios, sendo que a maior parte desta população continua ainda nas ruas, viadutos, parques e praças da cidade.

3.3.2 A PSR: necessidades, estratégias, relação com o trabalho

⁵⁶ Locais onde a população atendida costuma fazer uso de álcool e outras drogas.

⁵⁷ Repasse em dinheiro para ser utilizado no pagamento de aluguel ou hospedagem.

São muitas as situações que levam homens e mulheres a buscar a rua como espaço de vida, mas embora esta alternativa, em alguns momentos, seja até uma possibilidade de solução para problemas maiores, continua sendo necessário garantir a própria sobrevivência.

Em “A Ideologia Alemã”, Marx afirma: “Mas da vida fazem parte, acima de tudo, comer e beber, habitação, vestuário e algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material”. (Marx, 2019, p. 23) Tal constatação, não é diferente para nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos. Mesmo com a saída para as ruas, se mantêm as necessidades de abrigo, de proteção, de um teto, mesmo que seja a “aba” (marquise) de um prédio ou a vaga no albergue. A falta do calor de um lar, pode ser minimizada por papelões ou cobertores recebidos através de doações, mas o alimento, a água, o local para higiene continuam sendo essenciais. Dar conta destas necessidades é prioritário para a população em situação de rua, embora ressignificando algumas delas, na rotina da sobrevivência diária, essas continuam fazendo parte de sua vida.

Como já foi apontado acima, há uma série de equipamentos públicos que se apresentam como alternativas para o atendimento às necessidades desta população: os restaurantes populares, Centro Pops e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Abrigos e Albergues, organizações da sociedade civil que distribuem alimentos e roupas etc. Mas, mesmo acrescentando as doações de alimentos colocados em saquinhos nas árvores (os macaquinhos), as sobras dos restaurantes oferecidas após a saída do último cliente ou mesmo o centenário “Sopão do Pobre”, que oferece o alimento quente, nos dias gelados do Sul, não é possível dar conta de todas as suas necessidades, sendo que, somente através do trabalho é que eles podem dar conta delas.

Embora historicamente tratados como vagabundos, mendigos e outras terminologias degradantes, na realidade a maior parte da população em situação de rua vive do seu trabalho e através dele supre, pelo menos parte de suas necessidades

Na última pesquisa sobre a população de rua realizada pela FASC⁵⁸, em 2016, denominada “Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua em Porto Alegre/RS”, 80,8% afirmam possuírem profissão”. (FASC, 2016, p. 58), sendo que declararam como as principais profissões que tiveram na sua vida, primeiramente as relacionadas à construção civil (Carpinteiro, Serralheiro, Marceneiro, Pedreiro, Azulejista, Hidráulico, Eletricista) em primeiro lugar, com 23,9%; Pintor e Auxiliar de Pintura, 7%; Serviços Gerais, 7%; Doméstica/Faxineira/Babá, 5,1%; comércio (Vendedor, Balconista, Comerciante, Comerciarío), 5,1%; Segurança/Guarda/Vigilante, 5,1%; Cozinheiro/Padeiro/Confeiteiro, 4,3%; Papeleiro e Carroceiro, 4,1%; Motorista, 3,5%, e Lavador de Automóveis, com 3%. Já, quando em situação de rua, as 10 primeiras atividades ocupacionais destinadas à sobrevivência informadas foram: catadores de materiais recicláveis/reciclagem, 23,9%; jardinagem, 14%; lava carros/guarda carros/flanelinha, 12,8% (estas representando 50,7% do total das atividades). Após vindo: pede/achaca, 9,9%; faz programa/prostituição, 8,8%; construção civil, 6,3%; vendedor de rua, 5,7%; bico/biscate, 5%; limpeza faxina, 3,1%; nada, 3,1%; distribui panfletos, 2,7; artesanato, 1,1%; carga e descarga, 1,1% e outro, 2,5%. (Carpinteiro / Serralheiro / Marceneiro / Pedreiro / Azulejista / Hidráulico / Eletricista)

A análise dos dados da pesquisa da FASC permite observar o processo de precarização do trabalho, porque passam estas pessoas, pois na maioria dos casos é verificada uma inserção anterior no mundo do trabalho formal e, posteriormente em situação de rua, a migração para ocupações informais, muitas delas irregulares e até ilegais. A ocupação que inclui o maior percentual dos entrevistados, a de catador de materiais recicláveis, está passando por um processo de criminalização na cidade com a intenção da implementação de uma lei municipal de 2008 que proíbe o trânsito de carroceiros (já impedidos) e carrinheiros, que ainda se mantém por terem obtido sucessivos prazos de adiamento. Com a insistência da prefeitura em fazer cumprir esta lei, o que deixaria sem trabalho muitas pessoas em situação de rua e também de comunidades, em 14 de novembro deste ano (2023) foi realizada nova reunião

⁵⁸ A pesquisa foi realizada através de parceria entre a FASC e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, com a participação de representantes do Movimento Nacional da População de Rua e do Jornal Boca de Rua.

na Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos (CEDECONDH), buscando a suspensão parcial da lei ou novo prazo para o impedimento da atividade, até ser encontrada uma alternativa para os que sobrevivem dela (CMPA, 2023a). Após diversas reuniões se estabeleceu um novo prazo até junho de 2024.

3.3.3 A PSR e os Movimentos Sociais

Conforme Lima e Oliveira (2012), há relatos sobre a organização da população em situação de rua em Porto Alegre, desde o ano de 1991, quando são feitas referências à criação do Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua (MDM), em Porto Alegre. Um morador de rua chamado Luís Antônio de Almeida Flores, conhecido como Lula, dá início ao movimento, que visava organizar e estimular os moradores de rua a debaterem os principais problemas enfrentados no seu cotidiano, em encontros semanais, buscando solucioná-los, de maneira coletiva e participativa. (Lima e Oliveira, 2012, p. 166)

No ano de 1994, a FESC — em parceria com a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (FSS/PUC) do Rio Grande do Sul — realizou a pesquisa “A Realidade do Morador de Rua em Porto Alegre”, onde foram encontradas 222 pessoas vivendo em situação de rua. A devolução dos dados da pesquisa para esta população proporcionou outro importante momento de participação social. Esta devolução ocorreu em 1995, no I Encontro de Moradores de Rua de Porto Alegre, no Sopão do Pobre⁵⁹, quando, também foi formada a Comissão de Rua, que teve o objetivo de discutir o planejamento e efetivação do Abrivivência, espaço da FASC, inaugurado no mesmo ano, onde funcionou abrigo e casa de convivência, sendo um importante espaço de incentivo à participação social e política da população em situação de rua. A comissão de rua desempenhou sua tarefa, se constituindo como espaço de participação nas políticas públicas, conforme pressupostos da LOAS para descentralização da Assistência Social que no seu artigo 5º, inciso II, aponta a “participação da população, por meio de organizações representativas, na

⁵⁹ Entidade filantrópica que oferece alimentação à população necessitada, ainda em funcionamento (Sociedade Espírita Ramiro D'Ávila).

formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1993), como diretriz na organização da assistência social.

Após a inauguração do Abrivivência, foi instituída uma rotina participativa onde nas “assembleias sistemáticas os usuários pensam rotinas, serviços, resultados, enfim o processo de trabalho em constante construção e aprimoramento” (Barrili; Araújo; Bulla, 1998, p. 101). Este serviço foi um espaço de apoio às iniciativas dos movimentos, conforme Lima e Oliveira falam do apoio ao projeto do Movimento do Direitos dos Moradores de Rua (MDM) (Lima; Oliveira, 2012, pp. 166-167) desde seu período original.

Em 1998, a articulação entre o Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua (MDPR)⁶⁰ e o Movimento da População de Rua⁶¹ possibilitou que a população em situação de rua elegeisse um representante para o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), disputando a eleição para conselheiros, pela região Centro de Porto Alegre (Pizzato, 2012, p. 80). Desta forma, crescia a mobilização e participação da população em situação de rua na cidade. Conforme a autora:

Em 1999, foi grande a mobilização e participação da população em situação de rua nas instâncias políticas da cidade. Neste período, a população de rua passou a ter maior visibilidade e a ser reconhecida em Porto Alegre a partir de sua presença e atuação em fóruns e manifestações dos movimentos sociais na cidade, conferências municipais, estaduais e plenárias do orçamento participativo (Pizzato, 2012, p. 80).

O ano de 1999 também foi marcado pela primeira edição de um projeto voltado à população em situação de rua, de iniciativa da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC), setor de Economia Popular Solidária, o projeto Reinserção na Atividade Produtiva (RAP), que possibilitava a formação para o trabalho, com qualificação profissional e estágio supervisionado junto a secretarias e órgãos do município, com pagamento de bolsa, lanche, almoço, vale-transporte, uniformes, seguro e Equipamento de Proteção Individual. O

⁶⁰ Acredito que a citação de Pizzato (2012) do Movimento dos Direitos da População de Rua (MDPR), deve se referir ao mesmo Movimento de Direitos dos Moradores de Rua (MDM), sendo variantes usadas para o mesmo movimento, uma vez que não havia registro formalizado destes nomes.

⁶¹ Outro movimento participativo da população em situação de rua que, conforme os autores citados, existia no momento.

projeto, que se desenvolveu sob acompanhamento da FASC⁶² (CMAS, 2007, p. 3 – 9). De acordo com Farias (2007, p. 95), também participaram do RAP o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU), a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV). Encontra-se referência também da participação da Carris e da Secretaria Geral (de Governo).

No ano de 2000, é criado o Jornal Boca de Rua, redigido e vendido pela população em situação de rua com o apoio da organização não governamental Agência Livre para a Informação, Comunicação e Educação (ALICE). O jornal inicia reunindo-se na rua,

O veículo nasceu sem teto, como seus integrantes. A “redação” era a praça do Cachorrinho⁶³, na frente do colégio Rosário. Desde este inverno, no início do século, o Boca se tornou um patrimônio da cidade. Migrou para o Parque da Redenção, Bandeirão, Restaurante Popular e, atualmente, sede do Grupo de Apoio e Prevenção da Aids (GAPA). (ALICE, 2021).

Posteriormente o Boca de Rua se reuniu na EPA e no Largo Zumbi dos Palmares ao retomar as atividades presenciais interrompidas no período da pandemia de Covid 19.

Conforme Roque Graziola, também no ano 2000 a Fundação Solidariedade participou do processo formativo do RAP.

Enquanto isso, o MDM continuava a mobilizar a população em situação de rua, vindo a conquistar no Orçamento Participativo de 2001 um galpão de reciclagem para 36 famílias (Lima e Oliveira, 2012, p. 167), tendo, porém se desarticulado e encerrado suas atividades logo após esta conquista.

Alguns anos depois da desarticulação do MDM, a organização ALICE promoveu uma reunião entre antigos membros do MDM e outras pessoas em situação de rua, o que veio a dar origem ao Fórum da População Adulta em Situação de Rua, que tinha como objetivo “[...]conscientizar seus integrantes

⁶² No primeiro ano FESC, sendo alterado para FASC, somente a partir de 2000.

⁶³ Praça Dom Sebastião, local assim apelidado por funcionar uma tradicional “carrocinha” de cachorro-quente (lanche) da cidade.

acerca das questões sociais que abarcam a situação de rua, bem como da importância dos movimentos participativos [...]” (Lima; Oliveira, 2012, p. 167).

Em 2004, a FASC realiza o primeiro convênio para oferta de alimentação para a população de rua, estabelecendo uma parceria com o Bandeirão Popular Gaúcho, após a aprovação do CMAS (PMPA, 2004, p.12).

Um ano depois, em 2004, ocorre o massacre da Sé em São Paulo e, a partir daquele ano, o dia 19 de agosto, data da chacina, é definido como o Dia de Luta da População em Situação de Rua, em todo o país, passando a ser realizados atos alusivos a esta data todos os anos em Porto Alegre.

Naquele ano, também foi constituída a Associação de Catadores Novo Cidadão (ACNC), sob o viaduto Conceição (Andersson, 2005, p. 88 e 89). Conforme Roque Graziola, esta organização tem origem na discussão com a população em situação de rua, iniciada em 2000, quando a Fundação Solidariedade (FUNDSOL) participava do processo formativo do RAP, auxiliando em sua organização, através da reciclagem de resíduo sólido e da reivindicação de outras políticas, como alimentação de qualidade e habitação (Graziola, 2011, p. 12). Conforme descreve Graziola: “Entre a sua fundação e o ano de 2008 a ACNC oscilou entre momentos de intensa mobilização, tendo participado, inclusive, do Programa Municipal de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos e momentos de inatividade, por razões organizativas internas” (Graziola, 2011, p. 12 – 13).

Em 2005, representantes dos movimentos da população em situação de rua em Porto Alegre participaram do I Encontro Nacional da População em Situação de Rua, em Brasília. Neste ano também, dentro da campanha contra fome, que tinha Betinho⁶⁴ como grande ícone, foi inaugurado um Restaurante Popular na rua da Conceição, na frente da Estação Rodoviária de Porto Alegre, com repasses Federais e Estaduais e a execução pela Ação da Cidadania Contra a Fome.

Em 2008, intensifica-se a violência por parte dos agentes públicos estatais, municipais e estaduais, com denúncias de espancamentos por parte da Brigada Militar, recolhimento de carrinhos, sacos, sacolas de roupas, colchões e

⁶⁴ Herbert de Souza, conhecido como Betinho, nos anos 1990, liderou a campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (campanha contra a fome), mobilizando a sociedade brasileira para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades.

cobertores e ações de “higienização” realizadas por órgãos municipais, atingindo as pessoas em situação de rua com jatos d’água. (Graziola, 2011, p. 13). Destas denúncias, resultou uma audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e a formação de um Grupo de Trabalho (GT) envolvendo a Procuradoria de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual, órgãos governamentais e Movimentos Sociais. Não tendo grande efetividade o GT, a ACNC, saindo do Viaduto Conceição, passou a realizar ocupações de prédios abandonados, “abas” (marquises) e mesmo parte do prédio do Restaurante Popular.

Em 2008, também, surgia o Movimento Aquarela da População em Situação de Rua – MAPR. Conforme Dornelles, Obst e Silva (2012) o desencadeamento deste movimento ocorreu a partir de assembleias e atividades coletivas que ocorriam junto às equipes da Casa de Convivência e o Serviço de Atendimento Social de Rua. A partir de entrevista dada pelos seus dirigentes, fica explícito o comprometimento político deste movimento com a transformação político, social e cultural da vida das pessoas em situação de rua, opondo-se ao modo capitalista de produção. Assim, seus princípios eram:

[...]organizar a população de rua, conscientizando-a de sua situação de opressão e exclusão; lutar por seus direitos e defender-se das violências e arbitrariedades; promover a educação em direitos humanos e lutar pela garantia desses direitos; defender a punição dos responsáveis pelas violações de direitos e a reparação das vítimas; garantir a autonomia do movimento para além dos interesses institucionais, partidários, considerando a pluralidade e reforçando sua opção de classe em favor dos oprimidos. Desta maneira, o MAPR entende estar caminhando para a construção de uma nova sociedade. (CORRÊA, 2010, p. 1)

Como tramitava na Câmara de Vereadores um projeto do então vereador Sebastião Melo, do PMDB, atual prefeito de Porto Alegre, que tinha o objetivo de proibir a circulação de veículos de tração animal e, possivelmente, estender a proposta aos conhecidos como carrinheiros, que coletavam material reciclável, o MAPR passou a articular-se com o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCMR). A partir desta articulação, vieram a saber da existência do Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua (MNPR), em diversos Estados. A partir daí, o Movimento Aquarela passou a se articular com o MNRP de 2008 a 2010.

A ACNC, em 2009, realizou encontros no Restaurante Popular, envolvendo em torno de 20 a 25 pessoas, vindo a articular-se para a participação na Conferência Municipal de Assistência Social, para as plenárias do Orçamento Participativo e para as conferências locais e regionais preparatórias da Conferência Nacional da Segurança e Direitos Humanos.

Após 2010, ocorre um período de desarticulação do Movimento Aquarela da População de Rua, que retoma as atividades em 2013, decidindo, a seguir, junto com integrantes do Movimento Começar de Novo, do Fórum da População Adulta em Situação de Rua e com apoio do Jornal Boca de Rua a formarem o Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Sul (MNPR do RS).

A partir daí, o MNPR tem tido forte participação em diversas instâncias (Campos *et al.* 2017, p. 190 – 195), como encontros e congressos nacionais. Sua participação foi efetiva para a garantia de direitos da população em situação de rua. Entre ações de destaque podem ser lembradas a luta pela constituição do Centro Nacional de Defesa, e a Patrulha de Direitos Humanos, em 2013, articulando as Defensorias Públicas e as Promotorias de Direitos Humanos do Ministério Público na defesa das situações de violações de direitos.

A ACNC, a partir de julho de 2010, passa a identificar-se como Movimento Começar de Novo (MCN).

O MCN buscava realizar ações de formação, atividades laborais de geração de trabalho e renda, a participação em fóruns, formulação de políticas públicas de habitação, trabalho e renda, proteção e assistência social, apropriação dos direitos, orientação alimentar, saúde, alfabetização. (Grazziola, 2011, p.15)

Em 2011, foi realizada a pesquisa Cadastro e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua, publicada em 2012, onde foram identificados espaços de participação da população em situação de rua. Quanto ao conhecimento e participação da PSR, vários espaços são citados, sendo o Jornal Boca de Rua, o Orçamento Participativo, o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS – GAPA, os que foram apontados como os mais conhecidos. O grupo Realidade da Rua, que era composto integrantes do Jornal Boca de Rua e fazia parte do Projeto Hip Hop do GAPA, o Fórum das Pessoas em Situação de Rua,

o Grupo Nuances e o Orçamento Participativo foram os mais indicados no item participação (Dornelles; Obst; Silva, 2012, p.77).

Os movimentos da população em situação de rua de Porto Alegre, participaram do I e II Encontros Nacionais para a População em Situação de Rua em 2005 e 2009, do I Congresso Nacional do Movimento da População de Rua, em Salvador, em 2012.

O Sistema Único da Assistência Social em Porto Alegre foi implantado através do Decreto nº 17.256 de 05/09/2011 (PMPA; 2011).

Em 2011, também foi apresentado o Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua e instituído o Comitê Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua. A população em situação de rua, segundo o Decreto 17.111/2011 (Porto Alegre, 2011), foi representada pelo Movimento Aquarela, Fórum da População Adulta em Situação de Rua, Jornal Boca de Rua, Movimento Começar de Novo, Associação dos Moradores de Rua e por pessoas em situação de rua.

Em 2012, o I Congresso Nacional da População em Situação de Rua, com o tema: Protagonizando Histórias e Garantindo Direitos, foi realizado em Salvador, sendo necessários dois ônibus para levar os representantes dos três estados da Região Sul do país (Dornelles; Obst; Silva, 2012, p.82).

Em 2013, é constituído em Porto Alegre o Movimento Nacional da População de Rua, seção Rio Grande do Sul (MNPR/RS), sendo integrado por participantes do Movimento Aquarela da População de Rua, do Movimento Novo Cidadão e do Fórum da População Adulta em Situação de Rua. O Jornal Boca de Rua contribuiu na constituição deste movimento. (Grazziola, 2011, p. 16-17).

O Restaurante Popular foi fechado, com a interrupção do convênio, que havia sido transferido, em 2010, para o Centro Social e Cultural Evangélico Betel⁶⁵, por falta de alvará sanitário e plano de proteção contra incêndio (Gularte, 2014). Começa aí uma mobilização que envolveu diversos parceiros para a reabertura do deste serviço, tão importante para a PSR.

Desde o primeiro seminário do MNPR/RS, no final de 2013, essa pauta era apontada como uma das lutas do Movimento. Em setembro de 2014, o MNPR/RS começou a fazer uma pressão mais intensa para a reabertura do restaurante. Realizou atos públicos, participou de

⁶⁵ A ata do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, relata a transferência da administração ocorrida no ano de 2010 (CMAS, 2010)

reuniões do CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar), participou de várias reuniões com agentes do Estado e do Município (pois era necessária uma parceria entre os dois entes para reabrir o espaço), e participou de um grupo para pensar o funcionamento do novo espaço. Em agosto de 2015 o Restaurante Popular reabriu de forma provisória, funcionando dentro do albergue municipal, e em fevereiro de 2016 em seu local definitivo, nas proximidades do albergue. (Leite, 2016, p. 78)

Em dezembro de 2013, foi inaugurado o Centro Pop II (FASC, 2016b), decidindo a FASC, com a abertura dos dois Centros Pop, fechar a Casa de Convivência II (Ilê Mulher), o que ocorreu no final de 2014.

Jacobsen (2014) já cita que a População em Situação de Rua procurava se organizar, em 2014, em espaços coletivos com barracas, o que chamavam de aldeia. No seu trabalho ela apresenta uma ocupação que existia ao lado da Câmara Municipal de Porto Alegre, falando do seu cotidiano e do modo de vida no local e do sentimento de medo de um despejo por parte dos órgãos públicos. Ela não informa até quando esta ocupação permaneceu.

O MNPR sempre buscou a articulação com outros movimentos sociais, participando de diversas lutas, como para evitar o fechamento da EPA, em 2014, quando a prefeitura municipal resolveu encerrar suas atividades. Em 2016 lutou pela reabertura do Restaurante Popular, que havia sido fechado. Ele também participou de campanha para garantir o atendimento da população em situação de rua nas unidades de saúde, mesmo sem comprovante de endereço e, em 2017.

Desde a implantação da Política Nacional da População em Situação de Rua, a participação do MNPR tem sido constante nos Comitês Intersetoriais de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População de Rua – CIAMP Rua nos níveis municipal, estadual e nacional.

Em 2015, foi instituído o Plano Municipal de Atenção à População de Rua e o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (PMPA, 2015). O Comitê tinha nove membros titulares e nove suplentes da PSR, decididos em fórum próprio do Movimento da População de Rua.

Como objetivo de fazer valer a lei 10531/2008, de autoria do, então vereador, Sebastião Melo⁶⁶, que proíbe a circulação de carroceiros e carrinheiros

⁶⁶ Hoje prefeito da capital do RS.

nas ruas da cidade, a prefeitura começou a implementar medidas com este objetivo como o pagamento de indenizações pelas carroças e a busca da inserção dos carroceiros em programas de formação para o trabalho com bolsas remuneradas o que foi realizado a partir do programa Todos Somos Porto Alegre.

Como os carrinheiros também tinham sido incluídos na referida lei, o programa também tentou abranger este grupo. Nas áreas de maior concentração como o Centro Histórico, a avenida Ipiranga e a região Humaitá-Navegantes, o subprojeto “Busca Ativa” foi realizado pela Fundação Solidariedade de 2015 a 2016.

Conforme relatório desta fundação, não foi possível desenvolver alternativas que atendessem os carrinheiros, pois mesmo encaminhando diversos para cursos, não houve inserção no mercado de trabalho.

Ao total, foram matriculados 22 sujeitos em situação de rua para os cursos de qualificação, 06 sujeitos concluíram os cursos; contudo não houve nenhuma inserção posterior no mercado de trabalho (FUNDSOL, 2016 p. 45: 46).

Ocorreu, também, uma resistência organizada dos movimentos de catadores, que contou com o apoio social e político de diversas entidades e de alguns vereadores, com isso, o prazo para o encerramento das atividades foi adiado de 2017 para 2020. Embora neste período tenham iniciado as pressões para o encerramento da atividade, estas ficaram mais acirradas a partir de 2021, momento que o autor da lei foi eleito e assumiu a prefeitura de Porto Alegre.

Foi realizada uma pesquisa com a população em situação de rua, que foi publicada em março de 2016, realizada pela FASC e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS, com a participação de "representantes da população em situação de rua". (Campos et al, 2017, p. 24 e 25). Neste estudo foram identificadas 2115 pessoas em situação de rua (FASC, 2016a, p. 8).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a População Adulta (SCFV) foi inaugurado no final de 2016, com prioridade de atendimento para pessoas em situação de rua. Foi realizado através de parceria com a Instituição Cultural e Beneficente Ilê Mulher, atendendo 90 pessoas por dia, (45 por turno) com atividades socioculturais, educativas e oficinas de formação e preparação para o mundo do trabalho (FASC, 2016b).

A ação do MNPR e seus apoiadores, através de intensa luta no Comitê Municipal de Políticas para as Pessoas em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) e da sua participação nas negociações com o governo municipal da época, possibilitou que o mesmo prédio fosse escolhido para ali ser reinaugurado o Restaurante Popular. O MNPR também apresentou sugestões para a reforma do espaço e para questões relativas ao funcionamento e processo de acolhimento no local.

Em 2017, com a participação do Jornal Boca de Rua (ALICE), o MNPR e parceiros, foi realizada uma audiência na Assembleia Legislativa RS, denunciando assassinatos e mortes violentas que têm vitimado a população em situação de rua (Scardoelli, 2017).

Em 8 de abril de 2018, cerca de 30 pessoas em situação de rua ocuparam um terreno pertencente ao município de Porto Alegre, instalando ali a Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares, ligada ao Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Conforme relatado por Hübler (2018), a ocupação estava localizada ao lado da Praça Júlio Mesquita, nas proximidades da Usina do Gasômetro, no Centro Histórico da Capital. Este terreno havia sido cedido para uma associação de funcionários do Departamento de Esgotos Pluviais em troca da liberação da área antiga que ocupavam na av. Ipiranga, para uma obra do Orçamento Participativo. Com a desativação da associação, o espaço ficou abandonado e então, conforme relatado na reportagem, “o imóvel estava ocupado por antigos funcionários municipais que locavam o espaço para estacionamento” (Hübler, 2018). Tendo sido cumprida uma decisão judicial de desocupação contra eles, sete meses depois, ocorreu esta ocupação, visando o uso do espaço para moradia.

Apesar do apoio das Defensorias Públicas do Estado e da União, em 23 de julho, com pouco mais de três meses, foi realizada a reintegração de posse do espaço, sendo oferecida a ida para equipamentos da Fasc, o que não foi aceito pela maioria e o cadastramento para o “Moradia Primeiro”, iniciativa que não se concretizou.

Após a reintegração de posse, algumas pessoas em situação de rua constituíram uma nova aldeia da PSR, entre a Câmara de Vereadores e a área, então prevista, para o Teatro da Orquestra Sinfônica Porto Alegrense – OSPA, que iniciava as obras estruturais, posteriormente interrompidas. Como havia

estudantes da EPA neste espaço, visitei a ocupação com colegas da escola para conhecer o local. Esta ocupação não teve muita notoriedade, talvez pela preocupação com não chamar atenção, para evitar uma nova reintegração de posse, isso, porém ocorreu alguns meses depois.

No dia 1º de agosto do mesmo ano, conforme relata Ferreira (2018), ocorreu outra remoção num espaço onde se concentrava muitas pessoas em situação de rua, a área embaixo do Viaduto Otávio Rocha⁶⁷. Conforme a reportagem,

O viaduto da Borges abrigava dezenas de pessoas e famílias sem um teto para viver. A remoção dessas pessoas foi realizada pela Brigada Militar, que é a polícia militar do Rio Grande do Sul, e pelo Departamento de Mobilidade e Limpeza Urbana⁶⁸ (DMLU) (Ferreira, 2018)

Neste ano, no 21 de agosto, foi realizada uma grande manifestação, passando pelo viaduto onde havia sido feita a remoção, denunciando a Prefeitura Municipal, pelas remoções que estavam sendo feitas sem a apresentação de nenhuma alternativa definitiva,

Moradores em situação de rua, integrantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e apoiadores realizaram uma manifestação na tarde desta terça-feira (21) em Porto Alegre (RS). Com um megafone, os manifestantes dialogaram com a população do centro da cidade, denunciando as remoções promovidas pela prefeitura na região. Além disso, ato foi em alusão ao Dia de Luta e de Luto da Pop Rua, que acontece em diversas cidades brasileiras, rememorando os 14 anos de impunidade do massacre da Praça da Sé (Ferreira, 2018)

Ainda em 2018, foi instituído o novo Plano Municipal de Superação da Situação de Rua, onde não havia referência ao Comitê Pop Rua, mas a um “Comitê de Apoio” (PMPA, 2018), que envolveria a Sociedade Civil, embora o primeiro continuasse em atividade.

Em maio de 2019, novamente, o Restaurante Popular, que funcionava junto ao SCFV, foi novamente fechado por problemas administrativos, gerando nova mobilização do MNPR e do Comitê Pop Rua. Foi realizada uma reunião da

⁶⁷ Também conhecido como Viaduto da Borges.

⁶⁸ Retificando a informação constante na reportagem, o DMLU é o Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia com a participação de várias entidades parceiras, como o Fórum Inter Rua, o CMAS, a Pastoral do Povo da Rua, sendo chamada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) para representar a Prefeitura. A Secretaria comprometeu-se com a abertura de novos restaurantes, o que ocorreu após um período de distribuição provisória de refeições no Ginásio Tesourinha (Maia, 2019). Hoje, a cidade tem um restaurante popular na região Centro e quatro em diferentes locais⁶⁹. Os restaurantes populares fazem parte do programa Prato Alegre, de responsabilidade da SMDS.

Em 2020, durante a pandemia de Covid 19, a partir de uma reunião realizada, em março, na EPA, foi criado um grupo suprapartidário, de entidades que realizavam ações de apoio à PSR, sendo encaminhadas à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sugestões de ações de proteção à população em situação de rua, como acesso à água, banheiros, ações de saúde e alimentação. Não entendendo que estas solicitações tivessem sido atendidas o grupo ainda encaminhou ofícios à Promotoria de Justiça e Defesa de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual (Rio Grande do Sul, 2020). Como a maioria das solicitações não foram atendidas vários dos grupos passaram o período da pandemia realizando ações de distribuição de alimentação e materiais de higiene. O Grupo Amada Massa manteve-se em funcionamento com apoio dos parceiros, realizando atividades de apoio à PSR, como a distribuição de lanches pela manhã. O Jornal Boca de Rua, suspendeu as reuniões, mas criou a possibilidade de assinaturas on-line de apoio. A EPA atuou como espaço de apoio distribuindo refeições até ser decretada a bandeira preta na cidade, que determinava o fechamento total do seu espaço.

Em 2021, a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, anunciou o Plano Ação Rua Adultos, com metas de ampliação de serviços e de diminuição da população em situação de rua da cidade.

O MNPR manteve-se em funcionamento, através de grupo de WhatsApp, participou de reuniões do Comitê e realizou, no mês de setembro de 2021, após

⁶⁹ Ver página da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/restaurantes-populares>

a pandemia da Covid-19, um seminário discutindo sua carta de princípios, o fundo solidário, a ida para o Congresso Nacional da População em Situação de Rua e o planejamento de ações para o próximo período, inclusive no acompanhamento do Plano Municipal. Nesse ano, o MNPR voltou a se reunir regularmente, todas as sextas-feiras algumas vezes na EPA e outras em praças e viadutos.

A participação do MNPR na Pastoral do Povo da Rua tem sido constante, estando presentes em atividades como confraternizações, mostras e missas no Dia Mundial do Pobre⁷⁰, na Catedral Metropolitana em 2021 (Oliveira, 2021), 2022 e 2023.

No ano de 2022, o MNPR, também participou do Fórum Social das Resistências no mês de abril. No mês de agosto, esteve presente na Semana do Povo da Rua, promovida pela Pastoral do Povo da Rua (de 16 a 19 de agosto) e organizada coletivamente, onde ocorreram diversos eventos: conversa híbrida⁷¹ com o Padre Lancelotti com o tema “Direitos da População em Situação de Rua: uma questão humanitária; debate com representantes da FASC, Secretaria Municipal de Saúde e Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre, discutindo problemas, demandas da PSR; celebração inter-religiosa pelas vítimas da Covid 19. A semana culminou dia 19, o Dia Nacional de Luta da População de Rua, com uma mostra de arte e cultura do povo da rua e uma caminhada, do Largo Zumbi dos Palmares até a prefeitura, levando demandas e críticas às ações do município. No evento que ocorreu no Largo, foi realizado o lançamento do Coletivo Estadual Pop Rua RS, formado por ex-integrantes do MNPR, que decidiram se organizar de forma autônoma.

Os anos de 2022 e 2023 caracterizaram-se também pelo surgimento de outros espaços de organização da população de rua, como o grupo do Bairro Restinga, que tem promovido atividades na região e participado dos eventos centralizados, o grupo de Gravataí, que também tem participado de várias atividades e recentemente mobilizou-se pela reabertura do Restaurante Popular

⁷⁰ Data instituída pelo Papa Francisco em 2017, ocorre geralmente em novembro, tendo como objetivo chamar a atenção para a situação de pobreza que vivem grande número de pessoas incentivando a solidariedade e o apoio (CNBB, 2023)

⁷¹ O evento ocorreu no Auditório da instituição Pão dos Pobres, com a presença da PSR e de diversos trabalhadores dos serviços que atendem esta população e o Padre Lancelotti palestrou e respondeu perguntas, via internet, com um telão montado no auditório.

que havia fechado naquela cidade, conseguindo finalmente a abertura de um novo espaço.

O MNPR e o Coletivo Pop Rua RS têm atuado de forma conjunta, ambos participam da Pastoral do Povo da Rua, das reuniões com a prefeitura e inclusive realizaram um seminário e reuniões unificadas.

Em 2023 foi proposta pelo Vereador Pedro Ruas, por solicitação da Pastoral do Povo de Rua e os movimentos MNPR e Coletivo Pop Rua/RS uma reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana com pauta “Movimento Povo de Rua” (CMPA, 2023), trazendo como principais reivindicações: realização do censo da PSR de Porto Alegre; reinstalação imediata do CIAMP Rua municipal; respeito por parte do poder público às entidades da sociedade civil que realizam atendimento emergencial junto à PSR; implantação de uma política habitacional municipal para população em situação de rua de caráter permanente; a garantia de acolhimento e atendimento integral nos serviços de saúde, numa sistemática e conjugada ação com assistência social; o fim da truculência da violência da Guarda Municipal e da Brigada Militar nas abordagens à “pop rua”. A partir desta pauta foram feitos diversos encaminhamentos e foram realizadas diversas reuniões com as secretarias e órgãos envolvidos.

Também foi realizada a Semana Pop Rua 2023, dos dias 16 a 19/08, com a apresentação, na escola EPA, do filme “De olhos abertos”, produzido pelo Centro Social da Rua e realizado um debate híbrido⁷², na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul com o Sociólogo Pablo Escobar da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo. Também foi realizado um evento cultural no Largo Zumbi dos Palmares e foi entregue a Carta da Pop Rua ao prefeito. No último dia, 19/08, dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, foi realizada uma celebração ecumênica na Catedral Metropolitana em memória dos mortos da PSR.

O relato realizado permite que se veja o potencial e a agência histórica da PSR, na luta por seus direitos, na cidade de Porto Alegre. A garantia do atendimento de suas necessidades, não se dá somente por benevolência ou

⁷² O sociólogo Pablo Escobar participou virtualmente com sua imagem sendo projetada num telão e respondendo às perguntas da audiência na assembleia.

cumprimento das responsabilidades legais do Estado, mas pela organização ativa da PSR, mobilizando-se, realizando protestos, participando de reuniões, conferências seminários e dos comitês interinstitucionais.

A EPA, historicamente, tem contribuído para esta organização política da PSR, tanto pela participação e cedência de espaços da escola para a realização de reuniões e eventos, assim como pela militância de trabalhadores, que muitas vezes atuam como apoiadores dos movimentos e das suas lutas ou participando de organizações de apoio da sociedade civil. Além disso a escola promove reflexões com os estudantes, discutindo o contexto social divulgando as atividades e incentivando sua participação política nos movimentos, com o objetivo de transformação da realidade.

4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Tenho assumido na minha vida profissional e acadêmica o compromisso de construir, uma “pedagogia comprometida com o interesse dos trabalhadores” (Kuenzer, 1998, p.55) e de utilizar a produção do conhecimento para “melhor compreender e poder intervir na realidade injusta e excludente da sociedade capitalista” (Kuenzer, 1998, p. 56), assim reforçando esta posição política de acreditar na possibilidade de transformação do mundo através da ação de homens e mulheres que fazem história e se fazem na história. É a partir deste lugar, de educador comprometido com uma educação democrática e libertadora, que propus iniciar a pesquisa que aqui retorna como afirmação de uma tese. Neste capítulo pretendo apresentar o referencial teórico e metodológico que a sustenta.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA REALIZADA

A pesquisa realizada para a elaboração desta tese apoiou-se em pressupostos do materialismo histórico-dialético, conforme abordado por Kosik (1976) e a partir da vertente thompsoniana (Thompson, 2012; 2020) e na perspectiva da educação libertadora de Paulo Freire (2016; 2021).

4.1.1 O Materialismo histórico-dialético como método

No compromisso com o método dialético, me referenciei na concepção expressa por Kosik, como já citado, compreendendo que:

A realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo polo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sob cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. (Kosik, 1976, p. 10)

Assim, ao iniciar a pesquisa, aqui referida, me aventurei num campo com existência concreta, onde estavam presentes diversas representações da

realidade, provindas da ação objetiva “de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos seus próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais” (Kosik, 1976. p. 9 - 10). Um campo composto de homens e mulheres que, por diversas situações, elegeram a rua como seu espaço de permanência e trabalho. É neste contexto, onde a aparência do fenômeno e sua essência se confundem num jogo de ocultar-se e revelar-se, que esta pesquisa se inseriu, na expectativa de compreender este processo.

As palavras de Kosik, me auxiliaram a entender o processo de chegar ao conhecimento a partir da dialética. Para este autor:

A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em todas suas formas: o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa. (Kosik, 1976, p.14)

Ele ressalta a importância de decompor o todo, entender o que está contido nele, além da aparência, além daquilo que faz parte da “práxis utilitária dos fenômenos”, daquilo que se apresenta como “tráfico ou manipulação”⁷³, como projeções e fixações resultantes de ideologias e da atividade social (Kosik, 1976, p.11). O autor afirma que “a essência se manifesta no fenômeno”, então é neste transitar no “claro-escuro, de verdade e engano” que se desenvolve a pesquisa dialética buscando “compreender o fenômeno” para, assim, “atingir sua essência” (Kosik, 1976, p. 12).

Gaudêncio Frigotto também me auxiliou na reflexão sobre a dialética materialista histórica. Este autor entende que a partir dela ocorreu uma “ruptura entre a ciência da história ou humano social e as análises metafísicas de diferentes matizes e níveis de compreensão do real — que vão do empirismo ao positivismo, idealismo, materialismo vulgar e estruturalismo” (Frigotto, 2010, p. 78), ressaltadas suas diferenças enquanto leituras da realidade. Diante disso,

⁷³ Práxis fetichizada dos homens, que, segundo o autor, se opõe a práxis crítica e revolucionária da humanidade (Kosik, 1976, p.11).”

estando aliada à dialética marxista histórica, esta pesquisa tem ponto de partida no humano, no histórico social, em homens e mulheres em contato com a natureza, com a cultura e inseridos no modo de produção do seu espaço-tempo histórico.

Desta forma, como pesquisador comprometido com este método, ou melhor, assumindo esta postura, busquei, como aponta Frigotto, a “apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica” (Frigotto, 2010, p.79).

A pesquisa foi um caminho de ida e volta onde o objeto do conhecimento foi ponto de partida, mas também de chegada. Num primeiro momento realizei um processo analítico onde procurei analisar o segmento populacional PSR. Abstraí elementos, dados e conceitos das diversas determinações que o compõem, partindo daí para a busca do conhecimento de cada uma delas. Somente após analisar cada elemento e as relações que estabelecem entre si, pude realizar a viagem de volta, retornando agora como concreto pensado, ou seja, um conhecimento mais completo de cada elemento da pesquisa. Conforme Marx:

Sem dúvida, deve-se distinguir o método de exposição segundo a sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori (Marx, 2017, p. 90).

Ressalto que a pesquisa não partiu do plano abstrato, teórico, do “reino do pensamento”, das ideias de existência absoluta, mas do plano da realidade, da análise de uma escola e seu projeto de educação e de trabalho, que se desenvolve há quase trinta anos, com sujeitos reais, que vivem e buscam atender suas necessidades nas ruas de uma capital com tantas contradições econômicas e sociais. Conforme Marx:

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a ser estabelecido é, portanto, a organização corporal destes indivíduos e a relação que esta acarreta, como resultante da natureza. É claro, não

podemos aqui nos aprofundar na constituição física dos homens, nem nas condições naturais que o homem encontra já dadas: as condições geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras. Toda a historiografia deve partir destes fundamentos naturais e sua modificação pela ação dos homens no curso da história. (Marx; Engels, 2019, p. 13)

A pesquisa partiu de indivíduos, seres humanos vivos, mulheres e homens que agem sobre as condições naturais, sociais e econômicas encontradas. Vivendo em situação de rua, sobrevivendo como trabalhadores informais, irregulares, alguns recorrendo a mendicância e até a atividades ilegais por não encontrarem outras alternativas.

Gaudêncio Frigotto afirma que “romper com o modo de pensar dominante ou com a ideologia dominante é, pois, condição necessária para instaurar-se um método dialético de investigação” (2010, p. 84) e alerta sobre a importância de estar atento às “diferentes e conflitantes concepções de realidade gestadas no mundo cultural mais amplo, nas concepções religiosas, nos diferentes sentidos comuns, especialmente os da concepção positivista de ciência” (Frigotto, 2010, p. 84). Assim, apesar de todas as contradições encontradas, em nenhum momento deixei de acreditar na agência humana, onde, homens e mulheres, afirmam-se como sujeitos históricos, com capacidade de reflexão e prática na direção da transformação social, cultural e econômica.

Convicto de estar do lado dos trabalhadores, dos oprimidos, das classes produtoras, entendo estar assumindo com a dialética materialista o compromisso “como uma postura, um método de investigação, uma práxis, um movimento de superação e de transformação” (Frigotto, 2010, p. 86).

4.1.2 As categorias do método

Entendo como importante ampliar a reflexão sobre o método materialista histórico-dialético, a partir das categorias metodológicas que deram suporte à pesquisa: a Práxis, a Totalidade, a Contradição e a Mediação.

Sobre a práxis: Na segunda tese sobre Feuerbach, Marx discorre sobre a importância de recorrermos a atividade prática (práxis) para chegar ao conhecimento da verdade. Conforme Marx, “É na prática que o homem deve provar a verdade, isto é, a realidade e a potência, a mundanidade do seu pensamento” (Marx; Engels, 2019, p. 89). Na sua crítica ao pensamento de

Feuerbach (Tese I), ele afirma que o idealismo desconhece a atividade real, sensível na sua essência e que este, não entendendo a atividade humana como atividade objetiva, não entende o “significado da atividade ‘revolucionária’, prático-crítica” (Marx; Engels, 2019, p. 89).

Kosik afirma a indissociabilidade entre o conhecimento e a ação prática, a atividade criadora e do ser humano, conforme este autor “o homem só conhece a realidade à medida que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático” (Kosik, 1976, p. 22).

Frigotto afirma a importância da práxis para a produção do conhecimento, apontando o seu papel neste contexto, conforme este autor,

A teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá *na* e *pela* práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel das duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação. A reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar. (Frigotto, 2010, p. 89).

Acácia Kuenzer (1998), também nos traz importantes reflexões sobre a práxis, ela entende que a produção de um novo conhecimento se dá através de um movimento constante entre o pensamento (reflexão, teoria) e a prática concreta (os dados empíricos), segundo ela o conhecimento novo será produzido através do permanente e sempre crescente movimento do pensamento que vai do abstrato ao concreto pela mediação do empírico” (Kuenzer, 1998, p. 64).

Conforme Kuenzer (1998), é necessário compreender o empírico, a partir da teoria já produzida e consagrada na literatura. Ela ressalta, também, que a teoria serve como “marco inicial”, mas pode ser revista, “reconstruída e transformada na sua relação com o objeto da investigação” (Kuenzer, 1998, p. 64). Este será o movimento que ocorrerá na pesquisa, a permanente aproximação do objeto concreto, a teorização sobre ele, confirmando sua atual veracidade ou produzindo novas teorias e novas verdades.

Kuenzer entende que o caráter prático da produção científica, “de verdade historicamente possível” (Kuenzer, 1998, p. 64) só poderá se manifestar se isso já ocorrer na investigação e nas decisões metodológicas que ocorrerão

durante toda a pesquisa. A práxis necessita orientar todo o processo de investigação, análise e exposição.

Não poderia deixar de lado as reflexões de Freire pois, para ele, a práxis é entendida como o resultado da compreensão, por homens e mulheres, da realidade e do seu lugar no mundo, num determinado momento histórico e sua ação para transformação desta realidade, pois “os homens (*e as mulheres*) são capazes de agir conscientemente sobre a realidade objetivada. É precisamente isto, a ‘práxis humana’, a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo” (Freire, 1980, p. 25 - 26). Práxis para Freire está ligada diretamente à conscientização, ou seja, a partir da tomada de consciência do seu lugar no mundo, exercer a ação sobre o mundo.

Freire entende que a práxis implica em transformação. É a práxis revolucionária que possibilita que homens e mulheres se oponham à opressão, que transformem a realidade em que vivem, conforme este autor:

A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens *e das mulheres* (grifo meu) sobre o mundo para transformá-lo, sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a simultaneamente atuam sobre ela. (Freire, 2021, p. 52 e 53)

Sobre a categoria totalidade: Marx afirma que, "O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade" (Marx, 2015, p. 187). Isso nos leva a pensar que quando pretendemos conhecer algo, não podemos pensar em um objeto pronto, que se apresenta completo, a partir da sua aparência, na realidade, estaremos sempre diante de uma diversidade de elementos e determinações que o compõem, que estão além do que se manifesta à primeira vista.

Conscientes da diversidade que compõe o concreto, no entanto é necessário, segundo Kosik nos adverte, que não caiamos em algumas banalidades ou simplificações como a “de que tudo está em conexão com tudo, e que o todo é mais que as partes” (Kosik, 1976, p.34). Para ele, o conceito de totalidade supera esta simplificação, sendo necessário olhar para a totalidade a partir do seu aspecto tridimensional, de conhecimento da realidade em sua

concretude, mas também como princípio epistemológico e como exigência metodológica.

Este autor nos chama atenção para o fato de que a realidade não é o conjunto de todos os fatos que dizem respeito ao objeto de nosso estudo, “pois sempre é possível acrescentar fatos e aspectos ulteriores” (Kosik, 1976, p.35). Crer na primeira afirmação, segundo Kosik (1976), desacreditaria a tese da concreticidade ou da totalidade. O autor afirma que “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual, um fato *qualquer* (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (Kosik, 1976, p.34).

Acácia Kuenzer (1998), analisa a categoria totalidade ao pensar a investigação científica numa perspectiva dialética. Ela afirma que o objeto da pesquisa “manifesta e é manifestação das relações sociais e produtivas mais amplas presentes nesta etapa do desenvolvimento do processo produtivo” (Kuenzer, 1998, p. 64), explicando que:

(...) esta categoria implica na concepção da realidade enquanto um todo em processo dinâmico de estruturação e de autocriação, onde os fatos podem ser racionalmente compreendidos a partir do local que ocupam na totalidade do próprio real e das relações que estabelecem com outros fatos e com o todo. (Kuenzer, 1998, p.64)

A partir desta concepção de totalidade, Kuenzer (1998) afirma que os fatos integram o processo de concretização, que é alcançado a partir do movimento que ocorre entre as partes, entre as partes e o todo, entre os fenômenos e sua essência e a partir das contradições entre as partes, num movimento contínuo de esconder-se e explicitar-se.

Sobre a categoria contradição: Marx aponta a contradição como a origem da revolução social, que produz a transformação da base econômica e a alteração de toda a superestrutura adjacente. Ele afirma que

Em certo estágio do desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então (Marx, 2015, p. 24 – 25).

As palavras de Marx fornecem orientações metodológicas que até hoje mantêm sua validade. Este autor aponta a importância da contradição dentro do modo de produção capitalista, onde polos opostos tentam um sobrepujar, dominar, anular o outro, processo que se expressa através da revolução social.

Ao referir-se à orientação da pesquisa, Kuenzer ressalta a importância desta categoria, afirmando que:

A pesquisa deverá buscar captar a todo o momento o movimento, a ligação e unidade resultante da relação dos contrários, que ao se opor dialeticamente, incluindo-se – excluindo-se no – do outro, se destroem ou se superam. (Kuenzer, 1998, p.65)

Conforme a autora, as determinações mais abstratas são superadas pelas mais concretas. Tomando como base o pensamento da autora é importante que o pesquisador preste atenção aos polos dialeticamente relacionados, “buscando compreender onde e como se incluem – excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade” (Kuenzer, 1998, p. 65).

Kuenzer (1998) reforça a necessidade da atenção que deve ser dada às oposições não buscando resolver tensões de forma literal, “mas captando a riqueza do movimento e da complexidade do real, com suas múltiplas determinações e manifestações” (Kuenzer, 1998, p. 65).

Sobre a categoria mediação: Esta categoria apresenta uma grande importância para a pesquisa, principalmente para entender o papel do trabalho na relação homem e a natureza, Conforme Marx,

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em ação as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio deste movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2017, p. 255).

Este texto possibilita que possamos entender o papel mediador do trabalho na relação entre o ser humano e a natureza. Os seres humanos, desde sua origem, têm diante de si a possibilidade de transformar a natureza para atender às suas necessidades, mas isso só se dá a partir do elemento mediador

que é o trabalho. Esta mediação tem o papel de transformar a natureza, mas também, como afirma Marx transformar a própria natureza humana.

Ao realizar uma pesquisa onde o trabalho é elemento central, foi essencial entender, como aponta Marx, o papel mediador, regulador e controlador que ele exerce.

Kuenzer (1998) mostra outro aspecto que reforça a necessidade de trabalhar com a categoria mediação. Conforme a autora, no método histórico-dialético, há a necessidade de realizar uma cisão no todo, isolando os fatos a serem pesquisados, tratando-os com independência. É preciso ter clareza que esta cisão é um recurso apenas para fins de delimitação e análise do campo de investigação, pois nada está isolado no contexto do real, ela adverte que:

[...] isolar os fatos significa privá-los de sentido e inviabilizar sua explicação, esvaziando-os de seu conteúdo; daí a necessidade de trabalhar com a categoria mediação, de tal modo a, cindindo o todo ao buscar a determinação mais simples do objeto de investigação, poder estudar o conjunto das relações que estabelece com os demais fenômenos e com a totalidade; assim buscar-se-á, por exemplo, entender o caráter mediador da qualificação nas relações entre capital e trabalho. (Kuenzer, 1998, p. 65)

O fato de o campo da pesquisa realizada ter sido uma escola com um projeto que aproxima a educação e o trabalho, exigiu, ainda mais, a preocupação com a mediação. Conforme Saviani,

A categoria de mediação é central na pedagogia histórico-crítica a tal ponto que, para essa teoria pedagógica, a educação é entendida como uma atividade mediadora no interior da prática social global. Como tal, o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa é a prática social (Saviani, 2014, p. 35)

Certamente a mediação sempre esteve presente, como prática social, na história da EPA, no seu fazer histórico e na sua persistência na luta por transformação social.

4.2 REFERENCIAIS DA PESQUISA

A referência de Thompson foi incorporada à pesquisa para destacar a relevância de atentar para a experiência e protagonismo dos sujeitos. Estes

conceitos foram fundamentais para Edward P. Thompson (2012 e 2020) em seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa, no início da indústria moderna, quando buscou observar como homens e mulheres se fazem “sujeitos deste processo histórico e não simples vítimas dele” (Bertucci; Faria Filho; Oliveira, 2010, p. 17). Os autores, aqui citados, apontam Thompson como:

O historiador que inaugurou um dos desdobramentos da história social: “a história vista de baixo”, que por sua vez, colaborou, direta e indiretamente para a implementação de alguns caminhos da pesquisa histórica e a história oral. (Bertucci; Faria Filho; Oliveira, 2010, p. 33)

Para Thompson, a experiência dos trabalhadores é ponto essencial a ser incorporado na educação, principalmente na educação de adultos:

A experiência modifica às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo (Thompson, 2002, p. 13).

Inspirada na perspectiva orientada por Thompson, esta pesquisa manteve uma relação dialética, de troca entre o conhecimento acadêmico e a experiência dos sujeitos, entendendo, conforme afirma o autor, que a universidade deve ser: “uma porta de saída para o conhecimento e as competências, uma porta de entrada para a experiência e a crítica” (Thompson, 2002, p.45).

Ao desenvolver a pesquisa realizei uma busca permanente de indícios e evidências para a confrontação com a teoria, seguindo a prática thompsoniana, pois, conforme afirmam Bertucci, Faria Filho e Oliveira,

Para Thompson era impensável uma teoria descolada da análise permanente dos indícios/evidências da história real (mesmo que estes fossem fragmentados, incompletos); questionava veementemente aqueles que concebiam a existência de a “Teoria”: irretocável, com regras perfeitas e conceitos imutáveis, que explicaria os rumos da história humana[...] (Bertucci; Faria Filho; Oliveira, 2010, p. 19).

A crítica de Thompson (2010) ao uso da educação como instrumento de controle social, que podemos observar na sua obra “Os Românticos”, foi um elemento importante que orientou a pesquisa. Ele afirma que:

Durante um século ou mais, a maior parte dos educadores da classe média não conseguia distinguir o trabalho educacional do controle social, e isso impunha com demasiada frequência uma repressão à validade da experiência dos alunos ou a sua própria negação [...] (Thompson, 2002, p. 36).

A preocupação de Thompson continua sendo atual, pois a educação pensada e controlada pelas classes dominantes sempre tem como objetivo ser um instrumento de controle e reprodução social. A análise da prática da Escola Porto Alegre desafia a lógica dominante, de escola como instrumento de controle social, apontando para uma experiência de resgate da autonomia e libertação da situação de desesperança e opressão a que estão sujeitos os seus estudantes, muitas vezes não deixando de sofrer as consequências de sua opção.

Paulo Freire esteve presente nas reflexões sobre a educação popular, sobre a prática docente voltada a uma educação problematizadora e libertadora, e foi essencial para o entendimento da EPA, pois a escola se coloca como alicerçada na proposta da Educação Popular, referenciada na obra do autor. Conforme o Projeto Político-Pedagógico da EPA:

Os alicerces em que foram construídos os princípios político-pedagógicos da EPA estão fundados na Educação Popular, filosofia pedagógica de Paulo Freire. Conforme o seu pensamento, o objetivo da educação é ensinar a leitura da palavra junto com a leitura do mundo para, assim, transformá-lo. (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 18)

Muitos outros autores, também orientaram a pesquisa. Recorri a Ricardo Antunes (2015), para refletir sobre o modo de produção capitalista. Tiriba e Antunes (2015) me auxiliaram a entender melhor os trabalhadores de rua. Demerval Saviani (2007) e Miguel Arroyo (1990 e 2017) me auxiliaram na discussão do trabalho como princípio educativo, no papel mediador do trabalho entre o homem e a natureza, na reflexão sobre a divisão de classes e o duplo papel da escola, tanto na consolidação da sociedade de classe, como na produção dos seres humanos e o papel de mediação da educação na prática social global. Maria Ciavatta (2011), Gaudêncio Frigotto (2010) Naira Franzoi e Maria Clara Bueno Fischer (2015) e Lia Tiriba (2015) contribuíram na reflexão sobre experiência.

Busquei as contribuições de Lia Tiriba (2018) e José Luiz Coraggio (1998) para a reflexão sobre a reprodução ampliada da vida, a educação e o

desenvolvimento humano, e a economia do trabalho. Max-Neef (1998) trouxe uma nova perspectiva de desenvolvimento, baseado na escala humana, ou seja, na satisfação das necessidades humanas fundamentais.

Na busca de entender as características da população em situação de rua, a dinâmica da suas relações, o contexto histórico do desenvolvimento das políticas públicas e a organização social dos movimentos da PSR em Porto Alegre, recorri a autores que têm se dedicado a pesquisar este segmento da população como Ivaldo Gehlen (2012; 2017), Patrice Schuch (2012; 2017), Simone Ritta dos Santos (2017), Léa Maria Biasi (1996), Pizzato (2012) e outros tantos pesquisadores e trabalhadores que têm se dedicado ao estudo e acompanhamento das políticas voltadas à população em situação de rua.

4.3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS:

A partir daqui trago considerações sobre diversos conceitos que foram importantes para a pesquisa realizada e a elaboração desta tese. Como alguns conceitos não são de amplo conhecimento ou tem menor uso na área da educação, apresentei uma reflexão um pouco mais aprofundada, já naqueles que têm uma ampla bibliografia disponível, abordei apenas aspectos mais úteis para a compreensão do trabalho realizado.

4.3.1 Reprodução ampliada da vida

Coraggio (1998) afirma que desde meados dos anos 60 até metade dos anos 80, a principal categoria utilizada para interpretar os fenômenos econômicos era a acumulação de capital. Esta categoria era compartilhada, segundo ele, por diferentes pensadores, desde os economistas neoclássicos, até os intelectuais de esquerda, embora, estes últimos, apresentassem sua crítica pelos próprios limites que o sistema capitalista coloca para a acumulação do capital e pela impossibilidade de a produção mercantil capitalista garantir resposta às necessidades básicas para todos.

Conforme Coraggio (1998), era compartilhada a ideia que a acumulação do capital poderia ter um crescimento quantitativo sem limites, ao mesmo tempo

que isso era valorizado por si só, era considerado como condição para o desenvolvimento. Porém isso, passou a ser questionado ao serem estabelecidos limites de crescimento e elaborado o conceito de desenvolvimento sustentável.

O questionamento da acumulação de capital, conforme Coraggio (1998), se dava num momento em que se presenciava o máximo desenvolvimento do capitalismo com a formação do mercado mundial, ele afirma “cabe perguntarse alrededor de qué otra categoría podrían organizarse los conceptos y propuestas de acción mejor que de la acumulación de capital” (Coraggio, 1998, p. 63).

Lia Tiriba (2018) associa-se ao pensamento de Coraggio ao ressaltar as críticas ao capitalismo e à acumulação do capital: “No capitalismo a produção de riqueza e a produção de pobreza caminham de mãos dadas” (p. 76). Ela aponta a precarização das condições de vida, promovida pelo neoliberalismo, como uma espécie de “darwinismo social”, onde alguns têm sua sobrevivência garantida em detrimento dos outros. A autora ainda ressalta a perversidade que tem caracterizado este modelo, o que tem se expressado pelas guerras, pela violência, pela matança de indígenas, mulheres e crianças, pela contaminação do meio ambiente pelo neoextrativismo e o agronegócio, entre outras.

Coraggio (1998) via a necessidade de uma contraposição efetiva à lógica da acumulação infinita, na sociedade moderna, mas, para isso apontava a necessidade de que ela fosse embasada teórica e praticamente, propondo um sentido alternativo capaz de incorporar-se ao pensamento social, com um certo automatismo, como a acumulação de capital, ao mesmo tempo fosse dialética, de modo que, ao avançar em sua relação, levasse a novas tensões e a novos desenvolvimentos. Esta categoria para Coraggio, é a “reprodução ampliada da vida”.

Conforme o autor, a garantia da reprodução da força de trabalho assalariado tem sido apresentada como condição para o desenvolvimento do capital e não como sentido principal do desenvolvimento econômico, ou seja, as ações do capital são realizadas por conveniência ou como resultado das lutas sociais, assim parte dos satisfatores exigidos para a reprodução da força de trabalho é fornecido pelo sistema capitalista, não por preocupação social ou humana, mas visando o seu próprio desenvolvimento.

Esta lógica tendencial foi mantida, conforme Coraggio (1998), enquanto o capitalismo não chegava a sua etapa final, a onda da industrialização com um

desenvolvimento tecnológico que já não pressupunha como necessária a reprodução de toda a força de trabalho, assim o capital passa a desinteressar-se por garantir as condições necessárias para isso.

O sustento de grande proporção de trabalhadores desempregados torna-se então uma carga política para o capital e se o capital continua a fazê-lo por razões políticas, passa a ser no âmbito da garantia da sobrevivência, minimizando as perdas da acumulação de capital. O paradoxo de atender às necessidades básicas de todos é alterado para atender os mínimos necessários para a sobrevivência em sociedade, focando os recursos públicos na pobreza extrema.

O cenário mostrado por Coraggio, quando escreve nos anos 90, é corroborado e ampliado por Lia Tiriba (2018), na segunda década do século XXI, ao apontar a pesquisa da Oxfam, em 2015 que indicava que 99% da riqueza mundial estava concentrada nas mãos de 1% da população, ao apontar o triste resultado político, social do capitalismo:

O que dizer em relação às guerras, à repressão ao imigrante, à violência no campo e na cidade, à matança dos indígenas, negros, mulheres e crianças? O que dizer do neoextrativismo e do agronegócio que contaminam, mares, rios e florestas? (Tiriba, 2018, p. 76)

A autora traz o caso brasileiro falando dos ataques à democracia e aos direitos sociais, assegurados na Constituição Brasileira, que se ampliaram após o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, ressalta o congelamento dos recursos para saúde e educação por 20 anos, através da PEC 55/2016 e vai adiante, falando da intervenção imperialista dos Estados Unidos na América Latina e outros países do mundo, todo um conjunto de intervenções do capital para garantir a sua acumulação, restringindo cada vez mais a responsabilidade do capital na reprodução da vida e garantia da satisfação das necessidades básicas humanas.

Ainda para Coraggio (1998), agir de forma contraditória a esta perspectiva, colocando a satisfação das necessidades básicas de todos, como sentido sistêmico, equivalia a se propor uma mudança de sistema para alguma forma de socialismo. Propor a satisfação das necessidades básicas como limite à acumulação, supunha se mover dentro do sistema capitalista reivindicando um

salário suficiente para cobrir os bens e serviços necessários para a reprodução da vida do trabalhador e sua família e a plena ocupação da população economicamente ativa.

Poner en el centro la reproducción ampliada de la vida humana no supone negar la necesidad de la acumulación, sino subordinada a la reproducción de la vida, estableciendo otro tipo de unidad entre la producción (como medio) y la reproducción (como sentido). (Coraggio, 1998, p. 65)

Para o autor, do ponto de vista teórico, isto implica modelos econômicos (não economicistas) que considerem outra relação hierárquica entre os equilíbrios necessários para a vida. Ainda que atendendo os equilíbrios socioeconômicos, porém, não os pondo acima dos equilíbrios psicossociais, que requer a vida humana e dos equilíbrios sociais, que facilitam a convivência e a paz da humanidade e dos equilíbrios naturais, cujo respeito faria sustentável a vida no planeta. Coraggio propõe assumir a contradição dinâmica entre a lógica da reprodução do capital e da reprodução da vida humana. Finalmente, para ele, isso implica em ver o conjunto dos trabalhadores, que pode existir dentro ou fora das relações capitalistas imediatas, como base social do possível sujeito histórico desse desenvolvimento sustentável.

Lia Tiriba (2018) aponta que, com o esgotamento do Estado do Bem-Estar Social e o surgimento do neoliberalismo, a principal medida do capital, visando não diminuir seu lucro foi repassar à população os custos da reprodução social, com o Estado se isentando de garantir os direitos dos cidadãos, até então assegurados.

A autora aponta o retrocesso das conquistas sociais que levou até mesmo os investimentos na educação a serem passados para a iniciativa privada. Ela cita Harvey (2016), que afirma que as privatizações e pagamentos de taxas passam a ocorrer fazendo que a educação, tradicionalmente pública e gratuita, passe a onerar a população “fazendo com que aqueles que desejam estudar, tenham que pagar por este aspecto fundamental da reprodução social” (Tiriba, 2018, p. 77). Desta forma, a população deixa de contar com o que pode ser considerado como uma remuneração indireta através dos recursos públicos que antes financiavam totalmente a educação.

A partir da leitura de Harvey (2006), Tiriba entende que a população, levada a condições precarizadas de trabalho, tem sua condição de conquista de uma razoável “qualidade de vida” vinculada à sua possibilidade de absorver os custos da reprodução social e cita que as mulheres têm assumido historicamente a realização do trabalho não remunerado. Harvey (2006), citado por Tiriba, ressalta o papel da comunidade, através da promoção de “intercâmbios não monetários de ajuda mútua, como intercâmbio de automóveis, cuidados de filhos, eventos coletivos e comunitários que podem incentivar outros maiores na perspectiva de que ‘outro mundo é possível’”.

A autora ressalta que, embora Harvey (2006) não fale de economia popular, na América Latina:

Mesmo permanecendo no mercado (assalariado) do trabalho, uma grande parcela da classe trabalhadora, desenvolve, de forma subordinada a economia capitalista, outras práticas econômico-sociais calcadas nos valores da comensalidade, reciprocidade e cooperação para tentar melhorar a qualidade de vida. (Tiriba, 2018, p. 77)

A transição do regime fordista para o regime de acumulação flexível faz com que surja a necessidade da criação de estratégias coletivas de trabalho e sobrevivência, surgindo aí “diversificados mundos da ‘economia popular’ e da ‘economia solidária’” (Tiriba, 2018, p.78).

Lia Tiriba (2018) apresenta dúvidas sobre o que entendemos a respeito de qualidade de vida, trazendo perguntas como: qualidade para quem? Em que sociedade? Em que espaço tempo histórico? Ela traz a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU, e a Constituição Brasileira de 1988 com todos os direitos apregoados nestes dois documentos, mas aponta a sua falha, pois “é impossível a existência de direitos iguais em uma sociedade estruturada em classes, fundada na propriedade privada e no direito à exploração do trabalho alheio, torna-se imprescindível a luta pela redistribuição da riqueza social” (Tiriba, 2018, p.78).

No entendimento da autora, os indicadores sociais, que geralmente são usados como parâmetros de qualidade de vida, não são suficientes, pois, desconsideram particularidades históricas e culturais dos povos, não analisam a forma como as riquezas são distribuídas, nem se a distribuição dos serviços é

realizada de forma pública ou privada e outras questões, como a possibilidade de acesso a bens e serviços⁷⁴.

Tiriba apresenta um pressuposto óbvio, porém sempre necessário: “Princípios, indícios e evidência de reprodução ampliada da vida se circunscrevem na contramão da reprodução ampliada do capital” (Tiriba, 2018, p. 81), desta forma ela não dialoga com os interesses do capital. A discussão apresentada pela autora remete a outros conceitos importantes, pois pensar sobre a reprodução ampliada da vida implica também pensar sobre a economia popular, economia solidária, economia popular solidária e tantos outros conceitos que têm dialogado com a consigna utilizada no Fórum Social Mundial “outro mundo possível”. Se a reprodução ampliada da vida é a proposta para este outro mundo possível:

[...] não é suficiente denunciar os mecanismos de reprodução ampliada do capital em detrimento da qualidade de vida da imensa maioria da população planetária, é preciso explicitar as bases para (re)criação de relações sociais de novo tipo. (Tiriba, 2018, p. 78)

Os sujeitos desta pesquisa pouco despertam o interesse do capital, a não ser pelos incômodos que sua presença traz, nas áreas de maior potencial imobiliário e econômico. Não interessa ao capital garantir o atendimento das suas necessidades básicas, no máximo, por responsabilidade política ou humanitária, se propõe a atender os mínimos necessários para a sua sobrevivência, o que se pode ver na oferta dos serviços básicos de assistência social, alimentação e saúde e de pequenos benefícios a que podem ter acesso.

Contraditoriamente, eles se apresentam como sujeitos de direito à educação, ainda acreditam no seu direito ao trabalho e a uma vida mais digna, voltando para uma escola, participando de projetos de formação para o trabalho, organizando-se em grupos de produção e articulando-se como movimentos sociais. Saber como, onde, através de que meios e com que direitos se aproximam destes espaços/tempos da reprodução ampliada da vida está incluído no objetivo desta pesquisa.

Para isso é importante observar como eles transitam pelas ruas na busca do atendimento das suas necessidades básicas. Mas que necessidades são

⁷⁴ Para melhor aprofundamento ver Tiriba (2018, p. 78-80)

essas? Quais aquelas que são verdadeiras necessidades e quais aquelas que são impostas pelo interesse do capital. Qual o papel das políticas públicas, das organizações da sociedade civil, dos movimentos e da escola ao procurar atendê-las sem deixar de ter em vista a reprodução ampliada da vida.

4.3.2 Necessidades

O conceito *necessidades* teve grande importância para esta pesquisa exigindo que fosse realizada uma reflexão sobre ele, buscando entendê-lo e a sua pertinência como elemento do desenvolvimento histórico e social, assim como quais os limites que impõem ao processo de autonomia e emancipação do ser humano.

Conforme Pereira (2007), há uma insuficiência de estudos que definam teoricamente este conceito. Conforme esta autora,

Quando não as negam, os estudos disponíveis estão mais preocupados em identificá-las empiricamente, tendo como parâmetro as diferentes dimensões da vida humana: física ou biológica, social, cultural, política, psicológica, moral, afetiva (Pereira, 2007, p. 57)

Conforme esta autora, diversos outros autores partindo de dimensões primárias, biológicas ou psicológicas, preocupam-se em hierarquizar as necessidades. A partir da tentativa de realizar esta hierarquização a partir de sua dimensão biológica,

surgiu o *conceito* de necessidades *naturais*, vitais ou de sobrevivência, como sinônimo das necessidades básicas. Estas em nada diferiam das necessidades animais e, portanto, não exigiam para o seu atendimento nada mais do que um mínimo de satisfação, como prega a ideologia liberal (Pereira, 2007, p. 58)

Pereira entende que, em relação às necessidades, há um retrocesso no modelo capitalista, pois mesmo no seu estágio mais avançado de desenvolvimento científico e tecnológico, classes sociais inteiras, lutam pela garantia da satisfação de suas necessidades existenciais, o que já estava garantido nas sociedades primitivas e pré-capitalistas.

Na reflexão de Pereira (2007), na qual se referencia em Marx, entre outros estudiosos, não há dúvidas que as necessidades humanas

extrapolam o conceito de *necessidades naturais*, lembrando que nem mesmo as necessidades de sobrevivência humana podem ser vistas como idênticas às animais. E não só porque o homem e a *mulher (grifo meu)* não come carne crua e sem condimentos, mas porque, para sobreviver, ele precisa de algo mais: abrigo, vestuário, instrumento de caça e pesca etc., que tem um conteúdo humano e um caráter social (Pereira, 2007, p. 58)

As necessidades humanas, segundo a autora, se diferem das necessidades dos animais, pois surgem e são satisfeitas dentro de um contexto social. Pereira sustenta que as necessidades humanas, no entendimento de Marx, ultrapassam a dimensão biológica, econômica e material. Conforme a autora, “Para ele, haveria que se levar em conta necessidades *propriamente humanas* que alicerçadas na *consciência da liberdade*, ensejariam aos homens a busca da libertação da *fatalidade natural*” (Pereira, 2007, p. 59).

Conforme Pereira, a falta de preocupação de Marx, com a definição do conceito de necessidades, não diminui a sua importância na obra deste autor, segundo ela,

[...] especialmente no que tange às teorias do valor de uso [bens para a satisfação de necessidades], da mais-valia [valorização do capital sobre o valor de uso] e da força de trabalho como mercadoria especial [força de trabalho tendo como parâmetro as necessidades do trabalhador] (Pereira, 2007, p. 60).

Sendo assim, é importante entender um pouco mais sobre o pensamento deste autor sobre necessidades.

4.3.2.1 Necessidade em Marx

Em *A Ideologia Alemã*, Marx (2019, p. 23) aponta o primeiro ato histórico como a produção de meios para a satisfação das necessidades. Na *Contribuição à Crítica Econômica e Política*, Marx fala da essência da mercadoria como objeto da necessidade humana, como meio de subsistência. Aponta o valor de uso da mercadoria como objeto de necessidades sociais (Marx, 2015, pp. 29 - 30). Assim, se pode dizer que a essência da mercadoria está no seu valor de uso, que tem a capacidade de atender às necessidades humana, pois:

O valor de uso da mercadoria se baseia na qualidade própria da mercadoria: se ela é para beber, para comer ou para se divertir. Portanto, essa qualidade é determinada para satisfazer uma determinada necessidade nossa e não qualquer outra de nossas necessidades (Cafiero, 1985, p. 15).

Portanto Marx, ao conceituar a mercadoria e iniciar toda a discussão da política econômica, parte da ação do homem, que visa suprir suas necessidades e para isso busca fazê-lo através do uso de objetos, posteriormente denominados como mercadorias.

Fraga (2006), aprofundando a reflexão sobre as necessidades, afirma que Marx, quando era editor da “Gazeta Renana”, se viu diante do problema das necessidades e recorreu aos conceitos de Feuerbach e Hegel. Conforme Fraga (2006), Marx, ao analisar a obra do primeiro, verificou que ele partia da crítica à teologia, entendendo as religiões e Deus como “a projeção dos desejos e necessidades de perfeição e infinitude” (Fraga, 2006, p. 20) dos seres humanos, podendo-se dizer que, desta forma, o homem assume o status de criador e não mais criação, sendo que aqui, porém o conceito de necessidades aponta para o subjetivo. Já Hegel trouxe para a filosofia a discussão da política econômica inglesa do séc. XVIII, apresentando, na sua teoria do Estado, expressa na Filosofia do Direito, o que nomeou de “Sistema de Necessidades”, incorporando este tema nas discussões filosóficas de então. Este filósofo, no entanto, eleva a discussão das necessidades para um âmbito universal, com o reconhecimento pleno do homem como “cidadão do Estado”, trazendo a ideia da “comunidade das necessidades e do cuidado para sua satisfação”. Desta forma, a emancipação das necessidades humanas se daria no reconhecimento do homem como cidadão do Estado.

Partindo da inversão apresentada por Feuerbach, que tira o homem de um processo passivo diante de um ser superior, passando a exercer um protagonismo criador, na intenção de atender aos seus desejos e satisfazer às suas necessidades, Marx chega ao materialismo, pois é o homem que cria sua história, de forma ativa, atendendo a seus desejos e necessidades. Por outro lado, retoma o entendimento de Hegel, quanto à possibilidade de haver uma emancipação destas necessidades, baseada na regulação política e do direito do Estado ético, apontando, porém, a impossibilidade da concretização desta premissa, dentro de uma sociedade de classes. Fraga (2006) lembra que Marx

(1929) apontava o conceito de “necessidades” como inerente à “condição histórico-natural do ser social” entendendo, porém que ele é esmagado pela propriedade privada e pelo trabalho estranhado. Entende, portanto, que somente a revolução social do proletariado poderia fazer o resgate das necessidades, conduzindo a sociedade à liberdade e à autonomia.

4.3.2.2 Os mínimos sociais e as necessidades básicas

A sociedade de classes, escravista, feudal e capitalista sempre garantiu a provisão dos mínimos sociais, que tinham caráter regulador social: “Em sua maioria, tais impulsos visavam, tão-somente, regular e manter vivas as forças laborais pauperizadas, para garantir o funcionamento do esquema de dominação prevacente” (Pereira, 2007, p.14).

Conforme Pereira (2007), a ameaça da adesão dos trabalhadores aos ideais socialistas da social-democracia alemã, levou o governo alemão, de característica conservadora, na época comandado pelo chanceler Otto Von Bismark, entre 1883 e 1889, a implantar um dos primeiros planos de proteção social voltado aos trabalhadores, ou seja, de garantia de satisfação das necessidades básicas através de políticas sociais: seguro saúde, seguro de acidente de trabalho e aposentadoria. Na Inglaterra, em 1942, uma experiência mais universal foi implantada, o Plano Beveridge, que embora privilegiasse os trabalhadores, também se destinava a todos que dele necessitavam, como os desempregados, tendo como principal objetivo a proteção às crianças. O plano Beveridge, instituído em 1942, para regular a Seguridade Social britânica, ao contrário do anterior, instituído pelo governo conservador de Otto von Bismarck, surgiu como resultado da mobilização e resistência social das classes dominadas mostrando que:

É possível aos dominados e seus aliados criar uma “cultura de oposição” [...] nas sociedades que os oprimem e impor barreiras ao despotismo dos dominantes, valendo-se de mobilizações, resistências, reivindicações e controles democráticos [...] é possível às classes econômica e socialmente desfavorecidas transformar suas necessidades em questões e incluí-las na agenda política vigente, desde que se transformem em atores sociais estrategicamente posicionados. (Pereira, 2007, pp. 19 – 20)

Desta forma, podemos dizer que o conceito de provisão dos mínimos de subsistência tem origem e caráter diferente das necessidades básicas, pois os primeiros têm o objetivo de atenuar a pobreza extrema, garantir a sobrevivência, para, na realidade, manter a força de trabalho.

Em contraposição, o segundo conceito, necessidades básicas, está ligado aos direitos de cidadania social, da garantia em nível satisfatório do necessário à natureza humana. Conforme Pereira, esta mudança de entendimento que avança dos mínimos de subsistência, voltados a suprir necessidades extremas para o conceito de necessidades sociais, vinculadas ao direito, só começa a ocorrer no século XX, quando são “identificados com os princípios da liberdade, equidade e justiça social” (2007, p. 17). Este entendimento passa a resultar em políticas sociais correspondentes.

4.3.2.3 Reflexões de Thompson sobre as Necessidades Básicas

Na tradição marxista de Edward Palmer Thompson, o conceito de “necessidades”, ao lado de “contradição” e “luta de classes” é considerado uma das principais categorias exploradas no pensamento de Marx.

Thompson – na apresentação do seu livro *Costumes em Comum*, em 1992, durante o programa de televisão *Late Show* da BBC – fala da mudança do conceito de necessidades, afirmando que, antes da revolução industrial, antes deste marco, este conceito era autoexplicativo, as necessidades urgentes eram conhecidas, bem como os recursos disponíveis para atendê-las. Após a revolução industrial, segundo ele, “a política econômica clássica não achava que necessidade fosse um conceito muito problemático, afinal as pessoas tinham necessidades materiais evidentes [...]” (Thompson, 1992). Já no período posterior, a noção de necessidades passa a ser muito mais complexa. Conforme Thompson:

[...] isso fica evidente já nos estágios iniciais da Revolução Industrial, não apenas na Inglaterra, mas em todos os países que passaram pela industrialização. Você tem uma experiência similar na qual as pessoas tiveram que aprender as necessidades que precisavam para tornar-se consumidores úteis de novos produtos que a própria industrialização

criava, em uma espécie de círculo que precisou ser criado.” (E. P. Thompson, 1992)

Segundo Thompson (1992), a fome e a necessidade de abrigo apontam necessidades indiscutíveis, mas a industrialização desde seu início procura orientar as pessoas quanto às suas preferências e até o uso do seu tempo. Seu objetivo era criar consumidores para o mercado, desta forma as necessidades deveriam ser implantadas de acordo com este interesse. O investimento na criação de novas necessidades, conforme o autor, cresce com o desenvolvimento do processo industrial numa escala mundial, atingindo até mercados antes mais isolados, como a China e os países do então chamado “terceiro mundo”. Conforme Freitas (1994), Thompson via em cada necessidade um afeto ou vontade, portanto é na criação destes afetos ou vontades, nas pessoas (consumidores), que a industrialização investe seus recursos, pois eles irão determinar um novo entendimento de necessidade.

Thompson faz uma relação das necessidades com a experiência e a cultura. Quando afirma que “pessoas experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras” (Thompson, 1981, p. 182).

4.3.2.4 As Necessidades e o “Welfare State”

Apesar da afirmação do conceito de necessidades básicas entendidas como inerentes à humanidade, podemos observar que mesmo nas principais políticas públicas do século XX, sua inserção não foi plena. Para entender isso podemos refletir sobre como o conceito de necessidades transitou no contexto do Estado de Bem-estar Social ou “Welfare State” política compensatória instituída numa ótica de regulação social, de minimização dos conflitos e de privilégio dos interesses econômicos, instituída a pós a 2ª Guerra Mundial, que procurava garantir o mínimo necessário para a sobrevivência da população empobrecida. O Welfare State, no entanto, foi motivo de disputa no decorrer do século 20, tanto pela afirmação dos novos princípios do liberalismo, como também pela luta dos movimentos dos trabalhadores, pela ascensão dos

partidos socialistas ou de conotação social democrática, resultando daí diferentes entendimentos de satisfação das necessidades embasando essa política.

A concretização desta política social teve como base a ideia do “ótimo de Pareto”, que buscava estabelecer um consenso sobre a satisfação das necessidades, privilegiando preferências da maioria da sociedade e não as necessidades reais de toda ela. Na realidade, apontando uma alternativa única, tendo como prioridade o interesse da economia e o mercado privatista. Conforme Pereira, considerando-se a lógica do ótimo de Pareto:

A sociedade é aqui considerada como um todo orgânico, e não como a soma aritmética dos indivíduos que a compõem, e, por isso as necessidades humanas, sendo sociais, não tem identificação com preferências dos membros dessa sociedade. (Pereira, 2007, p. 33)

As desigualdades sociais, as situações de onde uns se veem privados da satisfação das suas necessidades ou mesmo oprimidos, não é levada em conta individualmente, pois o que vale é o todo social ou seja:

Com um mínimo de provisão social espera-se, quase sempre, que os beneficiários desta provisão deem o melhor de si e cumpram exemplarmente os seus deveres, obrigações e responsabilidades. Em nenhum momento os defensores da provisão mínima admitem cumprimentos mínimos de compromissos ou obrigações sociais [...] (Pereira, 2007, p. 34)

Os mais pobres se sentem obrigados a dar o máximo de si, atribuindo a sua própria condição de pobreza a suas falhas individuais. A ideia da satisfação das necessidades como efetivação de direito, realizado através de políticas sociais, não está inserida na lógica da política do bem-estar social, que só visa a manutenção pacífica do sistema socioeconômico dominante.

Diferente da noção de ótimo defendida por Pareto, Pereira nos traz outra concepção de ótimo a ser perseguida, baseada em Doyal e Gough (1991). Ela entende o ótimo, quanto a provisão das necessidades básicas, como “patamares mais elevados de aquisições de bens, serviços e direitos, a partir do estabelecimento de provisões básicas” (Pereira, 2007 p. 31), situando a sua realização no âmbito das políticas sociais. Estas políticas ao se proporem a prover as necessidades básicas deveriam possibilitar “capacidade de agência” e

“criticidade” ao indivíduo. Conforme Pereira, “são essas aquisições que propiciarão aos indivíduos capacidade de escolha e de decisão, no âmbito de sua própria cultura” (Pereira, 2007, p. 31). Assim, afirma Pereira, chegaríamos ao que Doyal e Gough (1991) chamam de “ótimo de participação” podendo chegar também ao “ótimo crítico”, que seria ter “condições de questionar sua forma de vida e cultura, bem como de lutar pela sua melhoria ou mudança” (Pereira, 2007, p. 31). Para Doyal e Gough, o direito à provisão das necessidades básicas é um direito indiscutível, inegociável.

Ao analisar a visão marxista sobre as necessidades básicas, Pereira aponta a existência de um “visível ceticismo a respeito de necessidades sociais objetivas e universais” (2007, p. 43). Embora autores que tratam deste assunto como Doyal e Gough (1991), afirmem que não havia um questionamento de Marx e do marxismo revolucionário do século XIX, quanto às necessidades humanas objetivas, conforme Pereira “podemos identificar na tradição marxista, considerações relativistas e subjetivistas calcadas na concepção de que as necessidades básicas são essencialmente produtos do meio e da cultura dos quais os homens (*e mulheres*) fazem parte (Pereira, 2007, p. 44, “*grifo meu*”).

Pereira, a partir da reflexão sobre o pensamento marxista, aponta a manipulação das necessidades sociais no sistema capitalista, onde a ideologia industrialista controla os recursos para a satisfação das necessidades, manipulando o tempo que os indivíduos podem usar para suas coisas autônomas, entendendo que a autonomia individual é restrita para sustentar a dinâmica de reprodução capitalista e que as oportunidades só são dadas para desenvolver identidades que reforçam a reprodução do sistema (Pereira, 2007, p. 45).

Apesar das diferentes visões, entre os pensadores marxistas, sobre as necessidades básicas, bem como da forma de superação da manipulação que o sistema capitalista faz delas, Pereira ressalta sua convicção na incapacidade do sistema capitalista de satisfazer as necessidades, mesmo dentro dos seus padrões, devido a seus ideais consumistas, do crescimento econômico e do lucro privado. Conforme Pereira, os pensadores marxistas divergem no tratamento da questão, explorando a contradição entre o padrão capitalista de satisfação de necessidade e sua incapacidade de realizá-lo, mas divergem na forma de realizar o enfrentamento desta contradição, seja explorando-a de forma

economicista, ou valorativa, seja pela proposição de padrões alternativos, ou pela afirmação de uma “ideologia de oposição” (Pereira, 2007, p.46).

No Brasil, o atendimento às necessidades básicas está expresso numa das principais leis que orientam as políticas sociais da nação, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)⁷⁵. No seu artigo 1º, a LOAS aponta como direito do cidadão e dever do Estado, com ações integradas à sociedade, à provisão dos “mínimos sociais”, necessários para o atendimento das necessidades básicas.

A utilização dos conceitos mínimos sociais e necessidades básicas podem nos trazer dúvidas sobre os seus significados. Pereira, porém, afirma que a noção de mínimos sociais tem sido usada como sinônimo de mínimos de subsistência, sendo o que os diferentes modos de produção apontam como “resposta isolada e emergencial aos efeitos da pobreza extrema” (2007, p. 15), tendo, na realidade, o objetivo da manutenção das forças de trabalho dentro do sistema econômico dominante. Esta autora ressalta que no século XX há uma revisão deste conceito, a partir da afirmação ocorrida neste período dos princípios de liberdade, equidade e justiça social, deixando “de girar em torno de necessidades pessoais extremas, de formas de proteção voluntaristas e de concepções mágicas ou informadas pelo senso comum, para privilegiar necessidades sociais como matéria de direito, a ser enfrentada por políticas resultantes de decisões coletivas” (Pereira, 2007, p. 17). Tomando-se por base estes entendimentos, pode-se dizer que, mesmo referindo-se à satisfação dos mínimos sociais, a LOAS, ao apontar as necessidades básicas como objetivo da política de assistência social, afirma a sua vinculação aos princípios de direito e de responsabilidade social, avançando da ideia inicial de garantia da subsistência, voltada à manutenção da força de trabalho, para um patamar mais elevado.

Esta discussão é ainda mais aprofundada, por Pereira, ao apontar as diferenças entre os mínimos e as necessidades básicas, colocando a satisfação dos primeiros como resposta a desproteção total, negando a necessidade o atendimento que se aproxima do “ótimo”, já o conceito das necessidades básicas está ligado ao exercício de cidadania, buscando a “otimização” da satisfação das necessidades, como nível suficiente para a sua realização plena, possibilitando

⁷⁵ Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

que o indivíduo alcance sua capacidade de agência e participação na sociedade. Apesar de entender sua presença na legislação brasileira, a autora enfatiza que o “debate e preocupação pública” com este tema tem sido negligenciado (Pereira, 2007, p.21).

4.3.2.5 O Sistema de Necessidades de Max-Neef

Max-Neef⁷⁶ produziu importantes estudos sobre as necessidades humanas e o desenvolvimento, onde se pode destacar dois livros: “La economía descalza” e “Live economic”. Ele foi considerado um economista alternativo e ecológico e um dos mais importantes intelectuais chilenos. Nos estudos produzidos por este autor é apontada a necessidade de superar a situação de miséria que atinge a maioria dos habitantes do terceiro mundo, afirmando, porém, que deveria ser buscado um outro tipo de desenvolvimento, que tenha como objetivo a satisfação das necessidades básicas humanas.

Nos seus estudos, Max-Neef (1998) vai além da noção de análise econômica tradicional, que tem como base as análises do Produto Interno Bruto (PIB), ele propõe que as análises econômicas utilizem outro índice, o Produto Geográfico Bruto (PGB). No PIB estão incluídos, toda a produção realizada para consumo público e privado, para formação de capital pelas empresas e para exportação, descontando-se daí, as importações. No PGB, proposto por Max-Neef, também está incluída a contribuição da natureza, seja na absorção de resíduos, como o lixo, os efluentes das indústrias ou do saneamento público das cidades, como ainda na produção de energia, no abastecimento de água etc. Este economista, em sua visão alternativa, também inclui, no PGB, outras formas de trabalho, que não são consideradas no PIB, como o trabalho doméstico, voluntário, cultural e social. “También son invisibles para los economistas y para los políticos que les son fieles todos esos otros trabajos de los hombres y las

⁷⁶ Manfred Max-Neef, nasceu em 1932, em Valparaíso no Chile, foi economista, ecologista, produziu estudos humanistas, econômicos e musicais, deu aulas na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e atuou como professor convidado em diversos locais dos Estados Unidos e da América Latina e foi professor da Universidade Austral do Chile (UACH). Foi candidato a presidente do Chile em 1993, não se elegendo retornou a vida acadêmica, sendo, um ano depois, eleito reitor da Universidade Austral do Chile, permanecendo nesta função de 1994 a 2002. Após, atuou como professor titular do Instituto de Economia da UACH, vindo a falecer em 2019 (Kornat, 2019, p. s/n).

mujeres pobres del mundo que se ‘buscan la vida’ (Max-Neef, 1998, p.10). Refere-se, especificamente, ao que é invisível para economistas e políticos: as pessoas que vivem em situação de pobreza e, nesta condição, desenvolvem seu trabalho, não para a reprodução do capital, mas visando a vida. Ele afirma que “esos servicios de la naturaleza y esos trabajos invisibles son esenciales para la satisfacción de las necesidades” (Max-Neef, 1998, p.10).

Na sua obra “Desarrollo: a escala humana”⁷⁷, Max-Neef faz uma crítica ao desenvolvimentismo, ao neoliberalismo monetarista e ao consequente agravamento da pobreza, do desemprego e do subemprego, apontando a necessidade de que a economia funcione a partir de uma nova concepção orientada para a satisfação das necessidades humanas, a partir da geração de uma crescente autodependência e de uma conexão harmônica com a natureza como condição básica a um desenvolvimento em direção a escala humana:

Tal desarrollo se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades fundamentales en la generación de niveles crecientes de autodependencia y en la articulación orgánica dos seres humanos con la naturaleza y la tecnología de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la sociedad civil con el Estado”. (Max-Neef, 1998, p.30)

Este autor propõe uma nova perspectiva de orientação para os planejamentos econômicos e sociais, visando a qualidade de vida, tendo seu enfoque centrado nas necessidades humanas. Desta forma, ele relaciona diretamente, a qualidade de vida com a satisfação das necessidades humanas. Para Max-Neef: “La calidad de vida dependerá de las posibilidades que tengan las personas de satisfacer adecuadamente sus necesidades humanas fundamentales” (Max-Neef, 1998, p. 40).

As necessidades, conforme Max-Neef (1998) devem ser diferenciadas dos seus satisfatores, pois afirma que elas são as mesmas em todas as culturas e períodos históricos (havendo, porém, algumas alterações ao longo da evolução da espécie), o que mudam são os satisfatores, ou seja, os meios usados para a satisfação das necessidades, podendo haver uma grande velocidade como são produzidos e na sua diversificação para garantir a satisfação das necessidades.

⁷⁷ Ver Max-Neef, 1998, p. 29- 30.

Muitos destes perdem sua pertinência ao passar do tempo ou a partir de mudanças culturais.

Para Max-Neef, as necessidades podem ser divididas a partir de seu caráter existencial, como necessidades de Ser, Ter, Fazer e Estar e quanto ao seu caráter axiomático, como de: Subsistência, Proteção, Afeto, Entendimento, Participação, Ócio, Criação, Identidade e Liberdade, que podem ser combinadas a partir de uma matriz proposta pelo autor. Para atender estas necessidades, nas diversas culturas e períodos históricos, os homens têm buscado diferentes satisfatores. “Lo que está culturalmente determinado no son las necesidades humanas fundamentales, sino los satisfactores de esas necesidades” (Max-Neef, 1998 p.42).

Para o autor, não podemos falar genericamente de pobreza. Cada impossibilidade de satisfazer a uma das diferentes necessidades humanas está ligada a um diferente tipo de pobreza. Portanto, há pobreza de subsistência, de proteção, de afeto etc. Estas pobreza, levadas a limites críticos, causam patologias sociais. Os contextos econômicos e sociais como o desemprego, a dívida externa, a hiperinflação, as políticas autoritárias impedem a satisfação das necessidades básicas e criam patologias.

As necessidades geram, conforme Max-Neef, carências e potencialidades pois, “en la medida que las necesidades comprometen, motivan y movilizan a las personas, son también potencialidad y, más aún, pueden llegar a ser recursos (Max-Neef, 1998, pp. 49 e 50).

No planejamento político e econômico voltado para “o desenvolvimento da escala humana”, Max-Neef propõe a realização de uma taxonomia das necessidades que seja compreensível, que combine amplitude e especificidade, seja operativa, potencialmente crítica e propositiva. Esta taxonomia deveria ser combinada com os satisfatores que atendem a cada necessidade e a partir daí sendo pensados os bens econômicos (artefatos e tecnologias) que podem ser adequados para o seu atendimento (Max-Neef, 1998, pp. 55 e 56). A partir desta taxonomia, Max-Neef apresenta matrizes que podem ser utilizadas como instrumentos.

Quadro 1 — Matriz Max-Neef

Cuadro 1 Matriz de necesidades y satisfactores*				
Necesidades según categorías esenciales	Ser	Tener	Hacer	Estar
SUBSISTENCIA	1/ Salud física, salud mental, equilibrio, solidaridad, humor, adaptabilidad	2/ Alimentación, abrigo, trabajo	3/ Alimentar, procrear, descansar, trabajar	4/ Entorno vital, entorno social
PROTECCION	5/ Cuidado, adaptabilidad, autonomía, equilibrio, solidaridad	6/ Sistemas de seguros, ahorro, seguridad social, sistemas de salud, legislaciones, derechos, familia, trabajo	7/ Cooperar, prevenir, planificar, cuidar, curar, defender	8/ Conorno vital, conorno social, morada
APECTO	9/ Autoestima, solidaridad, respeto, tolerancia, generosidad, receptividad, pasión, voluntad, sensualidad, humor	10/ Amistades, parejas, familia, animales domésticos, plantas, jardines	11/ Hacer el amor, acariciar, expresar emociones, compartir, cuidar, cultivar, apreciar	12/ Privacidad, intimidad, hogar, espacios de encuentro
ENTENDIMIENTO	13/ Conciencia crítica, receptividad, curiosidad, asombro, disciplina, entuñación, racionalidad	14/ Literatura, maestros, método, políticas educacionales, políticas comunicacionales	15/ Investigar, estudiar, experimentar, aducar, analizar, meditar, interpretar	16/ Ambitos de interacción formaliva: escuelas, universidades, academias, agrupaciones, comunidades, familia
PARTICIPACION	17/ Adaptabilidad, receptividad, solidaridad, disposición, convicción, entrega, respeto, pasión, humor	18/ Derechos, responsabilidades, obligaciones, atribuciones, trabajo	19/ Afiliarse, cooperar, proponer, compartir, discrepar, acatar, dialogar, acordar, opinar	20/ Ambitos de interacción participativa: cooperativas, asociaciones, iglesias, comunidades, vecindarios, familia

Necesidades según categorías esenciales	Ser	Tener	Hacer	Estar
OCIO	21/ Curiosidad, receptividad, imaginación, despreocupación, humor, tranquilidad, sensualidad	22/ Juegos, espectáculos, fiestas, calma	23/ Divagar, abstraerse, soñar, añorar, fantasear, evocar, relajarse, divertirse, jugar	24/ Privacidad, intimidad, espacios de encuentro, tiempo libre, ambientes, paisajes
CREACION	25/ Pasión, voluntad, intuición, imaginación, audacia, racionalidad, autonomía, inventiva, curiosidad	26/ Habilidades, destrezas, método, trabajo	27/ Trabajar, inventar, construir, liderar, componer, diseñar, interpretar	28/ Ambitos de producción y retroalimentación, talleres, aleneos, agrupaciones, audiencia, espacios de expresión, libertad temporal
IDENTIDAD	29/ Pertenencia, coherencia, diferencia, autoestima, asertividad	30/ Símbolos, lenguaje, hábitos, costumbres, grupos de referencia, sexualidad, valores, normas, roles, memoria histórica, trabajo	31/ Comprometerse, integrarse, confundirse, definirse, conocerse, reconocerse, actualizarse, crecer	32/ Socio-ritmos, entonos de la cotidianidad, ámbitos de pertenencia, etapas madurativas
LIBERTAD	33/ Autonomía, autoestima, voluntad, pasión, asertividad, apertura, determinación, audacia, rebeldía, tolerancia	34/ Igualdad de derechos	35/ Discrepar, optar, diferenciarse, arriesgar, conocerse, asumirse, desobedecer, meditar	36/ Platicidad espacio-temporal

* La columna del SER registra *atributos*, personales o colectivos, que se expresan como sustantivos. La columna del TENER, registra *instituciones, normas, mecanismos, herramientas* (no en sentido material), *leyes, etc.*, que pueden ser expresados en una o más palabras. La columna del HACER registra *acciones*, personales o colectivas que pueden ser expresadas como verbos. La columna del ESTAR registra *espacios y ambientes*.

Fonte: Max-Neef, 1998, p. 59

O autor propõe outras matrizes para auxiliar na análise⁷⁸, onde seriam examinados supostos satisfatores, que na realidade seriam violadores ou destruidores (por exemplo o armamentismo, que a pretexto de satisfazer a necessidade de proteção, impossibilitaria a satisfação da subsistência, do afeto, da participação e da liberdade) e pseudo-satisfatores, que embora aparentem, não respondem a satisfação das necessidades (exemplo: a moda em relação a necessidade de identidade), satisfatores inibidores que, apesar de satisfazer alguma necessidade, impossibilitam a satisfação de outras (o paternalismo, que satisfaz a necessidade de proteção, mas inibe a satisfação das necessidades de entendimento, participação, liberdade e identidade). Max-Neef também classifica os satisfatores como singulares, que só atendem a uma necessidade e sinérgicos que atendem a várias ao mesmo tempo.

As matrizes de Max-Neef são propostas de aplicação prática, como ele mesmo afirma (Max-Neef, 1998, p. 62) para diagnóstico, planejamento e avaliação, tendo sido aplicadas em diversos países da América do Sul e em outros continentes. Em “Desarrollo a escala humana”, ele apresenta proposta metodológica de aplicação, partindo de matrizes negativas onde são analisados os fatores que impedem a satisfação das necessidades básicas e a partir daí construindo uma matriz positiva com satisfatores que exigirão uma mudança do modelo vigente, “implica un cambio de la racionalidad económica dominante” (Max-Neef, 1998, p. 81). Um novo modelo que se coloca contra uma lógica capitalista baseada no consumo e na acumulação de capital, que impõe falsos e pseudo-satisfatores que são determinados pelos interesses de consumo do Capital.

4.3.2.6 Necessidades e sua importância histórico-social

As necessidades impulsionam todo o processo histórico e social da humanidade. Nos estudos de Marx e nas suas críticas de Hegel e Feurbach, os desejos e necessidades aparecem como motivadores do trabalho do homem, na sua experiência histórica. Embora servissem como elemento criador, impulsionando o homem no seu movimento de transformação da natureza e de

⁷⁸ Ver Max-Neef, 1998, p. 60 — 64.

desenvolvimento social, não têm garantia de satisfação plena nas instâncias mais avançadas da sociedade. Mesmo um almejado Estado de ética e de direito, que possa ser criado pelo homem, não dá garantia do atendimento deste objetivo, dentro da lógica imposta pelo Capital, de uma sociedade de classes, da propriedade privada e do estranhamento do trabalho. Tampouco, conceitos que apontem a capacidade humana de satisfação das suas necessidades, nos mais altos níveis intelectuais e filosóficos, como nos constructos teológicos, entre outros, são respostas para a emancipação delas, se não forem resolvidas de modo prático e material, a partir da transformação das relações econômicas e sociais, subvertendo os princípios do Capital.

Max-Neef (1998) nos trouxe uma proposta de alteração dos planejamentos econômicos e políticos a partir da “escala humana”, ou medida das necessidades humanas, um olhar ecológico que se estenda do homem para sua relação harmônica com a natureza e com todos os aspectos e relações sociais, inclusive os que são invisíveis aos atuais olhares econômicos, como os trabalhos de cuidado, solidariedade e da cultura. Ele propõe que sejam pensados os homens e mulheres, levando em conta suas necessidades básicas, buscando entender o que impede que sejam atendidas e a partir daí buscando conhecer que elementos são essenciais para a sua satisfação, chegando a satisfatores adequados e orientados pelo humano, que busquem, nas palavras de Lia Tiriba, a reprodução ampliada da vida e não a reprodução ampliada do capital e os interesses das classes dominantes.

4.3.2.7 Operando o conceito necessidades básicas na pesquisa.

Ao propor a realização de uma pesquisa em uma escola que tem como seu público prioritário homens e mulheres em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, certamente a presença do conceito necessidades básicas é constante. Certamente estas pessoas não se veem espontaneamente nesta situação, mas em algum momento de suas vidas, pelas mais diversas razões, sejam separações e perdas de familiares, desemprego, violências, uso abusivo de drogas entre outros motivos, tiveram que modificar a sua vida, saindo de

lugares, onde minimamente tinham suas necessidades básicas atendidas para uma nova situação na qual esta realidade é modificada.

Agora, em situação de rua, elas têm que dar conta de todas estas necessidades, que são permanentes, necessitam se alimentar, ter um lugar para dormir, precisam de proteção, fazer a sua higiene, buscar atendimento de saúde, conversar e estabelecer relações de amizade, entre tantas outras coisas. São questões que se relacionam com as diferentes necessidades básicas.

O atendimento das necessidades básicas pode determinar a permanência ou não dos estudantes na escola, bem como o seu aproveitamento e avanço, pois não irá a escola, nem se sentirá à vontade nela, se em primeiro lugar não der conta desta situação.

Assim, foi importante entender como a preocupação com as necessidades básicas dos seus estudantes está presente no projeto e na prática político-pedagógica da EPA e tem orientado a sua organização e atuação desde sua criação.

4.3.3 O Trabalho

Entre os conceitos que são essenciais para a compreensão desta tese, destaco os conceitos *trabalho como princípio educativo* e *saberes do trabalho*, mas, para que seja possível a compreensão destes, é importante inicialmente fazer uma breve reflexão sobre o conceito trabalho, que é a base da discussão que será apresentada posteriormente.

A pesquisa que embasa esta Tese foi realizada em uma escola que acolhe uma população que tem como característica a exclusão social, que não tem acesso aos mais básicos direitos, como a moradia, a convivência familiar e comunitária. São pessoas que não tem acesso aos empregos formais, tendo que criar as mais diversas estratégias para conseguir atender às suas necessidades básicas.

A EPA é uma escola de Ensino Fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, que tem como objetivo prioritário o atendimento às pessoas em situação de rua e/ou de vulnerabilidade. Além disso ela oferece como proposta de integralização, um espaço de formação para o trabalho, criado a

partir da necessidade de apresentar alternativas, de geração de renda e de inserção no mundo do trabalho, para jovens que se aproximavam ou entravam na idade adulta, propondo alternativas diferentes das que lhes eram socialmente reservadas. Para melhor refletir sobre este contexto é importante refletir, inicialmente, sobre “que trabalho é este que estamos falando?”.

Frigotto (2009) aponta para a polissemia do termo trabalho e multiplicidade de significações que ele assume. Esta realidade pode ser facilmente verificada ao se observar as expressões comumente utilizadas no dia a dia, a partir do senso comum, as quais tratam do trabalho e do emprego como a mesma coisa. Conforme o autor afirma,

o mais comum é que a grande massa dos que pertencem e têm experiência real de classe trabalhadora e que não necessariamente têm consciência de classe tome trabalho e emprego, como sinônimos (Frigotto, 2009, p. 172).

Quem não ouviu alguém dizer que o seu trabalho é ser “cozinheiro na empresa tal”; “pedreiro em determinada construtora”; ou “bancário em um certo banco”? Certamente esta afirmação, que mostra o uso do termo trabalho, se referindo ao emprego a que as pessoas se vinculam não é nenhuma surpresa nas conversas cotidianas. Segundo Ciavatta, Benácchio e Silveira,

O senso comum aprende a noção do trabalho apenas nas suas formas visíveis, como atividade cotidiana para prover os meios de vida, abstraída das relações sociais que os produzem, das relações de trabalho e das condições de vida dos trabalhadores. À custa de enorme simplificação, reduzimos o trabalho a uma de suas formas históricas aparentes, tais como as atividades laborais, o produto do trabalho, a formação profissional, o ensino técnico, como se fossem fenômenos isolados da complexidade da produção social que está na sua gênese (2015, p. 30).

Tentando compreender um pouco do significado do trabalho, proponho iniciar com Marx. Para este autor,

O trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a

natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza (Marx, 2017, p. 255)

Para Marx, apesar do processo de trabalho concretizar sua finalidade no produto, o trabalho permanece presente neste. Marx afirma que o produto “é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto” (Marx, 2017, p. 258), ocorre, assim, um processo que tem origens anteriores e terá implicações ulteriores, como afirma a seguir:

Quando um valor de uso resulta do processo de trabalho como produto, nele estão incorporados, como meios de produção, outros valores de uso, produtos de trabalhos anteriores. O mesmo valor de uso que é produto deste trabalho constitui o meio de produção de um trabalho ulterior (Marx, 2017, p. 258)

O trabalho, sendo uma especificidade dos homens e mulheres e mediando as relações que estabelecem com a natureza para atender às suas necessidades, incorpora-se historicamente à ação produtiva do homem, produzindo sua vida e sua história. A conotação, que o trabalho assume, vai muito além da vinculação empregatícia dos seres humanos, que pode se dar, ou não, no seu transitar espaço temporal, orientado pelos modos de produção vigentes.

O texto de Friedrich Engels, de 1976, que versa sobre o processo de diferenciação entre os seres humanos e os animais, ainda aprofunda mais esta discussão sobre o significado do trabalho. Conforme este autor,

O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem⁷⁹ (Engels, 2006, p. 1)

Mais do que fonte de riqueza, Engels aponta a relação de essencialidade do trabalho em relação à vida humana, chegando ao ponto de apontá-lo com elemento responsável pela criação do próprio homem.

⁷⁹ Apesar do uso comum da linguagem sexista, deste período, acrescento à referência o entendimento de que a criação “dos homens e das mulheres” se deu pelo trabalho.

Se o trabalho não é criador biológico dos homens e das mulheres, o é no aspecto existencial, pois é através dele que os seres humanos agem sobre a natureza, visando atender às suas necessidades, a transformando e sendo transformados por ela. É através do trabalho que criam seus modos de vida e produção, tornando-se nômades ou sedentarizando-se, extraindo sua subsistência da natureza, plantando e criando estabelecem múltiplas relações sociais, culturais e econômicas.

Nenhum modo de produção prescindiu do trabalho. O trabalho estava presente no modo de produção das sociedades da antiguidade, nas sociedades feudais, nas sociedades coloniais, escravistas antigas ou mais recentes, assim como no modo de produção capitalista em todos os seus momentos.

Em O Capital, Livro I capítulo 4 e 5, Marx nos faz refletir sobre o papel do trabalho no modo de produção capitalista⁸⁰. Ele o coloca no processo de origem do capital ($D - M - D1 - M - D2$)⁸¹, entrando na sua fórmula como mercadoria. Assim como o capitalista compra a matéria prima, as máquinas e ferramentas que utilizará na produção e compra o único bem do trabalhador, sua força de trabalho, por um tempo determinado, ele calcula o seu preço a partir daquilo que o trabalhador necessita para viver (alimento, roupas, moradia etc.), tornando, a partir daí seu possuidor. A seguir o capitalista utiliza a força de trabalho comprada do trabalhador⁸², apropriando-se do fruto do seu trabalho.

No modo de produção capitalista o trabalho é incorporado à mercadoria, mas, antes disso, ele continua sendo incorporado “em valores de uso, isso é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo” (Marx, 2017, p. 255), porém isso não ocorre mais para o trabalhador, mas para o capitalista, pois o primeiro vendeu sua força de trabalho ao segundo, que a utiliza conforme seus interesses. Embora continue ocorrendo a relação homem/natureza mediada pelo trabalho, seu produto (mercadoria) já não pertence mais ao trabalhador, mas ao capitalista, desta forma o trabalho está alienado a este.

⁸⁰ Ver Marx, 2017, p. 223 — 251)

⁸¹ O capitalista acumula o capital ao usar o dinheiro (D) para comprar a mercadoria que vende por um dinheiro maior (D1) comprando mais mercadoria (M) e dela obtendo mais dinheiro (D2) na sua venda.

⁸² A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho (Marx, 2017, p. 255)

Marx caracteriza o trabalho com essencialmente humano, sendo primeiramente elaborado na mente humana e depois executado, diferentemente dos animais. Conforme ele afirma:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (Marx, 2017, p. 255 — 256).

Conforme Lukács, “[...] a essência do trabalho humano está no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estádios são produtos da autoatividade do homem e *da mulher*“(grifo meu) (2013, p.33). Assim, o trabalho acompanha e produz a vida humana durante toda a sua existência sobre a terra, não se limitando à garantia da sobrevivência apontada pelo senso comum.

O trabalho, através da relação dos seres humanos com a natureza, é produtor de valores de uso, inicialmente destinados a suprir às necessidades do trabalhador. No modo de produção capitalista este produto (com valor de uso) passa a assumir um valor de troca, garantindo a reprodução do capital. Isso só acontece porque,

Valor de uso e valor de troca são, com efeito, formas objetivas heterogêneas uma em relação à outra, mas a socialidade da produção justamente executa entre eles um processo permanente de conversão recíproca. Por exemplo, quando um capitalista se vale de trabalho assalariado na produção, ele compra (como faz qualquer comprador) o valor de uso, nesse caso, o da força de trabalho, de sua capacidade de produzir mais que o necessário para a sua reprodução, exatamente a propriedade que determina o seu valor de troca. É a execução do trabalho – no quadro do tempo de trabalho socialmente necessário – que torna possível que os produtos criados por meio dele (igualmente valores de uso), por sua vez, adquiram um valor de troca, no qual está contido o produto específico do valor de uso da força de trabalho como maisvalor (Lukács, 2013, p. 124)

Conforme descreve Marx (2017)⁸³, no modo de produção capitalista, o trabalho é essencial para a reprodução do capital e muitos mecanismos passaram a ser utilizados para potencializar este objetivo. Um dos primeiros foi o aumento da jornada de trabalho, fazendo que o trabalhador cumprisse uma jornada muito além da necessária para a garantia da sua sobrevivência (reprodução da força de trabalho), gerando uma mais-valia relativa que seria embolsada pelo capitalista.

Comprando a força de trabalho de diversos trabalhadores e os concentrando na fábrica, o capitalista coordena o seu uso cooperativo, potencializando a produção, permitindo que seja definida uma força de trabalho média, que deve ultrapassar a soma das forças de trabalho individuais, racionalizando o uso dos meios de trabalho (instalações, prédio etc.), oferecendo uma força de trabalho de maior potência e capacidade, podendo realizar tarefas impossíveis a forças de trabalhos isoladas mesmo que somadas.

Outra característica do modo de produção capitalista, também foi a instituição da divisão do trabalho e da manufatura. Conforme Cafiero,

Embora a manufatura se baseie sempre na divisão do trabalho, ela tem uma dupla origem: em alguns casos, a manufatura reuniu na mesma fábrica os diversos ofícios necessários à produção de uma mercadoria; estes ofícios estavam antes, como todas as atividades artesanais, separados e divididos entre si. Em outros casos, a manufatura dividiu as diferentes operações de um trabalho que antes formavam um todo na produção de uma mercadoria, e juntou-as na mesma fábrica (Cafiero, 1985, p. 47)

Mais uma vez, a produção é aumentada gerando mais capital e o resultado deste processo, também caracterizado como mais-valia relativa, é absorvido somente pelo capitalista, nada retornando ao trabalhador, além do valor previamente determinado como pagamento da sua força de trabalho.

Por fim, a introdução da máquina e seu desenvolvimento até a formação da grande indústria, permitiu multiplicar o trabalho realizado pelo trabalhador; conseqüentemente cresceu a produção de mais-valia relativa, o que faz crescer o lucro do capitalista, nada trazendo de retorno ao trabalhador. O trabalhador tornou-se apêndice da máquina, perdendo até mesmo sua especialização, pois

⁸³ Todo este processo pode ser, minuciosamente, compreendido pelo leitor a partir da leitura dos capítulos de 8 a 13 do primeiro livro do Capital (Marx, 2017, p. 305 — 572)

não é mais necessário dominar o uso das ferramentas, só realizar tarefas mecânicas, seu trabalho é desvalorizado por já não ser mais necessário o domínio dos ofícios. Esta realidade já era percebida por Marx, quando iniciava a discussão sobre a “Maquinaria e grande indústria” (Capítulo 13 de O Capital), citando um trecho de “Princípios da Economia Política” de John Stuart Mill: “É questionável que todas as invenções mecânicas já feitas tenham servido para aliviar a faina diária de algum ser humano” (Mill, *apud* Marx, 2017, p. 445). Como já afirmado, a introdução da maquinaria e posteriormente a grande indústria, tem como único objetivo, não diminuir ou melhorar a situação de trabalho e conseqüentemente a vida do trabalhador, mas para atender o objetivo do Capitalista. Com a maquinaria, passam a ser absorvidos no trabalho da fábrica mulheres e crianças, com o objetivo de desempenharem trabalhos repetitivos, sem necessidade de especialização. A este grupo era pago um salário, ainda menor, pelo uso de sua força de trabalho, do que aos homens e adultos em geral, ampliando, ainda mais, os lucros do capital.

A partir das ideias de Taylor, com o objetivo do controle do trabalho pelo capital, foram desenvolvidos princípios de organização do trabalho, desde o século XVIII, este modelo de produção passou a ser conhecido como taylorismo, a partir do nome do seu criador. Conforme Frigotto,

O nome Taylor, porém, internacionalmente conhecido como o pai da “administração científica”, marca uma etapa na história das relações capital *versus* trabalho. Ele soube dar corpo e vida a várias ideias e experiências de submissão dos operários, estabelecendo assim as bases necessárias para ajustar o trabalho ao processo de acumulação do capital no último século (Frigotto, 2012, p. 71)

Conforme descreve Frigotto (2012), os princípios de Taylor constituíam-se em três pontos principais: na apropriação do “saber-fazer” do trabalhador, para, a partir deles, criar leis, normas e fórmulas que deveriam orientar o trabalho dos operários; no treinamento adequado do trabalhador para a tarefa que deveria desempenhar; na programação e supervisão das atividades de acordo com o “tempo-padrão” determinado.

Neste mesmo período Henry Ford, nas suas fábricas de automóveis, introduz a linha de montagem, onde cada operário desempenha uma única função, num processo organizado de forma parcelar. Na indústria fordista, conforme Frigotto, são adaptados e aplicados os princípios taylorianos,

buscando “produzir’ um novo homem, que responda à nova organização do trabalho” (2012, p.71)

Antunes (2015), também nos mostra como o capitalismo, tem intensificado seu processo de reprodução, a partir da revolução industrial, caracterizada pela implantação do modelo fordista, orientado pela teoria taylorista. Conforme este autor o fordismo é

[...] a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções. Pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho. Pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (Antunes, 2015, p. 35).

Frigotto nos aponta que, além de uma polissemia. Há uma disputa ideológica que se desenrola sobre a apropriação do conceito trabalho, pois

A concepção burguesa de trabalho vai-se construindo historicamente, mediante um processo que o reduz a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria que aparece como trabalho abstrato em geral, força de trabalho. Essa interiorização vai estruturando uma percepção ou representação de trabalho que se iguala à ocupação, emprego, função, tarefa, dentro de um mercado (de trabalho). Dessa forma, perde-se a compreensão, de um lado, de que o trabalho é uma relação social e que esta relação, na sociedade capitalista, é uma relação de força, de poder e de violência; e, de outro, de que o trabalho é a relação social fundamental que define o modo humano de existência, e que, enquanto tal, não se reduz à atividade de produção material para responder à reprodução físico-biológica (mundo da necessidade), mas envolve as dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas, de lazer etc. (mundo da liberdade) (Frigotto, 2012, p. 21)

4.3.4 O trabalho como princípio educativo

Ao apresentar esta tese, que discorre sobre uma escola de EJA, voltada à população em situação de rua, que traz o trabalho ao centro do seu projeto político pedagógico, considereei essencial refletir sobre a razão desta escolha, perguntando que princípio educativo está presente no trabalho e o que ele pode contribuir para a vida de homens e as mulheres que buscam a escola com a esperança de alcançarem uma nova alternativa para sua vida.

Os seres humanos diferente dos demais animais, não vivem num aqui e agora, mas vivem uma experiência que se desenvolve ao longo da história, na qual, por meio do trabalho estabelecem relações com a natureza procurando satisfazer às suas necessidades, como nos mostra Saviani:

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (Saviani, 2007, p.154)

Saviani nos lembra da necessidade da mediação do trabalho, na relação dos homens e mulheres com a natureza. Para garantir a existência humana sobre a terra e atender às suas necessidades, os seres humanos transformam a natureza, fazendo-se, enquanto seres humanos. Tudo isso ocorre dentro de um processo histórico e social de educação dos homens e mulheres⁸⁴ que se dá através do trabalho. Conforme este autor

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens (e mulheres), sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem (e da mulher) é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem (e da mulher) mesmo (grifos meus), (Saviani, 2007, 154).

O trabalho é criador do mundo e da história dos homens e mulheres e os saberes adquiridos através dele vêm sendo transmitidos de geração a geração, através de um intrínseco princípio educativo.

Conforme Saviani, é no ato de produzir sua existência que os seres humanos aprenderam a produzi-la. Foi trabalhando que aprenderam a trabalhar,

⁸⁴ Ressalto, como em várias referências apresentadas, a presença da linguagem sexista, ainda utilizada na época, que generaliza os seres humanos no masculino. Apesar desta observação utilizo os textos por sua riqueza e por acreditar que hoje isso seria objeto de reflexão destes autores, pela sensibilidade às questões sociais que eles apresentam.

na relação com a natureza e com os outros homens e mulheres que se educavam e educavam as novas gerações, preservando o que era considerado válido e eficaz, desprezando aquilo que não era validado “no interesse da continuidade da espécie” (Saviani, 2007, p. 154).

A educação se originou a partir das situações de trabalho, enquanto homens e mulheres se relacionavam com a natureza, buscando atender às suas necessidades. Conforme Saviani (2007), diferente dos animais ou plantas, os seres humanos não são cultivados ou adestrados, mas educam-se, a partir da consciência do seu inacabamento, adaptam os seus órgãos para, através do trabalho, dominar a natureza, ultrapassam seus limites corporais, desenvolvendo instrumentos e ferramentas úteis para o trabalho, organizam seu processo de trabalho realizando ações coletivas e de ajuda mútua.

O processo educativo, que se dá em situação de trabalho, permite a continuidade da existência humana. A ação transformadora dos seres humanos sobre a natureza é apropriada, inicialmente, de forma individual, e posteriormente de forma coletiva, social, pela presente geração e pelas futuras ao educar, transmitir conhecimentos, técnicas, experiências ontológicas do ser humano.

Saviani afirma que “é o trabalho que define a essência humana. Isso significa que não é possível ao homem viver sem trabalhar” (Saviani, 2007, p. 155), pois é através da ação humana sobre a natureza que ela é transformada e atende às necessidades humanas. A propriedade privada da terra, porém veio a contrariar esta lógica, possibilitando que os donos da terra vivessem do trabalho alheio, daqueles que, vivendo nas terras sem serem proprietários, eram obrigados a trabalhar para si próprios e para os proprietários da terra, entendidos como seus senhores. Para o autor, a divisão de classes, também causa uma divisão na educação,

A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho (Saviani, 2007, p. 155).

Esta forma de educação, apartada do processo produtivo passa a ser a que é propriamente reconhecida como escola, reforçando-se a partir daí a separação entre educação e trabalho.

Conforme Saviani, “nas sociedades de classes a relação entre trabalho e educação tende a manifestar-se na forma da separação entre escola e produção” (Saviani, 2007, p. 157). Este modelo se consolidou, principalmente com a escravidão e o feudalismo.

No modo de produção capitalista, segundo Marx (2017), o produto do trabalho humano deixa de ser reconhecido pelo seu valor de uso, capaz de atender às suas necessidades, transformando-se em valor de troca, vindo a produzir mais valia, pela compra do trabalho do trabalhador, que é apropriada pelo dono do capital. Neste contexto,

O trabalho como princípio educativo ganha nas escolas a feição de princípio pedagógico, que se realiza em uma dupla direção. Sob as necessidades do capital de formação da mão de obra para as empresas, o trabalho educa para a disciplina, para a adaptação às suas formas de exploração ou, simplesmente, para o adestramento nas funções úteis à produção. Sob a contingência das necessidades dos trabalhadores, o trabalho deve não somente preparar para o exercício das atividades laborais – para a educação profissional nos termos da lei em vigor –, mas também para a compreensão dos processos técnicos, científicos e histórico-sociais que lhe são subjacentes e que sustentam a introdução das tecnologias e da organização do trabalho (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 752)

A sociedade capitalista, com a constituição da economia de mercado, que mudou a ordem social e com a industrialização e a introdução da máquina, passou a exigir uma baixa qualificação para o trabalho manual. Esta qualificação necessária, geralmente se dá na própria situação de trabalho. A escola passou a ter a função de formar aqueles que desempenharão as funções intelectuais, sendo criados cursos profissionalizantes com o objetivo de oferecer formações intelectuais específicas para atender às necessidades da produção.

Para Arroyo (1990), o princípio educativo do trabalho não cessa no modo de produção capitalista, pois aí, também, são criadas condições de desenvolvimento universal da capacidade humana, que tanto podem ser vistas na sua totalidade, como individualmente. Arroyo entende que o papel da escola não é se colocar como espaço de proteção do trabalhador, em relação às

máquinas, tecnologias e novos modos de produção, ou de assumir a rejeição pessimista destas novas circunstâncias, mas de reflexão e qualificação prática para os novos modos históricos de produção, propondo a discussão sobre a divisão do trabalho, sobre a desigualdade de classes, fortalecendo o trabalhador na sua luta contra a hegemonia do capital e a apropriação do produto do trabalho e dos meios de produção.

Miguel Arroyo (1990) se refere ao caráter educativo presente na ação do homem sobre a natureza. Ele destaca que o metal e a madeira têm grande valor educativo pela imensa possibilidade de transformação que possuem. Afirma que, no processo de transformação destes elementos, se pode ver a aplicação das leis da química e da física, ou seja, os princípios da ciência que são aplicados no processo produtivo. Este é um potencial que tem tido dificuldade de ser reconhecido pela educação, principalmente quando ela procura pensar a sociedade industrial. Conforme Arroyo (1990), o pensamento educacional tem girado em torno da polarização entre o reconhecimento da importância dos avanços científicos e tecnológicos para o desenvolvimento material e o temor das consequências morais, sociais e culturais deseducativas.

Miguel Arroyo afirma que a reflexão e prática pedagógica não pode ficar “alheia aos vínculos entre trabalho e educação” (Arroyo, 1990, p.3). Ele ressalta a importância de se manter a atenção voltada às mudanças que vêm ocorrendo nos modos de produção, tanto no campo como na indústria e nos serviços. Arroyo aponta que, entre os anos de 80 e 90, houve uma mudança na forma de produção como consequência da industrialização, levando a um crescimento do trabalho assalariado, uma maior produção de bens que conseqüentemente levou a uma produção e formação de trabalhadores, ou seja, surgem novos seres humanos trabalhadores, com nova consciência, novo saber e novo entendimento, constituindo nova classe trabalhadora. Este autor entende que é necessário questionar: “Qual é o princípio que tem tornado o povo mais sabido, ainda que continue tão pouco e mal instruído?” (Arroyo, 1990, p. 3).

A partir deste questionamento, conforme Arroyo, novas temáticas passam a ser exploradas: as pedagogias da fábrica, do trabalho, dos movimentos sociais e a formação politécnica. O trabalho se estabelece como eixo para a educação, levando à reflexão sobre que escola interessa à classe trabalhadora. Segundo Miguel Arroyo “a Lei de Diretrizes e Bases – passou a ser pensada tendo como

eixo o trabalho” (Arroyo, 1990, p. 3), assim como, na década de 80, “houve uma rica produção de pesquisas, teses, livros e artigos” (Arroyo, 1990, p. 3) sobre a relação entre educação e trabalho, No entanto, ele apresenta o seguinte questionamento: “Através de que visão do trabalho vêm sendo pensados os vínculos entre trabalho e educação?” (Arroyo, 1990, p. 3).

Arroyo chama a atenção que, para a educação encontrar os seus vínculos com o trabalho, ela necessita pensar o trabalho real, historicizado e não idealizado. Ele afirma que: “O trabalho não é princípio educativo por princípio ou por qualquer a priori. Como também as novas tecnologias não são deseducativas por princípio, ou a priori” (Arroyo, 1990, p. 6). Então, para entender a relação entre trabalho e educação, para entender o princípio educativo que se dá na esfera real do trabalho humano, é necessário ir além de um trabalho idealizado, aproximando-se das formas de trabalho que ocorrem no dia a dia da sociedade histórica, buscando respostas nas novas formas de estruturação do trabalho no tempo atual.

É de extrema importância entender como a escola atende ao interesse do trabalhador ou legitima o interesse do capital. O autor lembra que, no final dos anos 70, a teoria do capital humano e da modernização enfatizavam a técnica e a qualificação, conferindo uma função profissionalizante e preparadora de habilitações à escola, vinculando-a à revolução tecnológico-científica (Arroyo, 1990, p. 11). Estas concepções cumpriram e cumprem um papel político-ideológico que encobre a discussão das raízes das desigualdades sociais, transferindo a discussão para uma falsa relação direta entre a técnica e a educação com o desenvolvimento e igualdade social. Esta “armadilha” apareceu na década de oitenta seguindo muito além dela, conforme Arroyo, este vínculo reafirmado nas teorias impostas pelo sistema capitalista industrial, é refutado por diversas evidências e análises, sendo que na realidade o desenvolvimento científico e tecnológico não apresenta a qualificação do trabalho como necessidade direta e além disto, o poder de classe continua a ser mantido através da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual (Arroyo, 1990, p. 11).

Conforme Arroyo, o marco teórico constituído neste período, que apontava a necessidade de buscar a reunificação do trabalho manual e intelectual, reunificando a organização do trabalho e da escola, permitiria

avançar além das relações tecnicistas vigentes, possibilitando a criação de um projeto político-pedagógico contra hegemônico, “para fortalecer o trabalhador pelo domínio do saber e da qualificação” (Arroyo, 1990, p. 13). Desta forma, seria possível superar a ideia de ensino profissionalizante, apontando para uma escola unitária e politécnica.

Saviani, referindo-se ao papel da escola, enfatiza que ela efetua uma operação em duas mãos, de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos formais e aqueles que são incorporados pelo trabalho. Segundo este autor

[...] aprender a ler, escrever e contar, e dominar os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade. (Saviani, 2007, p. 160)

Arroyo entende que o trabalho pode possuir um caráter formador ou deformador, é formador quando a concepção e a execução se relacionam diretamente e é deformador quando o sistema capitalista reafirma a separação entre o manual e o intelectual. Desta forma, “a divisão capitalista do trabalho cinde o trabalho intelectual e o manual deformando o trabalhador” (Arroyo, 1990, p. 10).

Assim como afirmam Ciavatta, Benácchio e Silveira, trazem a reflexão sobre as concepções pedagógicas que orientam a formação educacional de jovens e adultos, segundo estes autores,

Essa concepção pedagógica que toma o trabalho como princípio educativo, traz no seu bojo a proposta da supressão da divisão técnica e social do trabalho e a superação da sociedade de classes. Busca a formação de jovens e adultos no sentido pleno, de modo a prepará-los a dar resposta às demandas do setor produtivo, bem como à produção material de sua existência, tendo plena consciência de sua condição humana, intervindo como ser social-político (Ciavatta; Benácchio; Silveira, 2015, p. 21).

A partir destas reflexões, assumi o desafio de entender como o princípio educativo do trabalho tem se apresentado na vida dos estudantes da EPA, homens e mulheres que usam a rua como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Ao mesmo tempo procurei verificar como esta escola, ao trazer o trabalho para o seu currículo, desenvolvendo oficinas de formação para o

trabalho e formando grupos de produção, tem sido somente um espaço de preparação para a inclusão no mercado de trabalho ou tem possibilitado a reflexão crítica sobre a situação de vida e trabalho dos seus estudantes, criando possibilidades para sua transformação, numa perspectiva humanizadora e autônoma.

4.3.5 Saberes do Trabalho

A escola muitas vezes se julga a detentora dos saberes, como se fosse o único espaço de validação dos conhecimentos, porém Kuenzer provoca outra reflexão apontando, não a escola, mas o conjunto das relações sociais como o lócus da produção do conhecimento. Segundo esta autora:

o homem (*e a mulher*) produz conhecimento enquanto produz as condições materiais de sua existência, ou seja, por meio do trabalho, compreendido como toda ação, material ou espiritual que o homem realiza com o intuito de transformar a realidade. Neste processo, ele (*e ela*) estabelece um conjunto de relações com a natureza, com os outros homens (*e mulheres*) e consigo mesmo, produzindo sua consciência, se humanizando e fazendo a História. É, pois, no seio das relações sociais determinadas pelo modo de produção que o homem produz o conhecimento e dele se apropria (Kuenzer, 1986, p. 20, grifos meus)

Conforme Kuenzer, os seres humanos produzem o conhecimento enquanto exercem, através do trabalho, a ação transformadora da natureza, enquanto se fazem humanos, fazendo sua própria história. Assim, ela coloca o trabalho no centro da produção de conhecimento, demonstrando a falsidade do argumento que coloca a escola neste lugar.

Refletindo sobre como ocorre o acesso aos saberes do trabalho, Kuenzer (1986) entende que há dois grupos distintos, aqueles que permanecem no interior da escola e aqueles que são excluídos. Segundo ela, os primeiros se apropriam “do saber sobre o trabalho na escola, o que lhes permitirá ocupar, na hierarquia do trabalhador coletivo, as funções intelectuais” (Kuenzer, 1986, p. 20), o outro grupo é o daqueles que, excluídos da escola, “aprendem o trabalho na prática, ou seja, trabalhando” (Kuenzer, 1986, p. 20).

O modo de produção capitalista, como nos mostra Marx (2017), tem se apropriado do saber do trabalhador, desde a reunião dos artífices na manufatura

até o desenvolvimento da maquinaria, mas, após consolidar este saber como padrão, o define como seu e, a partir daí, entende que o trabalhador não deveria mais pensar, mas sim cumprir as tarefas na linha de montagem “através do controle de tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista” (Antunes, 2015, p.35).

Já no modelo da flexibilização da produção, de inspiração japonesa, que começa a ganhar expressão a partir dos anos 80, o saber do trabalhador é apropriado constantemente, pois é entendido como um processo de produção permanente, que ocorre no próprio ato do trabalho, sendo propostos mecanismos participativos,

[...] dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total” são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países do capitalismo avançado e do terceiro mundo industrializado (Antunes, 2015, p. 34).

Atualmente, conforme Antunes (2015), convivem no modo de produção capitalista iniciativas fordistas/tayloristas, outras do modelo de flexibilização da produção e outros tantos processos que mesclam as diferentes iniciativas como o neofordismo, o neotaylorismo, o pós-fordismo, porém é importante atentar para a advertência de Fischer e Franzoi:

[...] os saberes dos trabalhadores no chão de fábrica se desenvolvem dentro de um quadro de separação histórica entre concepção e execução do trabalho. Porém, se o saber prático do trabalhador é incompleto, também o é o saber teórico que precisa estar, permanentemente, referido ao concreto (Fischer; Franzoi, 2015, p. 155)

Assim é imprescindível que haja um permanente diálogo entre o saber concreto, ou da experiência do trabalho, e o saber teórico ou constituído.

Nas escolas da EJA e com muito mais intensidade, numa escola como a EPA, encontramos jovens e adultos, que tiveram um reduzido período na escola, que retornam para ela após passarem por experiências de trabalho, algumas regulares, outras temporárias, muitas precárias, além de períodos de desemprego e desalento, quanto a sua busca. Nestes períodos, de vida longe da escola, que geralmente foram muito maiores do que aqueles que passaram nela, estes homens e mulheres desenvolveram estratégias para satisfazer às

suas necessidades, através das quais desenvolveram saberes do trabalho e da luta pela vida.

O reconhecimento dos saberes do trabalho é essencial para a escola emancipadora, que se orienta pela reprodução ampliada da vida e não do capital, pois como afirma Arroyo

Assim, os trabalhadores, o movimento operário, têm estado nessa fronteira, lutando pelos saberes do trabalho e pelo seu reconhecimento como produtores de outros conhecimentos. Estão em disputa contra o conhecimento hegemônico e também por outro padrão de poder-saber (Arroyo, 2012, p. 236).

Não só a EPA, mas a escola em geral, não pode desconsiderar estes saberes que seus estudantes trazem do trabalho e da vida, como se somente aquilo que foi aprendido nos bancos escolares tivesse validade. É imprescindível que riqueza dos saberes da experiência, trazida pelos estudantes dialogue, num patamar de igualdade, com os saberes constituídos (curriculares, formais) num processo democrático de troca e de reconhecimento mútuo.

5. A INVESTIGAÇÃO EM CURSO

As metodologias utilizadas foram em primeiro lugar a pesquisa bibliográfica, onde procurei conhecer teses e dissertações escritas sobre a escola, livros e capítulos de livros que traziam a experiência dos professores e outros trabalhadores que acompanharam os primeiros anos da EPA, e a rede com quem se articulava, livros e produções sobre as pesquisas da população em situação de rua; a pesquisa documental que buscou encontrar indícios que me orientassem na compreensão da escola e dos estudantes que a frequentam e a pesquisa etnográfica realizada, embasada na observação participante desenvolvida a partir das oficinas do NTE e complementada pelas entrevistas com professores.

5.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA — OUTROS OLHARES

Antes de iniciar a pesquisa em campo, realizei um levantamento no Banco Digital de Teses e Dissertações, para conhecer que pesquisas têm sido realizadas sobre a EPA, na pós-graduação stricto sensu. Utilizei os descritores “escola municipal de ensino fundamental porto alegre” e/ou “emef porto alegre” e/ou “escola porto alegre”, sendo que encontrei 5 dissertações que se referiam à escola, sendo uma a dissertação deste autor. O quadro abaixo apresenta os trabalhos encontrados, bem como os autores e o tipo de trabalho.

Quadro 2 – Pesquisa sobre a EPA

GOMES, Luana Barth	Legitimando indígenas na escola	saberes	Dissertação / UFRGS /2011 /	Educação
FONSECA, Marcia Cristina Taborda	Cidadania na Escola Alegre: formação e (re)conhecimento de sujeitos em situação de rua	Porto Alegre: processos de	Dissertação / UNISINOS / 2020	Educação
SANTOS, Renato Farias dos	O acolhimento da população em situação de rua: a experiência do núcleo de trabalho educativo da EPA		Dissertação / UFRGS / 2018	Educação /

SALERNO, Guilene	A vida se tece e a escola acontece entre-vidas	Dissertação / UFRGS / 2012	Psicologia /
MARTINEZ, César Augusto Ferrari	O Currículo vai à rua ou a rua vem ao currículo?	Dissertação / UFRGS / 2012	Geografia /

Fonte: Levantamento no BDTD, realizado pelo autor em 31/03/2022

A primeira dissertação analisada foi Gomes (2011), *Legitimando saberes indígenas na escola*. Ela buscou “evidenciar o que muda na imagem que os alunos têm de índio, em uma escola que recebe semanalmente os Kaingang”. Sua pesquisa inicia em duas escolas, mas depois escolhe a EPA, onde desde 2005, estava sendo desenvolvido o projeto “Fazendo Cerâmica como Nossos Avós” com a realização de oficinas de cerâmica com a Comunidade Kaingang⁸⁵, buscando resgatar a prática de confecção de objetos cerâmicos, com características originárias desta etnia, que tem como base as marcas das metades clâmicas (Kamé e Kairu).

Destaquei pontos desta pesquisa que podem contribuir para entender o Núcleo de Trabalho Educativo. Gomes (2011) destaca, como função do NTE, fazer com que os alunos reconheçam sua ancestralidade e sua identidade, o que também é instrumento facilitador para seu futuro profissional “fortalecendo suas identidades atuais pela busca de pertencimento” (Gomes, 2011, p. 31). Desta forma esta relação com comunidades indígenas, com homens e mulheres que têm um modo de vida diferente de si, poderia contribuir para o autorreconhecimento dos estudantes, confrontando-se com a própria origem e pertencimento étnico e racial, assim como com a alteridade.

Gomes destaca que este projeto proporcionava o exercício da monitoria, quando alguns estudantes da EPA, auxiliavam os professores no ensino da cerâmica para os Kaingang.

Na sua dissertação, Gomes relata a experiência multicultural de troca de saberes entre os Kaingang, professores e estudantes e como o índio⁸⁶ é visto no

⁸⁵ A cartilha bilíngue, *Fazendo cerâmica como nossos avós* (Armando; Freitas; Bertolazzi; Rodrigues, 2008) resultante deste projeto, pode ser acessada no link: <https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smdh/usu_doc/cartilha_fazendo_ceramica_hoj_e_como_nosso_avos.pdf>. No ano em que foi realizada a pesquisa (Gomes, 2011), o projeto estava sendo realizado com a participação da aldeia do Morro do Osso.

⁸⁶ Termo utilizado em vários momentos, na dissertação, para referir-se a homens e mulheres dos povos originários.

contexto social não índio e como esta visão é alterada a partir da relação estabelecida, provocando nos estudantes o interesse pela sua própria autoidentificação e reconhecimento étnico.

Destaco também, que a realização do projeto “Fazendo Cerâmica como Nossos Avós, representou uma proposta de intersecção e complementariedade de políticas públicas ao envolver representações de três secretarias, a Secretaria de Direitos Humanos, através do Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas, a Secretaria Municipal de Educação, através da EPA e o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) através da viabilização de recursos como contrapartida social.

A dissertação de Fonseca, apresentada ao programa de Educação da Unisinos, coloca como objetivo “[...] analisar os processos participativos como meio e fim, na formação da cidadania de sujeitos em situação de rua da Escola Municipal Porto Alegre [...] (Fonseca, 2020, p. 9). A autora traz relatos da sua observação e falando sobre as experiências vividas na escola.

Descrevendo uma aula que assistiu, Fonseca faz as seguintes observações sobre ela:

A aula é uma demonstração de como construir a autoconfiança e a capacidade crítica em sujeitos tão vulneráveis, promove o desenvolvimento da autonomia e amplia a visão de mundo no processo de aprendizagem para que possam alcançar uma participação mais ativa na sociedade.

O reflexo desta educação como prática de liberdade fica evidente no desempenho e participação dos educandos: a discussão é sempre muito rica, traz posicionamentos, riqueza de argumentos, sempre ótimas relações com as vivências do grupo (Fonseca, 2020, p. 102).

A autora destaca que a participação ativa na sociedade é objetivo da educação e para isso aponta como essencial o desenvolvimento da autoconfiança, da capacidade crítica, da autonomia e de uma visão ampla do mundo, o que parecia ser objetivo da aula observada.

Outro ponto que Fonseca aborda na sua dissertação, foi a discussão realizada com os estudantes, enquanto preparavam os materiais para o aniversário da EPA, sobre as assembleias que regularmente ocorriam na escola. Ela relata falas onde os estudantes se queixam de que aquilo que falam nas assembleias não é cumprido. Em uma das falas relatadas, o estudante que ela apresenta pelo codinome de Nabuco, afirma “Aí eles perguntam da gente o que

tem pra dizer, o que a gente quer, o que acha das coisas, pra depois fazerem do jeito que eles querem! Nem sei pra que então.” (Fonseca, 2020, p. 102).

A partir da minha experiência de professor na escola (2011 – 2019), posso dizer que falas como esta, têm sido constantes na escola e podem ser entendidas, analisando o exemplo apresentado pela estudante à autora como oferta de alimentação inadequada: “oferecerem leite quente, sem café no cardápio”. Apesar da assembleia ter como característica ser aberta a todos os assuntos, nem todos são passíveis de mudança, um deles é a alimentação, embora a EPA já tenha conseguido algumas conquistas. O cardápio é definido pelo setor de nutrição da SMED, assim, já vem pré-determinado, desta forma no dia que é leite puro, não é possível a troca, pois o café só será entregue, pelo fornecedor, no próximo dia. Assim também outras questões, de ordem administrativa ou funcional, não são passíveis de alteração nem pelos professores e, muitas vezes, nem mesmo da direção⁸⁷. Nestas situações é necessário que ocorra um processo de reflexão, onde é necessário apresentar aos estudantes os limites do que pode ser alterado por decisão democrática e o que está além das possibilidades das decisões da assembleia, dependendo da organização institucional ou das legislações a que os órgãos públicos estão sujeitos.

A assembleia é, sem dúvida, um espaço de participação democrática, mas é também um espaço de reflexão sobre como as coisas são organizadas, sobre as normas que regem qualquer sociedade e sobre nossas possibilidades, ou não, de mudá-las. A explicação apresentada pela professora ajuda aos estudantes a entender o significado da assembleia e que postura podem assumir. Isso fica evidente na fala de Fonseca para os estudantes neste dia:

“Bom, gente, uma assembleia é um espaço de fala e escuta. Então acho que só tem que aprender para que serve e como levar a diante as discussões que vocês entendem que não estão sendo representadas ou que não está se vendo um resultado (Fonseca, 2020, p. 107).

⁸⁷ Algumas alterações no cardápio já foram conseguidas, como o reforço na quantidade per capita de alimentos no almoço, devido ao perfil dos estudantes e o café preto depois do almoço, para manter os estudantes acordados, pois muitos trabalham durante a noite e/ou fazem uso de drogas ou álcool, mas isso só ocorre com justificativas muito coerentes.

Outro ponto destacado é que as faltas e a rotatividade de educandos prejudicam a participação nas assembleias. Esta percepção é muito importante, pois indica que muitos estudantes que fazem reivindicações não acompanham o atendimento destas ou o retorno sobre as razões de não serem atendidas.

A autora apontou a existência de diversas oficinas, naquele momento, oferecidas por organizações da sociedade civil, ela afirma que

Além das possibilidades que o NTE oferece, no laboratório de papel ou no laboratório de cerâmica, existem oficinas que a escola oferece em parceria com diversos coletivos, seja da universidade ou coletivos organizados que tenham caráter social, orientação de economia solidária e/ou tenham como propósito o trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou rua (Fonseca, 2020, p. 109)

Esta é uma característica histórica da EPA, que tanto abre o seu espaço para que coletivos, universidades, serviços públicos (saúde, assistência social, cultura etc.) e outras organizações da sociedade civil que realizem atividades na escola, como oferece condições para que os alunos possam frequentar outros espaços.

Fonseca destaca o papel do SAIA, desde as conversas para a escolha das oficinas que cada estudante quer participar, até o acompanhamento do estudante no desenvolvimento da oficina. Cada estudante podia participar de até duas oficinas, desde que não houvesse conflito de horário.

A autora destaca a participação professores do NTE sempre que ocorria algum evento de comercialização, o que caracteriza o apoio, dado por estes, aos estudantes. Ela fala que apesar da diversidade característica de cada uma das modalidades (cerâmica e papel), a comercialização é feita de forma unificada, os professores, apesar das dificuldades que relatam, procuram acompanhar estes espaços. Já na feira semanal da Contraponto muitas vezes os estudantes participam sozinhos. A pesquisadora também relata o caráter participativo e democrático do NTE, com a realização reuniões por oficinas ou conjuntas, para decidir questões do trabalho. Segundo ela, o NTE, “Assim, se propõe dinâmico em seu funcionamento e democrático no processo participativo” (Fonseca, 2020, p. 111).

Na sua pesquisa, Fonseca (2020), faz uma detalhada apresentação, onde discorre sobre as duas oficinas⁸⁸, mostrando suas diferenças e singularidades. Ela faz o relato de uma reunião, para apresentação da marca do NTE, quando ressalta o processo participativo e, ao mesmo tempo, os conflitos que ocorreram durante sua realização. Na sequência a pesquisadora trouxe um pouco da história de cada estudante, a partir das conversas realizadas com eles.

A luta pela manutenção da EPA, como escola de educação de jovens e adultos que prioriza a população em situação de rua, ocupa um espaço de destaque na pesquisa de Fonseca. Ela traz o relato das falas de diversa(o)s estudantes em relação ao significado da EPA e a importância de a escola continuar existindo. A pesquisadora relata, com muita sensibilidade, todo o empenho dispendido nesta luta pelos trabalhadores da escola e os estudantes pela manutenção da escola, quando a SMED pretendia fechá-la.

Na sua dissertação, Fonseca também relata as rodas de conversas que realizou com os estudantes, onde “Os temas principais abordados foram: classe social, miséria, relações sociais e trabalho, transgressões e reinserção social” (Fonseca, 2020, p. 137), como disparador para estas rodas ela utilizou filmes nacionais ou dublados sobre diferentes épocas e contextos históricos, as rodas de conversas proporcionaram a reflexão sobre os temas, possibilitaram que muitas vezes se colocassem no lugar dos personagens e refletissem sobre a própria realidade.

Concluindo sua dissertação, Fonseca (2020) procurou mostrar como os estudantes se veem, quanto ao uso de drogas e o seu esforço para controlar o consumo, as violências, as questões familiares de abandono e conflitos, a falta de acesso à justiça e aos seus direitos, o preconceito e a intolerância social e o orgulho do processo de aprendizagem e sua importância para a qualificação profissional.

Outro item apontado pela autora foi a importância do coletivo no processo de emancipação, dando ênfase ao processo de socialização e pertencimento que ocorre, principalmente no NTE.

⁸⁸ Fonseca utiliza a expressão laboratório, para definir os espaços de cerâmica e de papel artesanal, provavelmente por ser assim definido em alguns documentos. Eu prefiro utilizar oficina, que é a forma como são popularmente tratados por professores e estudantes.

Por fim ela refletiu sobre o tema principal de sua dissertação, que é a importância dos processos participativos que ocorrem na escola, quanto a formação cidadã de seus estudantes.

Guilene Salerno, ex-professora da EPA, na sua dissertação: *A vida se tece e a escola acontece entre-vidas*, tem como problema de pesquisa “Como a Escola Municipal Porto Alegre (EPA) acontece entre-vidas?” (Salerno, 2012, p. 16), ela faz sua pesquisa no período anterior a implantação da Educação de Jovens e Adultos na EPA, mas pode nos trazer uma reflexão importante sobre o papel da EPA e sua inserção na rede de políticas públicas, na época, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (Salerno, 2012, p. 16) e o papel da escola na incidência desta política. Salerno utiliza em sua pesquisa, narrativas construídas a partir de oficinas realizadas com professores e estudantes da escola. Destaco a riqueza do trabalho, sugerindo a leitura aos interessados no tema, já que aqui a abordagem foi restrita aos pontos que se relacionam com o objeto da pesquisa por mim realizada.

Salerno destacou a inserção da EPA numa articulação de políticas públicas desde sua criação, sobre a coordenação da Secretaria Municipal de Governo, que resultou na “construção do Programa Integral de Atenção para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (PAICA-Rua), da qual a escola fazia parte” (Salerno, 2012, p. 22). A autora apresentou uma escola que foi criada para trabalhar em rede com as políticas públicas, mas, que muitas vezes, foi obrigada a ir além, ultrapassando o esperado de uma escola, preenchendo vazios de atendimentos, deixados pelas demais políticas. Fonseca entende que a EPA, pelo seu compromisso de acolhimento com os seus estudantes,

Acolhe como a saúde e a assistência social. Não é um serviço de saúde, ainda que faça acompanhamento de atendimento psiquiátrico, tuberculose e HIV, entre outros, sob o pressuposto a Política de Redução de Danos. Não é serviço de assistência social, mas busca encontrar identidades, documentos e organiza formas de subsistências com o Núcleo de Trabalho Educativo, faz abordagem de rua e visitas domiciliares, atende à família daqueles que possuem este vínculo (Salerno, 2012, p. 73 – 74).

Salerno ressalta, na sua dissertação, a importância da escola na articulação das políticas públicas e o compromisso de acolhimento com seus estudantes que a faz tomar para si muito desta responsabilidade, na ausência

das demais políticas. Ela entende que isso é o que garante a permanência dos seus estudantes na escola, pois

Seria possível estudar em meio a tantas ausências de direitos à vida? A articulação da política pública é ressaltada pela ausência de articulação nas narrativas até aqui cartografadas. Parece que a articulação das políticas somente ocorre quando há emergencialidade da vida, na beira da morte, fazendo desta escola um exercício de micro intersectorialidade cotidiana que acolhe no SAIA (assistência), quando marca consultas e acompanha (saúde), quando atende a necessidade de geração de renda pelo NTE (trabalho e geração de renda), quando busca identidade perdida (assistência legal), quando faz a escuta na terapia comunitária⁸⁹ (saúde), entre outros. E em todos estes encontros de políticas públicas, assim como a aranha conecta seus fios para sustentar a vida, a EPA faz suas conexões necessárias para educar para a vida, ensinando a ler e a escrever o mundo (Salerno, 2012, p. 90)

Apesar de toda a articulação em rede em que a EPA se insere, que me parece bem maior no passado do que hoje em dia⁹⁰, a escola é muitas vezes, na sua lógica de acolhimento e cuidado, obrigada a assumir muitas das responsabilidades das demais políticas para não deixar os seus estudantes desamparados, conforme a pesquisadora,

Este lugar de subsistência e não de travessia, se faz um lugar onipotente: um lugar que tenta proteger, alimentar, resolver, ensinar. Esta onipotência obrigatória, imposta pelo poder público, não oferece saída, afinal a rede de atendimento é frágil. Isto às vezes desconecta a linha da educação, fragilizando a equipe de trabalho, tornando-se a linha da vulnerabilidade explícita (Salerno, 2012, p. 90)

Salerno (2012), a seguir, destaca que o lugar solitário, onde a escola muitas vezes se situa, esta carência de rede, criam relações de sofrimento e não

⁸⁹ Conforme Salerno (2012) “A Terapia Comunitária foi idealizada pelo psiquiatra Adalberto Barreto e na EPA tem por objetivo oportunizar novos e coletivos espaços protegidos, de elaboração de experiências vividas por adolescentes e jovens, proporcionando maior reflexão das situações que envolvem sua relação com a rua, o ato infracional e a droga, a discriminação, a sobrevivência, a saúde etc. Investe na ressignificação de sua história de vida, através do diálogo entre eles e sua rede de afetos e apoios (p. 24). A Terapia Comunitária aconteceu até 2011, cessando pela saída da escola dos professores e técnicos habilitados para a atividade, conforme pude observar no meu primeiro ano de trabalho na EPA.

⁹⁰ Falo pela minha experiência de professor, de 2011 a 2019, onde observei a extinção de diversos fóruns em que a EPA participava, envolvendo principalmente a saúde e a assistência social. Nos primeiros anos de trabalho, a EPA, participava das reuniões do “Gerenciamento de casos das crianças e adolescentes em situação de rua” e da “Rede Pop Rua” na FASC e do Fórum Interinstitucional sobre a RUA (ver também Salerno, 2012, p. 102), aos poucos foram diminuindo os convites de participação para a EPA, sendo que alguns destes foram deixaram de existir, como é o caso do Fórum Inter Rua, que teve suas últimas reuniões em 2019.

de prazer para os profissionais, despotencializando e precarizando as práticas e possibilidades de trabalho da equipe, sendo possível que sua energia só se sustente através do vínculo de afeto estabelecido com seus estudantes, conforme ela: “Isso por vezes desconecta a linha da educação, fragilizando a equipe de trabalho, tornando a linha da vulnerabilidade explícita (Salerno, 2012, p. 90).

O outro texto encontrado na pesquisa bibliográfica realizada foi a dissertação de Martinez, *O Currículo vai à rua ou a rua vem ao currículo?*, onde o autor entende que “é na relação entre os saberes vividos pelos estudantes e aqueles desenvolvidos na Escola que há o aprendizado” (2012, p. 5). Sendo uma dissertação apresentada para o programa de pós-graduação em Geografia, Martinez destaca o papel do espaço, do lugar para os estudantes e para a construção de saberes. Ele aponta a existência uma relação espacial, mais lugarizada com o conhecimento, na medida em que os saberes que se constroem na sua relação com a escola e a cidade estão diretamente vinculados às experiências que dão sentido às suas aprendizagens. Martinez afirma que os estudantes constroem diferentes identidades espaciais, apontando “a necessidade de construir uma pedagogia do espaço” (Martinez, 2012. p. 5).

Conforme Martinez, o espaço da escola atende à necessidade de proteção dos estudantes, segundo este autor, “a escola também é espaço de proteção e que quando eles entravam na EPA não queriam mais só um serviço de atendimento social, queriam sentir-se estudantes” (Martinez, 2012, p. 26).

O autor fala da importância da separação entre a rua e a escola, onde esta fosse mostrada,

como um local de aprendizagem, de experiências escolares, de proteção e de socialização e de construção de saberes, garantindo que por mais diferente e irreconhecível, que às vezes fosse a EPA, ela ainda era uma escola (Martinez, 2012, p. 32).

A seguir, Martinez afirma que a EPA, caracterizando-se como escola, afirma-se como espaço de garantia do direito fundamental à educação, espaço aberto ao acesso e à permanência dos seus estudantes.

O pesquisador destaca o papel da escola como espaço de proteção, sendo que,

A Escola não só garante aos que a acessam um ambiente de tranquilidade, como transforma profundamente as relações sociais entre eles. Brigas podem se transformar em tréguas, ou vice-versa, a partir da entrada do portão (Martinez, 2012, p. 86)

Martinez destaca que a escola representa para os estudantes um lugar que oferece possibilidades de mudança de vida, ele afirma que eles “legitimam o lugar de produção de conhecimento como o lugar que pode lhes proporcionar uma outra realidade, distinta e melhor que a vivida” (Martinez, 2012, p. 94).

Este autor traz uma pista importante sobre a participação do estudante no seu processo de aprendizagem, ele destaca que os princípios pedagógicos que orientam o trabalho da EPA estão ligados diretamente aos princípios da Escola Cidadã, projeto político pedagógico orientador da educação, na rede municipal de ensino de Porto Alegre, no período dos governos da Frente Popular. Entre estes está o de

O estudante parar de figurar enquanto objeto da educação e passar a figurar como sujeito do processo educativo. Mesmo não interiorizado dentro da cultura de ensino-aprendizagem das escolas, este princípio era revolucionário, na medida em que coloca o aprender como o objeto da escola e todos os envolvidos nas comunidades escolares enquanto agentes dessa aprendizagem (Martinez, 2012, p. 42).

Martinez constrói em sua pesquisa um mapa das trajetórias realizadas pelos estudantes da EPA destacando estes lugares, seus personagens e os significados que trazem e sua transitoriedade resumida na frase: “No Centro, quase tudo é passageiro”⁹¹ (Martinez, 2012, p. 76).

Martinez também fala da importância de a escola ir à rua, de como nestas idas os espaços da rua se transformam em espaços escolares, toma o exemplo do Projeto Asteroide, projeto e espaço de atendimento e de aprendizagem destinado às crianças e adolescentes, em situação de rua e/ vulnerabilidade social, que existiu na Feira do Livro⁹², por vários anos. Neste espaço os

⁹¹ O então bairro Centro (hoje denominado Centro Histórico) concentra os terminais da maioria das linhas de ônibus da cidade, na frase há um duplo sentido, que se refere às pessoas que vêm e vão no transporte coletivo, com os mais diversos objetivos, e a efemeridade da vida.

⁹² A Feira do Livro ocorre todos os anos na Praça XV de Novembro, espaço tradicional do bairro Centro Histórico de Porto Alegre, lá ocorrem visitas das escolas de toda a cidade e da população em geral para comprar livros e/ou participar de atividades culturais e sociais.

professores da EPA acompanhavam os estudantes, realizando e participando de diversas atividades educativas e culturais. Conforme Martinez, no Projeto Asteroide,

A dimensão pedagógica superou, aos poucos, o caráter assistencial do serviço. É um exemplo emblemático de como não só a EPA conseguiu trazer a cidade para a escola, mas conseguiu levar a escola para a cidade (Martinez, 2012, p. 81)

A partir do exemplo do Projeto Asteroide, Martinez enfatiza a importância de uma pedagogia que explore os espaços da cidade, que se desenvolva dentro e fora da escola, ele afirma que os aprendizados ocorrem, também fora da escola, conversando, observando, refletindo e lendo livros, jornais e revistas.

Martinez também perguntou aos estudantes sobre os lugares que mais gostavam na escola, tentando entender a significação do espaço interno, quanto ao “gostar” e ao “aprender”. As respostas demonstravam que muitos estudantes, separam as duas coisas e não conseguem entender que há uma aprendizagem constante, social. Eles se detêm nos modelos mais tradicionais, onde o lugar de aprender é um e o lugar de se gostar é outro. Já alguns estudantes têm esta percepção, como num exemplo dado pelo autor, onde o estudante explicando como pode aprender no pátio responde “porque nestes espaços a gente vive socialmente” (Martinez, 2012, p. 90).

Outro ponto interessante trazido por Martinez, foi a resposta dos estudantes a duas perguntas que eram feitas no conselho de classe da escola pela coordenação pedagógica e os professores: “o que de mais importante ele aprendeu e se de fato percebe se está aprendendo” (Martinez, 2012, p. 91). Conforme o pesquisador “nenhum conteúdo específico surgiu como aprendizado. Os estudantes responderam à primeira pergunta dizendo que os aprendizados dos saberes urbanos (cotidianos) eram os mais significativos que aprenderam dentro da escola” (Martinez, 2012, p. 92), coisas significativas que vão desde o estabelecimento de relações, ao controle das drogas. O autor percebeu, também, que a certificação o interesse destacado pelos estudantes, havendo uma expectativa de que a vida mude a partir daí.

Quanto a se percebem que estão aprendendo, e como? Martinez diz que: “Quando existem pessoas referendando e dando atenção aos conhecimentos

mostrados, se sentem felizes de estar aprendendo” (2012, p. 76). Isso também ocorre em situações como poder ajudar um colega, responder certo a uma pergunta do professor, ser elogiado. São estas coisas que lhes fazem saber que estão aprendendo. A estrutura da escola, que permite um atendimento próximo da realidade do estudante, um atendimento individual, realizado caso a caso, também contribui para o sentimento de aprendizagem.

Martinez, na sua pesquisa demonstra a sua preocupação em entender a relação entre o espaço e o conhecimento. Ele percebe que

os estudantes reconhecem sim a Escola enquanto dimensão espacial de um conhecimento mais social. Porém, nos mostra também a dificuldade de reconhecerem os espaços de trocas sociais enquanto espaço de construção de saberes. Em suma reconhecem o aprendido, mas, talvez, não conseguem legitimar este aprendizado (Martinez, 2012, p. 93)

O autor fala da EPA como entre-lugar, um local de encontros, dos diferentes, da rua, nas suas especificidades, com o não estar na rua, um lugar “para que aqueles que estudem ali, se confrontem com outras trajetórias e pensem a própria” (Martinez, 2012, p. 93).

Concluindo, Martinez, mesmo no seu próprio sentimento de inconclusão, aponta como o tema que emerge de sua pesquisa “o das relações espaciais e identitárias dos estudantes entre os espaços da cidade e da escola” (Martinez, 2012, p. 94). Ele aponta a necessidade da construção de vínculos humanos entre os sujeitos e seus espaços, tanto na EPA, onde pensamos estudantes que já romperam estes vínculos com outros espaços de periferia, onde estes laços necessitam ser criados, mantidos ou reforçados, para que cada vez menos se precise de escolas como esta. Conforme o autor

Na EPA, os jovens exercem um pouco de sua cidadania e um pouco de cada uma destas relações impossibilitadas pela organização da cidade. Desenvolvem relações sociais mais dignas, sendo ouvidos, proporcionando sentido aos seus saberes. Os encontros entre os estudantes aprofundam a relação espacial com a escola. Fazendo com que a mesma se transforme em um lugar. Mais do que um espaço formal de aprendizagem, a EPA é, para quase todos, um espaço de identidades. (Martinez, 2012, p. 94)

Martinez procurou através das entrevistas ver como os estudantes veem os lugares por onde transitam, enfatizando os lugares entendidos como a rua e

a escola. Pensando a rua, ele entende que é importante legitimar os saberes urbanos trazidos pelos estudantes, desenvolvendo outras relações político sociais, “humanizando a aprendizagem e, logo, os sujeitos que ali aprendem” (Martinez, 2012, p. 95). Aqueles que são pela maioria considerados “drogados, vagabundos, ignorantes” vivendo em locais “sujos, fedidos e feios”, como citados por Martinez (2012, p. 95) são sujeitos com possibilidade de ressignificação desta realidade.

Ele entende, a partir da resposta dos estudantes às entrevistas, que a escola é legitimada, por seus alunos, como local de produção de conhecimentos e de possibilidade de produção de outra realidade de vida. A escola também é lugar de encontro entre semelhantes e diferentes, local de debate das relações que se dão fora da escola, podendo propor caminhos de transformações das realidades sociais.

Martinez (2012) afirma que o portão ocupou um espaço importante, de transformação de relações, o dentro e o fora do portão.

Quanto ao Núcleo de Trabalho Educativo, o autor traz poucas referências. Lembra a sua apresentação aos espaços, primeiramente ao prédio há pouco construído do ateliê de papel artesanal e por isso motivo de orgulho da direção, espaço de aprendizado “sobre as práticas do mundo do trabalho” (Martinez, 2012, p. 21) e depois foi levado à sala de cerâmica. Ele ressalta as modalidades de trabalho em que se dividia o NTE, as aulas curriculares (para todos), o extramuros e o grupo de produção e como este espaço tinha importância no trabalho da escola “desenvolvendo criatividade, motricidade, pensamento lógico-espacial entre outros” (Martinez, 2012, p. 20).

Conforme Martinez as oficinas eram entendidas pelos estudantes como espaço de expressão, de aprendizado de coisas diferentes, de fazer aquilo que não se achavam capazes, de reflexão e de descontração. Como afirma um dos estudantes entrevistados “porque eu faço coisa que nunca fiz e aprendo mais” (Martinez, 2012, p. 91).

Na dissertação “O acolhimento da população em situação de rua: a experiência do núcleo de trabalho educativo da EPA” (Santos, 2018), de minha autoria, destaquei a concepção e prática do acolhimento na EPA e principalmente no Núcleo de Trabalho Educativo, mostrando como esta escola que foi criada com o objetivo de garantir o acesso à educação pelas crianças e

adolescentes em situação de rua, organizou seu projeto e prática pedagógica para possibilitar o seu acolhimento neste ambiente escolar. Nela relatei que a EPA procurava desenvolver atividades atraentes e prazerosas para tornar-se atrativa para o seu público, que também alterou sua organização, realizando matrículas mesmo sem documentação, se responsabilizando em auxiliar, posteriormente, na sua obtenção. Mostrei também como a escola adaptou sua estrutura física para oferecer o banho, os cuidados com a higiene do corpo e das roupas.

Procurei mostrar a prática do acolhimento que vai além do abrir as portas da escola para aqueles e aquelas que geralmente eram excluídos de outros espaços, não os excluindo pela rejeição do seu modo de vida, mas construindo um acolhimento baseado na redução de danos e expresso na escuta e ajuda na construção dos projetos de vida.

Ressaltei como a EPA inseriu-se numa rede de atenção e cuidado, articulando-se e provocando quando necessário a saúde, educação e demais políticas para o seu atendimento. Relatei a mudança da modalidade para a Educação Jovens e Adultos, com a adaptação da estrutura para o acolhimento do novo público, passando a participar de uma nova rede que atende a este público. Mostrei a luta pela manutenção da escola, quando a SMED tentou fechá-la enfatizando a ampliação das parcerias que se deu a partir daí.

O Núcleo de Trabalho Educativo foi o centro da pesquisa, relatei sua criação e história, onde está presente o acolhimento às demandas dos estudantes por trabalho e renda e inserção no universo do trabalho de uma forma digna, criativa, autoral. Junto com ele é enfatizado o trabalho do SAIA e toda a organização da escola para garantir o acolhimento.

Relato aqui resumidamente esta dissertação, pois ela retorna a todo o momento, sendo uma das bases que dá origem a essa tese e seu conteúdo perpassa e orienta a mesma.

Acrescentei uma outra produção que me chegou às mãos por uma das autoras, o artigo de Godinho e Fischer (2019), “Escola, trabalho e gênero: uma experiência da Educação de Jovens e Adultos na rede pública de ensino de Porto Alegre”, por seu enfoque nos estudos sobre trabalho e gênero e na educação popular. Na palavra das autoras “o presente artigo analisa experiências de trabalho artesanal vivenciadas por estudantes mulheres em situação de rua em

uma escola pública de EJA em Porto Alegre/RS” (Godinho; Fischer, 2019, p. 335). A escola referida é a EPA e o estudo que deu origem ao artigo desenvolveu-se a partir de uma observação participante, realizada entre os anos de 2016 e 2018, iniciando no período em que eu atuei como Coordenador Pedagógico e terminando quando era diretor desta escola, sendo que pude acompanhar parcialmente, o trabalho desenvolvido.

O artigo ressalta que um pequeno número de mulheres estudava na EPA neste período e, apesar disso, ocorria uma elevada participação das mulheres no Núcleo de Trabalho Educativo.

Godinho e Fischer (2019) afirmam que, nas narrações de estudantes da EJA, sobre suas experiências de trabalho, é comum ressaltarem “a inserção precoce no mundo do trabalho e a dificuldade de acesso à escola” (Godinho; Fischer, 2019, p. 341), assim como a sobrecarga das mulheres que ainda acumulam atividades não remuneradas, de âmbito familiar, com as remuneradas.

As autoras afirmam que na EPA, o trabalho está presente de diversas formas, como em toda a EJA, “na memória dos e das estudantes por meio das lembranças de experiências de trabalho anteriores à entrada na escola da EJA” (Godinho; Fischer, 2019, p. 345). Algumas estudantes do NTE, segundo as autoras, afirmaram não ter tido nenhuma experiência de trabalho formal e nem informal, já outras citaram experiência no trabalho informal, precário, como recicladoras, guardadoras de carro ou cuidadoras de crianças.

As estudantes também referiram ter trabalhado concomitantemente aos estudos, em atividades propostas pela escola, como o NTE (objeto deste artigo), e outros projetos promovidas através de extensões universitárias como fotografia e horta e outras realizadas no espaço da EPA por parceiros, como a elaboração de um jornal da população em situação de rua⁹³ e o projeto de formação em economia solidária, Eco Sol Pop Rua, realizado pelo Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP).

⁹³ A referência é ao Jornal Boca de Rua que, no período do estudo, realizava suas reuniões semanais no Galpão da escola, ali eram discutidas as pautas, combinadas as ações jornalísticas, e distribuídos os exemplares para venda. A redação final, diagramação e finalização do jornal é realizada com o apoio da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE).

Este estudo nos traz algumas reflexões importantes, uma delas é que o trabalho artesanal realizado no NTE (Cerâmica e Papel), que é algo novo para os homens e as mulheres que participam deste projeto, não fazendo parte dos saberes que já detinham. Nele não ocorre um resgate de saberes familiares como em muitos casos de trabalho artesanal estudados, mas “há um conjunto de saberes produzidos pela experiência de vida em situação de rua que a escola valoriza e integra ao trabalho do NTE” (Godinho; Fischer, 2019, p. 346). Isto também ocorre nos Projetos de Extensão Universitária que ocorrem na escola. Godinho e Fischer (2019) ressaltam o rompimento da dicotomia entre o trabalho e a rua, onde ela é vista como local de vadiagem, na experiência da escola, a rua adquire novo significado. Nos projetos desenvolvidos na EPA, a rua se aproxima do trabalho, tornando-se espaço de registros, de venda e de interação.

Outro ponto ressaltado neste estudo é a ausência da divisão de tarefas por gênero no trabalho do NTE, embora não seja negada a ocorrência de discriminações, através de apelidos ou deboches. Nestes casos, as docentes faziam a discussão com o grupo para possibilitar a reflexão sobre o preconceito, o machismo e a necessidade de respeito entre os participantes.

Godinho e Fischer apontam que o trabalho artesanal

contribui para o convívio, o diálogo, a interação, o resgate da produção coletiva baseada na autogestão e na ajuda mútua (valores da economia solidária presentes no Núcleo de Trabalho Educativo). Ao mesmo tempo, contribui para o domínio dos conhecimentos necessários para todo o desenvolvimento das peças ou dos produtos. Cada estudante aprende todas as etapas de produção, assim como aprende a operar as máquinas e os instrumentos de trabalho (Godinho; Fischer, 2019, p. 347).

Assim, há uma afirmação da produção de saberes da economia solidária no NTE, além da formação específica para o trabalho desenvolvido nas oficinas.

Ana Claudia Godinho e Maria Clara Bueno Fischer, destacam a vinculação existente entre o trabalho artesanal e o trabalho das mulheres sendo que, embora as relegue à esfera doméstica e a vida privada, a reflexão sobre este tipo de trabalho pode trazer grandes contribuições, tanto para a escola como para a elaboração de políticas públicas. Conforme as autoras

Os estudos enfatizam que o trabalho está arraigado na vida, no cotidiano, nas relações familiares dessas trabalhadoras, e os

processos educativos do trabalho artesanal têm especificidades que podem ajudar a escola a se (re)criar como espaço de aprendizagem, criação, criatividade, protagonismo, solidariedade de classe, sororidade e emancipação humana. Além disso, esses estudos reforçam a importância de se compreender o trabalho artesanal como produção predominantemente realizada por mulheres e, por isso, associada ao espaço doméstico. Este é historicamente desvalorizado como lugar de segunda importância, invisibilizado e desconsiderado no debate travado no espaço público e, portanto, no âmbito da política. Diante desses aspectos, as pesquisadoras destacam a necessidade de se estudar e valorizar o trabalho artesanal como chave para a elaboração de políticas públicas que contribuam para a autonomia e a garantia de direitos das mulheres das classes populares. (Godinho; Fischer, 2019, p. 348).

Apesar desta característica do trabalho artesanal, ser realizado predominantemente por mulheres, isso não ocorre na EPA, em primeiro lugar, pelo fato do número de mulheres na escola ser muito menor do que o dos homens, mas as autoras afirmam que o fato de haver uma grande quantidade de homens participando do NTE, aponta um avanço na superação da visão do artesanato como coisa de mulher, “uma atividade sem importância, indigna da dedicação de um homem” (Godinho; Fischer, 2019, p. 349).

A partir da observação realizada na oficina de cerâmica, Godinho e Fischer (2019) relatam o aprendizado em situação de trabalho, a participação dos estudantes em todo o processo produtivo, inclusive na precificação e comercialização das peças. Conforme as autoras, os estudantes têm autonomia na decisão de que peça irão fazer e aquele que faz a peça recebe de acordo com o seu valor de venda. Apesar da maior individualidade deste processo, são destacados elementos do trabalho associado que o perpassam, entre eles,

o espaço de produção é coletivo, os espaços de comercialização também; há autonomia para cada estudante decidir o que vai produzir, seu ritmo de trabalho, sua interação com os colegas e as professoras durante a atividade; a colaboração no cuidado dos equipamentos, na organização da sala e outros (Godinho; Fischer, 2019, p. 349).

O grupo de papel artesanal tem outro funcionamento, embora todos tenham conhecimento de todo o processo de produção, cada participante realiza uma etapa do trabalho, alternando a sua função em outros dias

enquanto uma pessoa corta o papel a ser reciclado (primeira etapa da produção), outra costura um caderno ou agenda (etapa final da produção). Em outro encontro, as posições alteram-se e assim cada participante aprende a fazer todas as etapas. Ao final, com o produto

concluído, o grupo não define um “dono do trabalho”, pois ele passou pelas mãos de mais de uma pessoa (Godinho; Fischer, 2019, p. 350).

Os pontos principais, sobre o trabalho do NTE, destacados neste artigo foram:

— O potencial deste projeto para a integração entre o trabalho, a escola e a rua, dando visibilidade para mulheres (e homens) em situação de rua, que viveram experiências de trabalhos precários e informais, trazendo esta experiência para dentro do espaço de uma escola de educação de jovens e adultos.

— A valorização do trabalho artesanal e a desnaturalização da associação ao trabalho das mulheres e a esfera doméstica.

— A valorização de homens e mulheres como sujeitos autônomos e protagonistas na produção e gestão do trabalho.

— O resgate e atualização de princípios e metodologias da educação popular.

Finalizando, Godinho e Fischer destacam na observação realizada,

a integração entre educação e trabalho não como formação instrumental de mão de obra para postos com baixa qualificação e baixa remuneração (como acontece em muitos projetos), mas sim como um trabalho associado, com princípios de autonomia, autogestão, solidariedade, sororidade e emancipação humana. Também é importante destacar o reconhecimento da rua não em seu sentido pejorativo, comumente reproduzido como sinônimo de vadiagem, perigo e crime, mas sim como espaço público em que os estudantes circulam para vender peças de cerâmica, cadernos e agendas artesanais, fotografias e jornais que produzem nos projetos dos quais participam na escola (Godinho; Fischer, 2019, p. 351).

As autoras entendem também que o trabalho artesanal é viabilizado e valorizado através do NTE, não sendo apenas uma alternativa de geração de renda para os estudantes, mas “atividade de criação, produção de conhecimento, cultura e arte” (Godinho; Fischer, 2019, p. 351) e que compreender como se dá o aprendizado na experiência de trabalho pode contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de educação nas salas de aula, a partir da aproximação de “espaços de produção e reprodução da vida” (Godinho; Fischer, 2019, p. 351).

Outros pontos destacados foram a importância da escola para o resgate dos direitos das mulheres de classes populares, com ênfase naquelas que estão em situação de rua; a importância da articulação da escola com os equipamentos públicos de assistência social e saúde na garantia dos direitos básicos dos grupos em situação de vulnerabilidade; a importância da orientação e acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade, para a reorganização das suas vidas e o acesso aos benefícios sociais num contexto de retrocesso das políticas públicas.

Além das teses e artigo citados, também foi utilizada na pesquisa a publicação de Biasi (1998) e as organizadas por Gehlen, Silva e Santos (2008); Dornelles, Obst e Silva (2012); Schuch, Gehlen e Santos (2017) que trazem informações de quatro das pesquisas realizadas pela FASC, por terem auxiliado na caracterização da população em situação de rua, dos seus movimentos sociais e dos serviços que utilizam. Da mesma forma a publicação PAICA-Rua (2002) e Fleischmann et al (1999) foram essenciais para a pesquisa histórica sobre a EPA.

5.2 A PESQUISA DOCUMENTAL

Embora esta pesquisa seja caracterizada como uma pesquisa etnográfica, que teve como base principal a observação participante, procurei associar esta técnica com outras para enriquecer a construção do objeto e possibilitar a triangulação ao final. Assim realizei inicialmente uma pesquisa bibliográfica e, paralelamente à observação participante, uma pesquisa documental. Conforme André,

A utilização de diferentes técnicas de coleta e de fontes variadas de dados também caracteriza os estudos etnográficos, ainda que o método básico seja a observação participante. O pesquisador em geral conjuga dados de observação e de entrevista com resultado de testes ou com material obtido através de levantamentos, registros documentais, fotografias e produções do próprio grupo pesquisado, o que lhe permite uma “descrição densa” da realidade estudada (André,2010, p.43)

Busquei informações que ajudassem a caracterizar os estudantes da EPA quanto à gênero, etnia, faixa etária etc., a partir do Sistema de Informações Educacionais (SIE), da Rede Municipal de Ensino (RME), o que foi realizado com

auxílio da secretaria e com autorização da direção. Através do relatório de levantamentos feitos pelo SAIA, analisei a situação dos estudantes em relação aos seus tipos de moradia, recebimento de auxílios assistenciais, necessidades educacionais especiais e sofrimento psíquico, atendimento por serviços de assistência social e saúde mental, curatelas, interdições e acolhimento institucional. Para realizar este levantamento o SAIA utilizou dados das fichas dos estudantes, obtidas através de entrevistas e outros documentos da secretaria e do atendimento educativo especial.

Também tive acesso autorizado pela direção à documentos da escola, como o Projeto Político Pedagógico atual e anteriores, regimentos escolares, projetos, planos, legislações, relatórios e registros diversos. Utilizei também informações do site da escola e das suas redes sociais.

Para outras informações como a análise do território onde se insere a escola, informações econômicas e sociais da cidade, dados da população em situação de rua, utilizei sites de órgãos públicos, informações produzidas por organizações da sociedade civil e recorri a reportagens de jornais. Aqui incluirei somente as informações referentes aos estudantes, para cujo levantamento utilizei as informações do SIE e um relatório realizado a partir de levantamento do SAIA. As demais informações coletadas não foram inseridas neste capítulo específico, mas integradas ao texto da tese, dialogando com informações obtidas através dos demais instrumentos de pesquisa, sendo apresentadas ao longo deste documento, dialogando com a observação realizada e com outros elementos da pesquisa, o que deixa a leitura mais interessante para o leitor.

5.2.1 Os Estudantes da EPA

Entendendo que seria importante fazer uma breve contextualização sobre quem são os estudantes que frequentam a EPA, utilizei os dados que constam nos relatórios do Sistema de Informações (SIE) referentes a julho de 2023 que foram disponibilizados pela secretaria da escola. Na data da emissão destes relatórios (20/07/2023), a EPA tinha 103 estudantes matriculados. Estes relatórios permitiram analisar algumas informações importantes como faixa etária, raça ou etnia, sexo, alunos em atividades no turno inverso, destacando o NTE.

Também recebi outro relatório, elaborado pelo SAIA, onde são analisadas as situações de moradia, dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, sofrimento psíquico, alunos responsabilidade civil, benefícios etc. Este relatório, como foi feito em abril, tem uma pequena diferença em relação ao número de estudantes, pois neste período eram 100 estudantes matriculados, o que entendo que não prejudica a análise

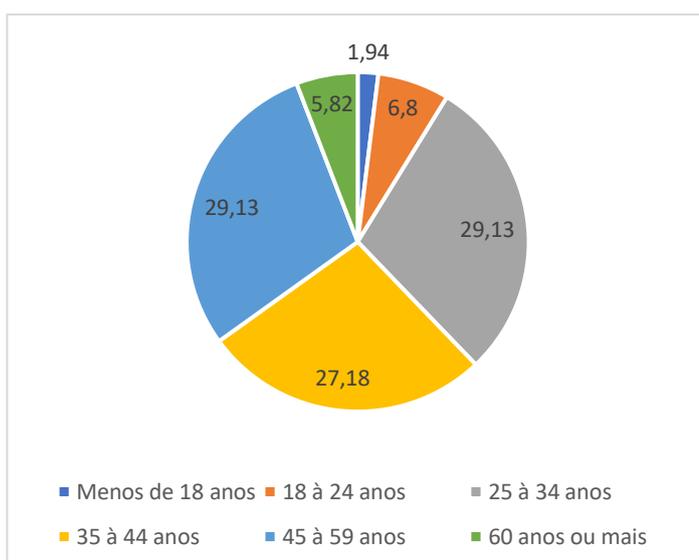
A seguir, procuro comparar, percentualmente, os números encontrados com os dados do último cadastro da população em situação de rua realizado pela FASC, procurando verificar se a realidade da escola, se assemelha aos dados que foram obtidos neste levantamento.

5.2.1.1 Faixa Etária dos estudantes

Conforme os dados do SIE, havia somente 2 estudantes com menos de 18 anos na EPA, 7 com idade entre 18 e 24 anos, 30 entre 25 e 34 anos, 28 entre 35 e 44 anos, 30 entre 45 e 59 anos e 6 com mais de 60 anos.

Na tabela abaixo apresento o resultado em percentual do levantamento do SIE.

Gráfico 3: Faixa Etária EPA



É visível que atualmente não tem ocorrido muita procura dos adolescentes pela EPA, pois somente dois estudantes, nesta faixa etária, estão matriculados.

Esta situação difere de outros momentos em que havia uma demanda maior por parte de abrigos, de serviços da assistência social e da FASE⁹⁴. Mesmo jovens de 18 a 24 anos têm uma pequena representatividade na EPA, sendo percentualmente menor do que o número apresentado da população em situação de rua, que atingia 9,9% no censo divulgado pela FASC em 2016.

A tabela abaixo compara os dados de distribuição por faixa etária do cadastro da população em situação de rua com a EPA.

Tabela 4: Faixa Etária PSR/2013 – EPA/2023

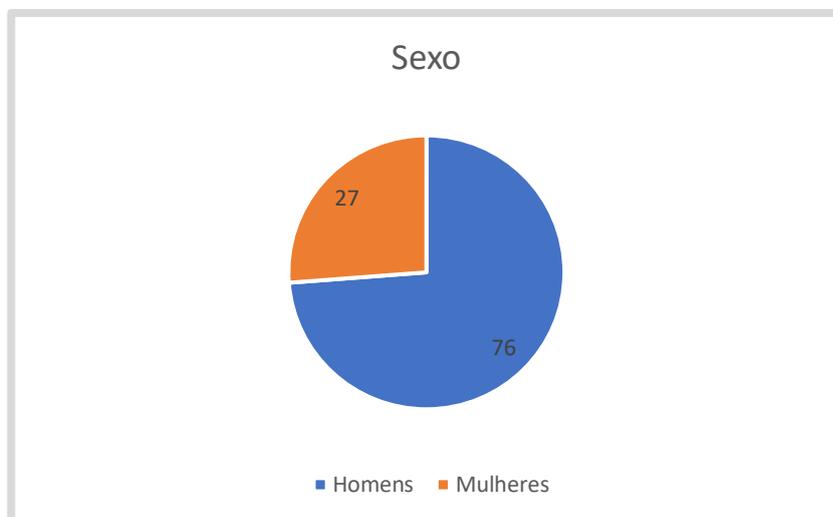
<i>Faixa etária</i>	<i>2016</i>	<i>2023</i>
	<i>PSR</i>	<i>EPA</i>
	<i>%</i>	<i>%</i>
Menos de 18	-	1,94
De 18 a 24 anos	9,9	6,80
De 25 a 34 anos	28,7	29,13
De 35 a 44 anos	29,1	27,18
De 45 a 59 anos	25,3	29,13
60 anos ou mais	7,0	5,82
NS/NR	-	-
Total	100	100

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016 (N=1721) e SIE/RME EPA2023

⁹⁴ A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE/RS), costumava encaminhar jovens que estavam terminando o cumprimento de medidas socioeducativas, nas suas unidades, para a EPA. A obrigatoriedade do retorno à escola e inserção em cursos profissionalizantes fazia parte de programas de acompanhamento e reinserção social coordenados pelo Juizado da Infância e Juventude do RS. No ano de 2022, durante a observação participante não vi nenhum caso.

5.2.1.2 Número de estudantes por sexo

Gráfico 4: Número de estudantes da EPA por sexo.



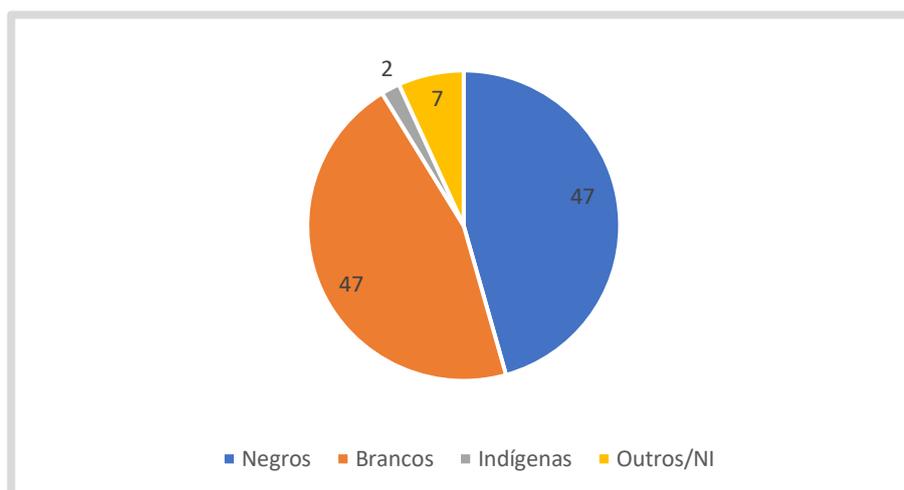
Fonte: Sistema de Informações Educacionais – Julho /2023

Ao fazer a relação entre os dados do último censo da população em situação de rua (2016) e os dados levantados na EPA, é possível verificar que há uma diferença considerável na análise por gênero, enquanto na população em situação de rua 85,7 se declararam homens, na EPA este índice cai para 76%, as mulheres que no censo representavam 18,8%, nesta escola chega a 27%. Eu entendo que a escola oferece um ambiente de acolhimento e proteção que estimula a matrícula das mulheres, por encontrarem-se numa situação de maior vulnerabilidade, devido ao contexto de machismo e violência, muitas vezes presente das ruas.

5.2.1.3 Número de estudantes por raça/etnia

Quanto a raça/etnia, 29 declararam-se pretos, 18 pardos, somando 47 negros (45,63%). Outros 47 estudantes declararam-se brancos (45,63%), 2 indígenas (1,94%) e 7 estudantes não declararam a raça/etnia ou responderam outra sem se auto identificar (6,80%).

Gráfico 5: Número de Estudantes da EPA por raça/etnia



Fonte: Sistema de Informações Educacionais – Julho/2023

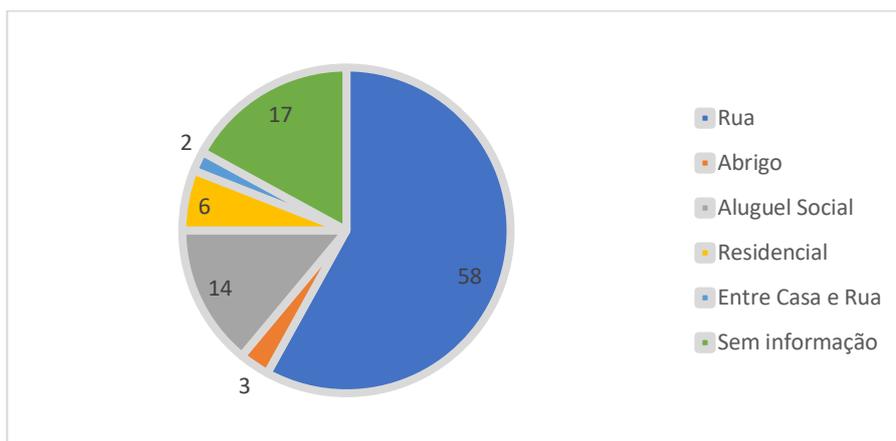
Já no censo de 2016 os números dos declarados brancos foi de 34,4% em contraste com os 47% dos estudantes da EPA, o total de negros, soma dos declarados pretos e pardos era de 37%, se contrapondo aos 47% dos estudantes da EPA, os indígenas eram 2,8% no censo, contra 2% na EPA, já 25,1% responderam outra ou não responderam no censo, já na EPA este índice ficou em 7%. À primeira vista, não é possível ter uma conclusão sobre os dados, pois o percentual dos que não responderam ao censo de 2016, poderia invalidar uma análise mais precipitada.

5.2.1.4 Número de estudantes por tipo de moradia

Para outras análises como situação de moradia, recebimento de auxílios e benefícios, acompanhamentos institucionais e capacidade civil, utilizei os dados fornecidos pelo SAIA de junho de 2023 que fez o levantamento de 100 estudantes matriculados neste momento

Quanto a moradia, 58 estudantes estavam pernoitando na rua, 3 moravam em abrigos, 14 estavam incluídos no programa de aluguel social/hospedagem da Prefeitura Municipal, 2 oscilavam entre a casa e a rua e de 17 não foi possível obter a informação.

Gráfico 6: Situação de Moradia



Fonte: Levantamento do SAIA/EPA – Abril/2023

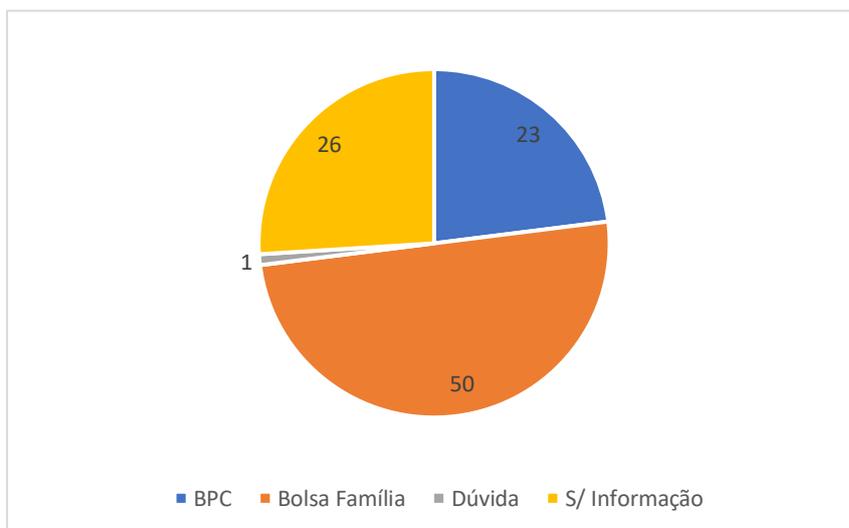
A escola embora procure diferenciar a forma como cada um dos seus estudantes habita a cidade, entende que estar em moradia precária, em permanência temporária e irregular, como hospedagens, aluguéis sociais, acolhimento em albergues e abrigos, assim como utilizar as ruas como espaço de sobrevivência, é estar “em situação de rua”, pois, a própria Política Nacional para a População em Situação de Rua, assim o define, no seu parágrafo único do seu artigo primeiro:

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. BRASIL, 2009.

5.2.1.5 Número de estudantes recebendo auxílios e benefícios

Programas assistenciais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) são as principais fontes fixas de renda apontadas pelos estudantes, sendo que 23 recebem o BPC e 50 recebem o Bolsa Família, houve dúvida quanto à situação de um estudante e 26 com situação desconhecida.

Gráfico 7: Auxílio e Benefícios



Fonte: Levantamento do SAIA/EPA – Abril/2023

Caracterizo aqui brevemente os benefícios recebidos pelos estudantes:

– Bolsa família: Conforme a lei 14.601 de 19 de junho de 2023 o Programa Bolsa Família encontra-se no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, “constitui etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania” (BRASIL, 2023), são elegíveis para recebimento as famílias (inclusive de um indivíduo) com renda per capita mensal inferior ou igual a R\$218,00, sendo o valor transferido regulamentado pela referida lei⁹⁵.

– Benefício de Prestação Continuada (BPC): Foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social que no seu artigo 20º determina:

O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (BRASIL, 1993)

Conforme o parágrafo segundo do artigo 20º da LOAS,

⁹⁵ No caso de família constituída por uma pessoa, caso mais comum entre a população em situação de rua, é feito o pagamento do Benefício de Renda de Cidadania, no valor de R\$ 142,00, mais o Benefício Complementar que somados devem completar o valor de R\$600,00, previsto na Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 (valores vigentes na data de conclusão da tese).

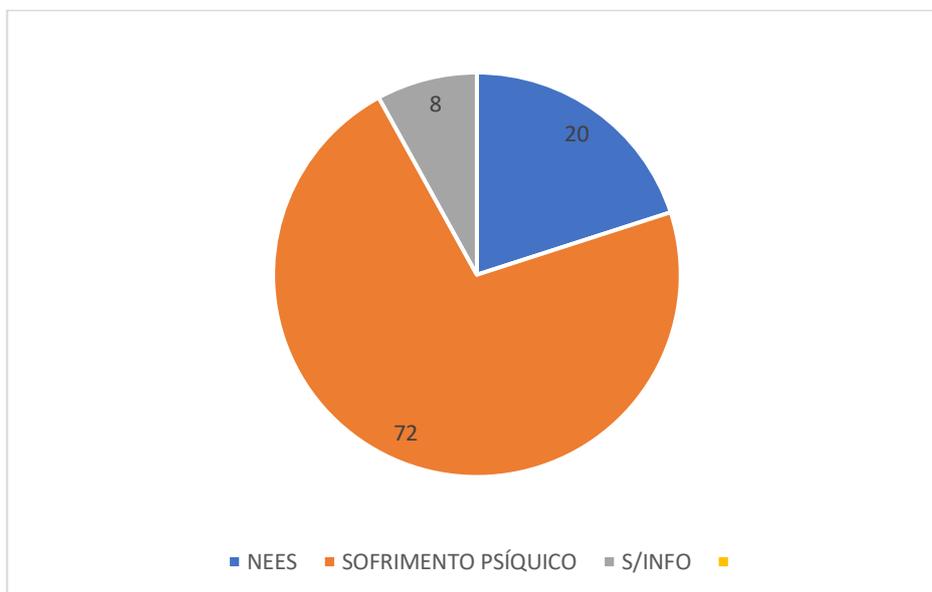
considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 1993)

A totalidade dos estudantes da EPA se encontra em situação de extrema pobreza, pois esta é uma das principais características da população em situação de rua. No entanto, é importante ressaltar que quase um quarto dos estudantes recebem o BPC, sendo que não foram encontradas pessoas com mais de 65 anos no levantamento realizado, verificando-se, assim, que se trata de pessoas com deficiências, conforme definição acima.

5.2.1.6 Necessidades educacionais especiais / sofrimento psíquico

O gráfico a seguir complementa as observações já realizadas, apontando os estudantes com necessidades educacionais especiais (NEES) – (20%) e os com sofrimento psíquico, cujo elevado número (72%) chama atenção.

Gráfico 8: Necessidades educacionais especiais / Sofrimento Psíquico



Fonte: Levantamento do SAIA/EPA – Abril/2023

Este cenário sempre caracterizou a EPA, durante os mais de 8 anos que trabalhei ali, na maioria dos casos estes estudantes com NEEs, deficiências e

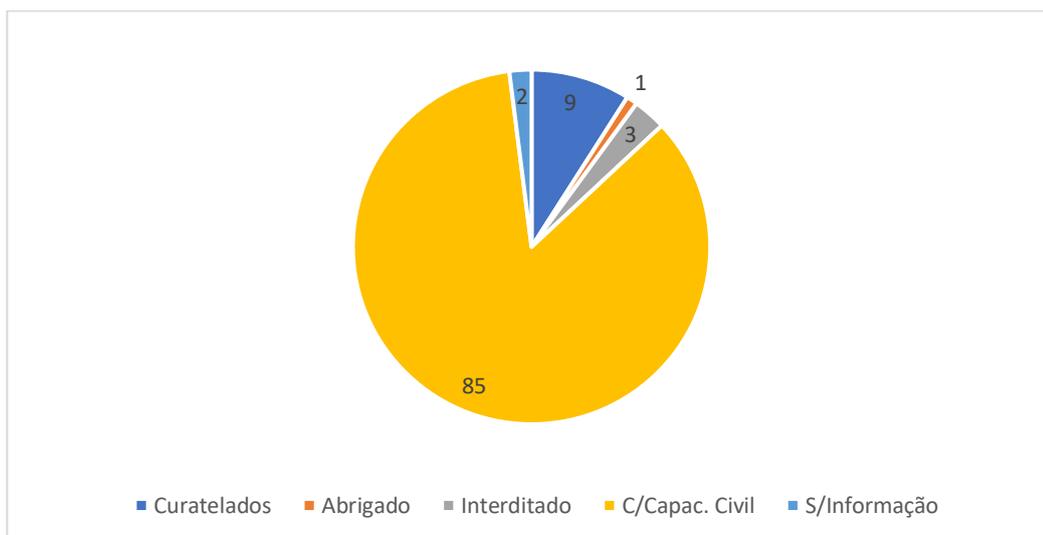
sofrimento psíquico, porém a maioria não tinha laudos que atestasse sua condição, mas sempre foram comuns os casos de internação, de uso de medicamentos ou a ocorrência de surtos esporádicos que exigiam a intervenção de serviços de saúde. Apesar desta ser uma situação antiga e comum, somente no ano de 2020, a escola recebeu um profissional de atendimento educacional especializado para atender este público e, por falta de local adequado, até hoje não foi possível instituir uma Sala de Integração e Recursos (SIR) para atendimento deste público, sendo que os atendimentos ocorrem em locais improvisados, conforme disponibilidade. Os casos mais graves a escola procura encaminhar para os serviços de saúde mental.

Embora o bairro Centro Histórico dispusesse de um CAPS, poucas vezes foi possível encaminhar um estudante em sofrimento psíquico para ele, pois sempre foi colocado que como a maioria das pessoas em situação de rua utiliza substâncias psicoativas ou bebida, era necessário encaminhar para um Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas (CAPS A/D), o que não havia na proximidade, necessitando que o estudante utilizasse ônibus para ir a qualquer um dos existentes. Várias tentativas de encaminhamentos foram feitas ao longo do tempo, inclusive com a escola pagando passagens com recursos do fundo do NTE. Em 2019 foi inaugurado o primeiro CAPS A/D da região Centro, o CAPS Céu Aberto, que inclusive faz abordagens em diversos locais o que tem facilitado a vinculação.

5.2.1.7 Número de estudantes quanto à capacidade civil

Quanto a capacidade civil, pode se observar que há 9 estudantes adultos curatelados, há 1 adolescente abrigado com menos de 18 anos, 3 estudantes adultos interditados sem curatela definida e 85 com capacidade civil e 2 não foi possível informar. O gráfico a seguir demonstra esta situação

Gráfico 9: Capacidade Civil



Fonte: Levantamento do SAIA/EPA – Abril/2023

Ao observar o relatório do SAIA fiquei na dúvida sobre a divisão em interditados e curatelados, uma vez que a curatela é a definição judicial da designação de um curador, o que é feito após a interdição. Ocorre que grande parte dos que estão na rua nesta situação, mesmo tendo sido interditados, em algum momento da vida, não tiveram definido um curador, foram abandonados pelo mesmo ou, pelo menos, não é conhecido pela escola nenhum curador. Estes continuam levando sua vida na rua, buscando alternativas para atender às suas necessidades sem nenhuma interferência de qualquer pessoa.

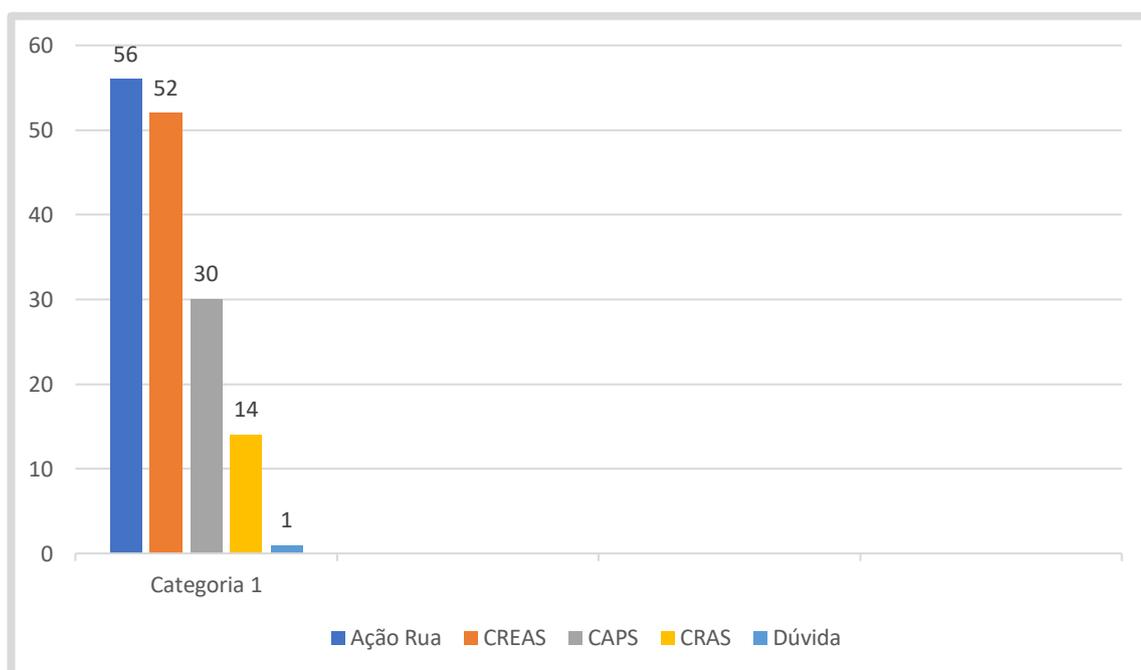
A escola procura encaminhar estes casos para a assistência social e para os CAPS A/D, mas não impede a participação destes estudantes na escola, enquanto não é resolvida a sua situação.

5.2.1.8 Atendimento Institucional dos Estudantes

Foi feito também um levantamento do acompanhamento institucional realizado pelos serviços da assistência social e da saúde, sendo que vários estudantes relatam o atendimento por mais de um dos serviços. O principal atendimento é dado pelos serviços de educação social da FASC (Ação Rua), sendo que 56 são atendidos por estes serviços, 52 também são atendidos pelo Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), os CAPS A/D atendem a 30 dos estudantes da EPA, 14 dizem ser atendidos pelos Centros

de Referência de Assistência Social (CRAS) e 1 não foi possível saber (dúvida). O número ultrapassa os 100%, pois vários relataram frequentar mais de um serviço.

Gráfico 10: Atendimento Institucional



Fonte: Levantamento do SAIA/EPA – Abril/2023

5.3 A PESQUISA TIPO ETNOGRÁFICA

Ao pensar em realizar minha pesquisa no NTE da EPA, escola em que trabalhei por 8 anos com estudantes que estão, na sua maioria, em situação de rua, não foi possível assumir a posição de um observador não reativo. Minha história como professor, engajado na defesa da importância desta escola, minha participação na luta da comunidade escolar e seus apoiadores para a manutenção da escola, quando, em 2014, a prefeitura decidiu fechá-la na modalidade EJA e minha militância pelas causas sociais e pela garantia de políticas públicas para o atendimento da PSR, me levaram a optar pela realização de uma pesquisa etnográfica. Este tipo de pesquisa pode ser assim entendido:

Etnografia significa literalmente a descrição de um povo. É importante entender que a etnografia lida com gente no sentido coletivo da

palavra, e não com indivíduos. Assim sendo, é uma maneira de estudar pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedade (Angrosino, 2009, p. 16)

Segundo o autor, houve uma ampliação do campo de estudo dos etnógrafos, que segundo ele, hoje “se ocupam basicamente das vidas cotidianas rotineiras das pessoas que eles estudam” (Angrosino, 2009, p. 31).

Para orientar melhor a pesquisa etnográfica recorri a André (2010), segundo ela “O que caracteriza mais fundamentalmente a pesquisa do tipo etnográfica é, principalmente, um contato direto e prolongado do pesquisador com a situação e as pessoas ou grupos selecionados” (p. 42). Esta autora, ao refletir sobre a pesquisas do tipo etnográfico que ocorrem em espaços e tempos escolares, afirma que estas pesquisas têm se voltado para “experiências e vivências dos indivíduos e grupos que participam e constroem o cotidiano escolar” (André, 2010, p. 41).

Esta pesquisa foi realizada em meio à vida real e às situações cotidianas, numa comunidade específica, a escola EPA, instituição educacional que já passa dos seus 27 anos de existência, atendendo um público diferenciado por sua história e cultura, caracterizado, na sua maioria, como população em situação de rua de Porto Alegre. Ela se desenvolveu num processo de interação com seu coletivo (estudantes, professores, funcionários e parceiros da escola) num território em permanentes conflitos históricos, culturais e econômicos.

A relação entre a abordagem dialética com a etnologia, que num primeiro momento parece escapar da percepção, é abordada por Mattos (2011),

A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudo que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio interacionais, por alguns motivos entre eles estão: Primeiro, preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas. Segundo, por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais (Mattos, 2011, p. 50).

Esta pesquisa se desenvolveu junto a um segmento populacional que se encontra numa posição extrema quanto a exclusão e a desigualdade social. A opção pelo materialismo histórico-dialético como linha condutora da pesquisa,

não foi só por alinhamento acadêmico, mas por compromisso político e social. Assim, a opção pela pesquisa tipo etnográfica, não poderia se apartar deste olhar e muito menos da convicção (com compromisso político) de que os homens e mulheres, participantes desta pesquisa, são sujeitos históricos, ativos e capazes de transformar as estruturas sociais.

Este compromisso político, desenvolvido durante os anos de trabalho na escola teve continuidade, após a aposentadoria, pela participação nos movimentos sociais da PSR, na Pastoral do Povo da Rua que, entre outros espaços, me mantiveram em contato com a escola, seus professores e estudantes. Desta vez, retornei na posição de pesquisador, porém sem deixar de ter os mesmos compromissos.

Este novo papel, de pesquisador, foi explicitado, desde o início da pesquisa a todo o coletivo escolar e não trouxe nenhuma dificuldade quanto a minha integração ao cotidiano da EPA e principalmente no Núcleo de Trabalho Educativo (NTE). Particpei das oficinas de aprendizagem e do grupo de produção, aprendi diversas técnicas de trabalho, tanto na cerâmica, como no papel artesanal. Também tive oportunidade de participar das discussões coletivas, dos espaços de comercialização e outros eventos onde o NTE esteve presente durante o período em que permaneci na escola. Auxiliei, também no processo de formação do NTE, realizando diversas formações sobre os princípios básicos da Economia Solidária.

Fui convidado, pela direção, já na primeira semana em que vim para o campo de pesquisa, para realizar uma apresentação da história da EPA durante um dia de alinhamento pedagógico — espaço de formação realizado periodicamente com os professores. Também realizei (convidado por professores) oficinas com estudantes da escola em duas oportunidades, na primeira, dentro das comemorações do aniversário da escola, realizando uma apresentação sobre a história da escola e na segunda, apresentando a minha pesquisa de mestrado, na oficina de iniciação à pesquisa.

Quanto ao meu envolvimento e participação na situação pesquisada, que conforme André (2010) deve ser definido “desde o início da pesquisa” (p. 42), posso dizer que não elaborei um plano rígido e que muito foi se definindo ao longo do processo, devido a coincidência das oficinas com atividades

acadêmicas, o que fez com que fosse necessário adaptar o planejamento, o que ocorreu sem maiores problemas.

Conforme Mattos, a etnografia é um processo que apresenta flexibilidade diante do senso questionador do etnógrafo, esta autora afirma que

A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. (Mattos, 2011, p. 50)

Ao longo do processo da observação participante fui realizando a pesquisa documental, deixando as entrevistas mais para o final, quando seriam realizadas para responder àquelas questões que ainda se mantinham abertas ou que precisassem alguma complementação.

Ao surgirem convites para outras atividades, como participar de formações, oficinas, comercializações e outros eventos da escola, eu procurei me organizar conforme minhas possibilidades de tempo e minha avaliação sobre a importância da atividade. Como afirma a autora “A intensidade do envolvimento pode variar ao longo do processo de coleta dependendo das exigências e especificidades do próprio trabalho de campo” (André, 2010, p. 42) devendo o pesquisador sempre estar atento a todas as situações, pois

É captando o movimento que configura esta dinâmica de trocas, de relações entre os sujeitos – que por sua vez refletem os valores, símbolos e significados oriundos das diferentes instâncias socializadora – que se pode visualizar melhor como a escola participa do projeto de socialização dos sujeitos que são, ao mesmo tempo, determinados e determinantes. Todo este processo se materializa no cotidiano, quando o indivíduo se coloca na dinâmica de criação e recriação do mundo. (André, 2010, p. 43).

5.3.1 A Observação Participante

Tendo decidido pela pesquisa tipo etnográfica, e considerando todo o meu envolvimento com o campo, iniciei a observação participante, uma técnica investigativa, de caráter qualitativo, característico deste tipo de pesquisa. Conforme Minayo,

Definimos *observação participante* como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com o objetivo de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com os seus interlocutores no espaço social da pesquisa na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso o pesquisador faz parte do contexto sob sua investigação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. (Minayo, 2016, p. 1089).

Realizei esta prática, na escola EPA no ano de 2022, tendo participado das atividades do NTE por 242 horas, sendo 135 na cerâmica, 40 no papel artesanal e 9 em espaços de comercialização do NTE, 6 horas de formação oferecida para os professores, 9 para os estudantes do NTE, 6h os para demais estudantes da escola, além de 9 horas de atividades gerais da EPA (5 no passeio de final de ano da escola e 4 na formatura). Ainda continuei acompanhando o trabalho em 2023 enquanto terminava a escrita da tese, tendo realizado diversas formações em economia solidária que não entraram, detalhadamente, neste relatório.

No período da observação participante convivi com os estudantes e professores, numa experiência de troca de experiências e de saberes, de alegrias, angústias e esperanças. Vivi as experiências do cotidiano escolar, num processo de imersão cultural, de um relacionamento informal comum nas salas de aula e em ambientes de trabalho não diretivos e, acima de tudo, um espaço de troca de experiências e saberes.

O Núcleo de Trabalho Educativo, campo específico desta observação, é composto por duas oficinas: a de cerâmica e a de cartonagem e papel artesanal. Cada uma delas desenvolve suas atividades numa sala própria com professores e equipamentos específicos. Nestes espaços são realizadas as atividades específicas de cada grupo, no turno inverso às suas atividades curriculares.

A maior parte das observações ocorreu nas oficinas de cerâmica, onde, geralmente, vinha dois dias por semana, já as oficinas de cartonagem e papel, ocorriam somente na terça feira, único horário que o professor responsável estava na escola. Isto mudou a partir de março deste ano, quando o professor passou a trabalhar 30 h na escola. Neste período já estava em outra fase da pesquisa, só indo à escola para continuar as formações na economia solidária e para busca de alguma documentação ou realizar entrevistas. Mas, pude

observar que a ampliação da carga horária do prof. Denis trouxe um grande crescimento para a oficina, ampliando o horário disponível para os estudantes, o que passou a atrair mais alunos e ampliar o trabalho realizado.

A oficina de cerâmica fica situada no mesmo prédio onde estão as salas de aula, tendo a mesma metragem destas. Posteriormente, foi feito um anexo para a colocação mais adequada do forno, não ocupando o espaço da sala. O forno, utilizado para queimar a argila, é de alta temperatura, podendo chegar a mais de 1000° C, tendo uma instalação elétrica aparentemente segura. Na sala há três mesas grandes, que são utilizadas para o trabalho dos estudantes, duas pias, um torno de pedal e outro elétrico, além de alguns de mesa, estes, geralmente, são utilizados como apoios, para virar as peças que estão sendo moldadas. Há vários outros equipamentos como um extrusor, estecos⁹⁶, compassos, réguas, cortadores, objetos diversos para uso na moldagem e polimento das peças. Além disso há uma grande quantidade de vidros com engobes⁹⁷, vidrados e outros equipamentos e matérias primas utilizadas nas diversas etapas da confecção de esculturas e utilitários de cerâmica. Em várias caixas encontramos diversos materiais que são usados na confecção da cerâmica, materiais para pintura, polimento e embalagem, além de muitos outros acessórios.

Já a oficina de cartonagem e papel artesanal está num prédio mais novo de alvenaria, inaugurado em 1º de dezembro de 2005 (Santos, 2018, p. 52), contando com o ateliê no térreo e um mezanino com equipamentos auxiliares de trabalho (guilhotinas, furadores para espirais, mesa de serigrafia etc.). O espaço térreo conta com uma pia, três mesas e mais algumas classes escolares, tinha um liquidificador industrial, bandejas e peneiras para fazer as folhas do papel, painéis e vasilhas diversas. Há vários armários com todo o material necessário, tesouras, perfuradores pequenos, estiletes, tubos de cola, bandejas, papelão, folhas de papel. Há muitos outros equipamentos, como gabaritos, material para encadernação, material de xilogravura etc. No ano de 2023 foi comprado outro liquidificador industrial através de recursos obtidos pela escola no orçamento

⁹⁶ Pequeno instrumento, na sua maioria de madeira e plástico, utilizados para moldar, alisar, escavar, realizar retoques durante o processo de moldagem das peças de cerâmica.

⁹⁷ Engobe é um composto argiloso para ser aplicado em peças de cerâmica, cruas ou não, alterando a cor original da peça, podendo servir de fundo para outras decorações ou pinturas.

participativo⁹⁸. Nas duas oficinas há cafeteiras e xícaras e copos para uso dos estudantes.

A oficina de Papel Artesanal⁹⁹, na realidade é composta da Cartonagem e confecção do papel artesanal. As duas atividades ocorrem no mesmo espaço, a cartonagem (confecção de cadernos, bloquinhos, agendas etc.) e a confecção das folhas de papel artesanal que são utilizadas para confeccionar os primeiros, revestindo as capas e contracapas. Não há separação entre as duas atividades, como já ocorreu em alguns períodos, cada uma delas é feita conforme a necessidade do momento. Outras técnicas também são utilizadas no trabalho realizado nesta oficina, como serigrafia, xilogravura, costura, entre outras.

Originalmente o NTE não era composto somente destas duas oficinas de aprendizagem, havia também a Jardinagem que foi uma das oficinas de maior expressão e eram propostos diversos projetos que se dividiam entre os eixos de Educação Ambiental e Comunicação e Cultura¹⁰⁰, havia oficinas de jornal, teatro, fotografia, circo, pagode, rap, herbarium¹⁰¹, entre outras.

Nos últimos anos pela falta de professores que pudessem oferecer outras modalidades as oficinas do NTE foram reduzidas somente a de Cartonagem e Papel Artesanal e a de Cerâmica, porém nesta última gestão, a direção da EPA encaminhou à SMED o documento Proposta Pedagógica Escola Porto Alegre (EMEF Porto Alegre, 2021). Este documento foi encaminhado em 2021 e implantado a partir de 2022, com a introdução de outras atividades extracurriculares, através do Projeto Vida e Cidadania, que inclui o NTE (Cerâmica e Papel/Carbonagem) no eixo Trabalho e Economia Solidária, ao lado da jardinagem, produção de mudas e outros cursos de caráter profissionalizante e cria outros eixos como: Cultura e Comunicação (escrita criativa e Núcleo de Cinema); Saúde e Meio Ambiente (Horta e Prevenção de doenças infecciosas); Lógica e resolução de problemas (Educação Financeira, Uso do Computador na

⁹⁸ Sistema de distribuição de recursos do orçamento municipal que se orienta pela participação em assembleias dos moradores das diversas regiões da cidade. A EPA tem participado junto com a Associação dos Moradores do Centro Histórico e conquistado algumas demandas.

⁹⁹ No PPP da escola a oficina é denominada de Cartonagem e Papel, mas tanto os estudantes como os professores se referem a ela como Papel Artesanal ou simplesmente papel, desta forma não farei esta distinção utilizando aleatoriamente estes termos, como ocorre na Escola.

¹⁰⁰ Na proposta de funcionamento do NTE, são apontados dois eixos fundamentais: o da educação ambiental e o da cultura (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 39).

¹⁰¹ O "Jornal da EPA nº 00, de agosto de 1998 cita as atividades que ocorriam na escola neste período.

Matemática oficina de jogos lúdicos) e Direitos Humanos e Cidadania (Mulheres e Cidadania e Estudo de problemas contemporâneos). Embora oficialmente estas oficinas estejam ocorrendo dentro de um mesmo projeto, a relação com a proposta do NTE ainda está sendo definida, inclusive na discussão para o novo PPP, que iniciou antes da pandemia, mas foi interrompido, não tendo sido concluído, até então. Estas oficinas citadas, são oferecidas uma ou duas vezes por semana, com um tempo mais limitado que as do NTE, mas são um avanço, oferecendo outras alternativas e aproximando-se da proposta inicial deste Projeto.

Apesar desta mudança ocorrida recentemente, optei por desenvolver a observação focada nas oficinas do NTE (Cartonagem e Papel e Cerâmica), devido a longevidade e consolidação destas iniciativas na escola e a impossibilidade de incluir todas as novas oficinas na pesquisa, no período disponível para realizar a mesma.

5.3.2 A observação participante nas oficinas

A observação participante foi realizada a partir do dia 24 de maio de 2022 quando me apresentei na escola para realizar esta etapa da pesquisa. No primeiro dia quando cheguei a escola, fui a sala de convivência¹⁰², cumprimentei, professores, funcionário, a direção e estudantes conhecidos. Ao iniciar o horário de aulas, me dirigi a oficina de Papel Artesanal e Cartonagem. Conversei com o professor Denis e me apresentei ao único estudante presente, neste dia, como pesquisador, explicando que passaria a conviver com o grupo de estudantes do NTE, nas aulas semanais das duas oficinas, aprendendo as técnicas artesanais, seguindo as orientações do professor e da professora, procurando produzir objetos de qualidade, cuidando da limpeza da sala e dos equipamentos, enfim, fazendo tudo aquilo que eles faziam. Eu expliquei que, no entanto, eu estaria ali, para entender todo o processo do NTE, desde o desenvolvimento de técnicas

¹⁰² Nome dado ao que tradicionalmente é chamado de “sala dos professores” na maioria das escolas, porque foi criada para servir de espaço para todos os servidores, nos intervalos, podendo usar a geladeira, cafeteira, mesas e cadeiras fazendo ali pequenas refeições.

específicas, às relações que ali eram estabelecidas. Teria como objetivo compreender qual a sua importância do NTE para os estudantes.

Falei que tomaria notas de tudo o que acontecesse, sem identificá-los e que isso serviria para meu trabalho de doutorado, sendo que aos poucos eu iria explicando melhor. À tarde repeti a conversa, desta vez com os dois estudantes que estavam presentes e no outro dia, também repeti a mesma fala em duas turmas maiores da cerâmica.

A partir daí passei a vir sempre nas terças, na aula de papel artesanal, com algumas ausências, pois seguidamente tinha aula na UFRGS neste dia. Já na cerâmica procurava vir duas vezes em cada semana.

Alguns estudantes eram bem assíduos, só não vindo mesmo, quando ocorria algum problema, outros oscilavam bastante. Entre os principais¹⁰³ alunos com quem convivi nas oficinas estão os que aqui passo a descrever, relatando as principais questões que me chamaram a atenção.

Bob Marley é um estudante com 34 anos, autodeclarado branco, que participa do NTE, através do projeto extramuros, pois concluiu o ensino fundamental, na EPA, em 2021, logo iniciando o ensino médio, também na modalidade EJA. Como iria continuar os estudos, logo foi convidado a continuar participando do NTE, tanto nas oficinas de Cerâmica, como no Papel Artesanal e assim continuava tendo o apoio e o acompanhamento da escola.

No primeiro dia perguntei, a este aluno, como ele estava indo no ensino médio, se a pandemia não tinha causado muitas dificuldades, devido a interrupção do ensino presencial. Ele falou que estava tudo bem, que os outros estudantes estavam tendo tantas dificuldades, quanto ele, mas afirmava que os professores eram bem atenciosos. Ele falou que a sua maior preocupação era parecer “burro”, “que os boyzinhos ficassem pegando no pé dele”, o que não ocorreu. Falou que isso tinha ocorrido na sua infância e que agora não ia aceitar. A partir daí, Bob Marley passou a falar da sua história de vida e foi complementando durante as várias oportunidade em que estivemos juntos nas oficinas de papel artesanal e de cerâmica. Ele viveu sua infância e adolescência

¹⁰³ Os estudantes citados, foram os que tiveram presença mais constante possibilitando apresentar informações sobre eles, outros estiveram em algumas aulas, mas não foram frequentes, nem trouxeram informações de interesse para a pesquisa realizada. Não considerei a maioria dos estudantes que só participaram do NTE após o término da observação participante.

na periferia de Porto Alegre. Devido ao uso de drogas, aos 18 anos saiu de casa, indo para a rua. Chegou a se organizar e até ter uma casa, quando, conforme ele, “investiu num relacionamento”, mas ao terminar esta relação “perdeu tudo, até a casa”.

Com a morte da sua vó e a doença mental da sua mãe, seus familiares mudaram-se para outra casa e não teve mais contato, embora tenha tentado falar com eles, pelo Facebook, não lhe responderam, o que o magoa muito.

Ele trabalhou na construção civil, mas perdeu o emprego e teve dificuldade de conseguir outro, mesmo indo muitas vezes ao SINE¹⁰⁴. Este estudante fala que sofre discriminação por estar em situação de rua, além do que, conforme ele afirma, atualmente há pouco serviço na construção civil.

Em vários momentos, Bob Marley, levantou a questão de sofrer discriminação por não se enquadrar nas categorias que geralmente são as maiores vítimas. Conforme ele, muitas vezes, na sua trajetória da rua, encontrou programas que ofereciam oportunidade para pessoas negras, trans ou usuários de drogas que aceitam ir para os CAPS A/D, pelo uso descontrolado de drogas, e como ele é branco¹⁰⁵, cis e tem conseguido controlar o seu uso de droga (usando somente maconha), é discriminado, não tendo direito a estas oportunidades. Ele afirma que atualmente isso está ocorrendo até com o programa de aluguel social, que está buscando junto aos serviços de assistência, sem sucesso, pois sempre há pessoas que são consideradas prioritárias. Ele faz muitas queixas dos serviços por onde passou, por nunca ter sido incluído num programa de geração de renda, disse que nunca lhe falaram nem da EPA, que veio a saber dela por outras pessoas em situação de rua, quando morava na praça da Matriz.

Bob Marley demonstrava gostar do trabalho na construção civil, pois conforme seu relato, tem sempre procurado emprego nesta área, sem sucesso. Ele conta que também trabalhou consertando computadores, o que aprendeu

¹⁰⁴ O Sistema Nacional de Emprego (SINE) em Porto Alegre consiste em agências (de âmbito estadual ou municipal) de empregos, onde as empresas ofertam suas vagas de trabalho e as pessoas desempregadas vão em busca de encaminhamentos para estes locais.

¹⁰⁵ Esta declaração já seria tema para reflexão, pois mesmo tendo como princípio o respeito a autodeclaração de cada estudante, é importante discutir com eles que a escolha do se definir a partir dos olhos claros, ao invés do cabelo crespo, a pele parda, não exclui da situação de miséria e discriminação em que se encontram.

com um amigo, mas não conseguiu continuar trabalhando na área. Ele disse que tem interesse em realizar um curso técnico, na área de informática, para ter oportunidade de voltar a trabalhar com computadores.

Bob Marley relata ter vivido várias situações de trabalho precário, irregular e mal remunerado. Ele lembra de ter trabalhado na montagem de andaimes, para palcos de shows. Conforme ele, as empresas responsáveis por estas atividades, pegam a população de rua na frente dos albergues e Centros Pop para realizar esta tarefa, por um pagamento baixo, sem nenhum vínculo trabalhista. Só dão almoço quando trabalham nos dois turnos, quando os contratados trabalham só um turno, terminando a tarefa, eles são dispensados. Ele se mostra bem crítico quanto a este tipo de trabalho, que só realizou por precisar muito, em determinados momentos.

Por fim, ele relata um período da sua vida, quando foi acolhido numa igreja evangélica. Ele contou que lá era exigido que realizasse várias tarefas, em troca de ter um lugar para morar. Ele lembrou que chegou a trabalhar, até em obra para a família do pastor, sem ganhar nada. Mas o que mais lhe chateava era que, quando tinha uma obra maior, não era dada oportunidade para ele, sendo contratadas outras pessoas. Assim, sentindo-se explorado e desvalorizado, resolveu sair de lá, retornando para a rua.

Bob Marley costumava falar sobre suas dificuldades, durante as conversas que tivemos nas oficinas, ele dizia se sentir discriminado por estar em situação de rua, porque já não é tão jovem, falava até mesmo de ter sido demitido de um supermercado por ser muito feio, para o padrão dos empregados de lá. Nesta época, diz que tinha feito todos os crediários possíveis, comprando roupas, tênis e outras coisas, com a demissão foi para o SPC¹⁰⁶, ficando impedido de fazer outras compras. Esta é uma característica que ele sempre demonstrou, o desejo de comprar coisas boas, uma roupa “de marca”, como dizia. Apesar do assunto merecer uma discussão, mostrando como estas necessidades são impostas pelo mercado, entendo que este desejo não é nada diferente daqueles que a maioria dos jovens da sua idade também têm.

¹⁰⁶ Serviço de Proteção ao Crédito, instituição que cadastra devedores inadimplentes no comércio.

Como ainda estava no ensino médio, chegamos a fazer uma inscrição para estágio no site da prefeitura, mas não foi chamado. A professora Ignez (prof.^a da cerâmica), sempre tentava estimulá-lo a fazer currículos, a ir ao SINE, procurar emprego, mas ele muitas vezes insistia em reafirmar as dificuldades que tem encontrado. No ano de 2023, como completou o ensino médio e fez a prova do ENEM, a sua maior preocupação tem sido com a continuidade dos estudos, ou na universidade ou se matriculando num curso técnico subsequente ao ensino médio. Bob Marley sempre afirmava que queria fazer um curso de manutenção de computadores, atividade em que já trabalhou por um tempo.

Este estudante trabalha muito bem, tanto no papel como na cerâmica e é quem sempre se coloca à disposição para trabalhar na comercialização do NTE, nas feiras de artesanato, outros estudantes às vezes o acompanham, mas ele tem sido o único com segurança para realizar as vendas. Ele tem carteira de artesão em cartonagem e quer fazer para cerâmica, também.

Bob Marley está bem adaptado ao trabalho, mas se mostra mais tranquilo nas oficinas de papel, atendendo a todas as solicitações, na oficina de cerâmica, às vezes se irrita por coisas como a solicitação para baixar o volume da música no rádio ou celular, por alguma crítica a professora ao seu trabalho, parece ter alguma dificuldade com a figura de autoridade feminina, mas a professora sempre procura, de uma forma tranquila e educada, afirmar o seu papel enquanto docente responsável pelo espaço, eventuais atritos geralmente têm sido superados.

Clara Nunes é uma mulher branca de 63 anos, ela está na T3 e no SIE ela está registrada como PNEES e está recebendo o BPC como pessoa com deficiência.

Sua vida sempre foi muito difícil, conforme relatou durante as observações, passou a sua infância e adolescência em abrigo, indo inicialmente para a casa da irmã ao sair do abrigo. Lá não se deu bem, porque sua irmã bebia muito, saindo de lá passou a viver na rua. Clara Nunes contou que não usa nem drogas, mas que tem tido uma vida difícil, passando a maior parte dela entre abrigos e a rua.

Num destes períodos, de vida na rua, ela veio para a EPA, onde conheceu o antigo companheiro. Ela morou com ele na rua, até conseguirem aluguel social e irem para uma casa na periferia. Neste período passou a receber o BPC, sendo

que este companheiro passou a administrá-lo, como seu curador. Algum tempo depois, ele trouxe uma outra mulher para casa, inicialmente como uma amiga, mas depois passaram a se relacionar como casal, o que fez com que Clara Nunes fosse embora, por não aceitar esta situação.

Mesmo após separarem-se, ele continuou a receber seu dinheiro, até a intervenção de uma professora do SAIA, que a auxiliou a fazer registro de ocorrência na delegacia do idoso e após encaminhar a denúncia à justiça para alterar o curador. Mesmo após isso ter ocorrido, ele insistia com ela para que o deixasse continuar recebendo o seu benefício, o que ela recusou, procurando evitar sua aproximação.

Seu ex-companheiro saiu de Porto Alegre, algum tempo depois, indo morar em outra cidade, o que foi um alívio para ela, pois muitas vezes temia pela sua aproximação. Regularizada a questão do benefício, a escola solicitou que Clara Nunes procurasse a sua técnica de referência na FASC, para que retomasse o aluguel social, o que ocorreu com o encaminhamento para uma pensão no Centro Histórico, mais próxima da EPA.

Clara Nunes demonstra um grande carinho pelos professores da escola que têm lhe ajudado nas questões pessoais, acima referidas. Demonstra gostar muito da escola, vindo sempre que possível. Em 2023 ela diminuiu a sua presença, pois foi morar na casa de uma sobrinha na periferia, tendo dificuldade de vir à escola por estar sem o cartão de isenção e nem recursos para o transporte.

Esta estudante relatou nunca ter trabalhado formalmente, talvez pelas dificuldades cognitivas que apresenta. Conhecendo um pouco da sua vida, por ela já estar na escola quando eu era professor, sei que Clara Nunes se dedicava ao trabalho doméstico (trabalho de cuidado), quando morava na sua casa com o companheiro, mas não parece entender isso como trabalho. Mesmo vivendo vários anos em abrigos, nestes não foi providenciado um laudo que pudesse lhe garantir um benefício e não foi feito nenhum encaminhamento em relação a alguma colocação no mercado de trabalho, em vagas especiais, fato que, durante meu período de escola, vi acontecer com vários alunos em situação semelhante.

No NTE, Clara Nunes é muito sensível, trata todos bem, se concentra muito no trabalho. Raramente apresenta momentos de irritação nas oficinas,

estes só ocorrem quando surgem algumas situações de tensão, como brincadeiras desagradáveis, alguns deboches ou algumas críticas de colegas, o que geralmente os professores procuram evitar ou intervêm quando necessário.

O NTE, talvez seja sua principal experiência de trabalho, ali ela trabalha muito bem, tanto no papel, quanto na cerâmica, onde geralmente faz utilitários. Ela tem uma razoável autonomia, embora nas operações mais detalhadas necessite de alguma supervisão. Além das oficinas de Papel e Cerâmica, Clara Nunes está matriculada nas oficinas de Cinema e no Laboratório de Aprendizagem, o que entendo que tenha dois objetivos, primeiramente a tentativa de aprender e superar suas dificuldades e em segundo lugar, uma oportunidade de estar no espaço protegido da escola por mais tempo.

Sherlock, tem 35 anos, é um homem negro, nascido em uma grande cidade do interior do Estado. Estava matriculado na T6, tendo concluído o ensino fundamental ao final de 2022. Ele está em situação de rua, há pouco tempo, em Porto Alegre. Ele relatou que morava em um bairro da periferia de uma grande cidade do interior do Estado, com a mãe e outros familiares. Ele falou da sua família algumas vezes, falou do tio que é dirigente de uma escola de samba, da mãe e do seu empenho para que abandonasse as drogas, inclusive tentando interná-lo, sem sucesso. Mesmo não dando muitos detalhes, me pareceu que a sua vinda para Porto Alegre, foi uma tentativa de mudança da situação que vivia lá. Algumas vezes ele ligava para a mãe para dar e receber notícias. Foi possível ver as dificuldades que este estudante apresentava para poder mudar sua vida. Pude observá-lo em alguns dias, quando estava sob efeito de álcool (e/ou drogas), e que ficou na frente da escola muito desorganizado, sendo motivo de preocupação de professores e colegas. Ao retornar, em outro dia, já no estado normal, era chamado pelos professores no SAIA ou no próprio NTE para novas conversas, refletindo sobre sua situação de vida.

Em alguns momentos tentava assumir responsabilidades, como auxiliar nas vendas, representar o NTE na Contraponto, mas esta instabilidade não permitia que o grupo confiasse estas atribuições a ele, o que parecia incomodá-lo mais ainda.

Este aluno me relatou que se empenhava para concluir o ensino fundamental e poder ir trabalhar em Santa Catarina, onde um amigo morava e havia lhe dito que poderia conseguir um emprego para ele, quando tivesse o

diploma. Embora tenha concluído no ano de 2022, isso não ocorreu, pois vi Sherlock em Porto Alegre e tive relatos que não havia se organizado para fazer o ensino médio, nem para manter-se no projeto extramuros. Nos últimos meses perdi o contato com ele, não o encontrando mais, nem tendo notícias pelos colegas.

Xena é uma mulher negra (parda) de 42 anos, participa da oficina de Papel no projeto extramuros. Esta estudante tem um filho, já adulto, do primeiro relacionamento. Ela sempre fala dele muito com orgulho, moram juntos e parecem ser muito próximos.

Ela esteve em situação de rua durante a infância e a adolescência, mas conseguiu ganhar uma casa, durante sua gravidez, num projeto habitacional da prefeitura, num bairro de periferia da cidade. Conforme conta, ela recebeu uma casinha de “uma pecinha e um banheiro” e que ela e seu ex-companheiro foram ampliando, tendo usado inclusive os tapumes da obra da construção da EPA, relatou que as obras de ampliação foram feitas pelos dois.

Mesmo ficando sozinha posteriormente, conseguiu criar seu filho, fazendo ele estudar, tendo começado a cursar Educação Física, vindo a interromper durante a pandemia, não conseguindo retornar até agora, por falta de recursos.

Ela concluiu o ensino fundamental na EPA em 2020, mas permaneceu no projeto extramuros, devido ao forte vínculo estabelecido com o NTE, na oficina de cartonagem e papel artesanal e pelas situações de vulnerabilidade que enfrenta, sempre buscando dar uma vida melhor para seu filho, se esforçando para que ele consiga completar o curso superior.

Ela tem muita autonomia no trabalho do papel artesanal, tanto na confecção das folhas de papel, como ela mesmo fala, como na cartonagem. Conforme a combinação com o professor Denis, ela é a única que abre sozinha o ateliê para trabalhar, durante a ausência dele, pois é muito responsável e respeitada pelos demais alunos e alunas.

Xena me auxiliou bastante no trabalho do papel, ficava atenta ao meu trabalho e me corrigia e orientava quando eu fazia alguma coisa errada ou demonstrava alguma dificuldade. Ela me alertava quanto aos cuidados com o corte, quanto à escolha de cores, às dobragens e outros detalhes. Várias vezes, mesmo com a presença do professor em sala, ela observava o meu trabalho e me orientava em alguns procedimentos, como nas costuras de blocos e

cadernos. Nas vezes em que trabalhamos juntos, ela sempre demonstrou muito cuidado com os detalhes do trabalho, com a limpeza e com a organização do ambiente.

Conforme ela mesma me contou, um dos seus problemas de saúde (ela tem vários outros) é a depressão e disse que o trabalho no papel lhe ajuda a superar, ela me afirmou que preferia vir trabalhar do que ter que ficar em casa. Disse que trabalhar no papel artesanal a acalmava. Xena afirmou que gosta, sobretudo de fazer as folhas de papel artesanal, misturando as cores aplicando inserções¹⁰⁷ e utilizando técnicas diversas.

Xena me contou que foi adotada por uma família na sua infância e não sabia disso e que saiu para a rua, pela primeira vez quando veio a saber, após ouvir sua mãe falando com outra pessoa. Neste período ficou na rua com seu irmão, tendo então começado a estudar na EPA. Ela participou, inclusive do curso de Papel Artesanal, do projeto Papel Social, que ocorria na Usina do Gasômetro e que veio dar origem ao projeto do NTE.

Falando da experiência da economia solidária, Xena lembra de uma época que, segundo ela, “existiam dois NTEs”, pois um grupo de antigos estudantes ia para a casa dela e de seu ex-companheiro e lá faziam cartonagem de forma autônoma, depois traziam para a EPA.

Nas conversas que tivemos nas observações ela conta muitas experiências, fala que tirou a carteira de artesã na Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)¹⁰⁸, disse que gosta mesmo é de fazer papel e cartonagem, mas que pode ajudar na comercialização quando necessário, mas se acha mais útil na primeira tarefa.

Ela conta que realizou um trabalho numa ONG, perto do final da pandemia, fazendo pesquisa sobre a PSR e que este trabalho não deu muito certo, pois já estava há muito tempo fora da rua, o que gerava desconfiança, por parte das pessoas abordadas e porque é difícil para uma mulher abordar homens desconhecidos na rua. Xena diz que sua vontade, mesmo, era de trabalhar como monitora de papel artesanal, recebendo para fazer algo que gosta de fazer.

¹⁰⁷ As inserções podem ser folhas, pétalas, temperos, brilhos e outras coisas, que são misturados a polpa de papel, para dar cor, brilho ou outro destaque, às folhas de papel.

¹⁰⁸ A FGTAS é o órgão responsável pela certificação dos artesãos no Estado do Rio Grande do Sul, e emite a carteira após o interessado trazer uma peça pronta e mostrar sua técnica, realizando uma etapa da confecção na fundação, em dia marcado para isso.

Xena é um exemplo de uma pessoa que tem superado as adversidades conseguindo satisfazer às suas necessidades básicas garantindo seu sustento e o do seu filho. Além da produção de papel artesanal e cartonagem, que realiza no projeto extramuros, lhe conferindo alguma renda, ela recebe o BPC, por motivo de doença. Ainda faz faxinas, costura (comprei dois aventais feitos por ela) e mantém na sua casa um brique, que tem desde roupas, a objetos de decoração, móveis e eletrodomésticos, o que consegue, geralmente, através de doações.

Xena sempre fala dos acontecimentos do seu bairro, das festas que vai, das coisas do dia a dia, como os filmes de terror que assiste, as festas em que vai, o trabalho no seu brique. As situações de violência da sua comunidade são muito constantes, ela relata seguidamente tiroteios entre grupos rivais, até durante a aula chegou a receber mensagens, do seu filho, informando que teriam ocorrido mortes na comunidade, durante o dia.

Thor é um jovem branco, com 18 anos, matriculado numa turma T5. Ele participa da oficina de cerâmica e do laboratório de aprendizagem e estava na turma de avaliação de SIR em 2022. Ele mora num bairro de periferia. Sempre se refere, com muita tranquilidade, ao pai, um homem trans, que é também sua mãe biológica. Durante as aulas fala de situações de violência que passou junto com seu pai. Conta que foram expulsos de sua moradia, onde seu pai também tinha uma casa de religião, por homofobia, pelos traficantes, sendo, inclusive, agredido por eles. Após esta situação foram para uma outra comunidade onde seu pai construiu outra “casa de religião”.

Em outro momento, ao falarmos da economia solidária, conta que sua vó dirige uma cooperativa bem conhecida, mas que não participam porque ela não se dá bem com seu pai. Ele participa de um curso de cerâmica em um renomado ateliê de cerâmica da cidade que lhe ofereceu esta oportunidade de aperfeiçoamento, gratuitamente. Neste espaço tem aprendido novas técnicas para trabalhar a cerâmica.

Thor é comunicativo, alegre e brincalhão durante as aulas, mas não deixa de fazer o seu trabalho. Ele normalmente faz esculturas, quadros ou mesmo utilitários com detalhes decorativos. A influência cultural e religiosa foi muito perceptível no trabalho deste jovem, várias obras que ele fez eram

representações de orixás, entidades da umbanda (Zé pelintra), caveiras ou até representações de divindades de outras culturas (Guanesha¹⁰⁹).

Príncipe é um homem pardo, de 49 anos, que frequenta a T4 e as oficinas de cerâmica. Ele tem algumas dificuldades de relacionamento, geralmente passa as aulas envolvido com seu trabalho, sem conversar muito com os colegas. Ele, geralmente faz esculturas femininas, de corpo completo ou bustos, como as “namoradeiras”¹¹⁰. Durante o período de observação, esteve um tempo afastado, por ter tido condutas inadequadas, principalmente com mulheres. Retornou com combinação de participar novamente, desde que frequentasse o acompanhamento psicológico oferecido por uma ong que tem desenvolvido um trabalho voluntário na escola.

Este estudante não falou de si durante as oficinas, permanecendo sempre envolvido com seu trabalho. A professora da cerâmica procura observar o seu trabalho constantemente, pois apesar de fazer um trabalho bem bonito, às vezes resiste as orientações, chegando em algumas vezes a estragar o que fez, por não estar satisfeito. Observei um momento em que a professora, o orientou quanto ao que ele deveria fazer e ele continuou fazendo diferente, até estragar parcialmente a peça, ela então disse que fizesse como queria e se afastou. Após tentar fazer sozinho, por um longo tempo, ele acabou pedindo ajuda, novamente e aí seguiu as orientações.

Apesar da combinação de limite do seu tempo, devido a sua situação emocional, ele passa seguidamente na oficina fora destes horários, parecendo gostar muito de estar ali. Ele costuma passar na oficina, mesmo quando está em aula, aproveitando saídas rápidas, como para ir ao banheiro, Ignez, sempre o recebe, mas quando está em horário letivo, pede para retornar à sala de aula e aguardar o seu horário. Segundo a professora em 2023 ele esteve bem tranquilo, conversando mais, está com um humor melhor e trabalhando bem, acredita que o acompanhamento psicológico, aliado ao trabalho na oficina, tem o ajudado a melhorar o seu estado psicológico.

¹⁰⁹ A partir de um modelo que encontrou na internet, Thor fez uma escultura da divindade indiana Guanesha, representada com a cabeça de elefante e o corpo com quatro braços. Guanesha é considerada uma divindade removedora de obstáculo promotora do sucesso e da fartura.

¹¹⁰ Escultura popular, comum a muitos países, no Brasil tradicional de Minas Gerais, com a característica de ter, cabeça, ombros, bustos e braços. Geralmente é colocada em janelas ou sacadas.

Glória Pires é uma mulher branca com 61 anos que está na T5, também está matriculada nas oficinas de horta e cinema. Ela apresenta NEEs, recebe o BPC, mas não teve sua capacidade civil limitada, sendo responsável pela administração da sua vida e os recursos que recebe. Mora em peças de aluguel na periferia da cidade. Como tem isenção de transporte ela frequenta as aulas nos dois turnos. Eu já fui professor de Glória Pires na T1, quando ingressou na EPA, por isso já tinha conhecimento de sua história e uma boa relação com ela.

A estudante foi criada em um orfanato (abrigo) no interior do Estado, durante a infância, depois morou com irmãos em Porto Alegre, teve um companheiro, mas a relação não deu certo, tendo acabado. Ela teve algumas passagens pela rua (albergues), até ser encaminhada pela assistência social para obter o BPC, com o que conseguiu começar a pagar o seu aluguel, não necessitando mais recorrer aos serviços de acolhimento. Ela também tem acompanhamento em saúde mental. É sempre frequente, tanto nas aulas da totalidade, como no NTE, teve algumas dificuldades com os avanços compulsórios no período da pandemia Covid 19, mas aos poucos está superando com o auxílio do laboratório de aprendizagem.

Esta estudante, atualmente só participa da oficina de Papel Artesanal, mas já participou da cerâmica, tendo saído por alguns atritos nesta oficina, pois ela apresenta algumas dificuldades de relacionamento e de aceitar as orientações.

Em algumas oportunidades trabalhei só com ela presente na oficina de papel, fizemos capas, costuramos os miolos etc. Nestes momentos ela procurava me orientar em todas as etapas do trabalho, se preocupando com os detalhes de acabamento e com a combinação entre o papel das capas e contracapas.

Glória Pires é muito organizada no seu trabalho, esforça-se para fazer tudo certo, gosta muito de trabalhar, mas se irrita com a agitação, reclama quando chega alguém que agita o ambiente, aí ela fica braba e logo manda embora. O prof. Denis nestes momentos tem que chamar sua atenção para que se acalme e volte para o seu trabalho. Já quando não há interrupções, ela fica tranquila. Acredito que o trabalho artesanal tem um efeito terapêutico para ela, a tranquilizando. O mesmo deve ocorrer em casa, por isso sempre pede para levar

alguma tarefa para fazer, quando não tem aula. Na entrevista, o prof. Denis falou da sua responsabilidade de levar e trazer tudo de volta, quando pronto.

Nas formações, Glória Pires mostrava uma certa dificuldade de entender tudo que era falado, mas esforçava-se, fazendo associações com questões do dia a dia, o que facilitava o seu entendimento. Algumas vezes, propôs ações bem interessantes, como foi o caso da participação maior do grupo nas comercializações, ela propôs que enquanto Bob Marley se responsabilizava pelas vendas, outros alunos poderiam estar junto com ele, confeccionando cadernos e explicando como eles eram feitos, para as pessoas interessadas. Isso foi realizado em algumas oportunidades, onde ela mesmo ficou trabalhando, o que chamava a atenção das pessoas que circulavam nos eventos de comercialização, para a banca do NTE.

A renda do Grupo de Produção, auxilia Glória Pires para a compra de ração para seu gato, como sempre fala, e outras coisas do dia a dia. Como não sobram recursos do BPC, sem a renda que obtém através das vendas do NTE, certamente não conseguiria comprar estas coisas. Mas apesar da importância que o NTE tem para a geração de renda, entendo que pra Glória Pires o principal benefício é o caráter terapêutico e organizativo desta atividade de trabalho. A possibilidade de permanecer na escola nos dois turnos, também tem para ela uma característica de receber cuidado e proteção, tanto pela permanência nos espaços educativos da sala de aula e da oficina do NTE, como pelo apoio do SAIA, que auxilia na sua organização pessoal e no acompanhando das suas questões de saúde e assistência social.

Outra estudante que pude observar no trabalho nas oficinas, foi Afrodite, ela tem 53 anos, se autodeclara branca e frequenta a Totalidade 3, a oficina de cerâmica e o laboratório de aprendizagem. A principal característica das obras de Afrodite é seu caráter místico. Ela costuma fazer ciganas, bruxas e orixás, tanto em esculturas e quadros, quanto em utilitários, como a caneca com detalhes de bruxa que pude observá-la fazendo.

Numa das aulas ela me mostrou no celular as fotos de uma festa que foi, numa casa de religião¹¹¹, onde ela e sua família usavam as roupas das entidades

¹¹¹ Provavelmente um terreiro de umbanda, devido as entidades citadas, que são típicas desta religião.

que recebem¹¹², ela como Cigana, a irmã como Maria Padilha e a mãe como Maria Mulambo. Assim, foi possível entender a importância da religião em sua vida, o que a levava a fazer esculturas e incluir detalhes nas suas peças artesanais, com imagens de entidades e orixás de umbanda ou com outras figuras místicas relacionadas.

Kurt Kobain foi outro aluno que iniciou sua participação só no período final das minhas observações, mas sua presença foi bem marcante. Este estudante tem 33 anos, se autodeclara branco e estava matriculado na Totalidade 4 e, além da Cerâmica, participava da oficina de escrita criativa.

Ele tem dois cães pelos quais demonstra muito carinho, estando sempre limpos e cuidados. Uma delas muitas vezes vinha para a sala de aula, atrás dele, ficando deitada, quieta, muito obediente a ele, não atrapalhando em nada as atividades. Algumas vezes eu o vi na proximidade da escola, cuidando de carros, o que me parece ser seu trabalho principal, sempre com seus cachorros.

Quando o conheci ele tinha feito algumas esculturas que lembravam hippies. Eu as achei bonitas e sabendo que estava há poucos dias na cerâmica, perguntei como sabia fazer estas esculturas, se já havia trabalhado com cerâmica. Ele me respondeu: “eu sempre soube”; “meu pai era engenheiro”, “eu sou autodidata”. A prof.^a Ignez me disse que não levasse muito a sério, pois não estava num bom dia, referindo-se ao uso de álcool e/ou outras drogas.

Tive outras oportunidades de estar com ele na cerâmica, então ele me contou ter participado da EPA, quando criança, com cerca de doze anos, nesta época ele já havia participado da cerâmica, depois que saiu da escola não teve outras oportunidades de trabalhar com argila, somente agora, mas ainda demonstrava boa habilidade. No último ano ele tem sido frequente na cerâmica, além das esculturas, ele faz utilitários como painéis, pratos e formas, parece ter muita habilidade neste trabalho.

Dois estudantes do NTE participaram o projeto Eco Sol Pop Rua. Uma delas foi Marília Mendonça, uma mulher com 38 anos, branca, com NEEs. Ela participa da oficina de Papel do Laboratório de Aprendizagem e da oficina de

¹¹² Receber ou incorporar um orixá ou entidade na umbanda é estar em estado de transe, fazendo gestos característicos, dançando, falando etc., como se fosse o próprio(a). Geralmente as pessoas que recebem estes orixás ou entidades se vestem com as roupas características aguardando sua manifestação.

Técnicas de Informática. Ela mora em casa própria em terreno da mãe. Apesar disso ela está há vários anos na escola, parecendo se sentir acolhida e aceita pelos colegas na escola. Já estudava na EPA quando eu era professor, tendo saído e retornado algum tempo depois. Marília Mendonça sempre parecia tranquila, falava pouco da sua vida e também me parece que a participação do NTE tem um efeito terapêutico para ela, ficando muito tranquila neste espaço. Apesar da sua aparente timidez, ela muitas vezes se esforça para auxiliar o grupo nas vendas, nos eventos de comercialização. Embora tenha participado do projeto desenvolvido pelo CAMP, ela não falou muito sobre sua participação, nas formações de economia solidária.

O outro estudante que participou do Eco Sol Pop Rua foi Batman. Ele tem 50 anos, frequenta a oficina de Papel Artesanal e o Laboratório de aprendizagem. Ele tem NEEs, recebe o BPC por deficiência, mas disse que terá que fazer uma nova avaliação. Este estudante tem problemas com sua organização pessoal devido ao alcoolismo, como ele mesmo relata, já tendo ocorrido situações de alguns estudantes terem tentado ludibriá-lo, tentando pegar seu dinheiro. Mesmo assim, a escola é um espaço onde se sente seguro e acolhido, sendo que mesmo já tendo saído algumas vezes da EPA quando seus planos não deram certo, sempre voltou para a escola.

Batman gosta bastante de falar, assim contribuiu muito nas formações, nas quais sempre estava presente, falando o que lembrava do projeto Eco Sol Pop Rua. Como retornou à escola e ao NTE no final de 2022, não acompanhei muito seu trabalho, encontrando-o nas formações.

Outros estudantes tiveram menor presença durante as observações, o que impediu que eu pudesse ter mais informações. Este é o caso de Pantera, Jorge Aragão e Caetano¹¹³.

Pantera é um estudante de 28 anos, não tem avaliação como PNEEs, mas recebe BPC, o que sugere ser pessoa com deficiência ou questão grave de saúde. Declara-se preto e estava matriculado na T3.

Observei que Pantera frequenta as oficinas de Cerâmica e também está inscrito no Laboratório de Aprendizagem, Laboratório de Ciências, Jogos Lógicos, Laboratório de Ciências, Horta e Prevenção de DSTs e doenças

¹¹³ Nomes de cantores populares escolhidos aleatoriamente pelo autor.

infeciosas, o que me chamou a atenção no seu interesse de passar a maior parte do tempo na escola. Na própria cerâmica, embora não tenha tido muitos encontros com ele, observei que ele se envolve muito na confecção de pequenas esculturas, parecendo que isso lhe traz um benefício terapêutico, não sendo a produção o seu principal objetivo, embora não deixe de ter importância. Como Pantera não falava muito nas oficinas e faltou bastante não tenho muitas informações sobre ele.

Tive poucos encontros com Jorge Aragão, ele frequentava a T4 e quando o conheci tinha iniciado há poucos dias a oficina de cerâmica e ficou pouco tempo. Ele disse que ficava na rua durante a semana, mas às vezes ia para a casa da mãe, situada na periferia da cidade. No final de semana, anterior ao dia que lhe conheci, estava lá, mas pediu dinheiro para a mãe para vir para o centro e poder estudar.

Ele contou que trabalhou como motorista, tinha uma companheira e moravam numa ocupação, mas acabou preso depois de começar a dirigir para o tráfico. Passou um período na penitenciária e agora estava recomeçando a vida. Junto com ele estava outro aluno, Caetano, que não falou muito. Ele apenas participava de algumas brincadeiras e ria da forma que o colega falava. Como, às vezes, as brincadeiras iam num rumo inadequado, com algumas falas machistas ou de apologia à vida criminosa, a professora Ignez, intervinha, fazendo algumas reflexões educativas e insistindo na atenção ao trabalho. Os dois amassaram argila e depois tentaram as primeiras modelagens, ficando concentrados nisso.

Alguns estudantes foram ainda menos frequentes ou ingressaram nas oficinas no último ano, quando eu só ia a escola nas datas marcadas para as formações. Alguns deles eu já conhecia do meu período como professor na EPA, tendo inclusive dado aula para eles, já outros eram novos.

Todos pareciam muito à vontade nas oficinas, que na quase totalidade das vezes pareciam espaços muito tranquilos, onde todos trabalhavam de forma voluntária, sem necessidade de nenhuma insistência por parte dos professores.

Há vários pontos importantes a serem destacados nestas oficinas, alguns são observados, com maior intensidade, em uma ou em outra oficina, outros são comuns a ambas. Nas duas oficinas destaco a preocupação com o reaproveitamento dos materiais. Um exemplo deste cuidado é o uso mais

completo possível das folhas de papel, reservando as sobras, das que foram cortadas, para serem utilizadas em bloquinhos por exemplo. O prof. Denis sempre dá orientações quanto ao corte no tamanho correto das folhas e dos cordões, evitando sobras ou procurando reutilizá-las. Também observei que são utilizadas doações, como papeis de parede, para fazer capas de cadernos, alternativas às feitas com as folhas de papel artesanal o que também é uma atitude importante.

Na cerâmica, também há preocupação com a reciclagem da argila, sendo mantido um balde grande, onde são colocadas as sobras da argila utilizada para confecção das peças e que não são suficientes para fazer outro objeto, assim como a argila que sobra na limpeza das ferramentas. Esta argila, acumulada no balde, é coada e espremida num pano e reutilizada para confeccionar objetos decorativos como vasos, esculturas, placas etc. É evitado ao máximo que a argila sobrando vá para a rede de esgoto, sendo que os estudantes são orientados a só lavarem os instrumentos, depois de retirada toda a argila, colocando as sobras no balde de reciclagem.

O conteúdo das oficinas é geralmente transmitido na prática, ou seja, ocorre a aprendizagem em situação de trabalho. Os estudantes, tanto na cerâmica como no papel, são orientados a começar por uma peça simples, na cerâmica são apresentadas algumas possibilidades e é perguntado o que querem fazer, pode ser uma placa, uma pequena escultura, como um bichinho ou até mesmo uma tigela ou outro objeto simples. A principal preocupação, neste momento, é com sovar bastante a argila, o que deve ser bem-feito, eliminando bolhas e impurezas. Apesar da pressa de alguns alunos, a professora sempre insiste que façam o trabalho completo.

No papel, o importante é o corte bem-feito das folhas, a colagem sem bolhas, cuidando para não ter excesso de cola, seguindo todos os procedimentos corretos. Geralmente os estudantes novos começam com peças pequenas e com as atividades mais simples.

Nas duas oficinas, quando são dadas as instruções para os mais novos, são feitas perguntas que, muitas vezes, os mais velhos vão ajudando a responder e assim, além dos novos aprenderem, os mais antigos reforçam os seus conhecimentos. Na cerâmica, quando um estudante novo ia vidrar uma peça, a professora Ignez perguntava: “Quantas vezes se passa o vidrado

colorido?"; "e o vidro transparente, quantas vezes se passa?". Isso ocorre nas duas oficinas, os professores fazem perguntas que estimulam toda a turma a responder e assim, além de orientar os novos estudantes há o envolvimento de toda a turma, relembrando as técnicas e socializando o conhecimento.

As oficinas são laboratório de convivência, pois os estudantes expressam constantemente suas emoções e têm que lidar com as dos outros, durante as aulas. Muitos trazem situações da rua que foram divertidas ou, ao contrário, que os deixaram chateados. O próprio trabalho realizado pode alterar os sentimentos. Quando uma peça estoura no forno, isso é motivo de frustração, pois às vezes o trabalho de dias é desperdiçado nesta situação, isso provoca muitas vezes mal humor, reclamações etc. Quando uma peça supera as expectativas, neste caso isso é motivo de alegria.

As brincadeiras também contagiam a turma, há alguns que são muito engraçados e bem-humorados. Outros são eternos reclamadores, alguns e algumas são mais quietos e quietas, mas não deixam de contagiar-se com o ambiente. Clara Nunes por exemplo, não fala muito, mas enquanto faz o seu trabalho costuma ficar rindo das brincadeiras que ocorrem, Glória Pires, ao contrário, muitas vezes se incomoda com o barulho, com qualquer tumulto no ambiente. Enfim talvez pela solidão e desconfiança das ruas e pelo vínculo que se forma durante as oficinas, este ambiente torna-se quase um ambiente familiar, com todas as suas alegrias, tristezas, brigas e situações de acolhimento e cuidado.

As conversas sobre o autocuidado são comuns durante as oficinas, os estudantes muitas vezes relatam situações de doenças e sempre são orientados a fazer o acompanhamento médico, nestes casos. Os professores orientam a, sempre que tiverem algum sintoma, como gripes e tosse constante, realizarem os exames necessários, assim como ter os cuidados de higiene, do uso de máscara, da realização de todas as vacinas da Covid e outros que sejam necessários. Até mais do que a própria Covid, a tuberculose é uma das principais doenças que atingem a população em situação de rua, por isso qualquer tosse persistente sempre é motivo de preocupação.

Pude observar, também como os comportamentos de autogestão são assimilados pelos estudantes, principalmente pelos mais antigos. Em vários momentos os observei conversando com os professores sobre os materiais que

estão faltando, sobre a qualidade de um ou outro material, sobre a necessidade de conserto ou da compra de equipamentos ou materiais. Algumas vezes, observei que os estudantes se responsabilizaram por fazer orçamentos e até a comprar materiais como a termolína, o vidro e outros.

As reuniões do NTE, geralmente são combinadas anteriormente, buscando envolver os estudantes e professores das duas oficinas para decidir, sobre a participação em eventos, sobre as necessidades de produção, as compras de materiais, a divisão e o uso de recursos e outros assuntos etc. É comum a realização de algumas reuniões rápidas, nas quais um grupo se desloca para sala do outro, durante o trabalho, que é interrompido por um tempo, para conversarem sobre algum assunto que necessite de decisão urgente.

É possível observar como ocorre a valorização social do trabalho, sem discriminações, nas atividades das oficinas do NTE, pois não há uma divisão entre quem faz uma ou outra tarefa, todos e todas devem fazer todas as tarefas. Na oficina de Papel Artesanal, tarefas simples, como picar o papel, são realizados por todos e todas, quando necessário, assim como todo o grupo é estimulado a fazer as tarefas mais complexas como as costuras, xilogravuras e outras atividades embora sejam respeitados os limites individuais.

Na cerâmica, da mesma forma, tanto o amassar a argila, como o moldar esculturas ou toronar uma peça são aprendidos e realizados por todos e todas. Em ambas as oficinas, a limpeza do espaço e das ferramentas é responsabilidade de todo o grupo.

São poucas pessoas que participam da comercialização, pelas exigências de boa comunicação, habilidade para realizar cálculos e responsabilidade no trato com recursos financeiros. No momento, Bob Marley é o principal responsável pela comercialização, mas os outros são estimulados a acompanhá-lo, mesmo que para ajudar.

Há uma repetição constante das técnicas básicas, como sovar bem uma peça sem deixar bolhas e impurezas, como usar moderadamente a cola e cortar com cuidado as folhas no tamanho certo e ao mesmo tempo o ensino das novas técnicas, como o uso dos vidrados, os detalhes de uma figura humana, a modelagem da boca, dos cabelos, do nariz, de como aprender as diversas possibilidades de costuras nos blocos e cadernos, de como utilizar as inserções

na confecção das folhas de papel e de como tirar as folhas com uma espessura adequada e parelha.

É exigido dos alunos e alunas artesãos o domínio constante de novas técnicas, mas é respeitado o ritmo de cada um e cada uma, sendo que todo o grupo auxilia aqueles e aquelas que apresentam maiores dificuldades.

Em alguns momentos se percebe na fala dos professores uma crítica pela falta de apoio institucional¹¹⁴ ao NTE, um exemplo disso foi a fala do professor Denis sobre o Edital para vagas no Brique da Redenção¹¹⁵, no seu entendimento, um projeto que ocorre dentro de uma escola municipal, deveria ter direito a um espaço nesta feira e não ter que concorrer como se fosse qualquer empreendimento externo. Nos primeiros anos de funcionamento do NTE este apoio era maior, com a realização de convênios que possibilitavam a remuneração do trabalho de estudantes do NTE, o estímulo à venda em espaços públicos, como na própria sede da SMED, ou em eventos onde a prefeitura participava, como o Fórum Social Mundial e até mesmo com a inserção dos estudantes em programas da Assistência Social, como a Bolsa Jovem Adulto, como já foi referido anteriormente.

Outro ponto observado foi a baixa participação dos atuais estudantes nos movimentos sociais da população em situação de rua, geralmente ela ocorre nos eventos em que a escola é convidada, como a Semana do Povo da Ruas, o Dia Nacional de Lutas da PSR. Conforme a minha experiência de professor na escola, esta participação sempre foi um problema, pois embora ex-estudantes da EPA, tenham desempenhado papéis importantes nos movimentos e ainda desempenhem, não tem sido esta, a principal característica da escola, mas sim a sua organização, enquanto grupo, ocorrer somente quando a EPA é chamada para participar junto da PSR em lutas específicas.

Os estudantes da EPA, geralmente acompanhados de professores, sempre estão presentes de forma organizada, nos atos do Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, nas reuniões e audiências públicas realizadas na Câmara Municipal ou na Assembleia Legislativa, nas

¹¹⁴ Da SMED e da Prefeitura em geral.

¹¹⁵ Feira a céu aberto que ocorre aos domingos na Av. José Bonifácio, em Porto Alegre com a participação de cerca de 300 expositores de artesanato, artes plásticas, antiquário e alimentos. Ver <<https://briquedaredencao.com.br/institucional/>>.

manifestações promovidas pelos movimentos da PSR. “Hoje a aula é na rua” parece ser um lema que faz parte da história desta escola. Durante o período de observação, a EPA participou dos eventos da Semana Nacional do Povo da Rua (2022 e 2023), com participação de todos os eventos e banca de artesanato nas atividades, sendo que algumas atividades ocorreram na própria escola. Eles também estiveram na reunião da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos (CEDECONDH), na discussão sobre as demandas da População em Situação de Rua em Porto Alegre. Uma das professoras do SAIA representa a EPA nas reuniões da Pastoral do Povo da Rua.

Além da participação nas oficinas, já relatadas, logo no início da observação (2022), também fui convidado para participar de um alinhamento pedagógico da escola, apresentando a história da EPA para os professores que, em grande parte, estavam há pouco tempo na escola. Fui convidado pelo, então, diretor, Paulo Gilberto, por ter sido professor por mais de oito anos e ter pesquisado a história para minha dissertação de mestrado e agora, no doutorado.

Também participei, no ano de 2023, de um dia de alinhamento em que vários professores, preparavam oficinas relativas às suas atividades, nas quais os seus colegas participavam. Vi um pouco de uma oficina de teatro, onde todos eram chamados a vivenciar a atividade e vi que foram oferecidas outras como jardinagem, serigrafia de camisetas. Achei bem interessante a proposta, pois permitia uma troca entre os colegas, possibilitando que um conhecesse o trabalho do outro e apresentasse o seu. Neste dia também foi realizado um galeto comunitário, propiciando um ambiente de integração entre professores e funcionários, com muitas atividades descontraídas, como karaokê, no qual professores e funcionários participaram. Nos dias de alinhamento pedagógico os estudantes são dispensados das aulas, sendo avisados previamente.

5.3.3 Entrevista com o/as professores e a diretora

Realizei quatro entrevistas com docentes, com o professor do Papel Artesanal, Denis Nicola Froner de Souza, com a professora da Cerâmica Ignez Lopes Borgese, com a diretora da EPA, Milena Teixeira Pereira e com a

professora do SAIA Jacqueline Junquer¹¹⁶. Ao convidar, a diretora para a entrevista, procurei observar como o NTE é compreendido, não só pelos docentes que trabalham diretamente no projeto, mas também pela direção da escola. Já o convite à prof.^a Jacqueline contribuiu para entender como é feito o acompanhamento do SAIA aos estudantes do NTE. Os três primeiros professores responderam as mesmas perguntas, enquanto a professora Jacqueline, do SAIA, respondeu perguntas específicas ao atendimento do SAIA.

O professor Denis tem formação em Artes e em Publicidade, ele tem 44 anos, trabalha como professor desde 2011 (12 anos), sendo 6 anos no município e na EPA (começou a trabalhar na EPA alguns meses após ser chamado no município). Ignez tem licenciatura em Artes e bacharelado em pintura com especialização¹¹⁷, tem 56 anos, Milena tem 54 anos e licenciatura em Artes e especialização psicopedagogia institucional, atualmente cursando bacharelado em artes, já a prof.^a Jacqueline tem formação em Pedagogia com pós-graduação em Educação e Direitos Humanos.

O primeiro ponto abordado foi o que era o NTE para cada professor. Embora a pergunta tenha sido feita de forma semelhante para cada um dos/as entrevistados/as, Ignez e Milena partiram do que o NTE significava na possibilidade de transformação da vida dos estudantes e Denis, do que significava inicialmente para ele, enquanto trabalhador, respondendo sobre o seu significado para os estudantes, num segundo momento.

Iniciando pelo significado que o NTE tem para a vida do(a)s estudantes, a primeira constatação, que foi comum à professora da cerâmica e à diretora, foi que o projeto possibilita a organização ou reorganização da sua vida, auxiliando-o(a)s a pensar no seu projeto de vida e no trabalho de uma forma diferente, incluindo a perspectiva do trabalho coletivo, cooperativo.

O professor Denis enfatizou a diferença do trabalho realizado nas oficinas do NTE e na sala de aula. Ele percebe uma certa semelhança entre o NTE e o trabalho que ele realizava no Pró-Jovem e no Serviço de Convivência do CRAS, por permitir estar um tempo maior com os estudantes. Diferente do trabalho na

¹¹⁶ Ao contrário do combinado com os estudantes de não divulgar a identidade, os professores entenderam que deveria ser divulgada a identidade real, por estarem expressando livremente sua visão e percepção sobre a escola, desta forma estando assegurada também sua autoria.

¹¹⁷ Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

sala de aula, o NTE propicia um maior número de encontros com os estudantes, além de se observar um maior rendimento do trabalho, saindo da lógica de “professor/período” para a de “professor/projeto” (Souza, 2023). Em relação aos (às)estudantes, Denis enfatiza a concretude do trabalho realizado no NTE, tanto pela possibilidade de geração de renda, como pelo resultado palpável da atividade. No NTE, o estudante produz algo que tem uma utilidade, conforme ele observa, o aprendizado se transforma em algo prático, “Além de aprender, tu utilizas aquele conhecimento para fazer algum objeto, seja papel ou cerâmica, ou seja, qualquer outra coisa, independente do projeto” (Souza, 2023). Esta capacidade de produção, implica no crescimento da autoestima e na autovalorização, como nos relata o professor: “[...] mas também tem uma coisa de se sentir importante fazendo alguma coisa útil [...]” (Souza, 2023).

A segunda pergunta teve como objetivo saber o que o professor e as professoras entrevistadas pensam que os estudantes procuram no NTE. Ao analisar as respostas verifiquei que foi consenso que eles querem ficar mais tempo na escola, seja porque ali se sentem protegidos das situações de violência da rua, seja por poderem fazer uma coisa que é agradável ou terapêutica ou, como expresso na fala do professor Denis: “para ocupar a cabeça, não ficar de bobeira por aí” (Souza, 2023). Em diferentes graus, todos falaram da possibilidade de geração de renda, de ganhar algum dinheiro como resultado do trabalho realizado. A professora Ignez disse que quando os estudantes visitam as oficinas gostam do que é produzido, muitos se entusiasmam a vir aprender, a fazer também. A diretora fala da vontade de trabalhar, trabalhar com as mãos, de produzir, de se expressar artisticamente. Os estudantes encontram esta oportunidade no NTE, conforme o professor do papel, ocorre também a formação de um vínculo, não só com os professores, mas com o próprio NTE, o qual alguns já frequentam ou frequentaram há muitos anos, já que ele existe há mais de 20 anos, sendo praticamente um trabalho para muitos, segundo eles mesmos expressam.

A diretora trouxe uma reflexão, sobre a diferença da participação no NTE e nas demais oficinas que são oferecidas no turno inverso, ela tem a impressão, devido a conversas com os estudantes, que as outras oficinas são vistas mais como aulas, estudo, enquanto o NTE (e algumas outras oficinas, como dança etc.) não são assim, podendo até se caracterizar como espaço de lazer, de fazer

alguma coisa agradável como ela e o professor do papel artesanal citaram nas suas entrevistas.

A professora Ignez ressaltou que existem critérios para a participação no NTE, como a frequência, participação e organização na sala de aula. Há necessidade da avaliação pelo conjunto dos professores, envolvendo também o SAIA, verificando se o melhor para o aluno interessado é ir para o NTE ou para outras oficinas que tenham uma exigência menor de organização.

A professora da cerâmica falou sobre a rotatividade dos estudantes, a constante evasão que atrapalha muito o trabalho do NTE, conforme ela,

um dia eles têm uma realidade e no outro dia tudo pode mudar, então as vezes o estudante está super bem, está engajado, está frequente e de repente acontece algum percalço na vida ou alguma outra oportunidade mais interessante, daí ele deixa de frequentar o NTE e às vezes a escola também, tipo tem umas férias, na volta das férias tudo é diferente. A realidade dos nossos estudantes é muito vulnerável, mesmo (Borgese, 2023)

Também perguntei ao professor e as professoras sobre o acompanhamento dos estudantes na sala de aula e no NTE, procurei saber se ocorre um diálogo entre estes dois espaços. Foi consenso que nem sempre há este diálogo, a diminuição dos horários de professores no NTE dificulta a sua participação nas reuniões pedagógicas nos dois turnos. Antigamente havia mais pessoas, de setores da escola, envolvidas com o NTE. A professora Ignez ressaltou positivamente a ocorrência de projetos propostos por professores das totalidades envolvendo o trabalho na cerâmica, mas entende que isto poderia ocorrer mais.

O professor do Papel Artesanal considera que esta integração é relativa e que muitas vezes os estudantes são vistos de forma diferente em cada lugar, muitas vezes agem diferente, mesmo. Ele entende que o tipo de trabalho provoca reações diferentes, o estudante que não para em sala, muitas vezes consegue ficar horas fazendo um trabalho minucioso no NTE. Enfim, para ele às vezes ocorre diálogo e em outras vezes não, pensa que deveria ocorrer mais.

A diretora entende que deveria ter mais diálogo, que se perdeu muito com a diminuição de horas do NTE, o que faz com que os professores do Núcleo de Trabalho Educativo entrem esporadicamente nas reuniões pedagógicas para

discutir os casos referentes aos alunos. Ela diz que o NTE e sala de aula estão “apartados”, lembra que as turmas, na sua totalidade, não vão mais para as oficinas, como iam antes¹¹⁸, assim com o fato dos professores do NTE não atenderem mais todas as turmas, “isso criou um distanciamento maior” (Pereira, 2023).

Também perguntei sobre a preocupação da escola e do NTE com as necessidades básicas dos estudantes, há consenso que isso ocorre, mas as avaliações são diversas. O professor do papel, ressaltou que às vezes esta preocupação pode ser excessiva deixando de lado as questões educativas, ou seja, há estudantes que abusam disso, vindo para almoçar e dando uma desculpa para não ficar em aula, no próprio NTE, às vezes há alunos que não vêm nas aulas e depois vêm nas oficinas.

Já a professora Ignez diz que a escola se esforça para isso, mas não entende que consiga fazer coisas muito grandes, acha que às vezes está desconectada, não compreendendo o que realmente necessitam, ela traz a necessidade de avançar nisso, “eu acho que a gente tinha que fazer um pouco mais, que tinha que estar integrado com as redes de apoio que existem fora da escola” (Borgese, 2023).

A prof.^a Milena entende que a escola se preocupa com as necessidades básicas dos estudantes, tendo adaptado sua organização e estrutura para isso. Cita como exemplos, a alimentação mais reforçada do que em outras escolas, a oferta do banho, os acompanhamentos que são feitos na saúde, com destaque na saúde mental dos estudantes e principalmente no acolhimento que é base do trabalho da escola.

Quanto a pergunta que busca saber se a prática pedagógica do NTE leva em conta a experiência de vida e trabalho dos estudantes, a professora Ignez respondeu que entende que sim, que no seu trabalho sempre procura partir daí, que procura conhecer as referências estéticas e de imagem que os estudantes têm. Procura conhecer o seu gosto para trazer exemplos a partir dali. Ela procura

¹¹⁸ A professora se refere ao momento pedagógico do NTE, previsto no PPP como “Para Todos”, quando “todos os estudantes experienciam as oficinas nas totalidades, apreendendo os conhecimentos básicos de cada área” (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 41). No momento isso tem ocorrido esporadicamente.

resgatar experiências que tenham tido, tanto em artesanato, como na comercialização e em outras experiências de trabalho.

O professor Denis entende que não só o NTE, mas toda a escola faz isso. Ele ressalta que há uma preocupação com aquilo que o estudante tem capacidade de fazer, ele afirma que há uma necessidade de partir da realidade do aluno.

A diretora acredita que a experiência de trabalho e vida dos estudantes é incorporada ao currículo, que já o fato da matrícula ser feita pelo SAIA, onde não são simplesmente recolhidos documentos, mas realizada uma entrevista para conhecer a pessoa e sua história de vida, para assim poder ser pensado o seu acolhimento, mostra isso. Também entende que na sala de aula, talvez mais nos anos iniciais, os professores procuram ouvir suas falas, relatos, histórias, que servirão de base para as atividades servindo como temas geradores para os projetos dos professores, “na construção desse currículo do dia a dia” (Pereira, 2023).

Ao perguntar se estar no NTE contribui para o processo em sala de aula, o professor e as professoras entendem que sim, mas apontam exemplos diferentes, o professor do papel entende que vários conteúdos das disciplinas, de sala de aula, têm a oportunidade de serem aplicados na prática do NTE, ele aponta exemplos da matemática, como entender os sistemas de medida, régua, proporções, coisas que muitas vezes parecem abstratas para os estudantes mas que ao serem utilizados no NTE, adquirem sentido.

A professora Ignez, se deteve ao condicionamento de estar bem em sala de aula, para frequentar o NTE, que isso serve de estímulo para eles se esforçarem, serem assíduos, se comprometerem. Também entende que os projetos, propostos pelos professores, nos quais os estudantes vêm às oficinas do NTE, auxiliam no aprendizado dos conteúdos. Ela ressalta os trabalhos realizados com os professores de matemática e com o professor de história, este último, abordando a cerâmica indígena, ancestral. Ela entende que foram muito bons.

Já a diretora afirmou não ter nenhuma dúvida, pois para ela o NTE é um espaço de organização interna, então se o estudante está se organizando neste espaço, certamente esta organização irá se refletir na sala de aula.

Quanto a contribuição do NTE para a reinserção no mundo do trabalho, também há consenso. O professor do Papel Artesanal afirmou que os estudantes conseguem se organizar, lidar melhor tanto com as coisas, como com as pessoas, cita exemplos de estudantes que retornaram para a família e estão trabalhando.

A professora Ignez também ressaltou que o NTE auxilia na organização dos estudantes para o trabalho, mas lastima que não consigam continuar o trabalho que fazem aqui, viver da cerâmica, não ter que parar, ao sair da escola, mas diz que é muito difícil de mudar isso. Conforme ela, a organização que adquirem, a autoestima, a confiança na sua capacidade, os ajuda a conseguir outros trabalhos.

A diretora diz não ter dúvida disso como já tinha falado na questão anterior.

Após, perguntei se o primeiro objetivo do NTE, no PPP da EPA: “Estimular a auto-organização dos estudantes desenvolvendo o senso de responsabilidade cooperação e autoria através dos projetos de trabalho, nos quais estejam fortemente envolvidos e amplamente identificados e que desejem participar” (EMEF Porto Alegre, 2014 p. 40) tem sido atingido, ao que deram as seguintes respostas:

A diretora entende que sim, que o NTE auxilia os estudantes a se organizarem pessoalmente e no coletivo e a traduzir esta organização interna nas relações dentro da sociedade.

Já a professora Ignez acha que isso ocorre com alguns de forma permanente, com outros, por um período e ainda há outros com quem não ocorre, devido a drogadição e comprometimentos, até de ordem mental. Isso os impede de se organizar como nós gostaríamos, embora não signifique que não se organizem, o fazem conforme as suas possibilidades, até para poderem estar no NTE.

O professor Denis entende que sim e fala do avanço de estudantes que têm dificuldades de se comprometerem em outros lugares, mas que no NTE, assumem e cumprem compromissos com o coletivo.

Perguntei o que cada docente, entendia sobre o significado do “trabalho como princípio educativo”, tema que entendo como essencial, na prática pedagógica do NTE. Ressalto que não havia realizado nenhuma discussão

sobre o tema com eles, nem sabia se havia ocorrido alguma na escola. Assim a pergunta oferecia margem para as mais diversas interpretações, desde as do senso comum até outras com maior aprofundamento teórico.

O professor Denis ressaltou o nome do núcleo “de trabalho educativo”, lembrando a ênfase dada ao trabalho, que vem antes da palavra “educativo”, o que expressa a sua importância, “não é núcleo de educação e trabalho”, mesmo vindo junto, ele entende que é a partir do trabalho que ocorre a educação, ou seja, mesmo sem um maior aprofundamento, ele parece entender o significado do princípio educativo do trabalho.

Já a fala da professora Ignez inicia a partir de outra lógica, abordando dois aspectos, ela lembra das dificuldades que teve (enquanto professora) para trabalhar as questões financeiras, por não ter tido nenhuma experiência sobre isso na sua formação, vindo a aprender no exercício deste trabalho. Entendo que aqui ela traz outro ponto importante nesta discussão, que o princípio educativo do trabalho também se expressa na prática docente. Por outro lado, a professora trouxe a discussão sobre qual o trabalho que traria esta dimensão educativa, acha importante trazer a experiência do trabalho como algo bom, justo, digno, opondo-se à dimensão da exploração do trabalho. Entende que este é um ponto importante a ser pensado.

Milena traz, em primeiro lugar, sua experiência como professora de arte, falando da impossibilidade de aprender arte sem fazer arte, afirma que o aprender e o fazer andam junto. Entende que isso é o que acontece em todas as áreas, que se aprende a escrever escrevendo, ou seja, entende a relação do trabalho como princípio educativo ao associá-lo à prática da atividade.

Levando em conta transformações pelas quais a EPA tem passado, a próxima pergunta procurou conhecer, que avanços e retrocessos são vistos pelo(as) docentes entrevistados(as). O professor Denis, ressaltou que está há poucos anos na escola, assim, para ele, a principal mudança foi o público, após a pandemia. Ele afirma que antes da pandemia havia um público mais permanente, agora há uma maior rotatividade dos estudantes, alguns vêm por não ter para onde ir. Ressaltou ter havido estudantes que já eram formados no ensino fundamental, que omitiram esta informação para se matricularem na escola. Ele ressaltou a diversidade das situações, que uns vêm realmente sabendo o que querem, outros que vêm por vir, para ter um lugar e “fazer umas

coisinhas” e outros que embora tenham vindo sem saber muito por que, acabam gostando e ficando mesmo, criando vínculo.

A primeira observação da professora Ignez foi sobre as mudanças pós pandemia. Ela ressaltou a perda de muitos estudantes que tinham um papel importante no NTE, também ressaltou muitas parcerias que a escola tinha e que foram perdidas após este momento, como as residentes em saúde mental¹¹⁹, que ajudavam no atendimento dos estudantes, até na organização das feiras. Ela entende que, apesar desta perda, estão se esforçando bastante e as coisas estão começando a acontecer de novo.

Diferente das respostas anteriores, que trouxeram perdas bem recentes, pós pandemia, a diretora falou de outras perdas e avanços. Apontou a perda de horas do NTE, que ocorreram a partir da aposentadoria e saída das antigas docentes, diminuindo de oitenta horas semanais, para quarenta na cerâmica¹²⁰. Ela falou da perda da sala de informática, mas disse que tiveram o ganho de computadores para uso na sala de aula, “[...] o mundo está mudando e a escola vai se adaptando na medida que as coisas vão acontecendo, mas, enfim...” (Pereira, 2023).

A próxima pergunta teve como objetivo verificar o que os entrevistados e as entrevistadas pensam sobre a influência do projeto Eco Sol Pop Rua, ocorrido de 2014 a 2017, na dinâmica do NTE. A diretora disse que acompanhou parcialmente o projeto, pois na época era secretária da escola, mas pensa que este projeto mudou bastante o NTE, mudou o funcionamento das oficinas, principalmente no sentido de pensar as oficinas como espaço de geração de renda. Isso ainda permanece, mas de forma menor.

Já a professora da Cerâmica, disse que ao chegar na escola, participou da última reunião do projeto, mas acha que ele ajudou bastante e que, graças ao projeto, o NTE foi incluído em algumas redes de economia solidária, embora muitas vezes não consigam acompanhar as reuniões e atividades, devido a diminuição das horas docentes. Ela entende que a economia solidária tem tudo a ver com os objetivos do NTE, conforme descrito no próprio PPP.

¹¹⁹ Neste período a EPA era campo de uma residência multiprofissional em saúde mental coletiva da UFRGS, onde parte dos residentes desenvolviam seu trabalho junto ao SAIA e alguns residentes acompanhavam os estudantes do NTE, isto contribuiu muito para o trabalho da EPA.

¹²⁰ O papel tinha 50h docentes, com a saída de uma professora de 40h e a ampliação do horário do professor de 10 para 30, no momento há uma perda de 20h.

Tendo pegado o “finalzinho” do projeto realizado pelo CAMP, o professor do Papel Artesanal, disse saber que foram comprados vários equipamentos para o NTE, devido a participação no projeto. Quando o prof. Denis chegou à escola, o trabalho já era feito na perspectiva da economia solidária e entende que permanece assim, com algumas mudanças.

Perguntando como se deu o aprendizado de economia solidária pelos professores, o professor Denis, disse ter aprendido na EPA, pois nunca teve nenhum contato anterior. Ele acha muito bom, que é uma outra perspectiva, mas se dá certo ou não, ainda não sabe. Quanto a realização de formações sobre a economia solidária, ele disse que isso depende do interesse de cada professor em se atualizar, em fazer um curso na internet, em ler um texto, “não vem nada de cima” (Souza, 2023).

A professora Ignez pensa que a economia solidária abre uma nova perspectiva para os estudantes, caso sigam nesta linha. Pensa que esta perspectiva aparece como uma alternativa à exploração a que comumente são submetidos e onde só tem a alternativa de trabalharem em “serviços braçais”. Com a economia solidária podem trabalhar de forma coletiva e em rede. Diz ter poucos espaços de aprendizado sobre economia solidária, a Contraponto é um destes espaços, mas atualmente, nas reuniões, têm tratado mais das questões práticas do dia a dia. Também pensa que os estudantes se intimidam um pouco nas reuniões, mas necessitam ter mais vivências. Disse que têm sido propostas visitas para conhecer outros empreendimentos, recentemente foram à Associação Construção, o que foi muito bom e pensa que devem fazer outras. A busca de formação fica a cargo dos próprios professores, pois ela afirma nunca ter ocorrido nenhuma oferta da mantenedora (SMED).

Conforme Milena, o processo da economia solidária continuou ocorrendo dentro do grupo a partir da multiplicação pelos professores e estudantes que participaram do projeto ou receberam conviveram com estes e ainda continua, embora vá tendo adaptações. Para ela o NTE continua participando de redes e espaços de comercializações, os estudantes participam da precificação dos seus produtos, das decisões sobre as feiras, buscando desenvolver um processo de autonomia.

Tendo perguntado se tinha algo mais a falar, a Diretora agradeceu dizendo que não tinha mais nada a declarar.

A professora da cerâmica ressaltou que as formações e o trabalho que realizei com os estudantes foram muito importantes, tiraram dúvidas, tanto dos estudantes como dos professores sobre a economia solidária, ela afirmou que eu tenho uma boa capacidade de diálogo e comunicação com os estudantes.

O professor do papel ressaltou, também que a formação que está sendo realizada tem sido bem importante, pois agora vê, em vários momentos, os próprios estudantes, trazerem os princípios da economia solidária para questões cotidianas do grupo. Falou do entendimento sobre a precificação, sobre ser cooperativo, sobre realizar o trabalho coletivo etc. Denis destacou que é necessário que sempre se continue trabalhando isso, para não se perder. Tendo perguntado se tinha algo mais a falar, disse que não e encerramos a entrevista.

As perguntas para a prof.^a Jacqueline foram sobre o atendimento que o SAIA realiza com o(a)s estudantes do NTE. Ela disse que hoje é realizado o mesmo atendimento que aos demais estudantes da escola, não havendo uma preocupação específica com o fato de estarem no NTE. Falou que já houve tempo em que ocorria um atendimento diferenciado, segundo ela

Teve uma época que NTE teve um acompanhamento maior. Que o SAIA teve um acompanhamento mais intenso. Com aquelas planilhas do dia a dia dos estudantes. Hoje em dia a gente faz um acompanhamento mais geral, como o de todos os estudantes. Mas teve uma época que sim, que a gente tinha uma planilha de acompanhamento, isso que eu estou falando dessa época ali, período de 2000, entre 2006 e 2010. Tinha todo um livro de acompanhamento, desde a questão financeira aos projetos de vidas dos acompanhados do NTE, todo estudante tinha acompanhamento. (Fuques, 2023).

Perguntei se a prof.^a Jacqueline não achava importante este acompanhamento e ela respondeu que este acompanhamento, antigamente era conjunto entre SAIA e NTE, que se fosse para ser assim, achava bom, caso contrário, não.

Já quanto aos estudantes do Extramuros, a professora disse que estes têm um acompanhamento específico, desde o acompanhamento escolar, para os que já estão no ensino médio, até as questões da assistência social. Há um atendimento mais intenso que o dos outros estudantes.

Por fim, combinei de trazer a transcrição da entrevista para olharem e fazermos as retificações necessárias. Quando apresentei a transcrição, o professor e as professoras solicitaram que fizesse algumas correções, retirando as expressões desnecessárias como né, tá etc., sendo que fiz uma nova transcrição realizando estas alterações. Da mesma forma ficou combinado que tanto na entrevista como nos relatos da pesquisa seriam usados os nomes reais dos professores, pois não viam necessidade de omitir e criar codinomes.

5.4 O PPP DA EPA: NECESSIDADES E TRABALHO

Para a análise do Projeto Político Pedagógico da EPA, utilizei o Voyants Tools¹²¹ como instrumento auxiliar para analisar os termos que interessavam à pesquisa. A intenção principal foi observar a preocupação com as necessidades dos estudantes, expressas no documento. Assim, verifiquei que a palavra “necessidade” aparece 11 vezes no PPP, então passei a analisar o contexto em que cada uma das ocorrências se apresentava.

As duas primeiras ocorrências são no mesmo parágrafo do Marco Teórico, onde o PPP procura apresentar os estudantes a que a EPA se destina. Conforme o texto deste documento,

Vivendo num mundo de carência absoluta, convivendo com experiências de ver suas necessidades básicas como moradia, saúde, alimentação, trabalho, lazer e principalmente as relações afetivas (familiares e sociais) não contempladas, são impelidos à busca caótica da sobrevivência que se impõe sobre a busca organizada do conhecimento. Dessa forma é trazida para a instituição um desafio de articular essas distintas necessidades básicas (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 17).

O texto demonstra a compreensão da escola sobre a situação em que se encontram os estudantes, um contexto de não atendimento às suas necessidades básicas, o que os impele a deixar de lado muitas delas, priorizando aquelas que são essenciais para sua sobrevivência. Ao mesmo tempo que a

¹²¹ O site Voyant Tools é um ambiente da web destinado à leitura e análise de textos digitais, acessível em <<https://voyant-tools.org>>, entre outras possibilidades ele permite ver o número de ocorrências de uma palavra no texto analisado e localizá-las.

escola reconhece esta situação entende a sua responsabilidade de articular sua missão de entidade garantidora de conhecimento (entendimento) com a promoção das demais necessidades dos seus estudantes. Surge então como Marco Teórico, sobre onde se assenta a missão da escola, o desafio e a responsabilidade de construir uma proposta pedagógica que leve em conta estes dois aspectos.

A terceira ocorrência também se encontra no Marco Teórico,

Assim se colocam duas funções para a escola, a primeira desenvolver propostas educacionais a partir da rede de conhecimentos trazida pelos jovens e estruturada na rede de conhecimentos dos profissionais que nela trabalham. Este trabalho aponta para escola sua segunda função, a de suprir em parte, algumas das necessidades socioafetivas dos estudantes, valorizando seus conhecimentos e interesses. A proposta da EPA procura potencializar a autoestima dos estudantes, proporcionando-lhes o desenvolvimento de suas identidades como práticas de exercício de liberdade e inclusão na sociedade contemporânea (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 17).

Aqui o Marco Teórico, ao atribuir duas funções à escola, aponta a essência do projeto educacional, essencialmente relacionado à educação popular e libertadora, tão manifesta por Paulo Freire. Na primeira função da escola, está a base do currículo que será proposto. Esta base deve ser construída a partir da articulação dos saberes da vida, da rua, dos trabalhos, das relações e lutas dos estudantes que vêm para a escola associada com os saberes curriculares trazidos pelos professores.

Novamente o suprir necessidades é apontado como uma das funções da escola. Mesmo que no texto sejam citadas as necessidades socioafetivas, relacionadas com conhecimentos, interesses, autoestima, identidades e liberdade, estas não se concretizarão se as demais, como a subsistência e proteção, não estiverem articuladas. O Marco teórico novamente deixa claro que os e as estudantes que vêm para a escola devem ser enxergados(as) como vocacionados a serem mais, vocacionados à humanização, como nos aponta Freire (2021).

Antes de seguir na análise da ocorrência do termo necessidades, vejo como é imprescindível observar como a escola, após apontar a sua responsabilidade de pensar nas necessidades básicas de seus alunos, propõe

a sua ação e convoca o trabalho para o currículo, o tornando concreto e transformador. Conforme o PPP

A Escola Porto Alegre, também possui o desafio de atender os jovens que estão tornando-se adultos. Para isso, sem perder seu caráter primeiro de escola, destinada à educação e ao conhecimento, repensa esta realidade, e estrutura o trabalho educativo no seu currículo, que tem por objetivo proporcionar aos estudantes a experiência do trabalho e organização para o lazer, a partir do conceito do trabalho enquanto princípio educativo que devem ser entendidas como o contato, o experimento de algumas formas de trabalho realizadas não com o objetivo imediato de aquisição de renda, mas como preparo psicológico, emocional e social para o enfrentamento às grandes dificuldades encontradas (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 18)

Esta reflexão colocada como basilar na construção do Projeto Político Pedagógico da EPA, justifica e orienta a existência do NTE, proposta de integralização educacional, que se desenvolve no turno inverso às aulas curriculares e que se caracteriza como um dos principais diferenciais da escola.

Conforme o Projeto Político Pedagógico da EPA, a implantação do NTE coloca a sobrevivência dos estudantes como tema central no trabalho pedagógico. Através da observação realizada procurei entender a diferença do NTE apresentado no PPP da EPA e o NTE que pode ser percebido no dia a dia da escola. Embora o PPP aponte a existência dos eixos específicos de educação ambiental e comunicação e cultura, na realidade hoje estes eixos perpassam as atividades das oficinas, não mais as dividindo. A partir de 2021, o documento Proposta Pedagógica da Escola Porto Alegre (EMEF Porto Alegre, 2021), inclui as oficinas do NTE nos componentes curriculares complementares, dentro do Projeto de Vida e Cidadania, no Eixo Trabalho e Economia Solidária que inclui: Cerâmica, Papel Artesanal e Cartonagem, Jardinagem e Produção de Mudas e outros cursos de caráter profissionalizante (EMEF Porto Alegre, 2021). Esta organização ainda está se afirmando, como há a proposta de escrever um novo PPP da escola¹²², este deve se adequar a nova estrutura. No momento, o NTE ainda se mantém como um projeto diferenciado das demais oficinas.

¹²² As discussões do novo PPP iniciaram antes da pandemia da Covid 19, em 2019, mas foram interrompidas, conforme a diretora deve retomar as discussões, assim que for possível.

A questão da sobrevivência dos seus estudantes sempre foi pauta prioritária para a EPA. O seu Projeto Político Pedagógico afirma que,

A EPA contemplou em seu trabalho pedagógico a sobrevivência como uma questão central para os seus estudantes. Implementou assim o Núcleo do Trabalho Educativo - NTE (EMEF Porto Alegre, 2014, p.39) que a partir dos eixos da Educação Ambiental e da Comunicação e Cultura veio trabalhar os aspectos afetivos e criativos dos estudantes (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 39).

Assim há um reconhecimento do trabalho como eixo fundamental da relação homem natureza, ou seja, na ação do ser humano sobre ela para garantir o atendimento de suas necessidades básicas e, conseqüentemente, sua sobrevivência, o que levou a criação de um projeto onde o trabalho se articula a educação, tendo papel central, mas contemplando a relação com o meio ambiente, a comunicação e a cultura.

5.5 O NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO

O NTE é um projeto que está integrado ao trabalho pedagógico da EPA. Os professores deste projeto participam das jornadas pedagógicas que são realizadas pela SMED¹²³ e dos alinhamentos pedagógicos que são reuniões de formação cuja realização é de responsabilidade da própria escola, geralmente organizadas pela coordenação pedagógica e a direção.

Os professores e professoras devem participar também das reuniões pedagógicas semanais que têm como objetivo realizar a socialização de informações administrativas, a discussão dos assuntos pedagógicos e curriculares e o estudo de casos (relativos aos estudantes) etc. Neste dia há uma organização das atividades realizadas com os estudantes, de forma que não sejam suspensas as atividades escolares, mas que permita que a maioria dos

¹²³ As Jornadas pedagógicas, conforme Maia (2022), Moraes (2022) e Vieira (2023) são espaços de formação, na maior parte realizadas virtualmente, que foram oferecidas pela SMED nos anos de 2022 que deveriam ser assistidas por todos os professores da rede. São realizadas nos primeiros dias de cada semestre.

professores, de sala de aula, do SAIA e do NTE possam participar da reunião. A Coordenação Pedagógica é a responsável pela organização destas reuniões.

Conforme a prof.^a Ignez relata na sua entrevista, ela tem procurado participar das reuniões pedagógicas do turno da tarde, mas de manhã não tem conseguido. O professor Denis, como tem uma carga horária menor, não tem comparecido à maioria das reuniões. Este fato causa dificuldades para manter um olhar único sobre os estudantes, realizando o diálogo entre os professores de sala de aula, do SAIA e do NTE, já que é neste espaço que podem ser discutidas questões referentes às turmas das totalidades e às do NTE. Nele, também é discutida a entrada de novos alunos nas oficinas, os problemas que estejam ocorrendo com alunos do NTE, como está o seu comprometimento em sala de aula, entre outras questões.

O NTE também realiza discussões dos assuntos internos pelo grupo de WhatsApp, nele participam os professores do NTE, a professora de artes das turmas, a diretora, o vice-diretor e eu também fui incluído durante a pesquisa. É um espaço operacional, onde são tratadas participações em espaços de comercialização, resultados das vendas, necessidades de materiais e manutenção de equipamentos, cursos, formações, informações diversas e vários outros assuntos.

Além destes espaços, os professores do NTE relacionam-se diretamente com os professores do SAIA, tratando de assuntos relativos aos estudantes, com a direção, tratando questões administrativas entre outras e com outros professores conforme a necessidade do momento. Lembro aqui da entrevista realizada com a professora Jacqueline que disse que não há mais um acompanhamento conjunto, SAIA e NTE, nem um acompanhamento especial do SAIA aos estudantes do NTE, mas isso não impede que as situações específicas sejam levadas ao SAIA, como é feito pelos professores das totalidades.

Na observação verifiquei que as necessidades de equipamentos e de manutenção muitas vezes são tratadas diretamente com a direção. Quando o forno apresentou defeito, a primeira coisa foi chamar o vice-diretor para olhar o que estava acontecendo e verificar que procedimentos poderiam ser tomados.

Além do orçamento próprio que sempre prevê compras de equipamentos e/ou materiais para as oficinas, também são buscadas outras alternativas para atender a estas questões. No ano anterior a EPA participou do Orçamento

Participativo¹²⁴ e conquistou recursos para compra de um forno novo para a cerâmica e um novo liquidificador para o Papel Artesanal, o acompanhamento para a liberação de verba, orçamento e aquisição é feito diretamente pela direção e é socializado com os estudantes.

A direção tem sempre levado para as reuniões de discussão de quadro, que ocorrem com o setor de Recursos Humanos da SMED a necessidade de ampliação de carga horária, principalmente do Papel Artesanal. A direção vinha fazendo contato com a diretora da outra escola, onde o professor responsável pela oficina trabalha, solicitando a sua liberação (relato deste professor), embora tenham tido dificuldade nos anos anteriores, a liberação aconteceu em 2023 quando ele passou a trabalhar 30 horas na escola.

O baixo número de estudantes na escola e conseqüentemente no NTE, principalmente após o período mais crítico da pandemia, foi motivo de preocupação da escola, sendo que o SAIA realizou buscas ativas¹²⁵ dos estudantes que não tinham retornado após a pandemia, ou começavam a faltar, assim como procura divulgar a escola nos locais onde a PSR costuma ficar e nos Centros Pop e albergues e outros serviços da assistência social. Os professores também costumam perguntar aos estudantes sobre os colegas que faltam as aulas.

5.5.1 Mas para quem é este projeto?

O NTE é uma proposta que se desenvolve no turno inverso das aulas curriculares com o(a)s estudantes da EPA que demonstram o interesse em participar. Muitos do(a)s estudantes que participam do NTE encontram-se em situação de rua, pernoitando em espaços públicos ou albergues ou pensões pagas pelo município, participando de programas de aluguel social ou auxílio aluguel ou, ainda, vivem em moradias precárias na periferia. Todos vivem em situação de grande vulnerabilidade social, buscando dar conta das suas necessidades básicas através das mais diversas estratégias.

¹²⁴ Sistema de liberação de recursos da Prefeitura Municipal decidido pela participação popular em assembleias.

¹²⁵ Nome dado no serviço social ao processo de procura de alguma pessoa por um motivo determinado (desaparecimento, necessidade de atendimento ou contato com um serviço etc.).

Alguns dos estudantes do NTE, recebem o Benefício de Prestação Continuada¹²⁶ (BPC), quase todos recebem o benefício Bolsa Família, sendo que alguns relataram que só vivem deste recurso e das vendas do NTE. Outros estudantes trabalham com reciclagem, fazem bicos, entregam panfletos, vendem bebidas em eventos que ocorrem em espaços públicos, mesmo que de forma irregular. Já duas estudantes que moram na periferia exercem outras atividades, referiram-se a cortar cabelos, fazer tranças, trabalhar no comércio ambulante (carrocinha de cachorro-quente), entregar panfletos, ter um brique em casa, costurar e fazer faxina.

Além das ocupações atuais na maioria de caráter precário e irregular, muitos estudantes homens relataram terem experiência na construção civil e na limpeza de ruas, um afirmou ter trabalhado como motorista e outro no conserto de computadores.

O relato destas experiências de trabalho se deu durante as aulas, quando falavam da dificuldade que estavam encontrando para conseguir um emprego formal. Percebe-se que a saída do trabalho formal ocorreu por várias situações, como a demissão por não ser mais necessário, o término da obra onde trabalhavam, conflitos ocorridos no trabalho, atos infracionais ou criminais, uso de bebida e drogas e a partir daí veio a desorganização da vida que, na maioria dos casos, levou à situação de rua. A mesma porta que se fechou para o trabalho formal, não se abriu mais com a mesma facilidade. A diminuição das vagas de trabalho, o aumento das exigências para a contratação, a estigmatização de quem mora na rua, bem como daqueles que já tiveram algum envolvimento criminal, tornam-se barreiras quase intransponíveis para o retorno ao mundo do trabalho.

Foi possível identificar no NTE vários casos de estudantes com NEES e deficiências. Observei que vários destes não demonstram muita preocupação com as vendas, embora não deixem de se beneficiar delas quando ocorrem, mas é visível que o seu maior interesse é a realização da atividade artesanal. Ficam horas concentrados, demonstrando prazer ao fazer seus objetos, como

¹²⁶ Benefício equivalente a um salário-mínimo, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que é concedido a idosos com idade igual ou superior a 65 anos e a pessoas com deficiência de qualquer idade, desde que a renda per capita do grupo familiar não ultrapasse a 1/4 do salário-mínimo.

presenciei várias vezes nas oficinas. Este fato evidencia o caráter terapêutico do NTE, além de proporcionar a estes estudantes a possibilidade de estar em um espaço de cuidado e acolhimento. Outras situações de sofrimento psíquico também são verificadas em alguns estudantes do NTE. Uma estudante do papel artesanal, que diz ter depressão, falou que prefere vir para o NTE a ficar em casa e que gosta muito de fazer papel porque isso a acalma. Outra estudante leva papel para picar em casa e capas de cadernos para colar, sempre que autorizada. Ela disse que é para ter o que fazer em casa e não ficar pensando bobagem. Muitas vezes até estudantes com patologias mais complexa, como esquizofrenia¹²⁷, tem se beneficiado da participação nas atividades, mas isso exige um manejo adequado por parte dos professores, muitas vezes sem nenhum apoio técnico.

5.5.2 Qual o papel do NTE neste contexto

O NTE está inserido dentro da estrutura pedagógica da EPA, mas traz uma outra perspectiva, coloca o trabalho dentro da proposta pedagógica, criando um espaço de educação que tem uma característica de espaço de trabalho e de acolhimento e auto-organização. Na realidade o NTE apresenta três dimensões que se complementam na perspectiva do desenvolvimento integral dos estudantes, a dimensão educativa, que pressupõe o diálogo dos saberes e experiências de trabalho e vida dos estudantes com os conhecimentos curriculares e da formação para o trabalho, a dimensão produtiva, que busca a aproximação do mundo do trabalho numa perspectiva, criativa, autoral, emancipatória com geração de renda nos grupos de produção, procurando apresentar-se como alternativa ao trabalho precário, muitas vezes irregular a que necessitam se submeterem e a dimensão terapêutica que pressupõe o autoconhecimento, a construção de identidade, o pertencimento ao grupo de trabalho e a escola.

O estudante da escola que quer participar do NTE deve estar frequentando regularmente a escola no mínimo a 15 dias, sua permanência no

¹²⁷ Aqui retomo novamente a minha experiência como professor da escola, quando presenciei estudantes com esta e outras patologias, participarem por vários anos das oficinas. Hoje nestes casos tem sido buscado apoio dos CAPS e de parceiros da escola que atuam nesta área.

núcleo está condicionada a sua presença e organização nas aulas da totalidade na qual está matriculado. Sua entrada no núcleo é discutida nas reuniões pedagógicas, assim como as questões que ocorrem na sala de aula ou nas oficinas. Os professores das totalidades, os professores do projeto e ainda os do SAIA devem discutir o seu desenvolvimento integral e podem traçar estratégias conjuntas.

Principalmente na cerâmica, pelo número maior de estudantes e a diversidade de perfis, há necessidade de acompanhar as brincadeiras que ocorrem entre eles. Algumas são construtivas, ajudam na descontração do ambiente, mas, às vezes, podem ter um caráter mais ofensivo, desvalorizando o trabalho de algum colega, apresentando cunho machista ou discriminatório ou mesmo apenas perturbador do ambiente de trabalho. A professora ou professor responsável pela oficina, geralmente se posicionam fazendo a crítica à situação ocorrida, sempre que necessário. É preciso manter um equilíbrio, pois as relações na rua não seguem os mesmos parâmetros a que estamos acostumados, não podendo ocorrer uma rigidez nas intervenções que não respeite estas diferenças e acabe por excluir alguns alunos, mas, ao mesmo tempo, o espaço do NTE deve ser educativo, crítico, discutindo as questões de preconceito, discriminação, machismo, mas não pode ser excludente.

Ocorrem outras situações de conflito, como atritos entre os estudantes, confusões de sentimento em relação a colegas e até em relação a professores. Há necessidade de discutir os limites entre afetividade e respeito ao outro, em questões que envolvem relações de gênero, raça e outras. Há uma necessidade permanente de estabelecimento de limites, mas principalmente de serem realizadas reflexões críticas e educativas.

5.5.3 A concepção pedagógica do trabalho educativo.

Procurei analisar o NTE a partir dos objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico da EPA. O primeiro objetivo do NTE aproxima o trabalho da prática pedagógica.

Estimular a auto-organização dos estudantes, desenvolvendo o senso de responsabilidade, cooperação e autoria através de projetos de

trabalho nos quais estejam fortemente envolvidos, amplamente identificados e que desejem participar (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 40).

Ele pressupõe que a organização pedagógica do NTE seja desenvolvida a partir de projetos de trabalho e aponta os objetivos a serem alcançados: a auto-organização com o desenvolvimento da responsabilidade, a cooperação e a autoria e mostra como isso será feito, através de projetos de trabalho com que se envolvam e identifiquem.

O Núcleo de Trabalho Educativo da EPA foi criado como uma alternativa às estratégias de sobrevivência dos seus estudantes, inicialmente adolescentes em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, posteriormente jovens e adultos.

Na sua proposta inicial o NTE tinha suas oficinas de aprendizagem divididas em três tipos: para todos, por interesse e grupo de produção. As oficinas para todos, eram momentos em que cada turma tinha a oportunidade de vivenciar as experiências, ter uma primeira aproximação com o trabalho realizado nas oficinas¹²⁸. Hoje os professores individualmente, podem combinar momentos em que trazem sua turma para uma atividade numa oficina de trabalho educativo, mas isso é feito conforme combinação prévia, não faz parte da rotina da escola. Pude acompanhar um destes momentos, na oficina de cerâmica, onde os estudantes de uma turma das totalidades finais demonstraram bastante interesse no trabalho da cerâmica, ficando muito satisfeitos por fazerem pequenos objetos. Os demais tipos, por interesse e grupo de produção, hoje ocorrem quase simultaneamente, logo que o estudante consegue fazer um trabalho de qualidade ele já pode ser vendido, a maioria dos estudantes que participa da oficina é também do grupo de produção, embora a produção visando a comercialização não seja uma exigência.

¹²⁸ Quando entrei na escola em 2011, todas as totalidades tinham 1 período semanal onde desenvolviam as atividades de cerâmica e 1 de cartonagem e papel artesanal. Posteriormente, devido a diminuição de carga horária dos professores destas oficinas e a entrada de professores de arte educação esta disciplina substituiu a atividade para todos e os professores ficaram liberados para as atividades do NTE (Relato do pesquisador).

5.5.4 O projeto Extramuros

A proposta do projeto Extramuros, visa atender o segundo objetivo do NTE, “Propiciar aos estudantes egressos da EPA que se encontram em situação de rua e vulnerabilidade pessoal e social a continuidade do trabalho de inclusão social” (EMEF Porto Alegre), 2014, p. 40). Ao propor que os estudantes que concluíram o ensino fundamental na EPA continuem participando das oficinas do NTE, a escola continua oferecendo um espaço de acolhimento que visa possibilitar que os estudantes possam continuar a sua trajetória escolar ou de organização pessoal.

O egresso continua participando da escola, fazendo as refeições, tomando banho, sendo auxiliado pelo SAIA nas suas demandas e continuando nas oficinas como produtor, podendo gerar alguma renda para atender às suas necessidades. Nas observações realizadas, não foi possível ver alguma diferença no atendimento aos estudantes do Extramuros e os demais, a não ser pelo caráter informal¹²⁹ deste projeto hoje, já que não é possível realizar uma matrícula formal.

Dos anos 90 até 2011 havia um projeto da prefeitura municipal que era o Bolsa Jovem Cidadão que repassava para jovens egressos dos abrigos da FASC e a estudantes da EPA que estavam se organizando para sair das ruas, uma bolsa para auxiliar neste objetivo. Muitos destes estudantes, somavam este recurso com o que recebiam através dos grupos de produção facilitando a mudança de situação.

5.5.5 O estudante artesão

O terceiro objetivo do NTE, conforme o PPP é “Instituir a formação de produtores e/ou monitores contemplando a regulamentação da atividade de artesão (carteira de artesão)”. Os dois estudantes, que estão no extramuros atualmente, possuem carteira de artesãos em Papel Artesanal e Cartonagem, um deles quer fazer também de cerâmica e várias vezes foi conversado sobre a importância de outros estudantes fazerem, mas não percebi que houvesse um

¹²⁹ Os estudantes do projeto Extramuros não estão formalmente matriculados na escola.

interesse da maioria dos estudantes de fazerem a carteira. A dificuldade de fazer da Cerâmica e do Papel Artesanal uma profissão que lhes garanta a manutenção da vida, de forma digna, parece não entusiasmar os estudantes para fazer a carteira de artesão, acredito que seria importante discutir mais com os estudantes a viabilidade deste trabalho. Neste ano o assunto foi retomado numa assembleia, quando se falou que outros estudantes estariam em condições de fazer a prova na Casa do Artesão (FGTAS) para receberem a carteira.

5.5.6 O papel da cultura e da religiosidade no NTE

O quarto objetivo do NTE é “promover a articulação da escola com outras entidades culturais (associações culturais, rádios comunitárias, associações desportivas etc.) e instituições educacionais (escolas, universidades)”.

Pode-se perceber que a cultura e religiosidade dos estudantes têm uma grande influência no seu trabalho. Durante o período de observação percebi que alguns estudantes faziam esculturas de orixás e entidades da umbanda (Zé Pelintra, a Cigana, Maria Padilha, Maria Mulambo) e de figuras mitológicas como a deusa oriental (Guanesha), bruxas, sereias ou personagens ficticiais de filmes (como o “Predador”, feito por um deles), ou então se inspiravam nas culturas regionais, fazendo esculturas de gaúchos e namoradeiras de estilo nordestino, entre outros. Ou trabalhos podem ser também de temas de interesse do estudante, um deles costuma fazer esculturas de carros e motos por exemplo.

Possibilitar a ampliação deste universo cultural, possibilitando a participação em exposições, apresentações culturais, eventos diversos, assim como o acesso à internet para pesquisas é uma prática constante do NTE e da EPA. Durante o período de observação pude participar de eventos culturais na escola e fora dela, mas acredito, que principalmente o NTE, pode organizar-se quanto ao que vai conhecer, observar, pesquisar, enfim, ao que tem interesse específico para o trabalho que é realizado nas oficinas.

As obras dos estudantes do NTE podem ser expostas nos eventos da escola, assim como em feiras e exposições fora dela. Nos eventos externos eles podem conhecer outros trabalhos, toda uma diversidade que não teriam acesso fora destas oportunidades, assim como vivenciar as mais diversas formas de

expressões culturais. Em eventos de caráter sociais e políticos, como a Semana do Povo da Rua e o Dia do Pobre, a exposição do seu trabalho reafirma a potência artística e cultural da população em situação de rua.

5.5.7 A participação social e comunitária

O quinto objetivo do NTE, conforme o PPP é “Contribuir para o processo de participação social dos estudantes da escola, através da apropriação do espaço Centro Cultural, promovendo atividades que possam contar com a participação da comunidade” (EMEF Porto Alegre, 2014. p. 41).

Os termos utilizados descrevem uma proposta de participação social vigente no período da redação do PPP anterior, estes termos foram, posteriormente, transpostos para o PPP de 2014. Neste período, a ideia do Centro Cultural era uma proposta importante da EPA, que era desenvolvida a partir do galpão de costaneira antigo, que era assim chamado. A proposta era que ali fossem desenvolvidas atividades culturais, não só para a escola, mas também abertas para a comunidade. Na ampliação da Estação de Bombeamento de Esgoto do DMAE, este galpão foi destruído, mas a partir da pressão da comunidade escolar, apoiada por um vereador de Porto Alegre (CMPA, 2008) que cobrou a contrapartida do DMAE, pelo uso da área da escola, foram construídos uma quadra coberta, dois banheiros e outro galpão, que foi projetado com menor tamanho e um tronco de sustentação central, o que dificultou a continuidade da proposta, da mesma maneira. No entanto, a participação comunitária e a relação com as redes de luta, de comercialização e da comunidade continua sendo uma diretriz muito importante para o NTE.

A partir da tentativa de fechamento da escola pela SMED (2014), também ocorreu uma maior aproximação com universidades, o que oportunizou que ocorressem diversos projetos de extensão universitária na EPA, o Universidade na Rua da EPA, com as oficinas de Filosofia na Rua, Cuidados de Saúde na Rua, fabricação de sabão e sabonetes, o projeto de fotografia A Cara da Rua, o projeto de horta e a exposição Do Barro Faz-se a Arte na Câmara Municipal de

Porto Alegre. Também ocorreu o projeto Cerâmica e Alimentos¹³⁰, estágios e extensões universitárias junto ao SAIA, parcerias com OSCs, como o Centro Social da Rua (Banho Solidário), com o Coletivo de Poetas Gente de Palavras, grupos de danças e yoga e ainda com o Jornal Boca de Rua e o Movimento Nacional da População de Rua – RS que inclusive passaram a utilizar o espaço da escola para suas reuniões, neste período.

Muitas destas parcerias se estendem até hoje, o MNPR e o Coletivo Estadual da População de Rua do Rio Grande do Sul atualmente utilizam a escola para seminários e reuniões. A Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Porto Alegre também já realizou reuniões na escola, bem como a escola tem participado de eventos promovidos por ela. Como vemos, a participação social e comunitária continua sendo prioridade não só do NTE, mas da escola como um todo.

De 2014 a 2017, os estudantes e professores do NTE participaram do programa de formação e assessoria em economia solidária, o programa Eco Sol Pop Rua¹³¹. A relação do NTE com a economia solidária e principalmente a partir da participação neste projeto será apresentada em outra seção. Desde então, porém, o NTE formou vínculos com uma rede de empreendimentos de economia popular e/ou solidária, sendo a Rede Contraponto, um dos seus espaços mais importantes, na qual participa regularmente. A rede Contraponto tem uma loja no campus centro da UFRGS e realiza uma feira semanal, ao lado da FACED, onde são expostos os produtos de todos os grupos componentes. Ela traz para os estudantes uma expectativa de ganhos, embora nem sempre as vendas aconteçam, e também possibilita uma maior aproximação com a economia solidária.

O grupo de produtores do NTE tem participado de diversas feiras e exposições a partir do convite de organizações parceiras da escola como o Centro Social Vila Flores, Associação Comunitária do Centro, o coletivo da Feira Bella Ciau, comissões de praça, escolas etc. Estes espaços de comercialização

¹³⁰ Parceria com o Instituto de Artes da UFRGS e cozinheiros que participaram de aulas de cerâmica, culminando com um grande almoço cuja renda possibilitou a aquisição do primeiro forno de alta temperatura da escola.

¹³¹ O programa Eco Sol Pop Rua foi promovido pela SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, executado no Rio Grande do Sul pelo CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional e tinha como objetivo oferecer formação e assessoria em Economia Solidária.

proporcionam a ampliação das relações do NTE, pois geralmente há um intercâmbio entre os grupos comunitários e sociais, possibilitando que o trabalho feito pelos estudantes se torne mais conhecido.

Um evento muito importante ocorreu no mês de março de 2023, quando os professores e alguns estudantes atuaram como monitores, realizando oficinas de cerâmica e cartonagem com crianças, num evento realizado pela Aliança Francesa no Museu Joaquim Felizardo, os estudantes do NTE foram remunerados pelo seu trabalho, ficando também recursos para o fundo do NTE.

A participação nestes espaços de comercialização estimula a responsabilidade, a organização e a solidariedade. O contato com o público proporciona o exercício de diversas habilidades relativas à comunicação e vendas. A ampliação das relações externas estimula a sociabilidade proporcionando a saída da escola e a ida para ambientes agradáveis com espaços culturais, musicais, ampliando sua interação social. Por outro lado, quando os produtos são vendidos, além da renda que é gerada, ocorre uma satisfação pelo reconhecimento do trabalho realizado, pela valorização daquilo que é produzido por eles “estudantes/produtores do NTE”.

A geração de renda é muito importante para os estudantes do NTE e as feiras são espaços que ampliam sua oportunidade, porém são poucos os estudantes que se dispõem a realizar o trabalho de comercialização, alguns por não terem as habilidades necessárias à venda, como saber calcular, somando o valor dos produtos, multiplicando pelo número de cada um, diminuir valores para dar o troco corretamente etc. Além disso, para participar da comercialização, o estudante deve ter responsabilidade e contar com a confiança do grupo.

Outro espaço importante onde o NTE da EPA esteve presente em 2022, foi a Semana do Povo da Rua, evento promovido pela Pastoral do Povo da Rua, em conjunto com o Movimento Nacional dos Moradores de Rua do Rio Grande do Sul (MNMR-RS) e o Coletivo Estadual da População em Situação de Rua do Rio Grande do Sul.

A Semana de Luta do Povo da Rua ocorreu do dia 13 a 19 de agosto de 2022 e a EPA participou da maioria dos eventos. Dia 13 a abertura ocorreu no auditório do Pão dos Pobres com o “Diálogo com o Padre Júlio Lancelotti”, onde ele participou de forma on-line, com sua imagem projetada num telão, conversando com quem estava presente no local. Com a participação de

professores e estudantes da EPA, população em situação de rua, movimentos e parceiros, no dia 14 de agosto, foi feita uma reunião com a presença do DEMHAB, FASC e SMS, ficando também na mesa os representantes dos dois movimentos e eu pela Pastoral. A população em situação de rua expôs os principais problemas que vem passando e as secretarias tiveram oportunidade para responder. Dia 15 de agosto, foi realizada uma celebração ecumênica pelos mortos da COVID 19, com a presença de padres católicos e um anglicano, um rabino, um babalorixá, uma representante da Fé Bahai, uma espírita e um muçulmano, houve somente representação da população em situação de rua, sem a presença da EPA, o evento foi um pouco prejudicado pela chuva que ocorreu no dia.

No dia 19 de agosto, o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, no Largo Zumbi dos Palmares foi realizada uma feira de comercialização de produtos feitos por diferentes grupos da população em situação de rua, além de apresentações artísticas e culturais. O NTE participou das reuniões de organização e realizou reuniões internas, onde foi conversado sobre o compromisso do grupo de estar lá no dia do evento. Foi feita a escolha do que seria levado e foi separado todo o material necessário para montar a banca. No início do evento ela já estava montada, pois os estudantes responsáveis chegaram cedo. Neste dia tinham muitos trabalhadores da assistência social acompanhando o evento e vários fizeram compras nas diversas bancas que estavam no local, sendo que a venda foi muito boa.

Após às 16h foi desmontada a banca e logo após iniciou uma caminhada até o Paço Municipal. Não só os estudantes do NTE, mas os demais estudantes da escola estavam no Largo, representantes dos movimentos da PSR e parceiros participaram de todas as atividades e da caminhada. No Paço Municipal, foram estendidas as bandeiras dos movimentos na frente do prédio da Prefeitura e foram feitos diversos discursos pelas lideranças dos movimentos e pelos parceiros presentes.

Pode-se observar que também existe uma rede de proximidade ou seja professores, estagiários, profissionais de entidades parceiras da escola, como universidades e ongs, funcionários dos serviços Pop Rua e apoiadores dos movimentos, que contribuem muito com as vendas do núcleo, comprando os produtos expostos nas oficinas ou fazendo encomendas.

5.5.8 Educando para o mundo do trabalho

O sexto objetivo “Educar para o mundo do trabalho” (EMEF Porto Alegre), 2014, p. 40) perpassa todo o trabalho do NTE.

As diversas experiências por que passam os estudantes no NTE, experiências de vida e trabalho, são trazidas para as oficinas do NTE. Embora o seu registro e utilização pedagógica pudesse ser mais planejado, estas trocas têm um importante papel na formação ali realizadas.

As situações da vida, fazem parte das conversas do dia a dia. Eles e elas falam das situações de violência nas comunidades, das histórias das diversas perdas que tiveram durante a vida, do afastamento da família, das relações que não deram certo, da sua trajetória no mundo das drogas, das situações de envolvimento com atos infracionais e crimes. Durante as oficinas relatavam seu dia a dia, as festas nas comunidades, nos terreiros, seu trânsito pelas igrejas, suas crenças e esperanças, seus projetos e sonhos e seus amores que vão e vêm. Tanto a tristeza como a alegria são assuntos constantes nas conversas do dia a dia.

Mas em meio a tantas histórias trazidas durante as oficinas, os estudantes trazem as suas histórias de trabalho, falam de suas experiências anteriores, algumas boas, de empregos que lamentam ter perdido e outras que não foram boas, de trabalhos precários e mal remunerados que não deixaram saudades.

Algumas das experiências de trabalho lembradas durante as aulas são relacionadas com a experiência do NTE. A limpeza do local de trabalho foi comparada à situação semelhante nas obras. Quando a limpeza era realizada no espaço da obra, isso significava que estava chegando a hora de terminar as atividades e ir para casa.

Uma estudante trouxe sua experiência de superação, a saída da rua e a casa na periferia, a tentativa de constituir um espaço de trabalho com papel artesanal na sua casa, o brechó que tem na sua casa e outras alternativas de trabalho, como o trabalho nas faxinas e costura, que lhe permitiram criar o filho e ainda estar juntando dinheiro para reformar a casa.

Além da auto-organização, da cooperação e da autoria, nas oficinas são estimulados diversos hábitos e comportamentos comuns às diversas situações de trabalho. A oficina tem horário para começar e terminar, a maioria chega na hora, muitos já esperam a abertura da sala na porta e o próprio grupo sempre faz alguma crítica, mesmo que em tom de brincadeira quanto à atrasos. Há um pouco mais de dificuldade para o encerramento, principalmente na cerâmica, pois o local de trabalho e tudo o que foi usado deve ser deixado limpo, muitas vezes alguns estudantes começam isso muito tarde, atrasando o encerramento.

Uma das principais características do NTE é que a educação se dá em situação de trabalho. Tanto na cerâmica como no papel artesanal o trabalho começa a partir da decisão sobre qual será a peça que será confeccionada. Observei várias razões para a escolha: atender a uma encomenda que tenha sido feita, fazer objetos que tenham maior facilidade de serem vendidos, fazer objetos que considerem bonitos (uma aluna falou que sempre procura fazer algo que ela compraria, se pudesse), fazer o que está faltando e costuma ter demanda nos espaços de venda.

Podemos classificar os produtos que são confeccionados em dois grupos: os utilitários, onde incluiria os objetos de uso doméstico de cerâmica, como panelas, pratos, travessas, bules etc. e os decorativos, como esculturas, quadros, pratos de parede, miniaturas etc. Os objetos do papel artesanal geralmente têm uma dupla caracterização, cadernos, bloquinhos, agendas não deixam de ser utilitários, por seu uso, mas normalmente o seu valor é atribuído por suas características, artísticas e decorativas.

Escolhido o objeto que será feito, é necessário separar os equipamentos que serão usados para realizar cada etapa. No papel podemos destacar os diversos tipos de folhas, os papelões, cola, tesoura, gabaritos, furadores, agulhas, berços, bandejas e tantos outros; na cerâmica primeiro é necessário escolher o tipo de argila que será usada para cada objeto e então sová-la, só após estar bem sovada é iniciada a moldagem ou preparação. Diversos procedimentos podem ser realizados a partir daí, a moldagem manual, a com uso do torno, a abertura de placas, a confecção de rolinhos no extrusor entre outras. A partir daí iniciam diversas operações realizadas com as mãos, com o uso de estecos, de colheres e pedras para polir, com ferramentas de corte,

utilizando placas de madeira, tornos, engobes, vidrados e muitas outros instrumentos e materiais.

É responsabilidade do professor ou professora orientar os estudantes sobre as técnicas e processos, sobre o uso dos instrumentos e materiais, os que estão a pouco tempo no NTE necessitam de maior acompanhamento. Observei que vários estudantes já têm muita autonomia e fazem a maior parte do trabalho sem perguntar, embora às vezes necessitem de alguma orientação, o que geralmente é observado pelo professor e a professora.

Geralmente há um ambiente de solidariedade na orientação dos novos ou daqueles que têm maior dificuldade. Tanto no papel como na cerâmica, os estudantes mais antigos costumam orientar os que estão chegando, eu mesmo sempre tinha ajuda deles. Sempre recebi orientações nas aulas, não só dos mais antigos, mas, até aqueles que ainda estão numa fase mais inicial procuravam me auxiliar naquilo que sabiam. Geralmente, nas oficinas, há um ambiente de colaboração e superação das dificuldades, mas este comportamento cessa quando há alguma rejeição por parte do auxiliado, como uma resposta agressiva rejeitando o auxílio, isto às vezes ocorre devido a um tipo de comportamento reativo e individualista, que muitas vezes ocorre nas ruas, como forma de defesa.

Em alguns momentos o grupo tem metas que necessitam ser cumpridas. São feitas encomenda com datas definidas, o grupo precisa produzir para uma feira que tem data marcada. Nestes momentos, observei que há um empenho maior do grupo para atingir os objetivos, aumentando a preocupação com detalhes que podem ser significativos na qualidade dos produtos.

Alguns alunos demonstram maior autonomia. No papel artesanal, uma aluna do extramuros costuma abrir sozinha a oficina, realizando o seu trabalho mesmo na ausência do professor. Na cerâmica os estudantes continuam trabalhando sozinhos quanto a professora necessita participar de reuniões do Conselho Escolar, com a direção ou com professores. Nos momentos de intervalo, muitas vezes, alguns alunos mais organizados solicitam para não sair e eles são autorizados a ficar trabalhando sozinhos.

Apesar de estimularem a autonomia dos estudantes, a professora da cerâmica e o professor do papel procuram ficar atentos aos procedimentos incorretos ou detalhes esquecidos, pois podem prejudicar a qualidade do produto ou causar danos. A argila, por exemplo, deve ser bem sovada, evitando a

formação de bolhas que possam explodir no forno, podendo causar danos até a outras peças que estejam juntas. Nestas situações é importante entender o que causou o problema, refletir sobre o erro para evitar que venha ocorrer novamente. As “costuras” (emendas de partes do objeto, fundo e lateral), devem ser feitas com cuidado, o uso do torno, do extrusor, o moldar e alisar com colher ou pedras, o uso de engoves, vidrados, máscaras, umedecer ou não a peça para guardar, todas estas técnicas devem ser aprendidas pelos estudantes produtores.

O mesmo ocorre no papel artesanal, quanto as folhas são produzidas com espessuras muito finas ou grossas demais, quando ocorrem erros de furação ou não é feita a costura correta. Os cuidados estéticos com os objetos produzidos são muito importantes, não observar estes detalhes podem inutilizar uma peça ou impedir que seja vendável.

Algumas atividades são desafiadoras para muitos estudantes do NTE, pois aprendem a realizar procedimentos detalhados, o que muitas vezes não faz parte de suas experiências de trabalho anterior. No papel artesanal, para montar cadernos há a necessidade de furar capas e folhas, para isso deve ser feita montagem do berço¹³² para furar as folhas, é necessário confeccionar os moldes de papel, com marcação correta dos furos para as capas e para as folhas. É importante ter cuidado com a definição dos lados de cima e de baixo, com a simetria e harmonia entre furos dos blocos e das capas, com o tamanho dos cordões que serão usados para costurar e para que a costura seja feita sempre no mesmo sentido para ficar bonita. Todos estes procedimentos e cuidados devem ser aprendidos pelos estudantes produtores para que possam fazer um bom trabalho.

A rotina diária de trabalho já foi assumida pela maioria dos estudantes do NTE, a organização para o início da atividade, a escolha do espaço de trabalho e a separação do material necessário, a limpeza ao final do turno dos instrumentos usados e do espaço de trabalho. Estas atividades são realizadas sem necessidade de maior orientação ou insistência dos professores.

¹³² Estrutura de madeira que é montada para a furação das folhas, devendo ser coberta por EVA e papelão.

Experimentando a atividade

Nas observações participantes realizadas tive a oportunidade de imergir nas atividades de trabalho como os demais participantes. Já havia trabalhado com os dois professores, no meu período de diretor da escola, sempre tendo uma ótima relação com eles, também conhecia vários dos estudantes, tanto do Papel Artesanal como da Cerâmica e fui muito bem recebido por eles. Da mesma forma, os demais estudantes, que não conhecia, não mostraram nenhuma resistência ou contrariedade com a minha presença.

Nas duas oficinas eu expliquei o que era a minha pesquisa, falando um pouco da metodologia que utilizaria, a observação participante, onde eu iria trabalhar junto com eles e fazer anotações quando necessário, visando verificar o funcionamento do NTE, conhecer o trabalho, observar o que acontecia ali. Não houve nenhuma contestação ou expressão de insatisfação com a minha presença. A minha aceitação nas oficinas foi muito boa, desde o primeiro dia não só fui orientado pelos professores como os estudantes se preocupavam em me auxiliar no trabalho.

5.5.10 A Oficina de Papel Artesanal

Particpei das oficinas de Papel Artesanal aprendendo e exercitando as técnicas utilizadas na cartonagem. Como já tem muitas folhas de papel pronto, não participei de nenhuma oficina em que fossem tiradas¹³³ as folhas de papel. A única produção de papel que soube ter ocorrido, foi num dia em que não estava na escola. Embora não tenha podido experimentar esta técnica durante a observação, eu já tinha conhecimento dela, já tendo inclusive preparado a polpa e tirado as folhas quando eu era professor na escola. Assim, na observação, fiz capas de blocos e cadernos, cortando e colando o papel artesanal e os papéis de parede que a EPA havia ganhado, cortei os papelões para a base das capas, coleí e dobrei as folhas para as capas e sobrecapas. Cortei e furei papelão e

¹³³ Me refiro a tirar a folha de papel, por ser a forma usual de se referir ao processo no qual, se retira a folha de papel com o uso de uma tela (espécie de peneira quadrada) que é imersa na massa de papel picado e batido no liquidificador (polpa), depositada numa bacia quadrada conhecida como batedor. Ao se levantar a bandeja mergulhada no líquido, fica um resíduo fino sobre ela, que após seco sobre uma contratela (espécie de feltro), será a folha de papel.

folhas para os miolos, costurei as capas nas folhas, montei blocos e cadernos e agendas tanto costurados como com espirais plásticas.

Os colegas de oficina, me auxiliavam a todo o momento, na localização e uso dos instrumentos como agulhas, linhas, tesouras, cola, pinceis, perfuradores, esquadros, gabaritos entre outros. Notei que apesar da maioria das vezes o professor Denis me explicar as técnicas, eles ficavam observando como eu estava fazendo e intervinham corrigindo eventuais erros.

O ambiente geralmente era tranquilo, iniciava com alguém fazendo o café na cafeteira do grupo e todos tomando perto da mesa, sem levar para o local de trabalho, para evitar riscos de derramar e estragar alguma coisa. A conversa sempre é livre e descontraída, discorrendo sobre assuntos diversos, com brincadeiras geralmente tranquilas. As experiências passadas e atuais da vida dos estudantes, as experiências de trabalho, a relação com família, as questões da escola, do NTE, das feiras, tudo é assunto no dia a dia das oficinas.

A diversidade entre os estudantes é grande, alguns iniciando as totalidades iniciais e outros terminando as totalidades finais ou no ensino médio (extramuros), alguns apresentam deficiências e transtornos de aprendizado, necessidades educacionais especiais e outros não têm nenhuma dificuldade mental ou intelectual. Há diversidade na idade, gênero, raça e etnia, mas nada impede a relação tranquila que pude observar. Quando ocorria algum atrito, o professor Denis rapidamente intervinha, parecendo que a relação de respeito com ele era bem forte. Os mais antigos também ajudavam nestes momentos.

Uma regra que parece ter sido assimilada por toda a turma é que, chegando próximo ao final de cada turno, todos limpam o seu local de trabalho e os instrumentos que utilizaram, guardando tudo no local correto (caixas, armários etc.).

Foram bem prazerosos os turnos que passei neste espaço, a todo o tempo me preocupava em fazer o trabalho, o melhor possível, realizar a costura correta, a colagem sem deixar bolhas, a escolher as cores das capas e contracapas tendo o cuidado de que combinassem. Este trabalho não era cansativo, ao contrário fazia parecer que o tempo passava mais rápido e a satisfação pelo trabalho bem-feito é um sentimento muito agradável.

5.5.11 A Oficina de Cerâmica

O número de observações realizados na oficina de cerâmica foi bem maior do que na oficina de papel, pois em 2022, quando fiz a maioria das observações, o papel artesanal só ocorria uma vez por semana e eu geralmente vinha duas vezes por semana na Cerâmica, como muito dos estudantes frequentavam as duas oficinas, isso permitiu que pudesse acompanhá-los mais intensamente.

O ambiente sempre foi agradável, o número de estudantes era maior que no Papel Artesanal, mesmo assim alguns não vinham todos os dias. A maioria ocupava o mesmo lugar todos os dias, mas a prof.^a Ignez, auxiliava na organização dos lugares, propondo alterações, quando havia mais estudantes.

Geralmente alguém fazia o café pela manhã, para todos tomarem e cada um ou pegava o trabalho que já estava em andamento na sua prateleira ou decidia o que ia fazer e separava a argila para iniciar.

Há uma diferença entre a cerâmica e o papel pois, enquanto no papel o trabalho é feito coletivamente e as etapas não são feitas pelas mesmas pessoas do início ao fim, mas um completa o trabalho feito pelo outro, na cerâmica cada artesão faz todas as etapas do seu trabalho, amassando a argila, esticando as placas ou torneando, moldando as esculturas, alisando, desenhando, vidrando etc.

Eu fiz vários trabalhos procurando alternar as técnicas, fiz duas canecas com motivo indígena Kaingang, duas cumbucas, uma panela com tampa, uma forma de pizza, um prato decorativo, um vaso de rolinhos de argila e duas corujas, sendo que uma estourou no forno. Com isso além de sovar bem a argila, experimentei técnicas como fazer placas, costurar (soldar) as peças, usar técnicas diferentes de desenho, usar pinturas, máscaras, vidrados. Usei equipamentos como o extrusor para fazer rolinhos, o torno, instrumentos diversos para corte, moldagem alisamento.

Foram muito gratificantes todos os momentos de trabalho, foi um aprendizado contínuo, que trazia muita satisfação ao término de cada peça, principalmente após a queima quando resultava uma peça bonita, com os desenhos bem-feitos e coloridos. Algumas vezes este resultado não trazia muita alegria, quando uma peça empenava ou, pior ainda, quando quebrava no forno,

como aconteceu com a minha primeira coruja, embora sempre trouxesse algum aprendizado.

A relação com os estudantes, neste momento colegas, foi muito boa. Nas oficinas a conversa corria sempre fluida, com todos falando das suas experiências de vida, preocupações, tristezas e alegrias a todo o tempo. Houve poucos momentos de tensão, às vezes por uma brincadeira desagradável, uma crítica ao trabalho do colega, mas a ação da professora sempre conseguiu atenuar a situação.

Enfim, realizar a pesquisa, ao mesmo tempo em que exercitava o trabalho, foi muito positivo para o exercício de alteridade, possibilitando perceber como os artesãos se sentem em cada etapa da produção e para compreender a totalidade do processo de trabalho.

5.6 A NTE E O TRABALHO ASSOCIADO

Durante a pesquisa realizada procurei observar a relação da escola e do NTE com o trabalho associado. Nos documentos que embasam o NTE, seu projeto e o PPP, a referência encontrada foi seu primeiro objetivo.

Estimular a auto-organização dos estudantes, desenvolvendo o senso de responsabilidade, cooperação e autoria através de projetos de trabalho nos quais estejam fortemente envolvidos, amplamente identificados e que desejem participar (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 40)

As palavras auto-organização e cooperação, remetem para princípios do trabalho associado e da economia solidária, a primeira como um estágio inicial da autogestão e a segunda já apontando diretamente uma forma de organização associada. No site da EPA novamente vemos algumas indicações do trabalho associado, a descrição do NTE afirma

O Núcleo do Trabalho Educativo da EPA, implantado em 1999, tem como perspectiva constituir-se em espaço de cidadania, onde a experiência de trabalho seja vivenciada de forma autoral, crítica e solidária [...] O produto é fruto de um processo de trabalho e oferece a quem o adquira a oportunidade de ser parceiro na continuidade do desenvolvimento da autoestima, da autoconfiança, da autodeterminação, da visão de futuro e da busca de plenitude humana, de forma a preparar nossos estudantes / produtores para agir com autonomia, solidariedade e responsabilidade, reconhecendo suas forças e seus limites. São estas parcerias, com ações emancipatórias,

que contribuem para o enfrentamento dos importantes problemas sociais de nossos tempos, conjugando subsídios teóricos e práticos com tolerância, acolhimento, diálogo, afeto, trabalho coletivo, incremento da sociabilidade e valorização dos participantes como protagonistas, de forma que o jovem perceba o seu valor enquanto cidadão (EMEF Porto Alegre, [2011?])

Nesta descrição as palavras autodeterminação, autonomia, solidariedade e trabalho coletivo também são indicativos de uma proposta que se aproxima do trabalho associado.

Várias ações realizadas no início dos anos 2000, foram iniciativas de trabalho associado. Conforme consta no PPP,

A jardinagem teve início a partir de uma parceria estabelecida entre a PMPA e a Fundação Roberto Marinho, que teve como continuidade a formação do Grupo de Produção “Unidos pelo Verde”, constituído de alunos da EPA, para o ajardinamento do Anfiteatro Pôr-do-Sol. Em 2006, ocorreu a 1ª contratação de estudantes, efetivada pela Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/ASAFOM, para executar o ajardinamento da Câmara Municipal (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 40)

Ambas as ações se desenvolveram como iniciativas de trabalho associado, mesmo que tendo a intermediação de parceiros da escola, como no caso da ASAFOM. Conforme relato de professores, nos Fóruns Sociais Mundiais que ocorreram em 2001, 2002 e 2003, os grupos de economia solidária eram estimulados a confeccionar materiais que seriam usados nos eventos, neste período o papel artesanal produziu pastas e crachás para o evento.

Além disso, o NTE conta com um fundo, que é descontado do valor das vendas, sendo administrado coletivamente e utilizado para compras urgentes, gastos com eventos e outras coisas de interesse do núcleo, parte deste fundo também é usado em situações emergências dos estudantes, como pagamento de passagens, taxas de documentos, remédios não disponíveis no SUS etc.

Nos anos de 2014 a 2017, o NTE participou das formações sobre economia solidária, realizadas através do projeto Eco Sol Pop Rua, promovido pela SENAES e executado pelo CAMP, no Rio Grande do Sul, junto com esta formação, também era realizado o trabalho de assessoria do núcleo pelo CAMP. Foi um período em que o NTE teve um grande crescimento e envolvimento na economia solidária, discutindo seus princípios, realizando visitas a empreendimentos, participando de formações, seminários, feiras etc.

Atualmente, só há dois estudantes que participaram deste projeto participando do NTE. O CAMP trabalhou diversas técnicas com o grupo, a precificação¹³⁴, noções de publicidade, a participação nas redes de comercialização etc.

O projeto Eco Sol Pop Rua, conforme o relatório de cumprimento do CAMP, se desenvolveu por dois anos e meio, “alcançou diretamente 320 pessoas em situação de rua e técnicos que atuam com esta população somente através das atividades de formação-oficinas, rodas de conversa e cursos”

O desenvolvimento do projeto, ao longo de dois anos e meio, alcançou diretamente 320 pessoas em situação de rua e técnicos que atuam com esta população somente através das atividades de formação-oficinas, rodas de conversa e cursos. O mapeamento atingiu 611 PSRs na RMPA. Importante destacar que a participação nas 183 oficinas de formação, curso, encontros e rodas de conversa realizadas, sendo que a meta era de 135, alcançaram mais de 500 pessoas (CAMP, 2017, p. 3)

A área de abrangência deste projeto foi a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)¹³⁵. O relatório aponta como produtos deste projeto:

duas publicações, a Cartilha Eco Sol e Pop Rua: Formação em Economia Solidária com Pessoas em Situação de Rua e o Mapeamento da População em Situação de Rua na região metropolitana de Porto Alegre. Além disso, foram produzidos três vídeos: “Morador de Rua também Trabalha”; Encontro dos Coletivos de Trabalho em Economia Solidária com a PSR; e Economia Solidária com População em Situação de Rua: conectando vivências (CAMP, 2017, p. 5).

Destaco a importância do processo de produção da Cartilha Eco Sol Pop Rua, no qual foram discutidos os temas, depois transformados em capítulos: Conquistas e Direitos da População em Situação de Rua, Trabalho Capitalista e Trabalho Solidário e Como Construir um Coletivo de Economia Solidária. Pude acompanhar parte do processo da construção da mesma, quando participei, junto com outros professores da EPA, do “Encontro dos Coletivos de Trabalho em Economia Solidária” (CAMP, 2017, p. 10), realizado durante 2 dias, na

¹³⁴ Técnica de atribuir preço as mercadorias analisando os custos, tempo de trabalho, necessidade de reposição da matéria prima etc., tendo como objetivo garantir a remuneração e preço justo.

¹³⁵ Conforme o relatório do CAMP, “A RMPA, também conhecida como “Grande Porto Alegre”, é composta por 33 municípios, contando com uma população de 4.011.224, a região abriga cerca de 50% da população do Rio Grande do Sul” (CAMP, 2017, p. 3)

Colônia de Férias dos Sindicato dos Metalúrgicos no Município de Cidreira, onde foram retomados os conteúdos das oficinas e validada a Cartilha Eco Sol Pop Rua, através de dinâmicas e trabalhos em grupo, traduzindo os princípios da economia solidária e demais conteúdos, para uma linguagem acessível à PSR.

O projeto Eco Sol Pop Rua, conforme CAMP (2017) teve, também como proposta, a criação de três empreendimentos de economia solidária, assim foi proposta a transformação dos grupos de produção de cerâmica e papel reciclado do NTE em um empreendimento solidário, que assumiu o nome de Arte Papel, que passou por um processo de incubação e assessoria técnica, sendo realizadas

oficinas de Educomunicação, que auxiliaram na criação das marcas e da divulgação online (páginas no facebook) dos coletivos; as oficinas de **qualificação da produção de cerâmica e papel reciclado**; e as **oficinas de fotografia**, desenvolvidas junto aos três coletivos já formados que geraram a confecção de postais e três Exposições (detalhadas no item 3 deste relatório) cuja renda fica tanto para a PSR quanto para os coletivos. A participação e organização de **eventos em feiras** também foi apoiada nessa fase, além da **articulação com a Rede de Comércio Justo e Solidário**, organizada pela Fundação Luterana de Diaconia (CAMP, 2017, p.5)

O projeto Eco Sol Pop Rua, procurou fortalecer tanto os coletivos de economia solidária da PSR, como o próprio movimento, assim proporcionou a participação de representantes dos diversos coletivos na Feira Internacional de Cooperativismo e Latino Americana de Economia Solidária realizada em Santa Maria, RS e também possibilitou a ida de representantes do MNPR (vários vinculados aos coletivos) a vários eventos como: o 3º Congresso do Movimento Nacional da População em Situação de Rua em Belo Horizonte/MG nos dias 16 a 19 de agosto de 2016 (16 militantes do MNPR da região Sul); o Encontro Regional dos Núcleos de Base do MNPR do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em Santa Catarina de 19 a 20 de novembro de 2016 em Biguaçu/SC; a Reunião da Coordenação Nacional do MNPR para organização, planejamento e fortalecimento do coletivo e estratégias de continuidade e suporte aos Coletivos de Economia Solidária, em São Paulo nos dias 16 a 18/11/2016 e a Reunião da Coordenação Nacional do MNPR, em Goiânia nos dias 25 a 28 de abril de 2017, com objetivo de fomentar e fortalecer o MNPR, tendo em vista o Congresso

Nacional 2018 e avaliar impactos e perspectivas do Projeto Economia Solidária com a População em Situação de Rua (CAMP, 2014, p. 11 – 14).

O projeto realizou a “Articulação com feiras e espaços de comercialização de produtos e serviços da Economia Solidária já existentes, visando a troca de experiências” (CAMP, 2017, p.15), daí resultou a inserção da EPA na Associação Contraponto e Rede de Comércio Justo e Solidário (Fundação Luterana de Diaconia). Ao final do projeto foram discutidas necessidades de equipamentos para qualificação da produção do NTE e viabilizados recursos com apoio do CAMP.

Após o término do projeto Eco Sol Pop Rua e o retrocesso das iniciativas de economia solidária, principalmente após o final do governo Dilma, o NTE perdeu o acompanhamento e assessoria do CAMP, tendo poucas alternativas de formação em economia solidária. Isso foi comprovado pelas entrevistas com os professores, que afirmaram não haver nenhuma formação voltada a economia solidária oferecida pela mantenedora ou outra entidade. Como o NTE não participa mais da Rede de Comércio Justo e Solidário¹³⁶, atualmente os únicos espaços, onde é discutido este assunto, são as reuniões da Contraponto, mas como informou a professora Ignez, são poucos estudantes que participam delas, muitas vezes se sentem inseguros nas reuniões. E ainda, a maior parte das reuniões, ultimamente, têm tido um caráter mais voltado às combinações para o trabalho na feira da Contraponto na UFRGS.

O professor Denis disse que chegou à escola quando o projeto Eco Sol Pop Rua estava terminando, já a prof.^a Ignez participou um pouco mais, mas os princípios da economia solidária já eram praticados no NTE e o Núcleo de Trabalho Educativo já estava inserido em redes de comercialização da economia solidária. Quando perguntei se eles já tinham recebido alguma formação em economia solidária da SMED, o prof. Denis disse que nunca tiveram, que “não vem nada de cima”, se quer fazer uma formação, “ou descobre um curso na internet e faz, ou encontra um texto e lê”. A prof.^a Ignez, disse não ter nenhum outro espaço de formação em economia solidária além do que foi citado (Contraponto). Ela disse que o NTE tem realizado visitas a outros

¹³⁶ Não foi possível verificar a razão da saída desta rede, mas provavelmente foi pela diminuição de carga horária de professores que dificultou o acompanhamento das reuniões que o NTE costumava participar.

empreendimentos de economia solidária, sendo que, recentemente realizaram uma visita à Associação Construção, que é um desmembramento do GeraçãoPoa e agora pretendem ir a outros empreendimentos. Procurando contribuir no processo de formação do grupo do NTE em economia solidária, logo no início da observação participante, conversei com o professor e a professora do NTE sobre a dificuldade de manter viva nos estudantes a compreensão da economia solidária, assim construímos uma proposta de realizar formações sobre os seus princípios e ficou definido que eu realizaria formações, com o apoio dos professores, que ocorreriam em média duas vezes por mês. As formações então passaram a ocorrer, com o envolvimento de todos, e foram bem importantes, conforme foi expresso pelo professor e pela professora do NTE nas entrevistas.

Decidi utilizar a Cartilha Eco Sol Pop Rua, como base para a formação, por ser um material com linguagem simples, construído por aqueles(as) que participaram do projeto Eco Sol Pop Rua. Iniciei as formações trabalhando os princípios da economia solidária, a partir da abordagem realizada pelo CAMP, na Cartilha do projeto. Os principais princípios trabalhados foram: autogestão, autonomia, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo, consumo consciente, valorização social do trabalho humano e valorização da diversidade (CAMP, 2017, p. 39 – 41). Também trouxe uma colega, do Mestrado da UFRGS, que trabalha com artesanato¹³⁷, para discutir com o grupo outras possibilidades de comercialização.

O trabalho associado e a economia solidária sempre estiveram presentes na história do NTE, sendo que no período do projeto Eco Sol Pop Rua foi quando ele se apresentou de forma mais intensa e organizada, com a implementação das atividades de formação e a assessoria disponibilizada ao NTE (2014 – 2017) e a conseqüente inserção nas redes de economia solidária.

O NTE é um projeto de formação para o trabalho e também, através dos grupos de produção, um espaço de geração de renda que se contrapõe às propostas da economia capitalista, entendendo o trabalho a partir da sua

¹³⁷ Salete Vedovatto Facco, produz biojoias e comercializa nas feiras de sábado e domingo no Brique da Redenção, espaço tradicional de exposição e venda de artesanatos em Porto Alegre, localizado na rua José Bonifácio. Ela apresentou seu trabalho, falou sobre as possibilidades de inclusão do NTE nestas feiras e se dispôs a trabalhar algumas técnicas com o NTE.

perspectiva autoral, criativa, cooperativa e solidária, voltado à reprodução ampliada da vida e não do capital.

Ressalto que as iniciativas de trabalho associado e de economia solidária, em Porto Alegre, procuravam se contrapor às formas hegemônicas de exploração do trabalho, afirmadas pelo capital, tiveram maior ênfase em períodos favoráveis, como os 16 anos das Administrações Populares. O NTE foi criado durante este período, quando foi mais intenso o apoio do poder público como é possível verifica pelo incentivo à produção para os Fóruns Sociais Mundiais, pela realização de feiras dentro do espaço das secretarias, pela realização dos convênios para o ajardinamento do Anfiteatro Pôr-do-sol e para o ajardinamento da Câmara e ainda quando havia programas de apoio como o Bolsa Jovem Cidadão. A outra iniciativa de fortalecer a vinculação do NTE à economia Solidária se deu no período de governo Dilma, quando ocorreu o Projeto Eco Sul Pop Rua, promovido pelas SENAES.

O NTE da EPA, mesmo depois de mais de 5 anos do encerramento do projeto Eco Sol Pop Rua (2014 - 2017), com professores que só acompanharam o final do projeto e só com dois estudantes que passaram por ele, procura reafirmar os princípios da Economia Solidária, na sua discussão nas reuniões internas, na visita à empreendimentos solidários, na sua participação em rede de comercialização, na busca individual de formações na internet, na promoção de formações organizadas pelo próprio grupo, como a que tive a oportunidade de colaborar.

É possível afirmar que há uma memória coletiva, que possibilita a continuidade do trabalho. A partir de memórias da participação nestas experiências e de memórias da convivência com os que participaram do processo, o grupo atual procura reproduzir as práticas do trabalho associado e da economia solidária no trabalho do NTE, num processo de formação de si e do outro, pois “É pela capacidade de ação/pensamento/ação, é pela práxis e pela própria agência humana que se dá a possibilidade de criação e recriação da realidade humano–social” (Tiriba; Magalhães, 2018, p. 269).

Por outro lado, a inserção nas redes de comercialização e o estabelecimento de parcerias com grupos ou coletivos de economia solidária, fortalecem a relação do NTE com a economia solidária.

Acredito que com o contexto atual, com a reativação das SENAES, na nova gestão de Lula na presidência e a implementação do novo Programa Nacional de Economia Popular, Solidária e Sustentável, previsto para 2024, surgirão novas oportunidades nesta área, que muito poderão contribuir para o NTE.

5.7 O NTE E A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DOS ESTUDANTES.

Marx, sem a preocupação de definir o conceito necessidade, deixa claro que toda a ação humana que leva a produção da sua vida material origina-se do objetivo de satisfazer às suas necessidades.

Mas da vida fazem parte, acima de tudo, comer e beber, habitação, vestuário e algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material. (Marx, 2019, p. 23)

Certamente a fala deste autor pode ser entendida mesmo por aqueles que não tem muito contato com sua obra. Pensando nos estudantes, em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, que participam no NTE, o comer, o beber, o ter um lugar para morar ou pelo menos para se abrigar e uma roupa para vestir, mobiliza a maior parte das suas ações.

Em muitas conversas que tivemos durante as oficinas, os estudantes falaram de diversos assuntos: da casa da infância, da saída para a rua, das suas preocupações, das suas demandas junto à assistência social pelo auxílio aluguel e outros benefícios, das refeições no restaurante popular ou distribuídas nas praças etc. Inseridos numa sociedade de classes, o termo necessidade para eles vai deixando de ser motivo e direito universal de produção da vida humana, nada mais sendo além da busca dos mínimos que possam garantir a sua sobrevivência.

Para pensar que necessidades básicas têm estes estudantes e que relação têm a EPA e o NTE com a sua satisfação, utilizei a metodologia da Teoria do Desenvolvimento à Escala Humana de Max-Neef, que combina as necessidades de Ser, Ter, Fazer e Estar com as necessidades apontadas por

este autor, de Subsistência, Proteção, Afeto, Entendimento, Participação, Ócio, Identidade e Liberdade.

Ao realizar a observação participante no NTE procurei entender como estas necessidades básicas dos estudantes podiam ser atendidas na escola e nas atividades do núcleo e se este projeto pode ser considerado, como aponta Tiriba, um espaço/tempo de trabalho associado e de produção e ampliada da vida.

Inicialmente procurei a partir da leitura do diário de campo, onde estavam registradas as observações, relacionar as diversas situações observadas com os satisfatores de necessidades básicas apontados por Max-Neef, no seu sistema de planejamento à escala humana. As tabelas foram utilizadas como instrumento para a pesquisa, não realizei nenhum planejamento participativo como propõe o autor, mas experimentei, utilizar as matrizes positivas e negativas como instrumento de análise, introduzindo na sua construção as informações obtidas através dos diversos instrumentos de análise, o que julgo poder ser muito útil para entender como estas necessidades impactam na vida dos estudantes.

5.7.1 Subsistência

Conforme a classificação das necessidades propostas por Max-Neef (1993), a subsistência é uma necessidade fundamental dos seres humanos. Ele cita a alimentação e o abrigo como alguns dos satisfatores desta necessidade.

De la clasificación propuesta se desprende que, por ejemplo, alimentación y abrigo no deben considerarse como necesidades, sino como satisfatores de la necesidad fundamental de subsistencia. (Max-Neef, 1998, p. 41)

É fácil de observar que a EPA (e o NTE) atendem parte desta necessidade. Todo o estudante que participa do NTE, tem direito a três refeições, o almoço, um café e um lanche, os que estudam na escola também têm mais duas refeições no turno das aulas curriculares. O projeto extramuros, estende esta possibilidade para aqueles que mesmo já tendo terminado o ensino fundamental na escola, ainda possam ter direito à alimentação e outros cuidados na EPA, facilitando a continuidade dos estudos e a organização pessoal.

A possibilidade de venda do que produzem, na cerâmica e no papel artesanal, também é uma alternativa de geração de renda que auxilia a garantir a sua subsistência. Estes recursos, obtidos através da comercialização dos produtos do NTE, não são suficientes para satisfazer às necessidades básicas dos estudantes-produtores, mas podem ser uma parte significativa a ser somada a outras estratégias que utilizam com este objetivo (restaurantes populares, alimentação oferecida por pessoas e organizações da sociedade civil, outros trabalhos diversos etc.).

O SAIA, com o apoio dos professores do NTE, oferecem orientações e cuidados em relação as questões de saúde, assistência social e acesso a direitos. A observação possibilitou verificar este acompanhamento, em situações muito importantes, como em contatos com serviços públicos, para buscar acesso a benefícios, encaminhamentos à justiça de situações de violência ou ameaça a direitos, na organização da agenda de consultas médicas e exames, no acompanhamento do uso de medicamentos etc. Entendo que estas ações também são de grande importância para a subsistência destes estudantes, pois possibilitam acesso à benefícios eventuais ou permanentes, à proteção contra violações de direitos e a cuidados com sua saúde física e mental.

O NTE também possibilita, através do estímulo à aquisição de hábitos e comportamentos relacionados e desejáveis às atividades laborais, a organização pessoal e a redução do uso de drogas, assim oferecendo maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho e a consequente possibilidade de garantir a sua subsistência.

Na observação participante verifiquei que uma das principais demandas dos estudantes é a moradia. Embora isso não possa ser oferecido pela escola, os professores têm orientado aos estudantes a procurarem os serviços de assistência social, tanto para serem encaminhados a albergues, abrigos e repúblicas, como para acessarem alternativas de aluguel social ou hospedagem. A EPA tem realizado diversas articulações com os serviços de assistência social, encaminhando relatórios, discutindo casos de estudantes e buscando o seu acesso a estes benefícios.

5.7.2 Proteção

A violência contra a população de rua em Porto Alegre é uma situação constante e muitos relatos destas situações têm surgido neste momento de pós pandemia. Relatos apresentados pelo Jornal Brasil de Fato (Neves, 2022), com o título: “População de rua relata violência e tentativa de expulsão da região central de Porto Alegre: Pessoas que vivem na rua afirmam serem vítimas de um processo de ‘limpeza’”, apresentam uma situação de abordagens violentas por parte de órgãos do poder público para retirá-los dos locais que ocupam, de agressões físicas e verbais, com a retirada de pertences e até de documentos. Até mesmo espaços de atendimento da PSR, como Centros Pop e outros, têm sido alvo de movimentos para sua retirada de áreas da cidade que estão passando por valorização imobiliária, como o centro histórico e o quarto distrito¹³⁸.

Os estudantes do NTE, assim como os demais estudantes da EPA, têm na escola um espaço de proteção. A possibilidade de estar por um ou dois turnos na escola os deixa menos vulneráveis às situações de violência que ocorrem na rua, às remoções, às abordagens policiais violentas, à violência do tráfico, entre outras. Eles também podem guardar, nas suas pastas do SAIA, seus documentos e pertences significativos, como fotos, lembranças, exames médicos, encaminhamentos para consultas. Muitos vêm para a escola e deixam, durante as aulas, os seus carrinhos no pátio, onde encontra-se, muitas vezes, tudo o que possuem. Os estudantes do extramuros que seguem a vida escolar, podem guardar na escola seus cadernos e materiais escolares.

As orientações e reflexões realizadas na escola, também os ajudam a conhecer seus direitos, inclusive os relacionados à diversidade (raça, cor, sexo, orientação sexual, religiosidade etc.) e buscar serviços de apoio e proteção de direitos, sempre que necessário. Estas discussões são permanentes nas salas de aula, nas oficinas e, quando há necessidade, o SAIA sempre acompanha estas situações.

¹³⁸ A Prefeitura de Porto Alegre tem proposto diversas leis, como isenções ou diminuições de impostos e aumento da área construtiva, visando ampliar o investimento imobiliário em áreas com as citadas, com isso há a demanda da retirada dos equipamentos que atendem a PSR.

Durante as oficinas também surgiram relatos da violência nas comunidades, tiroteios, guerras entre facções e mortes. Os que estão em situação de rua, também relatam como muitas vezes passam por estas situações, sendo que as discussões realizadas durante as oficinas servem para refletir sobre a forma de enfrentar ou evitar estes problemas. Por fim, ser estudante e artesão, confere um outro status social a estes homens e mulheres, fortalecendo suas imagens e a autoestima, o que, por sua vez, aumenta a sua possibilidade de proteção.

A proteção não está só no evitar que estejam nas ruas, situações de violência física ou moral, situações de assédio, atos de discriminação também podem ocorrer na escola e nestes casos os professores, a equipe do SAIA e a Direção tomam providências que pode ser uma conversa em que através da reflexão sobre a ofensa ou agressão possa levar à reconciliação ou até outros encaminhamentos, como afastamento do agressor e até mesmo registros criminais quando for o caso.

A proteção no NTE e na escola, como um todo, também se estende às questões de saúde e assistência entre outras, políticas que fornecem vários cuidados que são satisfatórios da necessidade de proteção da população de rua e, como já citado, a EPA se mantém em permanente contato com estes órgãos, criando uma verdadeira rede de proteção. A escola serve de referência para os contatos da saúde e assistência social com os estudantes. O SAIA também auxilia na guarda dos remédios e auxilia na sua administração entre outros cuidados.

5.7.3 Afeto

Os satisfatores da necessidade de afeto são facilmente percebidos no NTE que, sem dúvida, caracteriza-se como um espaço de acolhimento. Já ao iniciar as oficinas, se percebe a relação estabelecida com o espaço, cada oficina tem uma cafeteira e sempre alguém, sem esperar qualquer orientação, prepara o café para o grupo. Pode parecer um ato simples, mas percebe-se, neste detalhe, a intenção de que o grupo possa compartilhar um ambiente agradável e acolhedor nas oficinas. Nota-se que o ambiente é descontraído, há uma boa

relação entre os estudantes e entre estes e os professores. Isto não significa que não ocorram conflitos, eles ocorrem como em qualquer espaço de convivência, mas na prática diária, observada nas oficinas e na escola, a ação dos professores, com o apoio de alguns estudantes, sempre procura contorná-los.

As brincadeiras são constantes durante as oficinas e as conversas são informais e fluidas. Observei que os estudantes não têm constrangimento de falar da vida presente ou passada, inclusive são realizadas muitas trocas, onde são feitas críticas e dados conselhos que ajudam nas reflexões sobre as atitudes e projetos de vida destes. Durante as oficinas ouvi relatos de experiências de trabalho, de alegrias e tristezas, de rompimentos de vínculos afetivos, de desemprego, de perda da moradia, discriminação, violências, abuso de álcool e drogas etc. Ali os estudantes se sentem à vontade para expressar seus sentimentos de tristeza e frustração, mas também para falar das suas alegrias, dos bons momentos como festas, visitas a familiares e outras situações significativas. Também, neste espaço, eles falam de frustrações, de desejo de superação e de esperanças.

Certamente o NTE é um espaço de afeto, para muitos talvez o único. É um espaço de acolhimento, de troca, de escuta, onde seus participantes percebem que é dada atenção e importância às suas histórias, aos seus pensamentos e sonhos.

O afeto, também se expressa nos cuidados com a saúde, na atenção com seus problemas, e até no estabelecimento de limites que muitas vezes são necessários para garantir a boa convivência.

A ação dos professores expressa o afeto através de pequenas ações como a orientação e acompanhamento dos que estão iniciando ou têm maiores dificuldades, mas há também outros atos de afeto como a solidariedade dos colegas, a relação cooperativa nas oficinas e o pertencimento ao grupo.

A atenção dos professores do NTE e demais profissionais da escola, as ações de acompanhamento do SAIA, a doação das roupas, os cuidados com a saúde, o cuidado na preparação dos eventos comemorativos, dos passeios, a alimentação oferecida, tudo isso demonstra o afeto dos profissionais da escola, que ultrapassa as obrigações profissionais.

5.7.4 Entendimento

Apesar de muito se falar dos atrativos que a EPA oferece para a população em situação de rua, a alimentação, o banho, a possibilidade de lavar roupas, ganhar doações de roupas e outros, é a busca do conhecimento, do acesso à educação, a principal razão da vinda dos estudantes para a escola. A frequência na escola com a possibilidade de concluir a educação fundamental é o primeiro satisfator da necessidade de entendimento e a maioria dos estudantes vêm buscar na EPA.

Os estudantes do projeto extramuros, durante a observação, expressaram o desejo de continuar os estudos. Um deles já está fazendo isso, tendo concluído o ensino médio. Ele tem conseguido manter seu foco neste objetivo mesmo estando em situação de rua. A outra estudante, além do interesse de voltar a estudar e falou que quer se aperfeiçoar na técnica de cartonagem e estudar para ser uma professora do NTE.

No NTE o aprendizado das técnicas específicas da cerâmica, do papel e cartonagem possibilitam a formação do artesão, ceramista, produtor, sendo que vários já tiraram a carteira de artesão. Também há um aprendizado de comportamentos e hábitos desejáveis ao trabalho formal: assiduidade, pontualidade, comprometimento, autonomia, iniciativa, limpeza e organização são alguns destes. A formação, o domínio das técnicas na cerâmica, papel e cartonagem, bem como a preparação para o mundo do trabalho, através da experiência nas oficinas são satisfatores da sua necessidade de entendimento.

Além disso, a discussão da economia popular e/ou solidária, que ocorre na escola e a participação nas redes de produção e comercialização, também conferem, aos estudantes, entendimento sobre as alternativas de trabalho associado, que passam a fazer parte da sua perspectiva de vida, contrapondo-se à exploração, através de trabalhos precários e irregulares, que muitas vezes tem sido sua única alternativa para garantir sua subsistência.

O NTE também propicia o entendimento das relações sociais, da sociedade de classe, da exploração do trabalho e das relações capitalistas, indo além, apresentando alternativas de resistência, através do trabalho associado. Por outro lado, as relações com as redes de comercialização, com as organizações da sociedade civil parceiras e com os movimentos sociais têm

possibilitado que alcancem um maior entendimento social, cultural, econômico e político, o que possibilita uma reflexão crítica sobre sua própria vida e um posicionamento crítico no mundo.

5.7.5 Participação

Outra importante necessidade do ser humano apontada por Max-Neef é a participação. Na maioria dos espaços sociais, a população em situação de rua é tratada a partir dos estigmas que lhes são imputados e conseqüentemente afastada da participação social,

[...] o morador de rua incorpora, de maneira gradual e negativa, os estigmas sociais que lhe são imputados por meio de ideologias dominantes. [...] Ao referir-se a um morador de rua como anormal, perigoso, sujo, vagabundo e coitadinho, paralelamente se utiliza de um “discurso higienista”, nesse caso utilizado para associar a pessoa em situação de rua à sujeira, levantando a questão da “limpeza das ruas”. O mesmo ocorre quando se associa essa pessoa ao perigo e à violência, na realidade, associa-se à pobreza que sugere o perigo (Lima; Oliveira, 2011, p. 164)

Em Porto Alegre, apesar da grande tradição participativa dos movimentos, coletivos e fóruns representativos da PSR, tem crescido, nos últimos anos, uma rejeição à presença da população de rua nos espaços urbanos. A pandemia certamente agravou esta situação, em todo o país, como afirmou Vanilson Torres, liderança do Movimento Nacional da População de Rua, de Natal/RN, numa reportagem da Agência Focruz de Notícias:

Já vivíamos a falta de políticas públicas para a população em situação de rua, mas a pandemia só escancarou tudo isso. Como ficar em casa se não temos moradia? Como usar máscara se não temos onde lavar? Já vivemos socialmente isolados. Passamos fome, frio e ainda enfrentamos a Covid-19. A pandemia desnudou as mazelas sociais existentes, afirmou Vanilson (Carneiro, 2021)

A EPA durante a pandemia, quando as escolas foram fechadas, distribuía as tarefas escolares no portão, pois a maioria dos estudantes não tinha celular ou internet. Até que a bandeira preta fosse instalada no Estado, a escola

distribuía quentinhas¹³⁹ no portão e mesmo depois, professores e apoiadores, continuavam auxiliando ongs que ofereciam alimentação.

Na minha observação, na primeira conversa com a direção, fui comunicado que alguns professores faziam a busca ativa dos estudantes que haviam se afastado na pandemia, pois a sua participação na escola era a razão da existência da EPA.

Em primeiro lugar, me propus a entender como os estudantes participam das oficinas do NTE. Queria saber se eles têm uma atuação participativa nas oficinas ou simplesmente ocupam seu lugar nos grupos, realizando atividades previamente propostas.

Já nos primeiros dias de observação pude perceber alguns detalhes. Ao chegarem as oficinas, tanto no papel artesanal, como na cerâmica, os estudantes demonstram sua autonomia em relação ao espaço. Como já havia falado, sempre alguém liga a cafeteira da sala e prepara o café, servindo-se e depois lavando as xícaras, sem esperar nenhuma orientação, quando querem mais, fazem a mesma coisa. Também ligam o rádio e escolhem as músicas, tendo, porém, algumas combinações para não perturbar o ambiente. A maioria dos estudantes, escolhe o seu lugar na sala e vai pegando o material necessário para o seu trabalho que irá realizar naquele dia, só ocorre a intervenção do professor ou professora, quando há um número maior de estudantes para acomodar ou alguém necessita de um espaço maior, ou mais adequado, para sua atividade. A decisão sobre o trabalho, no papel, geralmente é feita pensando nos produtos que têm menos em estoque, cadernos, blocos, de determinados tamanhos ou tipos de costura, visando ter sempre uma variedade de opções para quem for comprar. Na cerâmica, a produção leva em conta os utilitários que saem mais, mas a decisão sobre o que será feito, geralmente é mais livre, vinculada ao interesse do(a)s estudantes. O sentimento de fazer parte de um coletivo de trabalho é visível nas duas oficinas, pequenos detalhes como o preparar o café, escolher a música, deixam claro que eles estão no seu lugar, onde sabem o que fazer e, se não souberem, sempre tem alguém para ajudar. Esta relação participativa remete a responsabilidades que devem ser compartilhadas por todos. A responsabilidade pela organização e a

¹³⁹ Refeições acondicionadas em vasilhas “prato com tampa” de isopor que são distribuídas fechadas com talheres plásticos para que possam abrir e comer.

limpeza do espaço, por executar tarefas coletiva, como vidrar peças antigas que serão vendidas e terão os recursos revertidos para o fundo coletivo do NTE, por separar o material para as feiras, entre outras, são divididas entre todo(a)s.

Os professores e colegas, demonstram preocupação quando alguns estudantes têm ausências prolongadas, muitas vezes alguns relatam ter encontrado estes colegas e falado com eles sobre o seu retorno, há um entendimento de pertencimento ao grupo, as ausências são sentidas e são feitas tentativas para providenciar o seu retorno. Além das iniciativas pessoais, de estudantes e professores, a própria escola em vários momentos faz contatos com outros serviços e realiza a busca ativa dos estudantes. Há uma preocupação generalizada com a presença dos estudantes, quando eles deixam de vir as aulas ou oficinas, o grupo sente falta da sua participação fazendo esforço para restabelecê-la.

A EPA estimula a organização dos estudantes nos movimentos sociais e nas redes, isso foi possível observar na Semana do Povo da Rua, quando estudantes e professores participaram das reuniões preparatórias e nos eventos e manifestações que ocorreram. Os estudantes também são estimulados a participarem de reuniões da rede Contraponto e de outras da economia solidária.

A postura do professor, acompanhando e orientando o trabalho, mediando tensões e conflitos, discutindo e lembrando regras de convivência e estabelecendo limites favorece a participação nas oficinas. Mas esta atitude não é diretiva, ao contrário procura trabalhar a responsabilidade coletiva, a cooperação e a solidariedade.

A participação é reforçada pelo sentimento de pertencimento ao NTE e principalmente à EPA, momentos de convivência como comemorações, passeios, festas, exposições e palestras sobre a história da escola estimulam esta visão de pertencimento dos estudantes. Nos espaços de comercialização há uma preocupação com a forma como a escola e o NTE estão sendo representados, com os comportamentos adequados de quem está ali, com a forma de tratar as pessoas que participam dos eventos, com a apresentação dos estudantes do NTE. Isso é muito tranquilo e os próprios estudantes cobram quando ocorre qualquer problema.

É estimulada a presença de todos o(a)s estudantes nas formaturas, visando tanto prestigiar aos colegas que se formam, como estimular os e as demais estudantes a concluírem seus estudos, nestes eventos coletivos é estimulada a participação de todos e todas, por ser um momento importante para o coletivo da escola.

Outro instrumento de participação, são as reuniões do NTE realizadas para discutir assuntos importantes para o grupo, como a participação em feiras e eventos, a discussão sobre uso dos recursos do fundo, as compras para da escola e para as oficinas, a organização interna do NTE, a divulgação do Núcleo, as formações em economia solidária, entre outras questões. Nestes espaços todos podem se manifestar. Neste período de observação pude verificar a dificuldade da realização de reuniões gerais, pelas poucas horas da oficina de papel e pelo conflito dos horários dos estudantes da manhã e da tarde, o que leva na maioria das vezes a ocorrerem reuniões separadas da cerâmica e do papel ou por turnos, mas sempre é procurada a maior participação possível.

5.7.6 Ócio

No primeiro momento é possível pensar que o ócio e a atividade de trabalho e mesmo de educação não combinem. Como um espaço de formação para o trabalho poderia oferecer satisfatores que atendam a necessidade de ócio?

Na observação realizada, no entanto, é possível ver que esta necessidade encontra respostas nas atividades observadas. O ambiente das oficinas é geralmente agradável. Vários elementos contribuem para isso, o café preparado pelos próprios estudantes, o ambiente descontraído que caracteriza o ambiente, o bate papo tranquilo, onde os estudantes relatam as coisas que aconteceram na rua ou nas comunidades, as brincadeiras constantes associadas a muitas risadas. Percebe-se que junto com o trabalho há um caldo de alegria, de contar histórias e de brincadeiras, muitas vezes maior do que podem ter fora dali.

Como já havia referido anteriormente, sobre uma conversa com uma estudante do extramuros, ela disse que preferia vir ao NTE a ficar pensando bobagens em casa, que adorava fazer papel. Outra estudante chega a levar

tarefas para casa, capas para colar, papel para picar, para não ficar parada sem nada para fazer. Percebe-se, assim, que a atividade de trabalho, para alguns é uma possibilidade de relaxar, se distrair. Ela possui um caráter terapêutico, servindo para o relaxamento, para acalmar as tensões do dia a dia.

Os momentos de ócio muitas vezes são preenchidos com algum hobby, práticas que têm como objetivo o alívio do stress, as atividades de cerâmica e papel ocupam também este espaço para muitos, corrobora para isso o fato de poderem associar manifestações culturais e religiosas que lhes são significativas às atividades de trabalho.

A ida nas feiras de comercialização permite o relacionamento com outras pessoas e grupos, não estando ali só para vender, mas também para poder conhecer lugares, pessoas, manifestações artísticas e culturais diversas. Conforme pude observar, houve ocasiões em que, com auxílio dos professores, puderam experimentar comidas e bebidas vendidas nos eventos.

As atividades esportivas, lúdicas e culturais da escola, embora realizadas com objetivo educacional oferecem a muitos estudantes algumas das poucas possibilidades que tem de momentos de algum momento de ócio. Atividades da escola, como festas comemorativas, passeios, jogos e brincadeiras respondem, também à necessidade de ócio apresentada pelos estudantes.

5.7.7 Criação

O NTE é, por concepção, um espaço de criação. As oficinas procuram apresentar técnicas diversas que são usadas na confecção de objetos de cerâmica ou papel artesanal, e por mais que muitas vezes possam ser normativas, para garantir a qualidade do trabalho, elas não determinam que objetos serão criados. É a característica de cada estudante, que define como cada peça será. A forma de moldar o barro, o aperto do cordão na costura, a leveza do tirar a folha das bandejas, as características das peças que trazem junto a religiosidade, a cultura e os gostos de cada um, são os elementos que definem a beleza e a qualidade das peças que são criadas.

Estar no NTE é criar. Na observação realizada pude ver a diferença do trabalho de cada um, há estudantes que têm grande facilidade de trabalhar com

utilitários, trabalham bem proporções, detalhes como o alinhamento de uma tampa de panela, a pintura, os desenhos. Outros têm habilidades para escultura, criam peças a partir de suas crenças religiosas, do seu universo cultural, ou mesmo dos seus interesses pessoais. O mesmo ocorre no papel, o cuidado como os detalhes, a facilidade e perfeição na costura, a estética na combinação de cores, a preparação da polpa com uma delicada escolha de cores e de inserções, a folha tirada com cuidado na espessura adequada. Enfim, nas oficinas há um chamado constante à criação e com ela o prazer, a satisfação pelo trabalho bem-feito, o reconhecimento social e o crescimento da autoestima.

Há um constante diálogo entre a necessidade de seguir normas básicas e a criatividade. A liberdade de criação, a possibilidade de tentar outras formas de fazer não é tolhida, mas é importante que os estudantes entendam que há cuidados que não podem ser deixados de lado, pois o produto perderá qualidade ou até mesmo pode ser inutilizado. Isso pode ser visto em situações como a quebra de peças por não ter soado a argila o suficiente, por não tirar pedras estavam no meio da argila. No papel artesanal, da mesma forma, é necessário ter cuidado no espalhar da cola, na realização dos cortes de forma correta e em muitos outros procedimentos, repetidos pelos professores como essenciais.

Estas normatizações do trabalho não impedem que ocorra o testar constante de possibilidades e os erros cometidos são parte do aprendizado. Tive a experiência de fazer uma escultura de coruja, na qual trabalhei por muitos dias, e ela ter se quebrado ao ser levada ao forno, pela expansão do ar, ocorrida por não ter feito um furo na base. Certamente é uma sensação de perda muito forte, mas o aprendizado deste detalhe ficará registrado na minha memória com muita intensidade e, certamente, será utilizado em situações futuras.

O professor Denis, do Papel Artesanal e Cartonagem, muitas vezes repetiu que não há um certo ou errado nos procedimentos de trabalho. Ele costuma deixar que os estudantes tentem fazer do seu jeito e observa o resultado. Ele diz que, se o resultado for bom, talvez para aquele aluno, esta forma é a certa. Um exemplo é o corte dos cantos das capas, há uma estudante que não usa o gabarito, mas o resultado do seu corte é perfeito, para ela fazer o procedimento indicado seria uma perda de tempo. Estas possibilidades sempre estão presentes no trabalho do NTE, a criatividade não é tolhida, ao contrário, ela é sempre incentivada.

Nas oficinas de Cerâmica e de Papel Artesanal têm ocorrido a utilização de novas técnicas possibilitando aos estudantes adquirir novos conhecimentos e com eles ampliar a sua possibilidade criativa. Cada equipamento e técnica introduzido exige o aprendizado de novos procedimentos, a visualização antecipada dos resultados e a possibilidade da sua combinação. São multiplicadas as alternativas do uso da criatividade, há um aprendizado constante, operações simples realizadas na cerâmica ou na cartonagem adquirem uma nova complexidade. Isto pode ser verificado, por exemplo, na introdução do forno de alta temperatura, nos tornos elétricos, no aprendizado dos diversos tipos de costura dos cadernos, na xilogravura, na serigrafia etc.

Na criação observa-se a influência da cultura e da religiosidade dos estudantes. Os exemplos mais marcantes desta influência, na observação realizada, foram as diversas esculturas de orixás e outras entidades (pombagira, Zé Pelintra, ciganas, bruxas) que alguns estudantes). Também foram feitas esculturas de figuras regionais e utilizados grafismos indígenas nos utilitários, combinando-se características pessoais com técnicas e conhecimentos novos.

O atendimento à necessidade de criação é visível em todos os procedimentos do NTE, desde os mais básicos como o amassar o barro e transformá-lo numa massa que pode ser moldada e transformada em objetos utilitários, de decoração ou esculturas de grande complexidade artística, ou transformar papéis que seriam descartados em uma polpa que viraria novas folhas de papel, onde cores, inserções diversas dariam um novo brilho e beleza, ou a aplicação de técnicas mais complexas que seriam utilizadas na finalização.

Percebe-se como a necessidade de criação encontra-se latente em muitos estudantes. Pude observar estudantes com grande facilidade em moldar esculturas, com habilidade de reproduzir detalhes das figuras humanas, com muito senso de proporção e com a capacidade estética muito aprimorada. Acredito que esta criatividade, este senso estético, este espírito artístico se mantêm oculto e aprisionado em muitas pessoas que não têm a oportunidade de responder à sua necessidade de criação, possibilidade que se coloca perante estes estudantes.

5.7.8 Identidade

Para refletir sobre a necessidade de identidade, lembrei de Schuch e Gehlen (2012), quando trazem a fala de uma pessoa que frequentava abrigos e albergues para pessoas em situação de rua e que refletia sobre como era visto pela sociedade, “Ninguém nasceu na rua. Nós não nascemos na rua. E parece que eles estão dando a entender que nós nascemos na rua” (Schuch; Gehlen, 2012, p. 11). José Batista, a pessoa que faz esta reflexão, era um homem branco, de 56 que havia sido entrevistado numa pesquisa realizada pela FASC/UFRGS, em 2007 e que contestava a definição da sociedade que anulava e distorcia a sua identidade. Conforme os autores afirmam sobre as palavras de José Batista,

Elas evocam com bastante clareza sua contrariedade à visão essencialista sobre as pessoas colocadas nessa situação social, assim como a sua oposição a qualquer determinismo na explicação deste fenômeno (Schuch; Gehlen, 2012, p.12)

Mesmo que a assistência social e a Política Nacional para a População de Rua, hoje rejeitem a nomenclatura “morador de rua”, alterando para pessoa ou população em situação de rua, visando se opor a estigmatização que geralmente lhe é atribuída, pelo entendimento da situacionalidade, da garantia de acesso a direitos e à possibilidade de transformação desta situação. Este conceito, porém, mesmo que muitas vezes utilizado até para sua definição social enquanto movimentos, não é suficiente como definidor da identidade individual.

A escola procura estimular a reflexão sobre o seu pertencimento étnico, discutindo e procurando desconstruir as relações racistas que ocorrem na sociedade. São valorizadas as diferenças, as expressões culturais e religiosas, a necessidade de respeito mútuo e de não admitir qualquer preconceito ou discriminação racial.

A reflexão sobre gênero e os papéis que são impostos pela sociedade patriarcal, a identidade de gênero e a importância do respeito e valorização da diversidade são questões que perpassam o currículo e desafiam os educadores na sua tarefa de auxiliar os estudantes no reconhecimento e construção das suas identidades.

A matrícula na escola, também têm um papel de criação de identidade, ao começar a estudar, estes homens e mulheres assumem a identidade de estudantes, de alguém que é socialmente reconhecido pela busca de conhecimento, de desenvolvimento pessoal, capacitando-se para assumir outros papéis sociais. Isso reflete, conforme as falas dos estudantes, na relação com as pessoas que convivem. Eles e elas se expressam com orgulho ao se dizerem estudantes.

A própria escola também reforça esta identidade, os relatos das suas experiências de vida são do interesse dos professores da sala de aula e do SAIA, pois importa conhecer as suas vidas, acompanhar os seus progressos e dificuldades, buscar construir, com eles, novos projetos de vida. Na escola, cada um tem a sua identidade, ela é individual, por mais que se expresse no coletivo. Os e as estudantes importam individualmente, na sua diversidade, que deve ser acolhida e respeitada.

A identidade de trabalhador também é reforçada na EPA e principalmente no NTE. Embora quase a totalidade, dos estudantes trabalhe de uma forma ou outra, geralmente não são reconhecidos pela sociedade como trabalhadores. O guardador de carro é visto com alguém que achaca, o carrinheiro como o que atrapalha o trânsito ou derruba o lixo dos containers, aquele que bate nas casas oferecendo seu trabalho é visto com desconfiança. Ao inserirem-se nos projetos de educação e trabalho da EPA e se tornarem artesãos e produtores um novo status lhes é conferido. A experiência do NTE, constrói identidades pelo estímulo à independência e autonomia do trabalho. Os princípios de solidariedade, de cooperação, efetivados pela economia solidária no NTE atribuem aos estudantes uma identidade de sujeitos cooperativos, colaborativos que supera sua individualidade.

5.7.9 Liberdade

Uma das primeiras situações que se observa no NTE é a liberdade de expressão, o ambiente acolhedor e descontraído das oficinas, ao mesmo tempo atento a situações de opressão que possam se formar, como bullying, assédio, violências verbais, preconceitos e discriminações, proporciona esta situação de

liberdade aos estudantes que ali participam. Estar numa escola e dentro de um projeto de trabalho, traz a sensação de não estar condicionado a uma situação determinada, a escola traz a liberdade de mudar de rumo, ir além das possibilidades que a rua oferece, voltar a estudar, completar o ensino fundamental e mudar a vida.

A autonomia que os estudantes vão conquistando ao aprenderem as técnicas, ao exercerem sua criatividade é também outra manifestação de liberdade, de poder se autodeterminar no trabalho criativo e autoral. Muitos relatam que após a sua saída para a rua, pela dificuldade de alternativas melhores de trabalho, se sujeitaram a trabalhos precários, mal remunerados, sendo explorados e maltratados. Outros partiram para atividades irregulares que os colocam em conflito com a lei, o que até tem levado muitos a sofrerem violências e até irem para a prisão.

As perspectivas que surgem a partir da escola e da experiência de trabalho do NTE apontam para libertação deste ciclo. Surgem novas esperanças e possibilidades, possibilitando a liberdade de buscar novas alternativas. No trabalho do NTE, a aproximação da Economia Solidária e das redes de produção e comercialização, trazem oportunidades libertadoras em relação às alternativas capitalistas. O NTE traz muitos momentos de reflexão, nas conversas entre colegas e professores, possibilidades de repensar sobre os erros ocorridos no trabalho. Aprender com os erros é uma forma de práxis libertadora.

Estas discussões também são fundamentais para a libertação dos condicionamentos que a sociedade capitalista impõe, a imposição de necessidades pela sociedade de consumo, também afeta as pessoas em situação de rua, um momento que exigiu muita reflexão foi quando um projeto governamental passou a liberar empréstimos consignados para quem recebia auxílio emergencial, o desejo de comprar roupas, calçados, telefones celulares fez com que muitos contratassem estes empréstimos. A reflexão proposta pelos professores e o diálogo realizado com os estudantes conseguiu fazer com que alguns não ficassem presos a estas ofertas impositivas do capital.

5.8 ANÁLISE DAS SATISFATORES DE NECESSIDADES NO NTE.

Partindo da tabela proposta por Max-Neef (1998) para análise dos satisfatores, procurei verificar como as necessidades básicas dos estudantes, na sua maioria em situação de rua, eram atendidas na EPA e no NTE. Procurei, conforme a figura abaixo, mostrar como eram atendidas as necessidades de subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade quanto ao ser, ter, fazer e estar, para isso utilizei informações retiradas da observação participante realizada:

Quadro 3 – Matriz de síntese Positiva / NTE

	SER	TER	FAZER	ESTAR
SUBSISTÊNCIA	O estudante é preparado para o mundo do trabalho (adquirindo hábitos comportamento e habilidades).	Eles têm alimentação e o acompanhamento da equipe da escola nos assuntos de saúde, assistência etc.	Eles vendem os produtos do seu trabalho para auxiliar na sua subsistência. Diminuem o uso de drogas pelas ações de redução de danos da escola.	Eles estão num ambiente de aprendizado do trabalho e organização pessoal.
PROTEÇÃO	Ser estudante é ser alguém com um status diferente do que ocupa como PSR sendo olhado e reconhecido socialmente de forma diferenciada.	A escola possibilita que os estudantes tenham conhecimento dos seus direitos e de como buscar sua garantia. Eles têm apoio da equipe da EPA quando ocorrem conflitos, violências e violações de	Guardam seus documentos e alguns pertences no SAIA, evitando os perderem na rua. Guardam os materiais escolares nas salas e os carrinhos de reciclagem no pátio durante as aulas.	Estão num espaço protegido da violência das ruas e com o acompanhamento nos conflitos que possam ocorrer na escola.

		direitos. Eles têm o apoio da escola, que participa da rede de proteção à PSR.		
AFETO	São acolhidos desde a chegada à escola, com a entrevista do SAIA, com a relação que é estabelecida com os serviços de saúde e assistência social. São acolhidos também na sala de aula e nas oficinas do NTE, por professores, funcionários e colegas.	Os estudantes têm um espaço próprio, onde há uma relação afetiva com os professores. Na EPA eles têm um espaço de troca, acolhimento e escuta, um espaço de convivência social e cultural com almoços, confraternizações, festas, passeios etc.	Os alunos dividem experiências, histórias de vida e trabalho, assim como problemas, alegrias. Eles trocam experiências, conselhos, orientações.	Estão num ambiente educador, de proteção e cuidado, descontraído e agradável.
ENTENDIMENTO	São estudantes do ensino fundamental, aprendizes de uma atividade artesanal e produtores alinhados com a economia solidária.	Os estudantes têm a possibilidade de conclusão do ensino fundamental e de organização pessoal e aprendizados do trabalho	Aprendem conteúdos e técnicas; aprendem sobre a economia solidária; aprendem também sobre as relações econômicas e sociais; podem planejar a continuidade do estudo e trabalho; aprendem sobre redes de proteção e da economia	Estão em uma escola (espaço formal de satisfação do entendimento) e na EPA, num espaço de educação libertadora e num espaço de aprendizado do trabalho.

			solidária; movimentos sociais, serviços públicos e parcerias.	
PARTICIPAÇÃO	Na Epa são estudantes, com participação na escola, podendo exercer sua participação através das assembleias, Conselho Escolar entre outros no NTE através da participação das reuniões e assembleias e sendo representante do NTE e da EPA externamente.	Ter autonomia no trabalho. Ter a garantia do respeito às decisões coletivas e responsabilidades coletivas; sentimento de pertencimento; tendo a possibilidade de participação nas redes, nos movimentos sociais e redes.	Participar das reuniões coletivas para definir encaminhamentos e combinações, uso do fundo, pagamentos, compras etc., formações voltadas ao grupo.	Estar inseridos num grupo específico da escola, inseridos em todos os eventos da escola: formaturas, almoços, festas, passeios, visitas culturais etc.
ÓCIO	Ser estudante, com direito a frequentar um espaço de acolhimento, com atividades culturais, esportivas e recreativas. Conviver num ambiente agradável, com possibilidades terapêuticas.	Ter possibilidade de relaxamento, de acalmar suas tensões, de se divertir e de exercer sua criatividade.	Participar de atividades culturais, esportivas, lúdicas e recreativas, conhecer outros grupos e pessoas, participar de festas e eventos.	Estar num ambiente tranquilo, acolhedor, aberto a brincadeiras, com liberdade e respeito; relaxamento e distração.
CRIAÇÃO	Ser estudante e participante do NTE, espaço de	Ter estímulo para desenvolver a criatividade com a	Conhecer outras possibilidades técnicas e	Estar num espaço de aprendizagem constante de

	criação, de expressão cultural, inclusive religiosa, espaço de expressão, artística e estética.	técnica (normas e orientações)	criativas, conhecer normalizações do trabalho sem ser impedido de testar outras possibilidades, podem aprender com o erro.	novas técnicas, procedimentos e tecnologias.
IDENTIDADE	Pertencer ao grupo de estudantes e de produtores e artesãos da EPA e do NTE	Ter a possibilidade de mudar de rumo, de alcançar a independência e autonomia no trabalho.	Refletir sobre sua identidade histórica e ampliar as possibilidades de decidir sobre novas alternativas superando a individualidade com colaboração e cooperação.	Estar na condição de estudantes e artesãos (produtores do NTE)
LIBERDADE	Os estudantes são pessoas que buscam alterar seu modo de vida pela educação e trabalho.	Têm à sua disposição um ambiente descontraído nas aulas, espaço que lida com as situações de violência, assédio, entre outras, acesso ao entendimento sobre trabalho, economia formal e alternativas do trabalho associado.	Podem mudar de rumo, aprender a lidar com conflitos e relações com autoridade, evadem e podem retornar, repensar (individual e coletivamente) situações vividas, pensar sobre os erros, conflitos e limites. Pensar sobre questões políticas e sociais e econômicas, e outras que atingem sua vida, podem realizar o trabalho conforme	Estão num espaço onde podem exercer a sua autonomia,

			interesses e habilidades. Podem concluir o ensino fundamental como perspectiva de um futuro melhor	
--	--	--	--	--

Fonte: Autor baseado em Max-Neef, 1998, 58 e 59

Diferente do processo de Max-Neef que, inicialmente, cria uma Matriz de síntese negativa para depois construir a positiva, como parte da observação, experimentei construir a Matriz Negativa posteriormente, buscando verificar que elementos fragilizam os satisfatores, os tornando pseudo-satisfatores ou até os anulam. Para isso construí a seguinte matriz:

Quadro 4 – Matriz de Síntese Negativa / NTE

	SER	TER	FAZER	ESTAR
SUBSISTÊNCIA	PSR é rejeitada no mercado de trabalho pela ausência de endereço formal e por discriminação.	Os estudantes têm acesso em média à 861,5 kcal das 2000 necessárias para estar em segurança alimentar. calorias diárias. Não têm garantia de atendimento das equipes de saúde e serviço social com resolutividade.	O valor das vendas dos produtos do NTE é inferior às suas necessidades básicas. Ocorre ainda a utilização de drogas fora dos tempos e espaço da EPA	A permanência no espaço de aprendizado do trabalho e organização pessoal limita-se ao período de permanência na escola.
PROTEÇÃO	Deixam de ser estudantes após o seu afastamento da escola (evasão, conclusão ou	Abordagens, mesmo de agentes públicos que desrespeitem direitos.	Limite ao espaço tempo da escola.	Na rua estão num espaço onde precisam estar alerta em relação a

	afastamentos por outras razões)	Violências realizadas pelo tráfico ou crime (dívidas, confusão de identidade etc.) Diminuição do reconhecimento da EPA na rede da PSR (Fim de fóruns e não ser chamada para outros), dificuldades de retornos.		roubos, violência, ações violentas de serviços públicos, incentivo ao uso de drogas e à realização de atos infracionais que impedem estar descontraídos e alegres.
AFETO	Falta acolhimento em muitos espaços. Há espaços da rede que também acolhem muito bem, mas há dificuldade de participar em espaços diversos pela necessidade de garantia da subsistência.	Passam a ter poucos espaços de afetos fora da escola.	Faltam de espaços de troca, apoio e acolhimento na rua.	Estão a maior parte do tempo fora da escola.
ENTENDIMENTO	Têm dificuldade de permanecer na escola pelo menos até a conclusão e dificuldade de continuidade do trabalho aprendido na escola após a	A possibilidade de conclusão existe, mas há necessidade de persistência e não há garantia que a conclusão do ensino fundamental garanta um	Dificuldade de aplicação dos conhecimentos após a saída da escola.	Estão limitados ao tempo da escola.

	saída (falta recursos, espaço, equipamentos) A necessidade de garantir a subsistência dificulta a permanência no extramuros.	trabalho melhor e a mudança da vida.		
PARTICIPAÇÃO	A maioria apresenta insegurança quanto a representação da EPA e NTE, pequeno número se dispõe a participar da comercialização, reuniões e formações	A falta de apoio após o afastamento da escola dificulta independência, autonomia e acesso ao trabalho, embora se observe o carinho e a defesa da EPA, o pertencimento não é mais o mesmo após a saída da escola. As relações de rua, os conflitos a partir do domínio do tráfico dificulta a participação de muitos dos movimentos populares (há necessidade da criação de espaços neutros)	A formação para a autogestão e a gestão coletiva são aprendizados que permanecem na vida, mas nem sempre é possível exercê-las fora da escola. A possibilidade de continuidade do aprendizado através das formações em ECO SOL, somente se dão no extramuros.	Há um afastamento do grupo após a saída da escola, também são poucas as possibilidades de participação nas atividades da escola.
ÓCIO	Há carência de outros espaços de acolhimento e terapêuticos fora	A maioria da PSR tem dificuldade de encontrar espaços semelhantes o da	Tensões e conflitos em grande parte dos espaços da rua,	Há um maior isolamento na situação de rua, apesar da

	da escola, é necessário fazer a transição para os existentes.	EPA após a saída da escola.	bem como situações de discriminação impedem a participação em festas e eventos culturais.	possibilidade de continuidade através da participação nos serviços pop rua.
CRIAÇÃO	São pessoas com poucas possibilidades de acesso a espaços de criação e expressão cultural na situação de rua (alguns serviços pop rua).	Há poucas possibilidades de continuar exercendo a criatividade e ainda mais com acompanhamento técnico, mas a experiência na EPA pode ser útil para a vida.	Cessa ou diminui o estímulo à criatividade e aprendizado técnico, surgem poucas possibilidades de inserção em outros programas.	Reduzida a possibilidade de exercer a criatividade e de conhecimento de novas técnicas na rua, poucas possibilidades de inserção em outros programas.
IDENTIDADE	Não sendo mais estudantes se torna difícil continuar o trabalho de artesão após a saída da EPA.	Estão numa situação de carência de estruturas de apoio à mudança de rumos e construção de uma vida autônomo.	Não conseguem aplicar os conhecimentos e experiências aprendidas, de forma individual e sem apoio, após a saída da escola.	Têm dificuldade de encontrar outros espaços de aprendizagem que tenham a mesma intensidade da escola.
LIBERDADE	Há dificuldade de continuar a mudança de vida através da educação e trabalho pela pequena oferta de espaços que ofereçam isso para a PSR.	Tensões do ambiente da rua e ausência de estruturas mediadoras.	Tensões dos conflitos e situações de rua dificultam a aplicação dos saberes aprendidos na escola, dificultando manter as	Fora da escola os estudantes têm maiores dificuldades para a manutenção da autonomia fora da escola.

			reflexões sociais, políticas e econômicas na rua. A conclusão do ensino fundamental não implica na mudança de rumo na vida.	
--	--	--	---	--

A partir das duas matrizes é possível destacar vários aspectos para serem analisados em relação aos satisfatores apontados, os quais passo a apresentar a partir das suas especificidades.

Para analisar os satisfatores da necessidade de subsistência solicitei à nutricionista da escola o cardápio de uma semana, escolhido aleatoriamente, sabendo que há poucas alterações de uma semana para outra. Verifiquei que a alimentação da EPA, para quem fica um turno na escola, oferece em média 654 Kcal e para quem fica dois turnos 861 Kcal, sendo que conforme estudo encontrado, pude verificar que a ingestão menor que 2500 Kcal determina situação de insegurança alimentar e nutricional (Morais; Lopes; Priore 2018, p. 2693). Utilizei esta análise, por achar suficiente para ter uma visão aproximada da oferta alimentar da EPA, deixando uma análise mais profunda para outros estudos da área específica. Assim considerando o estudo citado e levando em conta que cada estudante só se alimenta na escola durante seus períodos de aulas, posso afirmar que eles recebem uma quantidade bem menor de alimentos do que a sua necessidade diária e isso só ocorre de segunda à sexta-feira e nos sábados letivos.

Assim a EPA contribui com parte da alimentação diária dos estudantes, mas eles necessitam buscar o restante através de outros meios, entre eles: restaurantes populares, abrigos ou albergues, locais de doação (Sopa do Pobre etc.), alimentos distribuídos por indivíduos ou grupos de doações ou ainda, adquirindo o alimento a partir de recursos próprios, como o que recebem pela venda de produtos da EPA ou de trabalhos informais a que se dedicam fora da escola.

Embora a participação do NTE propicie uma maior aproximação do mundo do trabalho, pela aquisição de habilidades e comportamentos que favorecem sua entrada nos espaços laborais, ainda persistem várias situações que dificultam a inserção no trabalho formal e a consequente garantia da subsistência dos estudantes. A falta de comprovante de endereço, a discriminação das pessoas com passagem pelas ruas, os problemas psicológicos que dificultam sua adaptação são elementos que dificultam sua inserção nos espaços de trabalho formal. Enfim, há necessidade de programas, que realizem a sensibilização das empresas para aceitar este público e que façam o acompanhamento desta inserção no trabalho, através de ações de suporte como a garantia de moradia, apoio financeiro nos primeiros meses (bolsas/auxílios) e apoio social e psicológico.

Para auxiliar na garantia da sua subsistência, a escola também busca acompanhar a saúde dos estudantes, servindo como referência para os serviços de saúde (Consultórios na Rua e outros), mantendo uma agenda das marcações de consultas e exames dos estudantes e até mesmo auxiliando na administração de medicamentos lembrando horários e mantendo a medicação num local adequado, evitando as perdas na rua.

A escola realiza encaminhamentos diversos das situações trazidas pelos estudantes para os serviços da rede, assim como estes costumam ligar para a escola, pedindo para informar aos alunos dos agendamentos de consultas, exames e outros atendimentos marcados. Estes serviços também buscam informações sobre os estudantes, propõem reuniões e ações articuladas.

A escola também orienta os estudantes na busca de benefícios e outros direitos que possam auxiliar na sua subsistência. Além de encaminhar para os serviços responsáveis muitas vezes até realizando o acompanhamento em diversos locais, como justiça, defensoria, polícia etc., pela dificuldade e insegurança de muitos. Infelizmente muitos dos casos estão além das possibilidades da escola, mesmo a participação na rede de atendimento não garante a resolução das demandas dos estudantes pela falta de políticas efetivas para a PSR, ficando muitas vezes restritas a poucas áreas. As ausências e evasões de estudantes da escola, a inconstância na busca dos atendimentos, entre outras situações, dificultam a continuidade do atendimento dos estudantes nos serviços da assistência social e saúde.

Sem dúvida somente o fato de ser estudante da EPA, já é um fator de proteção dos estudantes, estar na escola é estar num ambiente protegido. Transitar nas ruas com os livros e cadernos atribui um status de confiabilidade e respeito aos estudantes, mesmo assim, nem sempre isso é uma garantia de proteção das situações de violência, mesmo nas abordagens realizadas pelos órgãos de segurança. Da mesma forma, ao ocorrerem afastamentos, faltas prolongadas, evasões e a própria conclusão dos estudos esta proteção cessa.

Conflitos e situações de violência, como disputas do tráfico, divergências entre grupos, seguidamente atingem os estudantes da EPA que já tem, diversas vezes, denunciado estas situações, tanto para órgãos policiais como de defesa dos direitos humanos. A escola procura manter uma participação na rede políticas sociais para a PSR. Nos últimos anos houve uma redução desta participação pelo fim de alguns fóruns, como o Fórum Inter Rua e pelo fato da EPA não ser mais convidada para outros, como o Gerenciamento de Casos da FASC, que passou a ser restrito aos serviços da fundação. A política municipal para a PSR tem dado mais ênfase à sua retirada dos espaços urbanos do que à criação de políticas públicas efetivas e garantidoras de direitos sociais.

A escola proporciona a oportunidade de reflexão sobre a vida aos estudantes, pela troca de experiências e histórias de vida e trabalho, pela possibilidade de discutir problemas, repartir alegrias, pedir conselhos e orientações. Isto possibilita que eles possam ter um comportamento mais responsável e cuidadoso na rua. Infelizmente esta situação se limita ao período em que permanecem na escola e/ou NTE, quando se afastam aumenta a possibilidade de se colocarem em situações de risco.

O ambiente protetivo, descontraído e alegre, encontrado na escola muitas vezes desaparece na rua, pela necessidade de estar alerta em relação a roubos, ações violentas de órgãos do serviço público, assim como outros, inerentes a própria vida da rua, como o incentivo ao uso de drogas e à realização de atos infracionais.

Quanto à necessidade de afeto, o acolhimento proporcionado pela escola, com o acompanhamento e apoio realizado pelos professores, tanto de sala de aula, do NTE, da direção e do SAIA ocorre de forma efetiva enquanto os estudantes estão na escola, embora várias ações como guarda de documento, escutas e orientações costumam ser realizados sempre que estudantes

egressos buscam a escola. Esta forma de acolhimento demonstra que a preocupação com os estudantes egressos continua existindo na EPA. Nem sempre os estudantes que saem da escola procuram outros serviços de apoio, muitas vezes perdem a maior parte das referências, bem como espaços de trocas de experiências e orientações.

Quanto à necessidade de entendimento, os conhecimentos adquiridos são patrimônio inalienável, contribuindo para o crescimento intelectual e cultural dos estudantes. Porém, durante a presença na escola há um processo constante de educação, que vai além da transmissão dos conteúdos escolares básicos, expressando-se numa troca mútua de conhecimentos e experiências culturais, sociais, políticas e outras. Esta possibilidade de acesso ao conhecimento (entendimento) diminui consideravelmente ao saírem da escola. Certamente a educação continua ocorrendo a partir das experiências da vida e trabalho e no acesso a outros espaços educativos, formais e informais. Porém a educação não se dá de uma forma tão organizada, planejada e acompanhada como na escola.

A EPA, como é possível ver pelo próprio PPP (EMEF Porto Alegre, 2014), tem a participação como uma diretriz. Neste documento orientador da ação política e pedagógica da escola, palavras como participar, participação, participativo, aparecem 14 vezes, referindo-se aos estudantes, sendo apontadas situações específicas para sua ocorrência, como as assembleias, os conselhos de classe participativos, os conselhos escolares etc. Da mesma forma, ser estudante da EPA garante a participação em todas as atividades da escola, as aulas, os passeios, as atividades culturais, as comemorações, formaturas etc.

O NTE, na sua prática de aproximação da economia solidária, destaca os princípios de democracia, autogestão, expresso na realização reuniões e assembleias para realizar combinações coletivas sobre o funcionamento do grupo, para discutir o uso do fundo, para combinar as vendas em feiras etc. Estas ações fazem com que a participação seja central no funcionamento do NTE. A participação externa nas redes de comercialização, discutindo as responsabilidades nas feiras, os plantões etc., também é uma prática importante do NTE.

Esta participação nem sempre é tão tranquila, há resistência de alguns estudantes de participar de assembleias e reuniões. A inconstância de participação nestes espaços, devido à ausência ou mesmo desinteresse dos

estudantes, dificulta o entendimento do processo. Nos eventos de comercialização do NTE, em cursos e formações, também há dificuldade de comprometimento dos estudantes.

Após a saída dos estudantes da EPA, é possível observar que ainda se mantém um sentimento de pertencimento à escola, isso foi possível de se ver na adesão de vários ex-estudantes e da população de rua em geral, ao movimento pela manutenção da EPA. Mas há uma diminuição da possibilidade de participação após a saída da escola, por mais que seja estimulado o envolvimento nos movimentos da PSR, Pastoral do Povo da Rua e outros. São poucos os estudantes e egressos da EPA que conseguem se inserir nestes movimentos, apesar dos constantes convites que são feitos.

Muitos estudantes participam quando as atividades são na EPA ou quando é combinada a participação organizada da escola. Também há uma resistência de muitos estudantes a circularem em alguns espaços frequentados por grupos com que têm conflitos, assim se há algum evento nestes lugares se recusam a ir.

Outra dificuldade encontrada foi a possibilidade de continuar o processo de economia solidária após a saída da escola, o NTE está totalmente vinculado a escola, diferente de outros grupos que têm maior autonomia, inclusive com pessoa jurídica própria. A maioria dos estudantes, ao terminarem o ensino fundamental, afasta-se da escola e das atividades do NTE, apenas um pequeno grupo permanece no projeto extramuros, geralmente aqueles que conseguem se organizar para continuar os estudos.

A necessidade de ócio, uma das necessidades classificada por Max Neef, é inerente ao ser humano, mas nem sempre é algo fácil para a população em situação de rua. No espaço das ruas, situações de conflitos com órgãos municipais e policiais, com aqueles que se sentem incomodados com a presença da PSR nos espaços públicos, bem como a falta de alternativas que estejam disponíveis para esta população, impede que desfrutem do ócio.

Ao ingressarem na EPA, uma diversidade de possibilidades é oferecida junto com a educação. A escola oferece alternativas culturais que além de terem um grande valor educativo, possibilitam o entretenimento dos estudantes. Muitos ao participarem de atividades como a ida a cinemas, a atividades teatrais e musicais, a museus e exposições têm ali o seu primeiro contato com elas. As

atividades de educação física têm um caráter recreativo e cooperativo, que possibilita momentos de diversão e integração entre os estudantes.

A gestão dos tempos na escola possibilita que os estudantes usufruam dos espaços, tanto para as atividades educacionais, como para realizar cuidados com a higiene pessoal, lavagem de roupa ou descansar, ter conversas descomprometidas, ouvir música entre outras alternativas de ócio.

Vários estudantes do NTE expressam sua satisfação com o trabalho desenvolvido nas oficinas afirmando ser uma atividade relaxante e tranquilizadora. Alguns destes estudantes chegam a levar material para trabalhar em casa o que dizem ajudar a manter a calma, a se sentir bem. Estas atividades, realizadas voluntariamente, apresentam um caráter de “ócio terapêutico”, pela tranquilidade que proporcionam.

Todas estas possibilidades são muito importantes, mas há uma dificuldade de continuidade após a saída da escola. Alguns espaços da assistência social, como Centros Pop ou Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, realizam projetos culturais ou de caráter laboral, mas houve uma acentuada queda desta oferta a partir da pandemia. Na Semana do Povo da Rua de 2022, pude observar a riqueza de manifestações culturais apresentadas como atrações no evento do dia 19 de agosto, com bancas de artesanato, com a apresentação de cantores, de grupos de rap e outros gêneros musicais que participaram. Isso, porém só ocorre quando é proposto algum evento do gênero, sendo que muitos deles ocorrem na própria EPA, nos seminários e eventos dos movimentos da PSR.

É necessária uma integração das políticas públicas de forma que as várias possibilidades de ócio, que vão desde a possibilidade de descanso, de relaxamento, de um “ócio terapêutico” que considere a diversidade da PSR possam ocorrer em todos os serviços de atendimento a esta população. No caso daqueles que saem da escola por concluírem o ensino fundamental é importante planejar a saída, com uma transição que envolva a aproximação de outros espaços da rede que possam continuar proporcionando estas oportunidades.

A necessidade de criação encontra muitos satisfatores nas atividades escolares realizadas na EPA e principalmente no Núcleo de Trabalho Educativo. Tanto na oficina de Cerâmica como na de Papel Artesanal e Cartonagem, o trabalho realizado vai do ensino de técnicas e procedimentos que devem ser

seguidos para não prejudicar o resultado do trabalho. A criatividade é estimulada desde os primeiros contatos com o trabalho, imaginando as formas que sairão da argila, a combinação de cores que embelezarão o produto da cartonagem, tudo está ligado à criatividade do estudante produtor. Nestes espaços cada um deixa a sua marca, o trabalho realizado por cada um imprime, no produto as suas características individuais.

Quando alguém compra um objeto de cerâmica ou papel artesanal o escolhe por sua aparência, pelos detalhes que foram resultado do trabalho criativo de homens e mulheres que aprenderam e utilizaram as técnicas diversas, mas que com sua criatividade nele imprimiram a forma, os detalhes que determinam sua aparência e beleza.

Fora da escola, há poucas oportunidades de continuar exercendo esta criatividade. São poucos espaços públicos que oferecem as atividades que ocorrem na EPA, os poucos que existem, como as oficinas de cerâmica que ocorrem em algumas escolas, são restritas a seus estudantes, o projeto Papel Social, na Usina do Gasômetro já não existe mais, o Atelier Livre, no Centro Municipal de Cultura oferece poucas atividades e os estudantes nunca conseguiram se apropriar deste espaço. Talvez só algumas oficinas vinculadas à Secretaria da Saúde, aos Consultórios na Rua, Centros Pop e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos estão à disposição da PSR, mas poucos são apropriadas pelos egressos da EPA. Não há um acompanhamento, um estímulo e principalmente uma articulação com estes espaços que permitam a continuidade desta experiência de trabalho criativo.

Ao participar da EPA e do NTE ocorre uma situação de pertencimento que cria a identidade de estudante, de artesão, de trabalhador/produtor. Ser um trabalhador traz outras oportunidades de independência e autonomia. Da mesma forma na escola surge a oportunidade de refletir sobre a identidade, sobre a sua ancestralidade, raça e etnia, gênero não só de uma forma abstrata ou genérica, mas pensando a sua identidade, pessoal, familiar, étnica, de gênero e histórica.

Infelizmente a identidade, tanto a de estudante como a de trabalhador, cessa ou fica escondida, após a saída da escola, não sendo constituída, fora da escola, outra identidade através da qual mantenham a mesma expectativa de mudança de rumo que a escola lhes proporciona. A participação no projeto

extramuros é uma das poucas possibilidades de manter o vínculo com o NTE e a identidade que ali adquirem, de artesão e de trabalhador associado.

Estar na EPA e no NTE permite a convivência com os colegas, professores e funcionários, num espaço que é educativo e ao mesmo tempo acolhedor proporcionando um clima de paz, de respeito e compreensão, privilegiando o diálogo e proporcionando uma sensação de liberdade aos estudantes. Estar na escola e principalmente num projeto de formação para o trabalho que também gera renda, que dialoga com uma rede de produção e comercialização na economia solidária estimulando a produção autônoma e criativa traz uma possibilidade de ter a liberdade de escolher novos rumos.

A liberdade encontra obstáculos na rua, pelas situações de conflito e violência, tanto entre pessoas em situação de rua, como por parte das forças de segurança e do poder público, não tendo estruturas de mediações a quem possam recorrer. A luta pela sobrevivência obriga a PSR a se submeter a trabalhos irregulares e de caráter precário, normalmente sendo remunerado ao fim da tarefa diária, na entrega do carrinho com o material reciclável ou ao concluir o serviço combinado. A escola representa a sua esperança de liberdade, de romper com este ciclo alcançando, através do conhecimento, o acesso a melhores alternativas de trabalho, o que infelizmente nem sempre é garantido.

A liberdade também se expressa pelo acesso e convivência no ambiente descontraído das salas de aula, onde as situações de violência física ou psicológica não são aceitas e valores de solidariedade são estimulados. A liberdade também é fortalecida quando são discutidos os princípios do trabalho associado, contrapondo-se às alternativas de exploração capitalista do trabalho, possibilitando desenvolvê-lo a partir dos seus interesses e habilidades.

A possibilidade de mudar o rumo da vida, aprendendo a lidar com os conflitos, com relações de autoridade, podendo repensar individual e coletivamente situações vividas, eventuais erros, conflitos, estabelecimento de limites, assim como questões políticas, sociais e econômicas trazem uma possibilidade de liberdade. Mesmo as situações de evasão e a possibilidade de retorno contribuem para isso, pois muitas vezes são oportunidades de pensar sobre erros, conflitos e limites. Os estudantes da EPA, após saírem da escola nem sempre continuam a ter esta possibilidade, a discriminação e o preconceito,

a intolerância das autoridades e da sociedade não admitem a ocorrência de erros.

Muitas vezes sua presença e circulação nos espaços públicos é restringida e só são oferecidas alternativas parciais de atendimento não contemplando as principais necessidades como a habitação, a geração de emprego e renda, a cultura etc.

6. O QUE MOSTROU A PESQUISA

Esta tese apresenta o resultado da pesquisa realizada pelo autor sobre a EPA e um dos seus principais diferenciais, o Núcleo de Trabalho Educativo, projeto que através da aproximação do trabalho e da educação se propõe a oferecer alternativas humanizadoras e emancipatórias para a transformação da situação de vida de seus estudantes através da reflexão crítica e da construção de um projeto de vida.

A EPA é uma escola que foi criada para acolher crianças e adolescentes em situação de rua, excluídas dos seus direitos fundamentais e que se transformou ao longo do tempo, alterando a sua modalidade para EJA, passando a atender jovens e adultos, no entanto manteve a sua essência, pois continuou priorizando aqueles que se encontram em situação de rua e/ou vulnerabilidade social.

Ao longo da sua existência, esta escola organizou sua estrutura e prática pedagógica para acolher aqueles que geralmente são excluídos dos seus direitos fundamentais e, com este objetivo, aproximou o trabalho da sua organização curricular, criando um projeto de oficinas de trabalho educativo, visando oferecer alternativas de inserção social através do trabalho, numa perspectiva criativa e emancipatória.

A partir da pesquisa realizada nesta escola, me propus a responder à questão: Quais são as possibilidades e os limites das experiências político-pedagógicas da EPA que relacionam trabalho e educação, especialmente o NTE, para o atendimento das necessidades básicas de estudantes em situação de rua e/ou vulnerabilidade social e, num sentido mais amplo, a transformação da realidade de suas vidas na perspectiva da reprodução ampliada da vida?

A pesquisa se desenvolveu utilizando metodologias que auxiliassem a chegar à resposta dessa questão, para isso propus outras questões específicas e apontei diversos objetivos que procurei atingir durante o seu desenvolvimento. Aqui procuro trazer, de uma forma mais sucinta, as conclusões obtidas a partir das pesquisas bibliográficas e documentais e das observações e entrevistas realizadas, relacionando-as e confrontando-as, quando necessário.

6.1 ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE RUA: necessidades e potências

A primeira questão de pesquisa proposta foi: “Como se caracteriza a população em situação de rua e vulnerabilidade social atendida pela EPA e quais as suas necessidades e potências?”

Buscando resolver esta questão, propus como objetivo “Conhecer como se caracteriza a população em situação de rua em Porto Alegre, como se organiza e qual é a rede de atenção e cuidado com que se relaciona na busca do atendimento de suas necessidades”. Para isso, resgatei a trajetória histórica da PSR em Porto Alegre, principalmente buscando informações bibliográficas sobre os seus diversos movimentos e a organização político-social, que foi desenvolvida para a reivindicação e garantia dos seus direitos fundamentais. Também procurei perceber como os estudantes da EPA participam e se relacionam com estes movimentos, destacando suas mobilizações e ações reivindicatórias. Neste espaço, apresento de forma resumida os principais pontos constatados e relações verificadas.

Como já referido anteriormente, não há consenso sobre o número da população em situação de rua em Porto Alegre, mas tanto os números do relatório do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania com base nos números do cadastro único (3189 pessoas), como o dos prontuários do SUS (5788 pessoas) estão muito além dos números apresentados pela Prefeitura Municipal (2500 pessoas). Entendo que fato de a Prefeitura utilizar um número subestimado para a implementação das políticas públicas na cidade traz uma imprecisão que afeta negativamente o planejamento das políticas municipais para a PSR.

Ao pensar neste segmento populacional, situado numa área de extrema exclusão social, existe a tendência de vê-lo a partir da sua carência, nesta tese, ao contrário, procuro reconhecer estes homens e mulheres a partir de suas potências, a partir das suas histórias de vida, percebendo os saberes que trazem das experiências passadas e presentes, sem deixar de perceber a sua dimensão de trabalhadores e trabalhadoras.

Começando pela questão do trabalho, é necessário levar em conta que as pessoas em situação de rua, conforme observado por de Schuch *et al.* (2017),

se enxergam como trabalhadores. Estes autores, se referindo ao cadastro da PSR, realizado em 2016, afirmam que: “[...] a população em situação de rua se autorrepresenta afirmativamente em relação a identificação com uma profissão, sendo 81,4% os que afirmam possuírem profissão” (Schuch *et al.* 2017, p. 84). Na pesquisa eles afirmam ter profissões diferentes das que desempenham quando se encontram em situação de rua que, conforme o(a)s autore(a)s (Schuch *et al.* 2017) são as principais, trabalhar na reciclagem, na jardinagem, lavagem de carros/flanelinhas.

Tiriba e Antunes (2015) auxiliam a entender estas pessoas denominando-as como trabalhadores-moradores de rua, afirmando, inclusive, que há uma alternância e complementariedade nas atividades que desempenham. Conforme afirmam, os trabalhadores de rua são “aqueles que fazem da rua o seu espaço de trabalho e, ao mesmo tempo, de moradia” (Tiriba; Antunes, 2015, p. 51).

A autora e o autor, afirmam que estes trabalhadores-moradores de rua, também realizam atividades características de outros trabalhadores que exercem suas atividades na rua, como trabalhadores da cultura (artistas de rua), preservadores da natureza (recicladores), trabalhadores caminhantes (ambulantes) e malandros trabalhadores (que exercem atividades ludibriadoras e ilícitas) então, “sabendo que um mesmo trabalhador desenvolve várias atividades, é fundamental analisar a racionalidade econômica de cada uma delas” (Tiriba; Antunes, 2015, p. 53).

Estas pessoas encontram-se dia e noite nas ruas e praças e são vistos como “mendigos”, “ociosos” ou “vagabundos” (Tiriba; Antunes, 2015, p. 51), o que na maioria das vezes não corresponde à realidade, como mostram as autoras, trazendo constatações de uma pesquisa feita em Angra dos Reis, RJ, por Antônia Donizete da Silva (2003):

[...] os trabalhadores-moradores de rua não vivem apenas da boa vontade de quem lhes “estende a mão”, ou seja, de quem lhes dá uma esmola. Ao contrário de “vadios” ou “preguiçosos”, além de pedir esmolas (ou “manguear”, como alguns deles preferem) estas pessoas desempenham variadas atividades, de noite ou de dia, fazendo das ruas sua casa trabalho: catar latas, ferro, papelões, entulhos de construção de imóveis, catar ostras e mariscos nas praias para vender, trabalhar como auxiliar de camelô, vigiar e limpar carros de turistas, participar da organização de encartes de jornais, distribuir jornais, descarregar mercadorias de caminhões e peixes no cais, até mesmo bagagens de turistas, fazer pequenos bicos como pintor naval e civil,

servente de pedreiro, jardineiro, ladrilheiro, borracheiro etc. Afinal, quem é “vagabundo”? (Tiriba; Antunes, 2015, p. 53)

Ressalvadas as diferenças regionais em relação aos trabalhos que estão disponíveis, é esta a realidade da população em situação de rua de Porto Alegre e, portanto, da maioria dos estudantes da EPA, somando-se àqueles que os autores apontam como “malandros-trabalhadores” que se envolvem com ilícitos, como alternativas de sobrevivência. Partindo do entendimento apresentado é importante que a escola, bem como as demais políticas públicas, não ignore sua dimensão enquanto trabalhadores e trabalhadoras.

É importante destacar o longo histórico de lutas da população em situação de rua, em Porto Alegre, enquanto movimento social. Através da pesquisa realizada foram encontrados relatos da existência de diversas organizações da PSR, como o Movimento de Direitos dos Moradores de Rua e o Movimento da População de Rua, nos anos 90, o Fórum da População de Rua, Movimento Aquarela, nos anos 2000, o Movimento Começar de Novo e o Movimento Nacional da População de Rua, na década de 2010, sendo que o último se mantém até hoje, ao lado do Coletivo Estadual Pop Rua RS, criado mais recentemente, em 2022.

Estes movimentos tiveram atuação destacada na luta por direitos da população em situação de rua, se organizaram para a participação de fóruns, conferências, comitês e conselhos de discussão de políticas públicas e direitos da população em situação de rua. Eles foram essenciais para a garantia da manutenção de equipamentos e serviços como a EPA e os restaurantes populares e pela qualificação do atendimento de outros, como abrigos, serviços de convivência, equipamentos de saúde etc. Estes movimentos, também denunciaram situações de violência contra a população em situação de rua, as mortes ocorridas na cidade de Porto Alegre e a omissões do poder público tanto para evitá-las como para apurar os responsáveis e garantir que seja feita justiça.

Muitas conquistas, que se relacionaram diretamente ao atendimento das necessidades básicas da PSR, foram obtidas através da ação dos movimentos e da parceria com organizações da sociedade civil e apoiadores, vinculados ou não a grupos políticos, sindicais, religiosos etc. Merece destaque o fato que, na recente eleição do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP Rua)

nacional, Porto Alegre elegeu dois representantes titulares, Edisson José Souza Campos do MNPR e Veridiana Farias Machado, trabalhadora da Secretaria de Saúde Municipal, representando o Fórum Nacional da População em Situação de Rua, o que demonstra o protagonismo dos movimentos da PSR e apoiadores em Porto Alegre.

Muitas iniciativas de trabalho e geração de renda, voltadas para a PSR, surgiram da ação dos movimentos, destaque os galpões de reciclagem da Padre Cacique e do Viaduto da Conceição, o programa RAP — Reinserção à Atividade Produtiva, o Jornal Boca de Rua, o Clube de Pães Amada Massa e a Ksa Rosa espaço de reciclagem e educação popular.

Através da ação dos movimentos, a população em situação de rua exerceu o seu protagonismo, que resultou na criação e qualificação de políticas municipais, estaduais e nacionais para a PSR, o que foi possível graças à sua participação em encontros e conferências nos três níveis governamentais e às mobilizações e ações reivindicatórias realizadas.

Os estudantes da EPA têm participado, individual ou coletivamente, destes movimentos. A escola sempre foi um ponto de encontro da PSR e seus movimentos, o seu espaço tem servido para suas reuniões, articulações e eventos. A EPA por vários anos cedeu seu espaço para as reuniões semanais do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e para as reuniões do Jornal Boca de Rua, sendo que atualmente várias reuniões do MNPR e do Coletivo Estadual Pop Rua/RS, ainda são feitas lá.

Muitas vezes a escola foi a rua de forma organizada, dando aula de cidadania, participando de reuniões, manifestações e outras lutas da população em situação de rua. Diversos professores, ao longo da história da EPA, tornaram-se apoiadores destes movimentos, dedicando o seu tempo, mesmo fora do horário de trabalho, para participar das suas discussões e outros eventos promovidos por eles.

O espaço da escola sempre está aberto para a realização de campanhas de prevenção e atenção à saúde, voltadas a este público (Tuberculose, DST/AIDS, vacinação da Covid 19, entre outras) justamente por ser um espaço onde eles se sentem à vontade para acessar e permanecer ali.

Muitas organizações da sociedade civil têm sido parceiras históricas, não só na oferta de alimentação, cuidados de higiene e saúde, cultura, geração de

renda, mas também na discussão das políticas públicas e na defesa da população em situação de rua. Entre estas organizações é importante citar a Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação — ALICE¹⁴⁰, a Fundação Solidariedade¹⁴¹, o Ilê Mulher, o Sopão, o Instituto Espírita Dias da Cruz, a Irmandade Nossa Senhora dos Navegantes, o Coletivo Utopia e Luta, a rádio da Rua, a Organização Social da Rua (Banho Solidário), o Prato Feito da Rua, o grupo A Fome Tem Pressa e muitas outras, que dificilmente poderiam ser todas relacionadas, incluindo aqui organizações de caráter político, religioso e social¹⁴².

Por fim, as Universidades têm tido um papel destacado na atenção e parceria com a PSR. Embora eu não tenha feito uma relação geral das que tem sido parceiras da EPA, destaco as ações da UFRGS, da UNISINOS, entre outras, realizando pesquisas, projetos de extensões universitárias, estágios, residências multiprofissionais, articulando projetos diversos (que em grande parte são realizados na EPA).

Ao lado destas entidades, grupos e outros movimentos que se articulam com a população em situação de rua, há também a rede governamental, principalmente os serviços de assistência social e saúde, espaços por onde a PSR transita diariamente, buscando atender às suas mais diversas necessidades.

Muitos trabalhadores das áreas sociais, estimularam e apoiaram a organização e a participação social e política da PSR, mesmo indo além de suas atribuições profissionais, atuando como militantes das políticas públicas para a população em situação de rua, participando e estimulando a participação em encontros, conferências e fóruns.

É importante destacar que a rede de atendimento à PSR, inicialmente era composta por servidores públicos municipais que, devido à estabilidade funcional, tinham uma maior liberdade de ação, dentro dos seus limites profissionais. Hoje a maioria dos trabalhadores estão vinculados a entidades que

¹⁴⁰ Responsável pela edição do jornal Boca de Rua.

¹⁴¹ Execução do RAP, apoio ao Coletivo Novo Cidadão (reciclagem), programa Somos Todos Porto Alegre e SCFV.

¹⁴² Destaco aqui somente as OSCs com que tive contato, nas leituras realizadas ou nas observações, mas como já citado anteriormente há uma ampla rede de apoio à PSR, que atua de forma independente, dificultando o conhecimento mais geral.

executam o serviço através de parcerias com a prefeitura, tendo menos autonomia, principalmente quando são realizadas cobranças e demandas do poder público. Devido a isso, os fóruns de políticas públicas, que reuniam estas entidades foram se desativando, sendo que o último, o Fórum Inter Rua, que teve um longo histórico de luta, realizou sua última reunião em 2019, antes da pandemia e embora não tenha decidido oficialmente pela sua extinção, não voltou mais a se reunir. Mantém-se ainda alguns espaços de discussão entre os serviços que atendem à PSR (as reuniões do gerenciamento de casos da FASC e as da Rede Rua) mas o único e mais amplo, onde a EPA participa eventualmente é a Rede Intersetorial Centro, coordenada pelo CRAS Centro.

Atualmente, a Pastoral do Povo de Rua de Porto Alegre tem se destacado nas lutas por políticas públicas para a PSR. Esta pastoral iniciou sua atuação em Porto Alegre no ano de 2019 e tem como objetivo “Estimular a promoção de ações junto à população de rua e catadores de materiais recicláveis que construam alternativas em defesa da Vida e contribuam na elaboração de políticas públicas” (PASTORAL, 2009). A Pastoral tem reunido, além dos representantes das paróquias católicas que têm projetos voltados à PSR, representantes do MNPR e Coletivo Pop Rua RS, professores e estudantes de universidades, gabinetes e coletivos políticos e outros grupos que realizam ações com esta população, como a distribuição de alimentação, ações de cuidados em higiene e saúde etc., independente de credo religioso. Ela tem tomado a frente na organização de eventos como o “Dia do Pobre” e a Semana do Povo da Rua, onde são realizados, debates, celebrações ecumênicas, atividades culturais, manifestações, críticas e reivindicações ao poder público sobre a falta de políticas efetivas para a PSR. Além disso, a Pastoral tem se colocado ao lado dos movimentos sociais da PSR, participando de reuniões de comissões parlamentares, audiências com secretários municipais e até mesmo de discussões nacionais sobre estas políticas.

O Jornal Boca de Rua, também se reuniu por um longo tempo na EPA e muitos estudantes desta escola participam deste projeto. O projeto Cara da Rua (oficinas de fotografias com a produção de cartões para a venda e a criação de um fotolivro), também é desenvolvido há muitos anos na escola.

Os estudantes e professores da EPA, sempre estiveram à frente dos movimentos reivindicatórios e das denúncias das violações de direitos da PSR,

inclusive alguns professores realizam esta militância fora do seu horário de serviço, identificando-se como apoiadores dos movimentos (e coletivo) da PSR. As parcerias da escola têm contribuído para a ampliação da rede de apoiadores da PSR, o que tem fortalecido muito a sua atuação política e social. A EPA sempre esteve presente nos fóruns de políticas públicas e atualmente é presença constante nas reuniões e atividades da Pastoral do Povo da Rua, nas atividades da Semana do Povo da Rua, que ocorrem na semana do Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua (19 de agosto) e nas articulações que têm sido feitas na defesa dos direitos da população em situação de rua.

A população em situação de rua ocupa as ruas, praças, parques, viadutos, taludes de arroios, fazendo destes espaços locais de moradia e de sobrevivência. Parte desta população frequenta os três albergues que a prefeitura oferece para pernoite. Outros recebem auxílio aluguel (benefício temporário), morando, principalmente, em pensões ou hospedarias, mas continuando ainda a utilizar a rua como seu espaço de trabalho. Um outro grupo, encontra-se em abrigos para indivíduos ou famílias, que são espaços (também temporários) voltados à reorganização pessoal, familiar e social, onde neste período de acolhimento têm o acompanhamento de técnicos sociais, tendo como objetivo a construção de projetos de vida.

Durante o dia, a maior parte desta população busca atender às suas necessidades a partir do trabalho nas ruas, como já relatado. Vários utilizam, também, os serviços de assistência social como Centros Pop, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os serviços de educação social — Ação Rua e os CREAS e CRAS; os da saúde como os Consultórios na Rua, os CAPS A/D e os Restaurantes Populares (SMDS). Muitos também utilizam serviços oferecidos por OSCs, para alimentação, higiene e até para alguns atendimentos de saúde.

6.2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A EDUCAÇÃO

Aqui retomo a discussão apresentada sobre o histórico e a prática da EPA, visando responder à questão de pesquisa, “Quais os indicadores que emergem da experiência da EPA para as análises sobre o acesso e permanência da população em situação de rua (PSR) na instituição escola e para a sua formação

educacional?” e atender o objetivo de “Analisar a experiência da EPA e a dinâmica de sua atuação para a inclusão escolar das pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social”.

Parto do entendimento de que quando se fala em educação da população em situação de rua, em Porto Alegre, a principal e talvez única referência é a EPA, escola onde muitos homens e mulheres, em situação de rua, buscam completar o ensino fundamental, na esperança de ter a oportunidade alcançar uma vida melhor. Conforme Virgínio *et al.* (2017), ao analisar o significado da educação para a população em situação de rua, destaca-se o importante papel da EPA como espaço de redução de danos e de educação crítica e transformadora. Os autores apontam, conforme análise realizada a partir do cadastro da FASC de 2016,

A julgar pelo reconhecimento da importância da escola EPA para os alunos aqui estudados, mais do que trabalhar na perspectiva de redução de danos (o que já é muito, diga-se de passagem), merece destaque o caráter problematizador da realidade impresso em sua dinâmica curricular. Tal diferencial apresenta-se como um caminho que pode, em perspectiva, desvendar aquelas relações de poder e de dominação (Virgínio *et al.*, 2017, p. 255)

A EPA foi criada para enfrentar a exclusão social e violação ao direito à educação em que se encontravam crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade de Porto Alegre, tendo como já citado, construído suas bases pedagógicas através do contato direto com seus estudantes, nos locais onde permaneciam os trazendo, pouco a pouco, para dentro da escola. Ao longo dos anos a EPA, foi alterando sua estrutura escolar padrão e a adaptando para caracterizar-se como um espaço de acolhimento. Assim foi criado o SAIA, que tanto acolhe e acompanha estes alunos e alunas na escola, como se preocupa com seus projetos de vida, trabalhando articulado com outros serviços públicos de atendimento à PSR e também foi criado o NTE, projeto que articula o trabalho e a educação numa proposta emancipatória. Outras alterações foram feitas, como a criação de espaços para o banho e a lavagem de roupas dos estudantes em situação de rua, foram realizadas adequações na alimentação, foram criadas alternativas de redução de danos, como o projeto meio-dia, projeto verão e projeto inverno, com ofertas de atividades com características atrativas, lúdicas

e culturais, buscando evitar a saída dos estudantes da escola e o uso de drogas, tanto no horário do meio-dia, como nas férias de verão e inverno.

Em 2009, ao alterar sua modalidade para a EJA, a escola que manteve o objetivo de atender quem está em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, passando a atender adolescentes e adultos. Sabendo que o objetivo de garantir o acesso à educação só seria possível e teria alguma efetividade na vida destas pessoas, se inserido num contexto de atenção integral onde as demais políticas estivessem, também comprometidas, a EPA assumiu o compromisso de trabalhar em rede, o que sempre tem feito, principalmente através da equipe do SAIA, da direção e da equipe diretiva.

São muitas as responsabilidades atribuídas à EPA desde sua criação, sendo que, além de cumprir o seu papel de mediadora na construção do conhecimento, a escola tem a responsabilidade de realizar seu trabalho articulado às demais políticas sociais, auxiliando na inserção e acompanhamento dos seus estudantes, em projetos e programas correlatos e fazendo o questionamento e a denúncia quando observada a omissão destas políticas.

Uma das dissertações analisadas na revisão bibliográfica foi Fonseca (2020), que analisava a perspectiva emancipatória da escola a partir dos seus processos participativos, segundo esta autora

O coletivo vivenciado pelos educandos da EPA possibilita a reinserção social através das articulações do sujeito com o espaço social da escola, do coletivo da EPA com outros coletivos de trabalho, dos processos participativos e da perspectiva emancipatória do trabalho, pela troca de experiências e pelo reconhecimento de saberes de cada um. É uma proposta educativa que se propõe à superação das desigualdades tendo em vista a transformação social (Fonseca, 2020, p. 163).

Esta autora ressalta a importância da proposta educativa da EPA, que não se limita ao processo educacional, mas o coloca na perspectiva de “superção de desigualdades” e da “transformação social” entendendo que isso se dá através de processos coletivos e participativos, internos e externos à escola, com um reconhecimento mútuo de saberes e do trabalho na sua perspectiva emancipatória.

A escola, alicerçada nos princípios da escola cidadã, conforme Azevedo (2000), tem como pressupostos a democratização da educação e a educação para a cidadania, tendo sido criada na perspectiva de ser uma alternativa à escola tradicional, que não consegue atender este público, flexibilizando sua estrutura e prática pedagógica e criando alternativas para acolher a população em situação de rua. Conforme o seu Projeto Político Pedagógico, EPA

Tem como objetivo (re)significar a relação desses sujeitos com seu processo de aprendizagem, como também contribuir na alteração de seu modo de vida, através da (re)construção de projetos de vida autônomos, no resgate e fortalecimento de vínculos familiares. A partir do olhar e da escuta mais aproximada dos sujeitos que atende e de sua atuação político-pedagógica em diversas instâncias da cidade, a EPA visa contribuir com a formulação de políticas sociais em parceria com Secretarias, Fundações, Departamentos e organizações da sociedade civil que componham ou não a Rede de Atenção da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/PMPA, na área da infância e juventude e assegurar a qualidade do atendimento aos jovens e adultos através do princípio de complementaridade das ações. (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 4)

Buscando atender a este objetivo, se destaca a relação da aprendizagem com as transformações no modo de vida, a construção projetos de vida e o resgate e fortalecendo de vínculos familiares. O olhar e a escuta aos estudantes aparecem vinculados à atuação política da escola, dentro e fora da rede municipal de serviços.

A escola reafirma a sua função de espaço de espaço de aprendizagem, mas não abdica da complementariedade de ações a serem contempladas pelas demais políticas, atuando e realizando articulações político-sociais que visem a sua concretização.

Conforme Salerno (2012) a EPA, muitas vezes, vai além das articulações com as demais políticas, cumprindo papéis que por suas especificidades não seriam de sua responsabilidade, mas de outras políticas, como marcação de consultas e acompanhamentos de saúde, orientações e acompanhamentos próprios da assistência social e até ações de geração de renda. Segundo esta autora

E em todos estes encontros de políticas públicas, assim como a aranha conecta seus fios para sustentar a vida, a EPA faz suas conexões necessárias para educar para a vida, ensinando a ler e a escrever o mundo (Salerno, 2012, p. 90).

Os principais diferenciais criados na EPA, o SAIA e o NTE, têm responsabilidade direta pela permanência dos alunos na escola. O SAIA pelo acolhimento desde a chegada e matrícula na escola, onde procura conhecer o estudante, sua história de vida, as razões de ida para a rua, os seus sonhos e projetos de vida, procura acompanhar o desenvolvimento dos estudantes na escola e o seu atendimento por outros serviços, principalmente de assistência social e saúde. Este serviço, além de auxiliar os estudantes a cumprirem suas agendas de atendimentos, articula-se em rede, realizando reuniões, estudos de casos e acompanhando os encaminhamentos. Todo este trabalho tem influência direta na permanência e no avanço dos estudantes na escola.

O NTE também auxilia muito neste objetivo, pois possibilita uma maior permanência no espaço escolar, tem um papel importante na redução de danos, afastando os estudantes das drogas, mantendo-os num ambiente de proteção, cuidados e de desenvolvimento cultural e social. A possibilidade de geração de renda, que ocorre no NTE, através dos grupos de produção, possibilita que muitos estudantes não tenham que se sujeitar a trabalhos precários, irregulares, onde se deixam explorar para garantir a sua sobrevivência, assim podendo dedicar-se muito mais à escola.

A partir da observação realizada, destaco o exemplo da estudante Xena e Bob Marley que atualmente estão no extramuros, ela retornou à escola para concluir o ensino fundamental e a participação no NTE lhe ajudou nisso, pois pode fazer algo que sempre gostou muito e que ainda colaborava para sua subsistência. Já Bob Marley, completou o ensino fundamental em 2021, matriculando-se numa escola estadual de ensino médio, conseguindo concluí-lo no ano de 2023.

O projeto extramuros facilita a continuidade da educação dos estudantes da EPA, pois, mesmo após concluir o ensino fundamental, eles e elas podem utilizar a estrutura da EPA para a alimentação, higiene e organização, contando muitas vezes com o apoio dos professores da escola para auxiliar nas suas dificuldades pedagógicas e ainda garantir alguma renda através do grupo de produção. Como foi relatado pela professora Jacqueline do SAIA, os e as estudantes do extramuros costumam ser acompanhados mais intensamente pelo SAIA, que os demais estudante do NTE, tanto em relação ao seu avanço e

permanência na escola de ensino médio, como nas suas questões de saúde e assistência social e da sua organização pessoal.

O NTE proporciona o aprendizado de outras habilidades úteis para a vida e o trabalho, nele os estudantes aprendem técnicas específicas de cada oficina, mas, também algumas comuns a várias áreas do conhecimento, como noções de higiene, de organização, de cooperação, de estética etc. Além disso, os conhecimentos escolares são convocados nas atividades do NTE. Na produção são exigidas noções de geometria e de física, nas vendas é necessário o domínio dos cálculos, na divulgação na internet, além dos conhecimentos informáticos, é exigido ter capacidade de redação e conhecimentos de ortografia e gramática. Através da aplicação concreta dos conhecimentos escolares é facilitado o seu aprendizado.

6.3 TRABALHO E EDUCAÇÃO

Outra questão que a pesquisa procurou responder foi “Como se dá a relação entre trabalho e educação no projeto e na prática educativa da Escola, principalmente no Núcleo de Trabalho Educativo (NTE)?”, atendendo também ao objetivo de “Identificar como a relação entre o trabalho e a educação se expressa no projeto e prática pedagógica da EPA”. Para isso recorri à análise documental que teve como principal foco o PPP da escola. Nele foi possível verificar que na proposta do NTE, foi afirmado o conceito de “trabalho como princípio educativo”. Conforme o PPP,

Os princípios que orientam o trabalho no NTE são os mesmos presentes na organização curricular da escola, além dos seguintes: o caráter criativo, autônomo e não-alienante do processo produtivo nas oficinas. O produtor deverá conhecer todo o processo de produção na oficina que estiver frequentando: seleção da matérias primas e ferramentas, o planejamento da produção, a organização do espaço de trabalho, os custos de produção e formação do preço de venda, o acompanhamento da venda de sua produção e da distribuição dos recursos decorrentes desta comercialização, bem como demais conhecimentos que se fizerem necessários ao adequado exercício do trabalho e que vierem a compor o currículo específico da oficina. Os recursos originados pela comercialização compõem Fundo específico, administrado em conjunto pelo Conselho Escolar e pelos estudantes/produtores (Emef Porto Alegre, 2014, p. 42)

O NTE, é entendido como um projeto que visa mais do que a geração de renda, que procura aproximar os estudantes de formas educativas de trabalho, ou seja um trabalho “criativo, autônomo e não-alienante”. Quanto ao processo de produção, o PPP aponta que o estudante deverá conhecer e realizar todas as etapas do processo de produção, seja como relatam Godinho e Fischer (2019) fazendo a sua peça do início ao final, usando todas as ferramentas e equipamentos necessários, como acontece na Cerâmica, ou realizando as atividade por etapas, como é feito no papel artesanal, num dia um costura, o outro fura as folhas, ou cola as capas, no outro dia alternam-se as funções, mas todos fazem tudo e o produto é coletivo.

Além disso o processo produtivo nas oficinas deve possibilitar a superação das dificuldades de cada um, inclusive auxiliando para a inserção no mundo do trabalho, através do preparo psicológico, emocional e social dos participantes.

Como já citado, no primeiro objetivo do NTE está presente a auto-organização e a cooperação no trabalho, o que sempre foi prática nos processos de produção coletiva das oficinas, nos antigos grupos de trabalho da jardinagem, nas reuniões e nas assembleias. O NTE teve a maior aproximação da economia solidária quando a escola participou do processo Eco Sol Pop Rua, onde recebeu formação e assessoria do CAMP, de 2014 a 2017 e passou a participar em redes solidárias de comercialização. Mesmo após ao término deste projeto e a saída da escola da maioria dos estudantes e professores que participaram dele, os princípios da economia solidária continuaram balizando o trabalho do NTE.

Na pesquisa bibliográfica, Fonseca (2020) destaca o processo participativo da EPA e do NTE, que se verifica através das assembleias de estudantes, das reuniões do Núcleo e do processo colaborativo e solidário de comercialização. Isso foi verificado na observação participante e nas entrevistas realizadas com os professores. A permanência destes princípios, deve-se a organização do NTE, que ocorreu no período do projeto Eco Sol Pop Rua com a participação da EPA em redes de comercialização, nas reuniões destas redes e nas formações oferecidas com foco na economia solidária.

Estas oportunidades de fortalecimento da prática da economia solidária diminuiriam muito após o final do projeto. Atendendo ao objetivo de “Identificar e analisar as atividades de formação orientadas para o trabalho realizadas pelo

próprio NTE e/ou em parceria com organizações da sociedade civil, para os/as estudantes da EPA” verifiquei através da observação participante e das entrevistas realizadas com os professores, que não há nenhum tipo de formação voltada ao trabalho ou a economia solidária que seja oferecida pela mantenedora. A SMED oferece formações nos inícios de semestre voltadas a questões pedagógicas da sala de aula e orienta a escola a realizar os alinhamentos pedagógicos, formações de responsabilidade da escola e que devem ser previstos no Calendário Anual.

Para ter alguma formação específica, voltada a economia solidária, os professores devem buscar por conta própria, na internet ou em espaços externos que as ofereçam. Eles também informaram que, como a EPA está inserida na rede da Contraponto, eventualmente podem ter alguma formação dentro da proposta pela rede, mas atualmente as reuniões estão mais voltadas a questões relacionadas às questões cotidianas. Devido a esta carência de alternativas para os estudantes, a professora Ignez, relatou ter levado os estudantes para visitar um empreendimento solidário, o que foi muito bom e pretende fazer mais. Nas entrevistas, os professores das oficinas ressaltaram que as formações sobre os princípios da economia solidária, realizadas pelo pesquisador, foram muito importantes para o grupo.

6.4 O NTE E AS EXPERIÊNCIAS E SABERES DO TRABALHO

Na pesquisa realizada, também procurei entender a seguinte questão: “As atividades do NTE se relacionam com os saberes constituídos e os saberes das experiências de trabalho e vida de seus estudantes? Se afirmativo, como isso ocorre?” Também tive como objetivo “Identificar e analisar os saberes da experiência de trabalho dos estudantes da EPA que participam das oficinas de cerâmica e papel artesanal do NTE e sua relação com os saberes escolares”.

Durante as oficinas, os estudantes falaram de suas experiências de trabalho, tanto trazendo aquelas que consideram positivas, apresentadas como constituintes dos bons momentos de sua vida quanto relatando as negativas (trabalho precário, mal remunerado etc.). Alguns falaram de momentos de estabilidade, quando trabalhavam e tinham um lugar para morar com sua família.

Também falaram de experiências que para eles foram situações de exploração, trabalhos que aceitaram por não ter outra escolha, dos quais não guardam boas lembranças. O relato destas experiências estiveram presentes durante toda a observação participante, sendo muito acentuadas nas falas de alguns estudantes e menos nas de outros.

Bob Marley durante as observações relatou que havia trabalhado na construção civil, mas que quando perdeu o emprego, não conseguiu mais voltar a trabalhar, mesmo tendo ido muitas vezes ao SINE. Sua fala traz uma sensação de desalento quanto à possibilidade de conseguir um emprego. Ele alega que além de terem diminuído as vagas na construção civil, geralmente é discriminado por estar em situação de rua, não ter um endereço fixo. Ele disse que, quando era pequeno, diziam que “obra é coisa de homem”, mas que hoje isso não vale mais, porque se procura trabalho em obra e não se consegue nada.

Bob Marley falou de uma experiência de trabalho precário, numa empresa de montagem de estruturas metálicas, que contratava pessoas em situação de rua, pagando R\$60,00 de diária, para montar palcos de shows. Não ofereciam nenhum vínculo trabalhista e tinha que realizar um trabalho pesado e mal remunerado.

Ele fala também de um período em que morou numa igreja evangélica, onde fazia trabalhos para a família do pastor, mas saiu de lá porque, quando tinha alguma obra maior, contratavam outras pessoas e não lhe davam oportunidade de trabalhar.

Ele falou diversas vezes da sua vontade de trabalhar. Depois de uma conversa com professora Ignez sobre sua dificuldade de conseguir emprego, ele me diz que não quer chatear a prof.^a. Ignez, que gosta do trabalho no NTE, mas que ele vê o NTE como uma atividade, mas quer um trabalho fixo, com salário para garantir o atendimento das suas necessidades: um lugar para morar, comida, roupas etc. Embora o NTE, no momento seja o seu trabalho, ao qual se dedica muito, ele deseja um emprego regular, onde tenha um salário garantido.

Este é um desafio para as oficinas de produção, assim como para muitos empreendimentos solidários, tornar-se um espaço que permita atender às necessidades básicas dos trabalhadores e condições dignas e satisfatórias de sobrevivência. A dinâmica dos grupos de produção é um embrião deste sonho, e a possibilidade de transição para um outro tipo de organização (associação,

cooperativa) um desafio. A outra alternativa que surge a partir da participação no NTE é a possibilidade de se organizar pessoalmente e desenvolver atitudes e habilidades que auxiliem o retorno ou a inserção no trabalho formal, o que é almejado pela maioria.

Xena falou muito de sua vida de trabalho, embora tenha vindo a EPA ainda criança, quando morava na rua. Aos 23 anos, quando estava grávida, conseguiu uma casinha na periferia e neste momento já teve a experiência de trabalhar, melhorando as condições da própria casa, disse que ganhou uma casinha pequena e ampliou com os próprios tapumes das obras da construção da EPA. Afirma que sabe trabalhar em obra, pois tudo o que foi feito na casa dela, foi por ela e seu falecido marido. Ela relata que quando ganhou sua casinha, levavam material do papel artesanal para trabalhar em casa, tinham vários colegas que iam para lá e trabalhavam sozinhos, como se fosse outro NTE e depois traziam para a escola.

Além do trabalho do NTE, Xena recebe o BPC, por ter uma doença grave¹⁴³, mas ela não se acomoda com isso. Ela faz faxinas, costura e tem um brique na sua casa, com roupas de adultos e de crianças, calçados, móveis e eletrodomésticos usados. Percebe-se que Xena, saindo da situação de rua, apesar das dificuldades desta vida, conseguiu se organizar, aprendendo na prática cotidiana e desenvolvendo estratégias, típicas da economia popular, para satisfazer às suas necessidades e garantir a própria sobrevivência. De acordo como que relata, o período que passou na EPA e no NTE, na infância e adolescência contribuiu muito para a sua organização pessoal.

Afrodite, outra estudante do NTE, também falou do seu trabalho como panfleteira¹⁴⁴, contou que já teve uma carrocinha de cachorro-quente, quando vivia com seu ex-marido, falou da sua separação e das mudanças que teve que fazer na vida. Disse que agora recebe um benefício e trabalha em casa como cabeleireira.

Jorge Aragão contou que era motorista, até começar a trabalhar para o tráfico e ser preso. Como parou de frequentar a escola não contou muito mais da vida ou dos planos que tinha.

¹⁴³ Para conseguir receber o BPC, Xena contou com o apoio de uma professora do SAIA, que que a auxiliou na realização de exames e no encaminhamento do benefício.

¹⁴⁴ Entregadora de panfletos publicitários para os transeuntes nas ruas da cidade.

Outras referências ao trabalho também foram trazidas por outros estudantes: Thor falou que sua vó é a presidente de uma cooperativa, mas seu pai havia saído de lá pela dificuldade do relacionamento com ela. Sendo que as dificuldades do relacionamento pessoal não permitiram apropriar-se da realidade da cooperativa, não tendo opinião mais aprofundada sobre isso.

Kurt Cobain também fez um comentário na hora de fazer a limpeza da sala. Falou que na obra, quando começam a fazer a limpeza, todo mundo sabe que está chegando a hora boa, de ir embora. Esta relação sugere que ele teve experiência na construção civil, mas não falou mais sobre isso. Já vi, este aluno cuidando de carros próximo a escola, o que parece ser sua ocupação principal atualmente, além da escola e do NTE. Outros estudantes não trouxeram nenhum relato de suas experiências.

A maioria dos estudantes e principalmente os do extramuros, demonstram um comprometimento muito grande com o trabalho do NTE, fazendo trabalhos de qualidade, procurando produzir o que mais vende, comprometendo-se com a organização e o planejamento das atividades. Bob Marley é o que mais assume a tarefa da comercialização, indo a todas as feiras e sendo muito responsável. Mesmo que Bob Marley tenha expressado a diferença entre a atividade do NTE e um trabalho fixo, formalizado, o NTE é sua principal fonte de renda e se esforça bastante para sempre ter produtos que vendam bem. Xena também mantém esta organização, mantendo sempre vários dos produtos prontos para as feiras e outros eventos. Observei também esta postura de interesse e comprometimento por parte de Kurt Cobain.

Embora haja uma riqueza de experiências nestes relatos, não há, no projeto do NTE, uma reflexão mais aprofundada, sobre como isso pode ser utilizado como conteúdo pedagógico. Estas experiências e reflexões sobre o trabalho, que são trazidas diariamente, têm um grande potencial para a práxis educativa da escola e do NTE, mas necessitam ser registradas e utilizadas pedagogicamente.

Ao discutir a organização curricular e sua metodologia, o Projeto Político Pedagógico da EPA afirma que

Os conhecimentos e propostas devem ser referendados pela experiência de vida dos estudantes, significando que: a ação pedagógica deve partir das experiências vividas (Estudo da

Realidade), do aprofundamento do trabalho (Organização do Conhecimento) e, na reflexão, possibilitar a transformação da realidade refletida por ele (Aplicação do Conhecimento): o educando é o sujeito produtor de conhecimento e construtor de hipóteses explicativas sobre a realidade que o cerca, e favorece uma análise profunda sobre o saber popular, colocando as informações vindas do senso-comum em debate, criando condições para o acesso a novas informações, e, auxilia na (re) elaboração e na (re) organização desses conhecimentos (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 27).

Este me parece um princípio basilar, da prática pedagógica da EPA, que se mantém independente das diferentes metodologias e teorias educacionais que têm sido utilizadas na escola ao longo dos anos. Os professores sempre ouvem o estudante, procuram conhecer sua história de vida, para poderem trabalhar a partir destes saberes, organizando estes conhecimentos, confrontando-os com os saberes científicos e buscando a síntese de novas explicações.

No NTE este princípio poderia ser mais acentuado, principalmente em relação à sistematização das experiências de trabalho trazidas pelos estudantes. Nas conversas diárias nas oficinas elas aparecem a todo o momento, diluídas nas experiências de vida, mas muitas vezes acabam esquecidas.

Quando o PPP da EPA apresenta a estruturação do trabalho educativo no seu currículo ele afirma que “tem por objetivo proporcionar aos estudantes a experiência do trabalho e organização para o lazer” (p. 17-18), ou seja o trabalho educativo proporcionará a experiência do trabalho, o que, apesar de ser verdade, não leva em contas que as experiências de trabalho vividas pelos estudante também são trazidas diariamente nas conversas que ocorrem nas oficinas, sendo um riquíssimo material a ser incorporado ao currículo. Um trecho do PPP afirma:

Currículo e conhecimento são duas ideias indissociáveis, pois o currículo tem a ver com o processo pelo qual o indivíduo adquire, assimila e constrói conhecimentos em um tipo particular de experiência que a escola proporciona (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 21).

Novamente a ênfase está na experiência que a escola proporciona, o que sem dúvida é de grande importância, no entanto, é necessário que o saber formal dialogue com a experiência trazida pelos estudantes e, destaco aqui, a sua experiência de trabalho, produzindo conhecimento. Conforme Arroyo,

Em tempo em que essa configuração social dos trabalhadores empobrecidos ou sem trabalho, em lugar de se diluir está se demarcando cada vez com mais força, os projetos de direito ao conhecimento têm de se assumir como uma política afirmativa, com uma marca e direção específicas: que trabalhadores entendam que são vítimas da polarização de classes, nas cidades e nos campos, segregados de um projeto nacional de integração, de participação no trabalho, na riqueza, na terra, na moradia, na cultura e no conhecimento (Arroyo, 2017, p. 54).

Conforme seu PPP (EMEF Porto Alegre, 2014), a EPA tem a preocupação de fazer com que as experiências de vida sejam a base do currículo. No capítulo da inclusão escolar é referida a importância da “troca de saberes”, da “valorização das histórias de vida” e das “bagagens psicossocioculturais” (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 21), pela centralidade que o trabalho ocupa neste contexto é muito importante que seja dado um destaque a ele. Arroyo traz uma reflexão sobre os estudantes trabalhadores, que certamente, pode ser utilizada para os estudantes da EPA, situados numa margem extrema de exclusão. Conforme este autor reflete:

No pensamento escolar é mais frequente vê-los como carentes e prometer que, se dominarem a leitura, sairão da pobreza. Alunos pobres na escola pública e na EJA como seu lugar. É menos exigente para um projeto radical de sua educação vê-los como carentes a suprir suas carências de habilidades escolares do que reconhecê-los trabalhadores e articular um projeto de educação com a radicalidade de suas experiências de trabalho. Quando o ponto de partida é reconhecê-los como trabalhadores, a proposta de garantir seu direito à educação é obrigada a ter como referência os trabalhos de que sobrevivem, se trabalham em trabalhos precarizados, se têm dificuldade de articular tempos de trabalho-sobrevivência e tempos de escola. Se são injustiçados da ordem social, econômica e até escolar como trabalhadores. Questões que passam a ser obrigatórias nos currículos de formação dos seus educadores (Arroyo, 2017, p. 44-45).

Quando falamos de estudantes em situação de rua, numa margem extrema de exclusão social, esta tendência de vê-los a partir da sua carência pode ser maior ainda, por isso é essencial que a escola, os reconheça como trabalhadores, conhecendo sua história de trabalho, os saberes que trazem das experiências passadas e também da experiência atual, como trabalhadores.

Quanto a relação entre os saberes da experiência de trabalho, desenvolvidos pelos estudantes e como se relacionam com os saberes

constituídos¹⁴⁵, destacaram-se algumas situações como a observada no trabalho de Xena, que por sua prática dispensa o uso de gabarito para o corte dos cantos das folhas que cobrem as capas ou a medição das linhas para não ter sobras nas costuras. Mesmo, deixando de lado procedimentos normatizados ela faz o trabalho com perfeição. Na Cerâmica, da mesma forma, é possível ver como diversos estudantes utilizam técnicas que desenvolveram no próprio trabalho.

O professor Denis, logo nas primeiras aulas em que participei falou que não há um certo ou errado, se alguém faz de uma forma diferente da que é usualmente ensinada e dá certo, então está certo para ele ou ela, caso não dê, aí tem que mudar. Isso não significa que não seja ensinada a forma normatizada, ao contrário, os professores passam o tempo todo auxiliando, orientando sobre as formas de executar o trabalho, só que, com o tempo, o estudante produtor vai adaptando a técnica à forma que mais facilita o seu trabalho. O cuidado principal é evitar que estas adaptações prejudiquem não só o próprio trabalho, mas o dos outros, como no caso da cerâmica, onde uma argila mal sovada, com bolhas e impurezas pode fazer com que a peça estoure no forno, quebrando as peças dos colegas.

Os saberes da experiência de trabalho, fora da escola, não foram fáceis de perceber, talvez porque tanto a cerâmica como o papel artesanal são atividades bem diferentes dos trabalhos que já fizeram. Acredito, no entanto, que se fosse feita uma pesquisa com os estudantes que iniciam no NTE, sobre sua experiência de trabalho, isso poderia trazer um importante material a ser utilizado. Os cuidados com o acabamento dos objetos de cerâmica, por exemplo, poderiam ser relacionados ao trabalho na construção civil, ao acabamento das etapas da obra, do reboco, do piso. Várias outras experiências também poderiam ser utilizadas.

Buscar entender que saberes do trabalho os estudantes trazem para a escola e para o NTE e como estes saberes dialogam com os saberes constituídos, pode qualificar o trabalho realizado, dando maior sentido para o aprendizado e orientando a ação pedagógica. Conforme Trinquet nos fala, na

¹⁴⁵ Este conceito está baseado na Ergologia, se refere aos saberes trazidos pelos docentes, oriundos de espaços formativos, acadêmicos.

sua visão ergológica¹⁴⁶, sobre o ensino profissionalizante, o que também pode ser aplicado ao trabalho educativo,

O que caracteriza mais particularmente esse ensino é a utilização que é feita dos saberes da experiência dos estudantes/ trabalhadores (saberes investidos). O ensino ofertado não é feito apenas pelos professores (saberes constituídos), mas o resultado de uma dialética constante, entre estas duas formas de saberes, no contexto de uma organização e de uma pedagogia adaptada (Trinquet, 2022, p. 23)

Nas observações realizadas, verifiquei como estes saberes transbordam durante o trabalho, as falas dos estudantes retomam experiências passadas, de atividades de trabalho das quais guardam boas ou más lembranças. Este material, trazido diariamente à sala de aula, tem um grande potencial para a práxis educativa da escola e do NTE.

6.5 IR A ESCOLA E DAR CONTA DAS NECESSIDADES BÁSICAS

Na pesquisa, busquei entender, “Que implicações têm o projeto e prática pedagógica da EPA para o atendimento das necessidades básicas da população em situação de rua e vulnerabilidade social?” Da mesma forma tive como objetivo, “Analisar como o projeto e a prática político-pedagógica da EPA se relacionam com o atendimento às necessidades básicas da PSR.”. Para isso, em primeiro lugar, procurei entender o conceito de necessidades básicas, como se constituiu historicamente, a partir das várias áreas do conhecimento humano, diferenciando a garantia do atendimento às necessidades básicas e a provisão dos mínimos sociais, fazendo a reflexão de como o conceito de necessidades básicas tem sido entendido, ao longo da história e utilizado para a reprodução ampliada do capital ou da vida. A partir daí procuro apresentar as implicações do projeto e prática da EPA com a atenção às necessidades básicas da população em situação de rua e vulnerabilidade social.

No item 5.4 foi feita a análise do Projeto Político Pedagógico, onde é apontada a situação de carência dos estudantes da EPA e a impossibilidade de

¹⁴⁶ Conforme afirma o próprio Trinquet, a ergologia “É uma abordagem metodológica e/ou um posicionamento pluridisciplinar de apreensão da atividade humana” (2022, p.27), se debruçando “sobre todas as atividades humana; a atividade de trabalho sendo considerada entre outras atividades humanas” (2022, p. 28)

terem atendidas as suas necessidades básicas. Esta realidade foi comprovada através das suas próprias falas, durante as oficinas, nas análises apresentadas sobre a população em situação de rua e nos relatórios do SAIA sobre os estudantes da EPA. É possível verificar que mesmo aqueles que recebem algum benefício ou se encontram em acompanhamento da assistência social, recebendo o auxílio aluguel, pernoitando em pensões e hospedarias, têm somente algumas das suas necessidades, precária e temporariamente, atendidas, sendo que a maioria não é satisfeita.

A escola, através da sua organização pedagógica e estrutural, procura satisfazer a algumas dessas necessidades e, através de um processo educacional crítico e emancipatório, busca fortalecer suas identidades, sua autoestima e sua autonomia para o exercício da liberdade e da cidadania.

Neste contexto, além do papel de instituição educadora, o PPP atribui a escola uma outra responsabilidade, sem a qual não tem com cumprir o seu papel, segundo ele, “Dessa forma é trazida para a instituição um desafio de articular essas distintas necessidades básicas” (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 17). Embora a escola não seja um espaço isolado, no seu interior muitas das necessidades dos estudantes são parcialmente atendidas.

Mas, embora haja um esforço para atender às necessidades básicas dos estudantes, que se expressa nas transformações que a escola tem realizado na sua estrutura e projeto pedagógico, a EPA entende que esta não é sua função, isoladamente, e muito menos teria capacidade para isso. Assim seu principal papel é o de articulador junto as demais políticas de uma ação garantidora de direitos e comprometida com a transformação social. Assim a EPA, através do SAIA, participando em reuniões, fóruns e outros espaços, denunciou e continua denunciando o abandono dos seus estudantes, propondo uma atenção em rede a todas às suas necessidades.

Por fim escolhi, ao realizar esta análise, utilizar o sistema de necessidades proposto por Max-Neef, por entender que ele traz uma visão mais ampla das necessidades básicas. Para este autor a qualidade de vida, aqui relacionada com a reprodução ampliada da vida, está diretamente ligada à satisfação das necessidades humanas básicas, além disso, ao pensar o desenvolvimento humano, ele inclui as contribuições da natureza e os trabalhos voltados para a

vida e não para o capital, como trabalhos de cuidado, trabalhos culturais, artísticos e outros não remunerados.

Nas entrevistas realizadas com os professores do NTE e com a diretora, foi unânime o entendimento que a EPA tem uma grande preocupação com o atendimento das necessidades básicas dos seus estudantes, inclusive um professor colocou que esta preocupação em alguns momentos ultrapassa os limites desejáveis, sendo que alguns alunos procuram utilizar os recursos oferecidos na escola sem cumprirem com suas responsabilidades, como o caso que citou de um estudante que almoça e geralmente apresenta desculpas, para sair no horário das aulas.

Pensando no trabalho realizado pela escola, fiz uma análise de como o atendimento de cada necessidade, a partir do sistema proposto por Max-Neef, apareceu nas observações, o que aqui retomo de forma resumida, a partir de cada uma delas.

A EPA atende parcialmente a necessidade de *subsistência* dos estudantes através da alimentação oferecida, nos horários em que se encontram na escola. As ações do SAIA, articuladas com as unidades de saúde, CAPS A/D e serviços da Assistência social, incentivam os cuidados com a saúde, a prática de redução de danos auxilia na diminuição do uso de drogas, também contribuindo para sua saúde. Além disso os recursos das vendas realizadas no NTE, também auxiliam no seu dia a dia

A escola é um ambiente de *proteção*, em relação à violência do Estado, que constantemente faz remoções das barracas e pertences da PSR nos espaços públicos e realiza abordagens, muitas vezes violentas, pela suspeição que lhes é imputada. Ela protege também de situações de violência internas à própria PSR, seja por desentendimentos e brigas que ocorrem pelos mais diversos motivos, roubos, relações afetivas, desconfianças etc., seja por relações com o tráfico que impõe suas regras, tanto para quem trai a sua confiança, como para os de grupos considerados como “contras”. A EPA sempre foi considerada como área neutra. As brigas devem ficar do lado de fora do portão, pela fala corrente dos professores e estudantes antigos, na EPA não vale a “lei da rua”. Os professores, o SAIA ou a direção, intervém nos casos mais graves, que podem até gerar afastamento, quando ocorrem agressões físicas.

Na escola, os cuidados dispensados pelos professores e funcionários, os momentos de escuta e orientações dos estudantes no SAIA, o carinho demonstrado pelos trabalhadores ao prepararem atividades educativas, recreativas e culturais para os alunos, são demonstrações de *afeto* que na maior parte do tempo não encontram na rua. Conforme Santos (2014) o acolhimento, na EPA, este é uma diretriz da prática pedagógica que proporciona um ambiente inclusivo nas salas de aula e nas oficinas, incentivando relações boas, respeitadas e afetuosas. É muito comum ouvir-se dos estudantes a expressão: “a EPA é a minha casa”, pois ali se desenvolvem as principais relações de afeto para uma população que geralmente é rejeitada.

Já o *entendimento*, em essência, é visto como o primeiro objetivo de uma escola. Na EPA, todo o planejamento coletivo e individual é feito pensando em atender à necessidade de entendimento dos estudantes, não com uma educação que oferte os conhecimentos de forma bancária, mas partindo da própria realidade dos estudantes, propiciando a vivência de experiências pedagógicas, que possibilitem a sua reflexão cultural, social e política, visando o entendimento sobre o lugar que ocupam no mundo e a possibilidade de ressignificá-lo.

Desde a criação da EPA, seus estudantes foram chamados para a *participação*. O currículo foi construído a partir dos elementos significativos para a vida dos estudantes, na convivência com professores que também atuavam como educadores sociais, indo aos lugares onde se encontravam crianças e adolescentes em situação de rua, ali os escutando e trocando diferentes saberes. Muitas ações e estratégias pedagógicas demonstraram a importância da participação, entre elas podem ser destacadas: a escolha do nome da escola, a instituição das assembleias, a terapia comunitária realizada por vários anos, a luta coletiva para a manutenção da escola, a participação nas lutas dos movimentos, a participação nos conselhos escolares, os conselhos de classe participativos, o planejamento curricular realizado a partir do estudo da realidade de vida dos próprios estudantes. No NTE, também ocorrem as assembleias para as decisões do grupo de estudantes sobre as feiras, as compras, o funcionamento do núcleo, questões internas etc. Os estudantes do NTE participam e representam o núcleo na rede da Contraponto, tratando de assuntos

relativos ao funcionamento da feira ou realizando discussões sobre a economia solidária.

Na EPA, a educação traz a oportunidade de atendimento da necessidade de *ócio*. A prática educacional da EPA é rica em atividades culturais, esportivas, recreativas, passeios de caráter lúdico ou educativo, além de momentos de comemorações. Estas atividades para grande parte dos estudantes é um dos poucos momentos de ócio que dispõem. Para outros, estas atividades podem ser consideradas terapêuticas, como já falei ao referir-me às oficinas do NTE. Embora outros serviços da rede de atenção, como Centros Pop, SCFV, também ofereçam algumas destas alternativas, é na escola onde elas ocorrem em maior intensidade. Muitos parceiros também realizam, na EPA, atividades como saraus, oficinas, apresentações musicais, teatro, cinema etc. Algumas atividades promovidas pelos movimentos da PSR, também ocorrem na escola.

A possibilidades de *criação* dentro da EPA é muito ampla, começando nas salas de aulas, onde os professores costumam realizar atividades que estimulam a criatividade dos estudantes, a escola tem muito material pedagógico, de artes, recursos informáticos e uma ótima biblioteca. Dentro dos componentes curriculares complementares são oferecidas 14 oficinas, entre estas as do NTE¹⁴⁷, ampliando mais ainda as possibilidades criativas. Ainda é possível ressaltar que as oficinas de cerâmica e papel artesanal, por oferecerem um maior número de horas e por suas características relacionadas a arte, oferecem uma maior oportunidade de criação aos estudantes.

Na EPA há uma transformação e uma criação de *identidade*, os jovens e adultos que ingressam na escola, logo tem uma mudança em sua vida e na identidade que constroem. Acostumados a serem discriminados e estigmatizados pela sociedade, pela sua situação de rua, como mendigos, vagabundos, entre outros adjetivos que lhes são atribuídos. Na escola se reconhecem como sujeitos com possibilidade de mudar o próprio destino, como cidadãos de direito e com capacidade de reivindicá-los.

No processo educativo que se desenvolve a partir da entrada na escola, são chamados a se reconhecerem como estudantes, mas também nas suas

¹⁴⁷ As oficinas de Cerâmica e Cartonagem e Papel Artesanal são as únicas com maior carga horária, que oferecem atividades de segunda a sexta-feira.

características individuais, culturais, sociais, raciais e étnicas, de gênero etc. Muitos destes estudantes participam no NTE, onde exercem sua criatividade e sua autoria, passando a se identificar como produtores, como artesãos e até mesmo como artistas. A participação na rede de economia solidária, também possibilita assumir uma outra identidade, a de trabalhadores da economia solidária, onde são convocados assumir novas responsabilidades.

A necessidade de *liberdade* é atendida, pela possibilidade de rompimento de um ciclo inevitável de pobreza e de falta de alternativas na vida. Estudar é assumir que podem ter a liberdade de mudar a vida, de aprender, de ser mais, de experimentar outras formas de trabalho, como as oferecidas pelo NTE, o artesanato, a arte, a economia solidária. No ciclo da rua, ter a coragem de procurar uma escola e resolver estudar, é assumir que a vida pode ser diferente, que há atitudes para tomar que podem libertá-los e libertá-las de um destino dado, tomando a própria história nas mãos.

Segundo esta análise a escola realiza ações voltadas ao atendimento da maior parte das necessidades básicas dos seus estudantes, buscando dar condições à retomada do seu processo educativo. Esta atenção é limitada, pois ocorre durante o tempo em que estes estudantes se encontram no espaço escolar. Mas a escola não é um mundo à parte e sabe que o atendimento às necessidades básicas dos estudantes depende do acesso às demais políticas públicas, por isso a EPA está permanentemente articulada a outros serviços da rede, que nem sempre conseguem dar uma resposta positiva.

Os diálogos na rede de serviços de atendimento à PSR são limitados às questões específicas que dizem respeito a um ou outro estudante, desta forma não há discussões que contemplem o atendimento das necessidades básicas de uma forma mais ampla, nem dos estudantes da EPA, nem da população em situação de rua como um todo. E mesmo nos momentos em que é possível realizar uma discussão mais geral, somente a EPA e os serviços de saúde e assistência social têm participado de forma constante, assim satisfatores destas necessidades, como a moradia, o trabalho e geração de renda, entre outros, sempre ficam de fora. Destaco o fato que o CIAMP Rua municipal, grupo paritário, com a participação da prefeitura, movimentos da PSR e organizações da sociedade civil, que têm como principal objetivo pensar as políticas para a população em situação de rua, está inativo desde 2019, apesar das constantes

cobranças dos movimentos e organizações parceiras, ao poder público municipal, pela sua reativação.

6.6 A ESCOLA EM REDE

A questão específica “Qual a importância da relação que a EPA estabelece com a rede de serviço público, com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, para a efetividade do seu projeto e prática político pedagógico?”, assim como o objetivo de “Analisar com que instituições do poder público, da sociedade civil e movimentos sociais a EPA e o NTE se relacionam e apontar que importância tem, esta relação, na efetividade da prática político pedagógica da escola” foram atendidos na pesquisa. Nesta tese já foi apresentada a descrição da rede de atendimento à população em situação de rua, mostrando os serviços da FASC, abrigos, albergues, Centros Pop, SCFV, Ação Rua, CREAS e CRAS e outros, da Saúde como Consultórios na Rua, CAPS A/D, unidades de saúde, hospitais e outros, como os restaurantes populares da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que são aqueles com que ela tem relação constante. Foi também apresentada a rede de organizações da sociedade civil que atuam em apoio à PSR, como a ALICE, a Fundsol, Ilê Mulher, o Sopa do Pobre, o Instituto Espírita Dias da Cruz, a Irmandade Nossa Senhora dos Navegantes, o Utopia e Luta, a rádio da Rua, a Organização Social da Rua (Banho Solidário), o Prato Feito da Rua, o grupo A Fome Tem Pressa, o Sopão Solidário e muitas outras, como já descrita anteriormente. Foram também citadas iniciativas de geração de renda criadas pela população em situação de rua, com apoio ou não de OSC, como o Jornal Boca de Rua, a Ksa Rosa, Amada Massa, que também têm um papel importante de luta política e social da PSR, além de ter sido feito um histórico da organização e luta dos movimentos sociais deste segmento populacional.

Em vários momentos da pesquisa realizada foi afirmado o trabalho em rede como diretriz da atuação da EPA, sendo que, desde a entrevista inicial, esta escola se preocupa com saber por onde o estudante transita, que serviços da FASC frequenta, em que serviços da saúde é atendido. A matrícula é feita no

SAIA, justamente para que tudo isso seja registrado na pasta do estudante, pois é este serviço que faz, prioritariamente, a relação com estes espaços. A presença na escola e os contatos telefônicos com os serviços de educação social, Ação Rua, são constantes, sendo realizados encaminhamentos, estudos de casos, reuniões, conforme a necessidade. Os Consultórios na Rua têm a EPA como referência para informar marcações de consultas e exames dos estudantes em situação de rua, sendo que o SAIA mantém uma agenda visível num quadro da sua sala e avisa aos estudantes as datas marcadas para estes atendimentos, bem como os da assistência, justiça e outros. Nos dias em que os estudantes têm compromissos marcados, o banho é liberado fora do horário estipulado e são feitas combinações sobre a alimentação caso, também seja necessário alterar o horário. Até a administração de medicamentos, com o controle de horário, é realizada com o acompanhamento do SAIA, para aqueles estudantes que apresentam maiores dificuldades de organização, por apresentarem deficiência mental, situações de sofrimento psíquico etc.

A escola costuma participar das redes de serviços, embora isso tenha diminuído nos últimos anos. A EPA costuma de ceder espaço (galpão, quadra coberta, salas) para diversas reuniões, campanhas e outros eventos da PSR, costuma participar de reuniões promovidas pelos movimentos, incentivando, também os estudantes para participarem e alguns professores comparecem, mesmo fora do seu horário de trabalho. Destaco que na Pastoral do Povo da Rua, a EPA tem tido presença constante.

Esta atuação participativa, garante que os planejamentos de atendimento aos estudantes em situação de rua, nas diversas áreas, como a saúde e a assistência social, possam ser mais efetivos, o que também é essencial para sua presença e aproveitamento escolar, assim como para a transformação da sua situação de vida. Da mesma forma, esta atuação da EPA, junto à rede de atendimento, facilita a relação com os serviços, pelo conhecimento direto dos trabalhadores que atuam com os estudantes. As relações se tornam mais ágeis ao conhecer os profissionais que são referência de cada aluno e isso ajuda tanto o trabalho da EPA, como o do serviço que presta o atendimento, pois há uma troca de informações, de preocupações e uma colaboração na solução de problemas.

A participação em rede da EPA, também fez com que esta escola tenha alcançado um status de agente político, com forte incidência nas políticas públicas voltadas à população de rua. A EPA é reconhecida pelas diversas instâncias relacionadas à PSR, como secretarias, judiciário, ministério e defensorias públicas, movimentos e organizações da sociedade civil que realizam ações de apoio à população em situação de rua.

A escola é seguidamente convidada para participar de reuniões, audiências, mostras e outros eventos sobre a PSR, inclusive fora do Estado. Posso citar o reconhecimento da EPA pelo Ministério de Direitos Humanos, como experiência de Boas Práticas de Convivência Comunitária, ocorrido em Brasília no ano de 2014 e o convite da Prefeitura de São Carlos (SP), em 2017, para falar sobre o acolhimento na escola a adolescentes em prestação de medidas socioeducativa.

A relação com as universidades também tem trazido muitos benefícios para a EPA, os estágios que são realizados na escola provocam os professores e a direção a refletirem sobre a prática pedagógica, ocorrendo uma troca, onde os estagiários conhecem uma proposta pedagógica, social e política diferenciada das demais escolas. A EPA recebe o retorno destes(as) estudantes, tanto pelo seu conhecimento acadêmico, quanto pelo compartilhamento das suas dificuldades, preocupações, impressões e sugestões para o trabalho.

Os Projetos de Extensão Universitária, já citados anteriormente, complementam o trabalho da escola, trazendo oficinas para os(as) estudantes, oferecendo apoio no planejamento, auxiliando no serviço do SAIA, na escola ou no acompanhamento junto aos serviços de saúde e assistência social, na reflexão sobre a situação de vida do(a)s estudantes. Um destes projetos, o Passa e Repassa, atualmente têm provocado discussões sobre as políticas públicas, têm produzido materiais informativos e acessíveis para a PSR e fortalecido seus movimentos sociais, atuando na sua assessoria e apoio.

As residências multiprofissionais, além de auxiliarem o trabalho realizado pelo SAIA, trazem outros saberes com a aproximação de profissionais de áreas que normalmente não atuam na escola, qualificando assim o atendimento nela realizado.

As pesquisas, nos diversos níveis, que ocorrem na escola possibilitam a reflexão sobre o projeto e prática pedagógica da EPA, ressaltando aspectos que

muitas vezes são deixados de lado, na dinâmica do dia a dia. Elas também auxiliam na publicização e valorização do trabalho realizado pela escola e colocam a realidade de exclusão social dos estudantes em evidência, provocando a ação das políticas públicas.

Há também um fortalecimento da rede de parceria que se envolve na luta pela população em situação de rua. A relação com as OSCs mostrou a sua importância na pandemia, tanto na denúncia das fragilidades de atendimento, por parte do poder público, com atuando diretamente com a PSR, com ações de alimentação, higiene, saúde e outras, muitas destas ações ocorrendo na própria escola. Há um reconhecimento da EPA, por parte das OSCs, sendo que isso foi muito evidente no período em que foi proposto o fechamento da escola, pela SMED. Neste momento elas participaram das reuniões, audiências e manifestações em defesa da EPA, propuseram oficinas e ações como mostras, exposições, na escola ou nos seus espaços e foram para os meios de comunicação defender a escola.

Além do que foi falado dos serviços públicos e parceirizados que realizam o seu trabalho institucional, é importante ressaltar que se destaca a atuação histórica dos profissionais, e dirigentes, que muitas vezes se comprometem além das obrigações profissionais na luta por direitos e políticas públicas para a população em situação de rua, contribuindo para a sua efetivação. Isto sempre foi uma das características dos profissionais da escola, inclusive com estes trabalhadores se colocando à frente das lutas.

6.7 O NTE E A REPRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA

Uma questão específica levantada foi: “Como a EPA/NTE contribuem para a transformação da realidade pessoal, cultural e social dos estudantes, na perspectiva da reprodução ampliada da vida?” e para respondê-la foi apontado o objetivo específico: “Verificar que elementos da participação na EPA e nas atividades do NTE, apontam transformações, pessoais, sociais e culturais dos estudantes, orientadas na perspectiva da reprodução ampliada da vida”. Analisando as observações realizadas nas oficinas do NTE, papel artesanal e cerâmica, as pesquisas documentais e bibliográficas e as entrevistas realizadas, verifiquei que tanto na oficina de cerâmica, como na do papel artesanal são

oferecidas atividades que são novas para a quase totalidade dos estudantes. Muitos deles, como foi dito pela própria prof.^a Ignez, vêm às oficinas, admiram e gostam do que é feito ali e resolvem aprender a fazer. Eles vêm testar a sua capacidade de criar, de fazer objetos como os que viram ali e conforme aprendem e conseguem fazer, isso ajuda a desenvolver a sua autoestima.

O NTE é um lugar de aprendizado e de conhecimento de técnicas, mas é também um lugar de pertencimento, de desenvolvimento pessoal, social e cultural. A atividade de fazer o papel, a cartonagem, as técnicas de colagem, a costura com os seus diferentes pontos, as capas com as diversas texturas, com serigrafia ou xilogravura, desenvolvem habilidades como a precisão, a sensibilidade fina e a estética. A cerâmica, com suas diferentes possibilidades, de fazer os utilitários, objetos decorativos, esculturas, nos quais os produtores podem imprimir seu toque pessoal, através de cores, detalhes e elementos de sua cultura e religiosidade desenvolve as habilidades dos estudantes.

O ambiente acolhedor e descontraído, cooperativo, solidário, democrático contrapõe-se a violência e a precariedade da vida das ruas. Sabem que estando no NTE têm compromisso com a escola, com a frequência nas aulas e o esforço para aprender os conteúdos.

A partir da aproximação da economia popular solidária e o envolvimento com as redes parceiras e de comercialização solidária, são criadas relações com outros grupos, são realizadas trocas de saberes e afetos. Os estudantes se veem como artesãos, saem de um local estigmatizado, onde só são vistos pelas suas faltas para um outro lugar, como artesãos e artesãs e como trabalhadores e trabalhadoras num projeto de economia solidária.

No NTE eles têm o acesso à informação e ao conhecimento, a possibilidade de seguir nos estudos com o apoio da escola. Este projeto surgiu a partir do desafio que deveria ser encarado pela escola de dar resposta ao fato de muitos dos seus estudantes estarem chegando à vida adulta e estarem excluídos também do mundo formal do trabalho. O NTE foi proposto

Na perspectiva de proporcionar aos alunos a “experiência do trabalho” (educativo/produtivo), que deve ser entendida como o contato, o experimento de algumas formas realizadas sem o objetivo imediato de aquisição de renda, mas sim para o preparo psicológico, emocional e social para o enfrentamento das grandes dificuldades encontradas,

resultou a implantação do *Núcleo de Trabalho Educativo* na escola (Reis; Mazzarotto, 2002, p. 51)

Como é possível ver, o NTE não foi criado a partir da perspectiva da acumulação do capital. Não visava ser uma iniciativa profissionalizante que implicasse no atendimento das expectativas capitalistas. Sua proposta aliava as dimensões educativo/produtivo, procurando em primeiro lugar trabalhar com as questões pessoais dos estudantes, desenvolvendo suas capacidades de trabalho.

Esta preocupação com trabalhar as dificuldades e limitações dos estudantes, desenvolver princípios e comportamentos positivos em relação ao trabalho pode ser vista no primeiro objetivo do NTE:

Estimular a auto-organização dos estudantes, desenvolvendo o senso de responsabilidade, cooperação e autoria através de projetos de trabalho nos quais estejam fortemente envolvidos, amplamente identificados e que desejem participar (EMEF Porto Alegre, 2014, p. 40).

Isso deixa claro que a perspectiva de trabalho proposta pelo NTE, não é o trabalho estruturado pelo modo de produção capitalista, mas o trabalho onde autoria (criação), cooperação e responsabilidade estão presentes, o trabalho voltado para a reprodução ampliada da vida.

Os objetivos do NTE, conforme o seu PPP (EMEF Porto Alegre, 2014), apontam para a inclusão social, em primeiro lugar, para a formação de produtores (artesãos) e monitores, para a articulação com entidades culturais e educacionais, para a participação social e comunitária e para a educação para o mundo do trabalho (na perspectiva do trabalho como princípio educativo), há um direcionamento para a autonomia, para o trabalho criativo, para a relação permanente com a educação e cultura e o envolvimento social e comunitário, não visando em primeiro lugar servir ao interesse do modo de produção capitalista, mas sim a reprodução ampliada da vida.

7 CONCLUSÕES

Ao iniciar a pesquisa participante no NTE da escola EPA, defini como hipótese que “As experiências político-pedagógicas da EPA que relacionam o trabalho e a educação, especialmente o NTE, ao mesmo tempo em que apresentam alternativas imediatas de atendimento às necessidades básicas de seus estudantes, na maioria PSR, potencializam a reflexão crítica quanto à sua realidade de vida e de trabalho, contribuindo para torná-los sujeitos com capacidade de agir para a transformação desta realidade na perspectiva da reprodução ampliada da vida”, esta hipótese, que aqui reafirmo como Tese, é que a seguir passo a detalhar:

7.1 O PROFESSOR COMO PESQUISADOR

Trabalhei na EPA de 2011 a 2019, passando por diferentes espaços, como professor da Totalidade 1, onde me aproximei do papel artesanal e cerâmica nas aulas que ocorriam uma vez por semana, nas oficinas conhecidas como “para todos”, sendo ali ao mesmo tempo professor e aprendiz. Também tive passagens pelas totalidades 2 e 3, fui coordenador pedagógico, vice-diretor e diretor, além de ocupar, por uma gestão, a presidência do conselho escolar. Assim, retornar à escola na condição de pesquisador, tentando ver aquilo que não tinha visto nestes anos todos, parecia uma missão muito difícil.

Ao apresentar esta tese, resultado da pesquisa realizada, percebo que os olhos que veem o dia a dia, que se detém sobre o mesmo cenário com objetivos definidos, como dar uma aula, achar soluções para problemas específicos, discutir as atividades pedagógicas ou elaborar orçamentos do material escolar e das reformas da escola, tem seu foco definido, deixando de lado a beleza do todo. Da mesma forma, o estar focado no problema a ser resolvido, não permite muitas vezes que nos coloquemos em outra perspectiva.

Nesta nova imersão no universo da escola, percebi que meus saberes sobre a escola, muitas vezes eram somente pistas. Sem deixar o papel de pesquisador, pude olhar para o NTE da perspectiva do estudante que aprende a técnica, do colega que se relaciona com o outro, do professor que busca

qualificar o espaço, que busca a melhor forma de ensinar. Vivi conflitos, sonhos, dificuldades e desejos. Me envolvi, buscando contribuir para a solução de problemas individuais e coletivos.

A leitura do que outros que passaram pela EPA observaram e concluíram me suscitou outras formas de entender a escola, de repensar como seriam momentos passados, se eu tivesse percebido isso antes. Tanto estas leituras, como a dos documentos que mostravam como se constituiu a escola me fizeram entender o processo que se desenvolveu ao longo dos anos, que constituiu a história da EPA. É claro que minha perspectiva pessoal nunca deixou de existir, que os saberes da minha experiência como trabalhador da escola sempre se somaram ou se confrontaram aos novos saberes e nisso, penso que está uma das riquezas do trabalho realizado.

Tenho certeza de que as conclusões aqui apresentadas, embora ainda tenham muito para ser acrescentado, irão contribuir com a própria escola, com a EJA, com as iniciativas de Educação e Trabalho e de Educação para população em situação de rua e/ou vulnerabilidade.

Entendo que produção de saber resultante de pesquisas acadêmicas, muito além de ser um requisito para a obtenção de um título é um compromisso social de produção de saberes que possam contribuir para a qualificação das diversas áreas do conhecimento e da sociedade como um todo.

Sendo assim, além da divulgação pública desta tese, me comprometo com a escola, onde realizei a pesquisa, de dar o retorno dela para a escola, discutindo as propostas apontadas por ela e, se for do interesse da mesma, a apresentar alguns temas que foram trabalhados detalhadamente na pesquisa, como a história da Epa e a história dos movimentos sociais da população em situação de rua e a rede de programas e serviços pop rua.

Da mesma forma assumo o compromisso com a educação de jovens e adultos de me disponibilizar para a discussão de temas de presença central nesta tese, como educação e o trabalho e a educação e população em situação de rua.

7.2 CONSTATAÇÕES

A criação da EPA, em 1995, teve como objetivo garantir o acesso à educação de crianças e adolescentes em situação de rua, seu trabalho baseado na educação popular, crítica e emancipatória e sua atuação em rede, visando garantir o atendimento dos seus estudantes pelas demais políticas públicas consolidaram esta escola como uma iniciativa de sucesso.

A EPA constituiu-se num espaço de resistência às tentativas de negação dos direitos fundamentais da população em situação de rua, principalmente o da educação, sendo assim, reconhecida pela PSR, pela rede de parceiras, que incluem serviços públicos e organizações da sociedade civil, pelas universidades, movimentos sociais e pela Justiça, como foi confirmado na sua vitória contra a tentativa de fechamento por parte da prefeitura (Rio Grande, 2015 e 2018).

A criação do Núcleo de Trabalho Educativo, em 1999, buscou contemplar os estudantes que se aproximavam da vida adulta, trazendo o trabalho para um lugar central da proposta educacional da EPA. Com a mudança da escola, em 2009, para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o NTE adaptou-se à nova realidade, continuando alicerçado no entendimento do trabalho como princípio educativo, abordando-o a partir da sua concepção criativa, autônoma e não-alienante, proporcionando aos / às estudantes a participação em todo o processo de trabalho, no planejamento da produção, no uso da matéria prima e dos instrumentos e ferramentas, no controle de custos e preços de venda, na comercialização e na distribuição de recursos.

O NTE tem sido, desde sua criação, uma proposta de organização para o trabalho e de geração de renda que se pauta por princípios de cooperação e solidariedade que se expressam nas atividades de produção coletiva que ocorrem desde os anos 2000, mas com a formação e assessoria em economia solidária, promovida pela SENAES/CAMP, nos anos de 2014 a 2017, foi reforçada proposta do trabalho associado e de inserção nos grupos de produção na economia popular solidária, participando de redes de comercialização, afirmando os princípios desta alternativa econômica na sua proposta político pedagógica.

A proposta do NTE, que se desenvolve como atividade de integralização, dentro de uma escola de Educação de Jovens e Adultos, tem como público prioritário a população em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, a quem procura garantir o acesso à educação, ao mesmo tempo em que dirige suas ações para a garantia das suas necessidades básicas, seja por ações que orientam a sua organização estrutural e pedagógica, seja pela sua participação reivindicatória e propositiva na rede de políticas públicas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Este projeto, desenvolvido na Escola Porto Alegre, privilegia o caráter educativo sobre o produtivo, estimula a auto-organização dos estudantes, o desenvolvimento da responsabilidade, a cooperação e a autoconstrução enquanto sujeitos com capacidade crítica que possibilite a transformação pessoal e social na perspectiva da reprodução ampliada da vida.

Complementando esta tese que afirma a relevância da proposta do Núcleo de Trabalho Educativo da Escola Porto Alegre, apresento as seguintes afirmações:

7.3 APONTAMENTOS SOBRE A EPA E O NTE

A aproximação entre o trabalho e a educação, através da criação de um projeto de formação para o trabalho, incide na principal preocupação do público atendido, a população em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, relacionando-se diretamente com sua luta diária para a satisfação das necessidades básicas e a garantia da própria sobrevivência.

O NTE é um projeto que afirma o trabalho como princípio educativo, enfatizando seu caráter mediador da relação entre homens e mulheres e a natureza, ação que constrói o próprio ser humano e sua história. Ele possibilita que seus participantes, a partir do trabalho e do resgate de suas experiências e saberes como trabalhadores, ainda que precarizados e explorados, realizem uma reflexão crítica sobre o lugar que ocupam na sociedade e na história, bem como sobre a possibilidade da sua transformação pessoal e social.

A existência de um projeto desta envergadura é impossível sem que haja uma preocupação com o atendimento das necessidades básicas do público

atendido, que se expresse em ações concretas e acolhedoras, realizadas a partir da transformação estrutural e pedagógica da instituição e da sua relação reivindicativa e propositiva com a rede de políticas públicas correlatas.

A pesquisa realizada e, principalmente a observação participante, demonstrou existir uma tecnologia de acolhimento, que respeita ritmos e dificuldades dos estudantes, criando um ambiente de cuidado e apoio nas oficinas, onde não só os professores ensinam as técnicas, mas os estudantes orientam uns aos outros, corrigindo-se mutuamente e educando-se em situação de trabalho.

7.4 APONTAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Quanto à Educação de Jovens e Adultos apresento as seguintes afirmações:

A população em situação de rua e vulnerabilidade social é, sem dúvida¹⁴⁸, público potencial da EJA, pela sua realidade de abandono ou dificuldade de permanência na escola, devido a sua situação de vida. Este fato é comprovado pelos cadastros e levantamentos realizados, ainda que incompletos ou desatualizados e pelo reconhecimento da EPA como referência em educação pela PSR. Assim é responsabilidade da EJA, dar a devida atenção a este segmento populacional, criando alternativas para a sua inclusão.

A EJA necessita reorganizar-se estrutural e pedagogicamente, para atender este público, criando estruturas de acolhimento que respeitem suas características individuais e considerem suas necessidades básicas, além de valorizar seus saberes e experiências, enquanto homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, capazes de se organizarem coletivamente e transformarem sua própria história.

Esta experiência desenvolvida pela EPA, de se transformar para atender a especificidade do seu público, levando em conta suas necessidades básicas é um modelo de atuação político pedagógica, com potencial de qualificação do

¹⁴⁸ Esta conclusão já é apontada na dissertação de mestrado deste pesquisador (Santos, 2014) e é comprovada e reafirmada nesta tese.

trabalho da EJA e da educação como um todo, na perspectiva de afirmação de uma escola humanizadora e construtora de autonomia.

A experiência da EPA afirma a necessidade de a EJA incluir em seus projetos político pedagógicos ações que aproximem o trabalho e a educação, proporcionando alternativas de geração de emprego e renda, que afirmem o trabalho como princípio educativo e o abordem na sua perspectiva criativa, autoral, cooperativa e solidária.

A experiência do Núcleo de Trabalho Educativo da EPA, que introduz a economia solidária no seu projeto e prática pedagógica, trazendo a discussão dos seus princípios¹⁴⁹ para o currículo, comprova a importância de articular o trabalho e a educação na EJA, se contrapondo ao modelo de educação formadora da mão de obra direcionada aos interesses do Capital e avançando para um modelo emancipador e humanizador de educação, como apontado por Haddad

O discurso que prevalece é o de reduzir a educação a seu aspecto funcional em relação ao desenvolvimento econômico, ao mercado de trabalho, à formação de mão de obra qualificada... A educação como direito humano pressupõe o desenvolvimento de todas as habilidades e potencialidades humanas, entre elas o valor social do trabalho, que não se reduz à dimensão do mercado (Haddad, 2012, p. 219)

A experiência da EPA e do NTE afirma para a EJA a importância de realizar o seu planejamento pedagógico levando em conta os saberes e experiências de trabalho e vida dos seus estudantes, bem como a importância da atenção às suas necessidades básicas.

Por fim, a partir da experiência da EPA, afirmo a importância da EJA e da educação em geral articularem-se em rede com as demais políticas públicas, como a saúde e a assistência social, mas também outras como a habitação, geração de emprego e renda, cultura etc., trazendo esta discussão para o currículo a fim de estimularem a organização social dos estudantes para a reivindicação dos seus direitos fundamentais e no exercício de sua cidadania e enquanto sujeitos autônomos e transformadores.

¹⁴⁹ Nas formações, realizadas pelo autor, com o NTE foram discutidos os princípios da Economia Solidária, como já citado.

7.4 RECOMENDAÇÕES PARA A EPA/NTE:

Ao desenvolver esta tese, pude verificar a necessidade de serem realizadas algumas ações que contribuirão para que o NTE alcance os objetivos de emancipação, autonomia, transformação pessoal e social, na perspectiva da reprodução ampliada da vida. Aqui apresento como recomendações a serem avaliadas e qualificadas pela escola e o Núcleo de Trabalho Educativo:

1. Levar em conta que os estudantes da EPA e do NTE são trabalhadores, com experiências de trabalho e vida, anteriores e presentes.
2. Criar mecanismos, tanto em sala de aula, mas principalmente no NTE, para registrar as falas que se relacionam com suas experiências anteriores e atuais de trabalho, bem como suas considerações e expectativas em relação ao trabalho, visando qualificar o estudo da realidade.
3. Planejar a inclusão permanente destas experiências no currículo, através do estudo da realidade, realizando formações e/ou discussões temáticas com os docentes, visando orientar a organização do conhecimento (planejamento) e aplicação do conhecimento (atividades pedagógicas).
4. Trazer a discussão sobre a organização social da PSR e a organização comunitária para o currículo, de forma que as suas perspectivas de transformação pessoal e social passem pelo coletivo e não só pelo individual.
5. Trazer a experiência de participação em rede para dentro do currículo, trabalhando os direitos humanos e as políticas públicas garantidoras de direitos, com os estudantes, visando a sua autonomia e empoderamento na defesa dos seus direitos fundamentais.
6. Realizar de forma permanente, formações sobre direitos humanos e políticas públicas com os professores e demais trabalhadores da escola, possibilitando o seu conhecimento das principais políticas e serviços que atendem os estudantes da EPA, entendendo o papel de cada um, bem como dos conselhos, comitês, fóruns etc., como espaços de participação, implementação, controle e fiscalização das políticas públicas.

7. Incluir nas metas da escola a realização de formações permanentes, para o NTE, sobre o trabalho associado e a economia solidária e formações eventuais para todos os profissionais da escola, buscando a socialização deste conhecimento.
8. Discutir alternativas de continuidade do trabalho do NTE, para além da escola, através da criação de associações, cooperativas e realização de parcerias etc.
9. Reorganizar os tempos escolares para que os profissionais do NTE possam acompanhar as reuniões pedagógicas, sendo garantida a possibilidade de apresentação das pautas do Núcleo.
10. Aprofundar teoricamente a prática de acolhimento à PSR, na sua diversidade de raça/etnia, sexo e gênero, idade, necessidades educacionais especiais, deficiências mentais e sofrimento psíquico e seu reflexo nas ações de educação curricular, nas totalidades, na formação para o trabalho e no desenvolvimento dos grupos de produção.
11. Reavaliar a relação entre o NTE e os demais setores da escola, principalmente SAIA e Coordenação Pedagógica, verificando alternativas de maior integração e mútua colaboração.
12. Fortalecer as ações de participação em redes de discussões das políticas públicas que atendem diretamente seus estudantes, como a assistência social e a saúde e buscar o envolvimento de outras, como trabalho e geração de renda, habitação, cultura etc., mantendo também a participação em redes de comercialização e economia solidária.

8 REFERÊNCIAS

ABORDA – Associação Brasileira de Redução de Danos. **O que é Redução de Danos.** Rio de Janeiro: Aborda, c2011. Disponível em: <<https://abordabrasil.blogspot.com/p/o-que-e-reducao-de-danos.html>>. Acesso em 24 de out. de 2023.

ALBERGUE Municipal comemora seu segundo aniversário. **DIÁRIO OFICIAL DE PORTO ALEGRE.** Ano 8, Edição 2153, p. 24, 7 de nov. de 2003. Porto Alegre: 2003. Disponível em <https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/novembro_2003.pdf>. Acesso em 8 de set. de 2023.

ALBERGUE Municipal ultrapassa 4 mil atendimentos em julho. **DIÁRIO OFICIAL DE PORTO ALEGRE.** Ano 10, Edição 2589, p. 16, 8 de ago. de 2005. Porto Alegre: 2005. Disponível em <https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/agosto_2005.pdf>. Acesso em 8 de set. de 2023.

ALESSANDRA, Karla. **Movimentos de direitos humanos alertam para o aumento de pessoas em situação de rua.** Brasília – DF: Agência Câmara de Notícias, 2021. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/769293-movimentos-de-direitos-humanos-alertam-para-o-aumento-de-pessoas-em-situacao-de-rua/>> Acesso em 12 de set. de 2022.

ALMEIDA, Elis. **População de rua chegou a quase 9 mil pessoas em BH, mostra estudo da UFMG.** Belo Horizonte: Brasil de Fato. 2021. Disponível em <<https://www.brasildefatomg.com.br/2021/09/17/populacao-de-rua-chegou-a-quase-9-mil-pessoas-em-bh-mostra-estudo-da-ufmg#.YUUv5vCDdPA.whatsapp>>. Acesso em 12 de set de 2022.

ANDERSSON, Fabiano. **As ações do poder público municipal para o setor de reciclagem de resíduos sólidos em Porto Alegre:** um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado. (136 f.) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre: 2005. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4791/000460101.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 05 de jun. de 2021.

ANDRÉ, Marli Elisa. A pesquisa no cotidiano escolar. *In*: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 39-50.

ANGROSINO, Michael; FLICK. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed; 2009.

ANTUNES, André. **Redução de danos no fio da navalha**. Rio de Janeiro: EPSVJ/Fiocruz, 2019. Disponível em <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/reducao-de-danos-no-fio-da-navalha>>. Acesso em 26 de out. de 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ARROYO, Miguel G. Diversidade. *In*: CALDART, Roseli Salette *et al.* (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 231-238

ARROYO, Miguel G. **O Princípio Educativo**: o trabalho ou a resistência ao trabalho. *Teoria & Educação*. n. 1, pp. 3 – 44, Porto Alegre: Palmarinca. 1990

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da Noite: do trabalho para a EJA**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

ÁVILA, Ana *et al.* **Donos da Cidade**. Porto Alegre, *Jornal Sul21*, 2023. Disponível em: < <https://sul21.com.br/donos-da-cidade/>>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

AZEVEDO, José Clóvis de. **Escola Cidadã**: políticas e práticas. Caxambu – MG: 23ª Reunião Anual da ANPED - Textos dos Trabalhos Encomendados, Sessões Especiais etc., 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/te13b>. Acesso em 19 de mar. de 2023.

AZEVEDO, José Clóvis de. A Democratização da Escola no Contexto da democratização do Estado: a experiência de Porto Alegre. *In*: SILVA, Luiz Heron (Org.). **Escola Cidadã**: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999. p. 12-30)

BÁLSAMO, Adela Armando; FREITAS, Ana Elisa Castro de; BERTOLAZZI, Carlos José; RODRIGUES, Maria Aparecida Cândido (Orgs.). **Fazendo Cerâmica como nossos avós/Gohor hanja ũri ěg jóg si ag rikén**: Cartilha Bilíngue Português – Kaingang. Prefeitura de Porto Alegre: SMDHSU/SMED/DMAE, 2008. Disponível em <<https://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/epa/pdf/manual-kaingang.pdf>>. Acesso em 12 de jun. de 2023.

BARRILI, Heloisa de Carvalho; ARAUJO, Jairo Melo; BULLA, Leonia Capaverde. **A Pesquisa em Serviço Social e nas Áreas Humano-Sociais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Taborda **Edward P. Thompson**: história e formação. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BIASI, Lea Maria Ferraro. **A política de assistência social dos governos municipais de Porto Alegre. 1964 – 1994**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 1996.

BORGESE, Ignez Gomes. **Ignez Gomes Borgese**: entrevista concedida a Renato Farias dos Santos. Porto Alegre, 18 de set. 2023. 1 arquivo .mp3. (18:26s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita nos anexos desta tese.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em 24 de out. de 2023.

BRASIL. Lei 8742 de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm>. Acesso em 21 de jun. de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em 15 set 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **SISAB**: Sistema de informação em saúde para a atenção básica. Rio de Janeiro: SAPS/MS, 2023. Disponível em <<https://sisab.saude.gov.br/>>. Acesso em 15 de jun. de 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Coronavírus**. Rio de Janeiro: MS, [2020]. Disponível em <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus>>. Acesso em 19 de out. de 2023.

CAFIERO, Carlos. **“O Capital”**: uma leitura popular. São Paulo: Editora Polis, 1985.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Educação. **Tabelas Indicados 2017**: última versão 41 indicados. Brasília: Comissão de Educação, 2017). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/outros-documentos/premiodarcyribeiro/arquivos-pdf/tabela-41-indicados-premio-darcy-ribeiro-2017>>. Acesso em 19 de jul. 2023.

CAMP Centro de Assessoria Multiprofissional. **Relatório de Cumprimento do Objeto** — Projeto: Economia Solidária e População em Situação de Rua: estratégias de valorização do saber-fazer a partir da inclusão socioeconômica e da autonomia da População em Situação de Rua na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: CAMP, 2017.

CAMPOS *et al.* A luta é constante: Do movimento Aquarela da População em Situação de Rua ao Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul. *In*: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta (Orgs). **População de rua**: políticas públicas práticas e vivência. 1. ed. Porto Alegre: Cirkula, 2017. p. 183-197.

CIAVATTA, Maria; BENACCHIO, Rosilda; SILVEIRA, Zuleide F. A Produção Social de Conhecimento em Trabalho e Educação. *In*: VENTURA, Jaqueline; SONIA, Maria Rummert (Orgs.) **Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015. p. 17-46.

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre. **Ata 004/07**. Porto Alegre: CMAS, 2007. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cmas/usu_doc/ata_04-07.pdf>. Acesso em 01 de set. de 2021.

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre. **Ata 022/10**. Porto Alegre: CMAS, 2010. Disponível em <https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cmas/usu_doc/ata_22_cmas.2010.pdf>. Acesso em 14 de set. de 2023.

CME/POA – Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre. **Comissão de Ensino. Parecer 023 /95:** Pronuncia-se favorável à autorização de funcionamento da Escola Municipal de 1º Grau Porto Alegre. Manifesta-se favorável, nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 5692/71 de agosto de 1971, ao desenvolvimento da “Proposta pedagógica de Experiência Pedagógica” da mesma escola. Mimeo.

CMPA – Câmara Municipal de Porto Alegre. **016ª CEDECONDH 13 JUN 2023.** Porto Alegre: Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais CMPA, 2023. Disponível em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/reunioes_de_comissoes/5846/169210742.pdf>. Acesso em 08 de set. de 2023.

CMPA – Câmara Municipal de Porto Alegre. **030ª CEDECONDH 13 JUN 2023.** Porto Alegre: Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais CMPA, 2023. Disponível em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/reunioes_de_comissoes/28753>

CMPA – Câmara Municipal de Porto Alegre. **PROC. Nº 00095/08 - PI 002/08:** Solicita informações acerca das obras que serão feitas junto a estação de bombeamento do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) na rua Washington Luiz. Porto Alegre: CMPA, 2008. Disponível em <<https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/92539>>. Acesso em 12 de dez de 2023.

CONTE, Vanessa. **Vacinação contra Covid-19 para População em Situação de Rua segue em novas regiões.** PMPA/SMS. Porto Alegre: 2021. Disponível em <<https://prefeitura.poa.br/sms/noticias/vacinacao-contracovid-19-para-populacao-em-situacao-de-rua-segue-em-novas-regioes>>. Acesso em 08 de out de 2023.

CORAGGIO, José Luis. **Economía Urbana:** La perspectiva popular. 2 ed. Quito – Equador: Ediciones Abya-Yala, 1998. Disponível em

<https://ecuador.fes.de/fileadmin/user_upload/pdf/203%20ECOURB1998_0322.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

CORRÊA, Felipe. **O Movimento Aquarela da População de Rua e a Conjuntura no Rio Grande do Sul**. Passa Palavra (site). Porto Alegre: Coletivo Passa Palavra, 2010. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2010/01/17458/#comments>>. Acesso em 12 de set. 2021.

COSTA, Ana Gabriela. **População em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos em São Paulo**. São Paulo: CNN, 2022. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos-em-sao-paulo/>>. Acesso em 06 de fev. 2022.

DISTRITO FEDERAL. I Vara da Infância e Juventude. **Situação de Risco**. Brasília: SUGRA — Subsecretaria de Assuntos Gráficos, 2010. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/edicoes/manuais-e-cartilhas/colecao-conhecendo-a-1a-vij-do-df/situacaoRisco.pdf>>. Acesso em 16 de abr. 2023.

DORNELLES, Aline Espinosa; OBST, Júlia; SILVA, Marta Borba. (Orgs.) **A Rua em Movimento**. Belo Horizonte: Didática, 2012.

EMEF PORTO ALEGRE. **Núcleo de Trabalho Educativo — NTE**. Porto Alegre: SMED, [2011?]. Disponível em <https://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/epa/nte.html>. Acesso em 16 de mar de 2023.

EMEF PORTO ALEGRE. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre. Porto Alegre, 2014.

EMEF PORTO ALEGRE. **Proposta Pedagógica Escola Porto Alegre**. Porto Alegre, 2021.

EMPREGADOS sem carteira assinada chegam ao maior número da série histórica, diz IBGE. **Portal G1**. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/28/empregados-sem-carteira-assinada-chegam-ao-maior-numero-da-serie-historica-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em 10 de ago. 2023.

ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). **Revista Trabalho Necessário** (UFF), v. 4, n. 4, 12 dez. 2006. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4603/4239>>. Acesso em 08 de jul. de 2023.

FARIAS, Vera Celina Cândido de. **Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Porto Alegre: Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, 2007. Acesso em <<https://hdl.handle.net/10923/5193>>. Acesso em 16 de jun. de 2021

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Albergue Felipe Diehl comemora 50 anos**. Porto Alegre, FASC, 2018. Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=999197876&ALBERGUE+FELIPE+DIEHL+COMEMORA+50+ANOS. Acesso em 16 ago. 2021.

FASC — FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. **Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: FASC, 2016a. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120>. Acesso em 24 de maio de 2021.

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Centro Pop II completa um ano**. Porto Alegre, FASC, 2014. Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=174978&CENTRO+POP+II+COMPLETA+UM+ANO. Acesso em 21 ago. 2021.

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania. **FASC:** Apresentação e histórico. Porto Alegre, FASC s.d. Disponível em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/default.php?p_secao=56. Acesso em 21 ago. 2021.

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Inaugurado serviço para a população em situação de rua.** Porto Alegre: FASC, 2016b. Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=185789&INAUGURADO+SERVICO+PARA+POPULACAO+EM+SITUACAO+DE+RUA. Acesso em 20 de out. 2021

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Plano Municipal Plurianual de Assistência Social 2014 - 2017.** Porto Alegre, FASC, 2013. Disponível em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/plano_municipal_plurianual_de_assistencia_social_2014_-_2017.pdf. Acesso em 21 ago. 2021.

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Projeto Ação Rua:** Sistema Municipal de Proteção à Infância e Adolescência em Situação de Rua. Porto Alegre, FASC, 2006. Disponível em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/acaoruaversaofinal2006_1.pdf. Acesso em 08 de ago. de 2023.

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Unidades da FASC,** Porto Alegre: FASC, 2023. Disponível em <https://prefeitura.poa.br/fasc>. Acesso em 19 de jun. de 2023.

FEDERASUL e Assembleia divulgam agraciados com o prêmio “Líderes e Vencedores 2015”. **Notícias Federasul.** Porto Alegre: Federasul, 2015. Disponível em: <https://www.federasul.com.br/federasul-e-assembleia-divulgam-agraciados-com-o-premio-lideres-vencedores-2015/>. Acesso em 14 de julho de 2023.

FEDOZZI, Luciano. **Esfera Pública e Cidadania**: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 19, n.2, p. 236-271, 1998.

FERREIRA, Marcelo. **Moradores em situação de rua protestam contra remoções e mortes em Porto Alegre**. *Brasil de Fato*. ed. 22 de ago. de 2018. Porto Alegre, Brasil de Fato, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/08/22/moradores-em-situacao-de-rua-protestam-contra-remocoes-e-mortes-em-porto-alegre>>. Acesso em 17 de set de 2023.

FLEISCHMANN, Gládis Uzun *et al.* Tecendo Relações. *In*: SILVA, Luiz Heron (Org.) **Escola Cidadã**: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999. p. 116-121).

FONSECA, Marcia Cristina Taborda. **Cidadania na Escola Porto Alegre: processos de formação e (re)conhecimento de sujeitos em situação de rua**. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, p. 183. 2020. Disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9253>. Acesso 16 de maio 2023.

FRAGA, Paulo Denisar Vasconcelos. **A teoria das necessidades em Marx da dialética do reconhecimento à analítica do ser social**. 2006. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FRANZOI, Naira Lisboa; FISCHER, Maria Clara Bueno. **Saberes do Trabalho**: situando o tema no campo do trabalho-educação. *Trabalho Necessário*. Niterói, RJ. Vol. 13, n. 20 (2015), pp. 147-172. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/210438>>. Acesso em 01 de fev. 2022.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 23 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 78 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Projeto Constituinte Escolar: a vivência da “reinvenção da escola” na rede municipal de Porto Alegre. *In*: SILVA, Luiz Heron da. **Escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999. p. 31-45.

FREITAS, Renan Springer de. **Thompson e a tradição Marxista**. Lua Nova, São Paulo, n. 32, pp. 217-233, abr. 1994. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451994000100012>>. Acesso em 12 ago. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 168-194, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 75-100.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, Conhecimento, Consciência e Educação do Trabalhador: impasses teóricos e práticos. *In*: GOMES *et al.* **Trabalho e Conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2012. p. 19-38.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA; Maria. Trabalho como princípio educativo. *In*: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete *et al.* Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 750-757.

FUNDSOL – Fundação de Solidariedade. **Projeto De Busca Ativa:** acompanhamento e inclusão produtiva à população de catadores e suas famílias programa Todos Somos Porto Alegre. Porto Alegre: Fundsol, 2016.

FUQUES, Jacqueline Junker. **Jacqueline Junker Fuques:** entrevista dada a Renato Farias dos Santos. Porto Alegre, 16 de out. de 2023. 1 arquivo .mp3. (3:39s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita nos anexos desta tese.

GAMEIRO, Nathalia. **População em situação de rua aumentou durante a pandemia.** AFN Notícias. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2021. Disponível em <<https://agencia.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-pandemia>>, acesso em 09 de fev de 2022.

GEHLEN, Ivaldo *et al.* Dinâmicas, estratégias e mundo da população em situação de rua de Porto Alegre. *In:* SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo e SANTOS, Simone Ritta (Orgs). **População de rua: políticas públicas práticas e vivência.** – 1. ed. Porto Alegre: Cirkula, 2017. p. 17.43.

GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Rita dos. **Diversidade e Proteção Social:** estudos quanti-qualitativo das populações de Porto Alegre. Porto Alegre: Century, 2018.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; FISCHER, Maria Clara Bueno. Escola, trabalho e gênero: uma experiência da Educação de Jovens e Adultos na rede pública de ensino de Porto Alegre. *Educar em Revista*, v. 35, n. 75, p. 335–354, maio 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/er/a/wCrFmjrVpCjwNjh499Rr7QQ/#>>. Acesso em 13 de maio de 2023.

GOMES, Luana Barth. **Legitimando saberes indígenas na escola.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 125. 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/36386>>. Acesso em 12 de maio 2023.

GOMES, Luís. **Para ‘dobrar população’ do Centro, Melo propõe flexibilizar regras para construtoras.** Jornal SUL21, Porto Alegre. 01 de out. de 2021. Disponível em <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/10/para-dobrar-populacao-do-centro-melo-propoe-flexibilizar-regras-para-construtoras/>. Acesso em 05 de abr. de 2023.

GONÇALVES, Ana Cristina Rocha. **A experiência educacional da administração popular em Porto Alegre/RS (1989-2004) na perspectiva de seus secretários municipais de educação.** Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6851/1/000461973-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 12 de jun. 2021

GRAZZIOLA, Roque. **As Pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas:** a cooperação e a solidariedade como forma de humanização. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 122 p., 2011.

GULARTE, Jeniffer. Restaurante Popular deve reabrir até fevereiro de 2015 em Porto Alegre. **Diário Gaúcho.** Ed. 03 de nov. de 2014. Porto Alegre: Diário Gaúcho, 2014. Disponível em <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2014/11/restaurante-popular-deve-reabrir-ate-fevereiro-de-2015-em-porto-alegre-4634128.html>>. Acesso em 12 de set. de 2021.

HÜBLER, Jéssica. Após reintegração de posse, movimento Aldeia Zumbi dos Palmares protesta em frente à prefeitura. **Correio do Povo** ed. 24 de jul. de 2018. Porto Alegre: Correio do Povo, 2018. Disponível em <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/ap%C3%B3s-palmares-protesta-em-frente-%C3%A0-prefeitura-1.267789>>. Acesso em 17 de set de 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua 2016:** 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no

máximo o ensino fundamental completo. Rio de Janeiro: Agência de Notícias/IBGE, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>> acesso em 18 de fev.2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Porto Alegre: Panorama.** Rio de Janeiro: Agência de Notícias/IBGE, c2023. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>> acesso em 01 de ago. de 2023.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil.** Brasília: Coordenação-Geral de Imprensa e Comunicação do IPEA, C2022. <Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>>. Acesso em 08 de set. de 2022.

JACOBSEN, Gabriela Guerra. **Os Peregrinos:** uma etnografia itinerante de tempos-espacos e lutas em Porto Alegre. TCC Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — UFRGS. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132392/000983538.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 17 de set de 2023.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

KORNAT, Gerhard Drekonka. Manfred A. Max-Neef (1932-2019), economista chileno. *In memoriam.* Tradução de Wagner Fernandes de Azevedo. **Revista IHU On-line.** 24 ago. 2019. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2019. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591699-biografia-de-manfred-a-max-neef-1932-2019>>. Acesso em: 22 de jan. de 2022.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia. A Apropriação do Saber sobre o Trabalho: um direito do trabalhador. *In: Em Aberto*, ano 5, n. 30, abr./jun. 1986. Brasília: INEP/MEC, 1986. Disponível em <<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me000605.pdf>>. Acesso em 20 de nov. de 2023. p. 1-75.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios Teórico-Methodológicos da Relação Trabalho -Educação e o Papel Social da Escola. *In: FRIGOTTO (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 5-75.

LEITE, Pedro Pereira. **Na luta com os peregrinos: uma etnografia experimental com a população em situação de rua de Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Ciências Sociais. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2016. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157073/001015850.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 13 de set. 2021.

LIMA, Cristiane Martins; OLIVEIRA, José Oswaldo Soares de. Participação Popular dos Moradores de Rua na Gestão Pública do Município de Porto Alegre, RS. *In: Revista Univap*. São José dos Campos-SP, v. 18, n. 32, dez. 2012. p. 161-172. Disponível em: <<https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/60>>. Acesso em 20 de jul. de 2021.

LOPES, Ada Kallyne Sousa. **A questão urbana no capitalismo dependente**. 2018. 121f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/25513/1/AdaKallyneSousaLopes_DISSERT.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social. II: II** / György Lúkacs. Tradução Nélio Schneider (com a colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes) 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAIA, Francis. **Audiência pública questiona o funcionamento provisório do Restaurante Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: Agência de notícias da Assembleia Legislativa. Disponível em: <<http://ww1.al.rs.gov.br/sofiacavedon/Imprensa/DetalhesdaNot%C3%ADcia/tabid/3373/IdMateria/317825/Default.aspx>>. Acesso em 12 de set. de 2021.

MAIA, Paula. **Jornada pedagógica da educação integral prepara as escolas para o ano letivo**. Educação, ed. 18 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/smed/noticias/jornada-pedagogica-da-educacao-integral-prepara-escolas-para-o-ano-letivo>>. Acesso em 11 de nov. de 2022.

MARIZ, Clara. **População em situação de rua de BH aumenta 192% em oito anos**. Belo Horizonte: Jornal Estado de Minas Gerais, 2023. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/02/09/interna_gerais,1455625/populacao-em-situacao-de-rua-de-bh-aumenta-192-em-oito-anos.shtml>. Acesso em 04 de set. de 2023.

MARQUES, Andressa; CAETANO, Ester. Poder público não sabe quantas pessoas vivem em situação de rua em Porto Alegre, **Sul 21**, disponível em: <https://sul21.com.br/noticias_2/geral/2021/12/poder-publico-nao-sabe-quantas-pessoas-vivem-em-situacao-de-rua-em-porto-alegre/>, acesso em: 12 dez. 2021.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista** [Livro eletrônico] São Paulo: Edipro, 2019.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Folha de S. Paulo: 2015.:

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARENHAS, Gregório. **Pesquisa aponta 5.788 pessoas em situação de rua, 244% mais do que contagem da prefeitura**. Matinal News Ed, 16.06.23. Porto Alegre: Matinal, 2023. Disponível em: <<https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/pesquisa-populacao-situacao-rua-porto-alegre/>>. Acessível em 09 de set. de 2023.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de. (Orgs.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em < <https://static.scielo.org/scielobooks/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902.pdf>>. Acesso em 14 de abril de 2023.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a Escala Humana**. Montevideo/Barcelona: Editorial Nordan-Comunidad/Icaria Editorial S.A., 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016. E Book Kindle.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em 20 de out. de 2021.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **População em Situação de Rua**: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por->

temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_ rua_digital.pdf>.
Acesso em 18 de out. de 2023.

MORAES, Mauro. **Educadores da rede municipal compartilham experiências em jornada pedagógica.** Educação, ed. 19 de jul. de 2022. Porto Alegre: SMED, 2022. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/smed/noticias/educadores-da-rede-municipal-compartilham-experiencias-em-jornada-pedagogica>>. Acesso em 11 de nov. de 2023.

MORAIS, Dayane de Castro; LOPES, Sílvia Oliveira; PRIORE, Silvia Eloíza. **Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados:** revisão sistemática. Scielo Saúde. São Paulo: SciELO - Scientific Electronic Library Online, 2018. Disponível em <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2020.v25n7/2687-2700/pt>>. Acesso em 12 de mar. de 2023.

NUNES, Ramon. **Número de pessoas em situação de rua em Porto Alegre aumentou 38,73% em 2020.** GZH. Edição 04 de mar de 2021. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/03/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-em-porto-alegre-aumentou-3873-em-2020-ckluyq6b5004g0198z9tq0xzj.html>>. Acesso em 09 mar de 2021>. Acesso em 12 de jul. de 2021.

OLIVEIRA, Camila. Dia Mundial do Pobre na Catedral Metropolitana de Porto Alegre. **Vaticans News.** Vaticano: 2021. Disponível em <<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-11/dia-mundial-pobres-catedral-porto-alegre.html>>. Acesso em 23 de jan. de 2021.

PAICA-RUA (Org.). **Meninos e Meninas em Situação de Rua:** políticas integradas para a garantia de direitos. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 2002. - Série fazer valer os direitos; v. 2.

PASTORAL do Povo da Rua - CNBB. **Pastorais**. Belo Horizonte: CNBB, 2009
Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/pastoral-do-povo-da-rua/>>. Acesso em:
31 de out. de 2023.

PEREIRA, Milena Teixeira. **Milena Teixeira Pereira**: entrevista dada a Renato Farias dos Santos. Porto Alegre, 18 de set. de 2023. 1 arquivo .mp3. (18:49s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita nos anexos desta tese.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2007.

PIZZATO, Rejane. A Trajetória do Protagonismo dos Grupos e dos Movimentos da População em Situação de Rua. *In*: DORNELLES, Aline Espíndola, OBST, Júlia e SILVA, Marta Borba. **A Rua em Movimento**: Debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática, 2012. p. 69-86.

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Lei Nº 8509: Altera a denominação da Fundação de Educação Social e Comunitária - FESC para Fundação de Assistência Social e Cidadania e dá outras providências. **Diário Oficial de Porto Alegre**. Porto Alegre: DOPA, 2000. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000023209.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>>. Acesso em 16 ago. 2021.

PMPA – Prefeitura Municipal. Decreto nº 17.111 de 20 de junho de 2011. Autoriza o Município a instituir o Comitê Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua e dá outras providências. **Diário Oficial de Porto Alegre**. Porto Alegre: DOPA 2011 Disponível em <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000031746.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>> Acesso em 15 set. 2021

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Decreto nº 19.087 de 22 de julho de 2015. Institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População

em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) e revoga o Decreto nº 17.111 de 20 de junho de 2011. **Diário Oficial de Porto Alegre**. Porto Alegre: DOPA, 2015. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000034842.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>> Acesso em 15 set. 2021.

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Plano Municipal de Superação da Situação de Rua**. Porto Alegre: PMPA 2018. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/09/Projeto_Moradia_Primeiro-Plano-Municipal-de-Supera%C3%A7%C3%A3o-Da-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua.pdf> Acesso em 15 set. 2021.

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Resolução 14/04: - Aprovar o convênio com a entidade Associação Beneficente Bandeirão Popular Gaúcho, conforme termos do Programa de Cooperação Técnico Financeira. **Diário Oficial de Porto Alegre**. Porto Alegre: DOPA, 2004. Disponível em: <https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/21janeiro04.pdf> . Acesso em 16 de set. 2023.

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **SGP — Sistema de Gestão de Parcerias**: visão geral das parcerias. Porto Alegre: PROCEMPA, 2018. Disponível em: <<https://sgp.procempa.com.br/exibeParceriasPortal>>. Acesso em 22 de out. de 2023.

PROCEMPA - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do município de Porto Alegre. **Portal da Solidariedade**: Instituto Dias da Cruz. Porto Alegre, PROCEMPA, 2006. Disponível em http://www1.portoweb.com.br/pwsolidariedade/default.php?reg=3&p_secao=39. Acesso em 10 de jul. de 2021.

REIS, Maria Lucia de Andrade; MAZZAROTTO, Rosilene. Escola Municipal Porto Alegre. *In*: PAICA-Rua (Org.) **Meninos e meninas em situação de rua**:

políticas integradas para a garantia de direitos. São Paulo: Cortez e Brasília DF: UNICEF, 2002. p. 47-55.

RIO DE JANEIRO (CIDADE). **Censo de população em situação de rua no município do Rio de Janeiro – 2022**. Rio de Janeiro: Rio Prefeitura/IPP, 2022. Disponível em <<https://censoru-pcrj.hub.arcgis.com/pages/documentacao>>. Acesso em 04 de set. de 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Restaurante Popular do centro da cidade já serve 900 refeições por dia. Porto Alegre**: Imprensa/RS, 2006. Disponível em <<https://estado.rs.gov.br/restaurante-popular-do-centro-da-cidade-ja-serve-900-refeicoes-por-dia>>. Acesso em 12 de set. de 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. **Procedimento número: 01128.000.201/2020**. 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/atendimento/consulta-processo/processo/YsOow5nDmMKvw4zCicKDX8Kgwpd1VMKlwqHCIsKowrB3/>>. Acesso em 23 de jan. de 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do. 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central. **Processo número: 1.15.0023846-6**. Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Rio Grande do Sul X Município de Porto Alegre. Distribuído em 12 de fevereiro de 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do. Terceira Câmara Cível Processo número: 0115967-25. Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Rio Grande do Sul X Município de Porto Alegre. Distribuído em 21 de agosto de 2019.

SALERNO, GUILENE. **A vida se tece e a escola acontece entre-vidas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). PPGPSI / UFRGS. Porto Alegre, p. 128. 2012. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/62104/000868476.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 17 de maio de 2023.

SANTOS, Renato Farias dos. **O acolhimento da população em situação de rua**: a experiência do núcleo de trabalho educativo da EPA. Dissertação (Mestrado em Educação). (126 f.) Porto Alegre, PPGEDU/UFRGS, 2018. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183146>>. Acesso em 11 de out. de 2021.

SAPERE AUDE “OUSE SABER”. [s.l.: s.n.], 2018. **Os Defensores**: Episódio 1. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NblCrKZrM4c>>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Tradução de: Ronaldo Cataldo Costa.

SAVIANI, Demerval. Conceito Dialético de Mediação na Pedagogia Histórico-Crítica em Intermediação com a Psicologia Histórico-Cultural. *In: Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 7, n. 1. 2014. p. 26–43. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12463>>. Acesso em 21 de jun. de 2023.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira da Educação*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-237, jan.–abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 25 de out. de 2021.

SCARDOELLI, SHEYLA. **CCDH cobra explicações sobre denúncias de violência contra moradores de rua na capital**. Porto Alegre: Agência de Notícias da ALRS, 2017. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/309750/Default.aspx>>. Acesso em 22 set. 2021.

SCHUCH, Patrice GEHLEN, Ivaldo e SANTOS, Simone Ritta. **População de Rua**: políticas públicas, práticas e vivências. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A “Situação de Rua” para além de determinismos: explorações conceituais. *In*: DORNELLES, Aline Espíndola, OBST, Júlia e SILVA, Marta Borba. **A Rua em Movimento: Debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. Belo Horizonte: Didática, 2012. p. 11-25.

SMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Proposta de Experiência Pedagógica para a Escola Municipal de 1º Grau Porto Alegre**. (mimeo). Porto Alegre: SMED, 1995.

SORIANO, Fernandes. **PIZZARÓN, techo y oportunidades**: histórias de la escuela porteña que recibe a las personas en situación de calle. Buenos Ayres: Buenos Aires, 2019.

SOUZA, Denis Nicola Froner de. **Denis Nicola Froner de Souza**: entrevista concedida a Renato Farias dos Santos. Porto Alegre, 18 de set de 2023. 1 arquivo .mp3. (19:24s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita nos anexos desta tese.

SOUZA, Maria Inocência Teixeira de. **Educação de Jovens e Adultos na Escola de Meninos e Meninas do Parque**. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj3IjztYPYAhVhZN8KHVipDOsQFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fbdm.unb.br%2Fbitstream%2F10483%2F7763%2F7%2F2014_MairaInocenciaTeixeiradeSousa.pdf&usg=AOvVaw2jYMDn_PHDMgC2VqFzw0Bk>. Acesso em: 20 ago. 2020.

TEIXEIRA, Salete. **Inaugurado serviço para população em situação de rua**. **Porto Alegre**: 2016. FASC/PMPA (Site) Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=185789&INAUGURADO+SERVICO+PARA+POPULACAO+EM+SITUACAO+DE+RUA>. Acesso em 12 de dez. 2021.

THOMPSON, Edward Palmer: entrevista [1992]. **E. P. Thompson - Apresentação do livro Costumes em Comum, 1992**. Henrique Espada Lima (Trad.). BBC-2. Late Show. Londres: BBC-2, 2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=R9x21XsADL8>>. Acesso em 27 de maio de 2023.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

TIRIBA, Lia. Reprodução Ampliada da Vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. *In: Otra Economia: Revista Latino-Americana de Economia Solidária*. v. 11, n 20. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2018. p. 74-87. Disponível em <<https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14757>>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

TIRIBA, Lia; ANTUNES, José Luiz. A Cidade, a Escola e a Rua: olhares sobre o(s) mundo(s) do trabalho. *In: VENTURA, Jaqueline; RUMMERT, Sonia Maria, (Orgs.) Trabalho e Educação: análises críticas sobre a escola básica*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015. p. 47-74.

TIRIBA, Lia e MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Lições do trabalho associado: educação, experiência e memória coletiva. *In: MAGALHÃES, Livia Diana Rocha e TIRIBA, Lia. Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação*. Uberlândia/MG: Navegando publicações, 2018, pp.81-97.

VALLE, Karine Dalla. **Com novo projeto, prefeitura promete reduzir em 50% o número de pessoas em situação de rua na Capital em 2022**. GZH Porto Alegre: RBS, 2021. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/08/com-novo-projeto-prefeitura-promete-reduzir-em-50-o->

numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-na-capital-em-2022-cksgc70e3004a0193y936ydw.html#:~:text=Chamado%20A%C3%A7%C3%A3o%20Rua%20Adultos%2C%20o,se%20concentra%20no%20Centro%20Hist%C3%B3rico>. Acesso em 30 de ago. de 2021.

VIERA, Cristiano. **Porto Alegre realiza Jornada Pedagógica para professores da rede municipal**. Educação. Ed. 14 de fev. de 2023. Porto Alegre: SMED, 2023. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/smed/noticias/porto-alegre-realiza-jornada-pedagogica-para-professores-da-rede-municipal>>. Acesso em 11 de nov. de 2023.

VIRGÍNIO *et al.* População em Situação de Rua e o imaginário escolar. *In*: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta (Orgs). **População de rua: políticas públicas práticas e vivência**. 1. ed. Porto Alegre: Cirkula, 2017. p. 229-260.

APÊNDICES

9.1 Transcrição entrevista do prof. Denis Nicola Froner de Souza
(entrevista concedida a Renato Farias dos Santos. 18 de set. 2023)

Entrevistador: O teu nome?

Entrevistado: Meu nome é Denis Nicola Froner de Souza.

Entrevistador: Qual é a tua data de nascimento

Entrevistado: 10 de abril de 1979

Entrevistador: O teu sexo?

Entrevistador: Masculino

Entrevistador: Raça ou cor

Entrevistado: Branco

Entrevistador: Formação

Entrevistado: Superior completo

Entrevistador: Em que?

Entrevistado: Em artes e publicidade

Entrevistador: tempo de trabalho como professor?

Entrevistado: No município são 6 anos, mas como professor desde 2011, alguns períodos que não, que tipo... vou fazer a trabalho de conclusão, outras coisas, daí teve algumas interrupções, mas assim, de professor mesmo desde 2011. Antes de ser chamado no município, trabalhei no Pró-Jovem e como terceirizado da FASC no Serviço de Convivência do CRAS.

Entrevistador: E na EPA?

Entrevistado: Na EPA desde 2017, alguns meses depois de ter entrado no município, vai fazer 6 anos em que estou desenvolvendo o trabalho aqui.

Entrevistador: Pra ti, o que que é o NTE?

Entrevistado: Olha, o NTE é uma oportunidade que eu vejo de fazer uma coisa diferente do trabalho de professor em sala de aula. Eu gostei muito, porque ele é muito parecido, com as oficinas que eu fazia quando era do pró-jovem e no CRAS, no serviço convivência, porque tu ficas com aquele aluno o tempo inteiro, tu não tens aquele tempo específico, tem, por exemplo, 2 períodos pra dar aula e depois só na semana que vem. Tu podes fazer a coisa acontecer mais vezes ao longo da semana, isso já é uma coisa muito boa, é um diferencial muito grande: trabalho de professor/período, trabalho de professor/projeto. E o NTE é assim também. Eu vejo essa possibilidade de geração de renda, que eu acho uma coisa muito importante, que tem, ou parece ter, um fim que não é só pela educação, mas também tem uma coisa de se sentir importante fazendo alguma coisa útil. Além de aprender, tu utilizas aquele conhecimento para fazer algum objeto, seja papel ou cerâmica, ou seja, qualquer outra coisa, independente do projeto. Então vejo assim, o NTE tem uma coisa diferente do trabalho de um professor em sala de aula. Não desvalorizando uma coisa quanto a outra, mas a mim me agrada mais esse tipo de diálogo.

Entrevistador: Mas o que é que os estudantes procuram no NTE?

Entrevistado: Muitas vezes, embora a gente diga que tem a geração de renda muitas vezes é uma ocupação, têm alunos que, chegou de manhã, querem fazer alguma coisa para ocupar a cabeça, não ficar de bobeira por aí. Tem também a coisa do vínculo com a escola, eu já estou aqui há 6 anos, mas o NTE, ele tem mais de 20 anos, então já tem um vínculo com o projeto, não necessariamente comigo, então eles veem, aquilo ali, às vezes, até mesmo como um trabalho, assim, mesmo que não seja de carteira assinada, sem ter nada, nada, mas eles consideram como um trabalho.

Entrevistador: Há um processo de diálogo no acompanhamento dos estudantes em sala de aula e no NTE?

Entrevistado: Se há um...

Entrevistador: Processo de diálogo, no caso o estudante está lá na sala de aula durante um turno e no outro turno ele vem pra cá (NTE). Esse aluno é enxergado nesse todo? Ou professor do NTE enxerga aqui, o outro professor enxerga lá?

Entrevistado: É algo relativo, porque às vezes a gente conversa sobre o aluno e às vezes o aluno é uma coisa em sala, mas aqui é outra. Na sala não para quieto, por exemplo, mas aqui fica, não fica saindo toda hora. Às vezes ele é inquieto em sala, aqui ele fica mais quieto, mais prospectivos, sei lá, talvez seja aquela coisa do trabalho, aqui ele está mais manuseando, fazendo. Acho até que na cerâmica é mais isso ainda, porque tu ficas ali, horas e horas fazendo aquela mesma coisinha, na cerâmica. No papel tu termina a coisa muito rápida. Então a gente comenta isso, com os professores de aula, mas não penso que ocorra esse diálogo como uma coisa única, acho que poderia até acontecer e pra alguns casos acho que até acontece, assim, tipo “vai por aqui”, “vai por ali”, ah, o aluno tal, tem essa questão, então tu vais por aqui; o aluno tal tem uma outra questão, “então vai por ali”, “não é faz assim”. Conversamos sobre a maneira pedagógica de agir com aquele educando ali, mas não é uma coisa comum que aconteça com todos, às vezes é isso.

Entrevistador: Tu entendes que a escola e o NTE têm uma preocupação com as necessidades básicas dos estudantes

Entrevistado: Sim

Entrevistador: Tu vê isso?

Entrevistado: Vejo, acho que até tem mais preocupação com as necessidades básicas do que com a educação propriamente dita, às vezes. Porque às vezes eles vêm aqui, tomam banho, comem e vão embora, não ficam. Sim às vezes vêm, não vem para aula, mas vêm para o NTE. Ou ficam para o NTE e quando chegou a hora da aula vão embora. Dizem, “vou resolver uma coisa ali”, e se escapam.

Entrevistador: Acontece isso?

Entrevistado: Acontece isso também, acontece o contrário às vezes

Entrevistador: E a prática pedagógica do NTE, ela leva em conta a experiência de vida e de trabalho dos estudantes, tu achas que isso é incorporado ao currículo e aos projetos?

Entrevistador: Sim maneira geral sim, não acho que ocorra só no NTE, de maneira geral, às vezes a própria escola faz isso. Tem coisas aqui que eu sei que eu não vou conseguir ensinar para alguns alunos, ou conseguir que eles façam, porque alguns não tem a capacidade para isso e tu tem que estar ali.

Aí, tu tens que partir da capacidade que o educando tem, para saber onde é que ele pode chegar e partir daí desenvolver o trabalho, acho que a escola toda faz isso. Em alguns casos específicos, talvez não, e talvez porque não saiba muito bem ainda o que fazer, mas de maneira geral, sim.

Entrevistador: E tu entende que o NTE contribui para o processo educacional da sala de aula

Entrevistador: Sim, acho que contribui sim. Vou citar um exemplo, tem que fazer um caderno, tem que usar uma régua, tem que medir, saber o que é um centímetro, saber para que serve aquele numerozinho ali, proporção enfim, coisas assim. Estou chutando, como exemplo, a matemática, nas coisas básicas, pode ser que tenha dificuldade lá, na sala de aula, mas acho que quando traz pra cá, parece que deixa de ser uma coisa abstrata, já é uma coisa mais tangível.

Entrevistador: O NTE contribui para a vida e para a reinserção dos estudantes no mundo do trabalho?

Entrevistado: Olha, é o que tentamos fazer, nem sempre dá certo. Tem casos de aluno, inclusive, um deles esteve aqui, estes tempos. que se organizou muito bem. Trabalhou na Contraponto, gostavam dele e deu super certo, acho que ele conseguiu se organizar muito bem nessa forma de trabalho, nessas

coisas de lidar com as coisas, de lidar com as pessoas. Tanto é, que ele conseguiu retomar uma vida com a família, com a casa, com trabalho, com tudo, não assim, da mesma maneira que nós professores funcionários públicos temos, é muito diferente do pessoal de situação de rua. Mas é um caso entre vários que não dão certo. Talvez de dez um vai pra frente. Se um vai já é importante. Às vezes vai, volta, consegue se estabilizar agora, depois volta. Mesmo assim, acho que de alguma forma contribua. Tem uma porcentagem que dá certo.

Entrevistador: O projeto político pedagógico da EPA define como primeiro objetivo do NTE estimular a auto-organização dos estudantes desenvolvendo o senso de responsabilidade, cooperação e autoria, através de projetos de trabalho dos quais estejam fortemente envolvidos ou amplamente identificados ou que desejem participar. Este objetivo está sendo atingido? Estimular a auto-organização dos estudantes, desenvolvendo o senso de responsabilidade, cooperação e autoria.

Entrevistado: Sim, a meu ver, sim. É a mesma coisa da pergunta anterior, quer dizer acho que tem casos que funcionam muito bem e tem casos que não vai. Aí têm outras questões que impossibilitam. Por exemplo, têm alunos com problemas, por exemplo, de acumulação. A aluna é acumuladora e quer levar tudo pra casa. Mas aqui consigo fazer com que ela leve trabalho pra casa e faça e traga para cá. Então não fica com ela e aí quando conto isso para os professores, falam: "não... fulano leva as coisas", "não pode deixar nada com ela". Mas comigo ela leva, faz e traz, então, tem alguma coisa diferente, tem alguma coisa acontecendo que muda essa questão. A autogestão, a autonomia, de se organizar para fazer. Acho que bate muito com aquela primeira questão, a questão anterior, é parecida.

Entrevistador: Um dos temas que eu trabalho muito é a questão do trabalho como princípio educativo, tu achas que isso se aplica ao NTE? Que este conceito está presente aqui, no teu entendimento?

Entrevistado: Acho que se aplica, acho que está bem entranhado, não vejo como não estar. No próprio nome do núcleo, de trabalho educativo, o trabalho vem antes da educação inclusive, não é núcleo de educação e trabalho, então, acho que está bem, caminhando junto.

Entrevistador: A EPA e o NTE têm tido muitas mudanças nos últimos anos, alguns projetos foram desativados surgiram outros, teve mudanças de

espaços, algumas coisas talvez sejam anteriores a tu vires para cá, mas até a própria modalidade mudou, uma escola que era as crianças e adolescentes passou para a educação de jovens e adultos, do que ocorreu durante o período que tu estás aqui. Tem coisas que tu achas que avançaram ou tem coisas que tu achas que se perderam? Terias alguma coisa pra ressaltar?

Entrevistado: Olha, eu acho que o que mudou foi o público depois da pandemia. **Entrevistador:** Como tu viste essa mudança?

Entrevistador: Não sei bem, eu também cheguei faz pouco tempo, não acompanhei tanto, mas penso que antes da pandemia tinha aquele público que era sempre os mesmos, que vinham, mudava um que outro, deixavam de vir mais depois voltavam, ficavam um tempo de fora, mas depois eles retornavam, mas vinham e era sempre os mesmos. E agora tem uma rotatividade. Têm ainda esses que vêm de vez em quando, vão e voltam. Mas vem muita gente nova e eu acho que é um pessoal que não tem onde ficar, não tem que fazer, não tem pra onde ir e aí sabe que aqui tem lugar pra comer tomar banho e até aprender alguma coisa.

Porque teve casos aqui, até de alunos que já se formaram no fundamental, e frequentavam a escola. Então eu acho que tem essa questão. Claro tem uns que vêm só por vir, mas tem outros que vêm pra ficar. Eu acho que, por essa questão aí na pandemia, deu muita reviravolta na vida das pessoas e ainda não tem para onde ir. Bom se lá tem um lugarzinho que eu posso ficar, um turno, talvez dois, fazendo umas coisinhas... Aí é claro, ninguém fica num lugar que não gosta, acabam gostando e acabam continuando a vir? Senão, não continuariam vindo. Não estou dizendo que é só pra ficar aqui, não. Eles vêm talvez por um motivo e acabam ficando por um outro motivo que não tinham pensado. Aí, acho que tem o vínculo.

Entrevistador: no final de 2014 até 2017 a EPA e o NTE participaram do projeto economia solidária Eco Sol Pop Rua, não sei se não chegastes a participar um pouco desse projeto, mas tu achas que esse projeto contribuiu para a formação do NTE e ainda contribui de alguma forma.

Entrevistado: Foi o CAMP? (**Entrevistador:** Sim, o do CAMP) Peguei o finalzinho ali, acho que contribuiu sim, muita coisa que veio ficou até hoje, eu acho, assim de conteúdo. Antes eu não sei, sei que veio material, tem coisas que veio, se foi doação, não sei, mas acho que de conteúdo sim. Quando eu

cheguei aqui, pelo menos, funcionava desse jeito, tinha essa perspectiva de economia solidária, a gente permanece fazendo. Mais ou menos como era, se muda alguma coisa aqui... a gente sempre modifica alguma coisa.

Entrevistador: E como tu entende essa relação da economia solidária com a escola, como tu mesmo também aprendeste sobre isso? E qual é essa importância pro NTE, para os estudantes?

Entrevistado: É, eu aprendi aqui, porque antes eu não sabia nada. Eu nunca estive integrado, porque não fazia parte do dia a dia, enfim, aprendi aqui na EPA e acho que é bom, acho que é muito bom, é uma perspectiva diferente, eu só estou acostumado, se dá certo ou não, é uma outra questão. Mas sim, acho que é uma coisa bem relevante, até para o futuro da humanidade em geral, se restar humanidade até lá. O sistema que tem agora não está dando muito certo não. Nós estamos em setembro e está fazendo 40°, alguma coisa está acontecendo.

Entrevistador: A convite de vocês eu tenho participado aqui e auxiliado nessas reuniões que a gente tem feito de formação em economia solidária. Mas independente desse trabalho que tenho feito aqui os estudantes também aprendem de outras formas? Como tu achas que é esse aprendizado? Por exemplo, participando das feiras, participando das redes? Tu achas que isso tem contribuído para entender os princípios da economia solidária?

Entrevistado: Sim tem contribuído, dá pra ver aqui, às vezes quando a gente está em algum outro momento e vem à tona algum assunto e vem algum estudante e fala alguma coisa sobre economia solidária, tipo tem que ser cooperativo, todo mundo tem que ajudar... Assim na precificação, às vezes também ali, já tem alunos que “já pegou”, já olha o caderno e diz, “não esse aqui sai tanto, porque esse aqui tem essa coisinha defeituosa”, então não é tanto valor, então o valor é diferente, é pra outro lugar. Eu acho que há uma questão assim que tem que estar sempre trabalhando e aí, se tu não fazes isso, se perde, sim, como tudo, se não continua falando, exercitando tu perdes, todos nós.

Entrevistador: E para os professores, há algum tipo de formação? Ou isso é o próprio professor que tem que buscar

Entrevistado: Tu dizes os outros professores que não do NTE?

Entrevistador: Eu digo o NTE. A SMED, a Secretaria de Educação, oferece alguma coisa ou tem que buscar, por conta, a formação?

Entrevistado: Ah, tem que buscar. Sobre economia solidária tem que buscar. Não tem, não oferecem nada, não vem nada de cima. Ou tu descobres o curso, na internet, vai lá faz. Não tem tempo, então descobre algum texto aqui, vai lá e lê, não vem nada de cima.

Entrevistador: Tem mais alguma coisa que tu querias falar que eu não perguntei? Algo que seria importante.

Entrevistado: Não acho que não senhor.

Entrevistador: Obrigado.

Entrevistado: Falei bem (risos).

9.2 Transcrição entrevista da prof.^a Ignez Gomes Borgese (entrevista concedida a Renato Farias dos Santos. 18 de set. 2023)

Entrevistador: Boa tarde! O seu nome por favor.

Entrevistada: Boa tarde! Meu nome é Ignez Gomes Borgese

Entrevistador: Qual a sua data de nascimento?

Entrevistada: 2/07/1967

Entrevistador: Sexo

Entrevistada: Feminino

Entrevistador: Raça ou cor

Entrevistada: Branca

Entrevistador: Minha escolarização é terceiro grau completo e uma especialização.

Entrevistador: Em que área?

Entrevistada: Ah a minha formação é bacharelado em pintura e tenho a licenciatura

Entrevistador: E pra ti o que que é o NTE

Entrevistada: Ah é um projeto que vem para ajudar o estudante a se organizar de diversas formas, digamos assim de sua vida pessoal, de entrar em contato de novo com seu projeto de vida, pensar o trabalho de uma forma diferente, assim trabalhar mais cooperativamente. É um espaço assim de reorganizar, de reorganização

Entrevistador: E o que que entende que os alunos procuram no NTE. Porque é que eles vêm para o NTE.

Entrevistada: Ah são diversos, objetivos. Alguns vêm porque eles gostam de ver as peças que têm aqui, se interessam. Ou querem passar mais tempo dentro da escola. Querem sair da rua, um pouco, que a rua é um lugar pra eles muito violento. E alguns pensam nessa oportunidade de ganhar algum dinheiro também? Porque tem a parte da remuneração, então, alguns têm esta expectativa do financeiro.

Entrevistador: Todos os estudantes da escola podem participar do NTE?

Entrevistada: Não, porque tem alguns critérios. Primeiro ele tem que passar o estudante que se interessa, a primeira coisa, ele tem que estar interessado, daí ele tem que passar por um grupo de profissionais, desde os professores de sala de aula, até os professores do SAIA, para ver se aquele aluno está organizado para participar do NTE. Se ele não estiver organizado tem as outras oficinas também, que não exigem e comprometimento que NTE exige. Tem que estar frequente, tem que estar participativo, tem que estar mais organizado também, cumprindo as regras da escola, aquela formalidade, sim.

Entrevistador: E maioria dos estudantes que vêm, costumam permanecer no NTE ou tem muita rotatividade.

Entrevistada: Ah, infelizmente eu vejo que tem rotatividade, como na sala de aula, os estudantes um dia eles têm uma realidade e no outro dia tudo pode mudar, então as vezes o estudante está super bem, está engajado, está frequente e de repente acontece algum percalço na vida ou alguma outra oportunidade mais interessante, daí ele deixa de frequentar o NTE e às vezes a escola também, tipo tem umas férias, na volta das férias tudo é diferente. A realidade dos nossos estudantes é muito vulnerável, mesmo.

Entrevistador: Uma coisa, os estudantes estão em um turno no NTE e no outro turno na sala de aula. Há um diálogo sobre isso, ou esse estudante é olhando por todos, os professores se comunicam, ou o estudante do NTE é uma coisa estudantes e o de sala de aula é outro?

Entrevistada: Isso depende, tem tempo que a gente está mais conectada, tem fases que parece que a gente está separada, tem que fazer um esforço pra ter esta conexão. Tem que ir às reuniões pedagógicas, trabalhar junto com os professores. Às vezes tem projetos da sala de aula que vêm para o NTE, mas sinto que é pouco, que a gente tinha que estar mais integralizado mesmo, nessa rede mesmo. Acho que têm algumas falhas nessa ligação.

Entrevistador: Sim. A EPA e o NTE, eles apresentam no seu projeto e na sua prática pedagógica uma preocupação com as necessidades básicas do estudante? O que tu destacarias?

Entrevistada: Acho que sim, tem um certo esforço, mas não que a gente consiga fazer grandes realizações, às vezes eu acho que a sala de aula está muito desconectada da real necessidade dos estudantes. Porque eu vejo o trabalho e a renda como uma coisa muito essencial (entrada de estudante, vozes...). É isso, eu acho que a gente precisaria fazer um pouco mais, que tinha que estar integrado com as redes de apoio que existem fora da escola. Não é só fechar a porta e acabou a aula. Tem muitas necessidades que às vezes a gente não compreende realmente o que é que eles necessitam.

Entrevistador: E a prática pedagógica do NTE, leva em conta a experiência de vida e de trabalho dos estudantes, isso é incorporado tanto ao currículo como aos projetos?

Entrevistada: Ah, eu tenho que fazer isso na cerâmica; eu sempre procuro saber quais são as referências estéticas, quais são as referências de imagem que eles têm. Eu busco isso, busco, daí, trazer exemplos e a partir deste gosto estético que a gente desenvolve o trabalho aqui. Eu procuro sim resgatar algum conhecimento que ele traz, alguma experiência em artesanato, também, e até na parte assim de comercialização é, o que que eles já sabem, o que é que eles já vivenciaram de trabalho também.

Entrevistador: Tu achas que o NTE contribui para o processo educacional em sala de aula?

Entrevistador: Acho que sim, normalmente quando a gente vai falar do estudante, quando ele está participando aqui, às vezes que ele começa daí a não dar muito valor pra sala de aula a gente dá uma chamada, porque ele tem que estar bem na sala de aula, é um pré-requisito para estar aqui. Então a gente dá uma puxada nesse ponto, da assiduidade e comprometimento e de certa forma ajuda ele a se envolver mais com a sala de aula.

Entrevistador: O próprio conteúdo do NTE, tu achas que também ajudam?

Entrevistada: Sim a gente consegue conversar, por exemplo na aula de história, várias vezes a gente desenvolveu conteúdo que tinham a ver com a

cerâmica indígena, com a cerâmica ancestral, então acho que sim, já fizemos trabalho na matemática também.

Entrevistador: E tu entende que o NTE contribui para a vida para inserção dos estudantes no mundo do trabalho? De que forma?

Entrevistada: Acho que sim, não como eu gostaria, eu gostaria por exemplo que a cerâmica não morresse assim, tipo termina a escola e que eles continuassem, mas é muito difícil, mas acho que sim, porque ele começa a circular em outros espaços, ele começa estar mais organizado para frequentar os outros espaços, eu acho que eles... a autoestima desta pessoa também acaba modificando, ele vê que tem capacidades. Eu acho que de certa forma sim, acho que contribui. Não é solução, mas é um caminho.

Entrevistador: O projeto político pedagógico da EPA define como primeiro objetivo do NTE, estimular a autonomia, a auto-organização dos estudantes, desenvolvendo o senso de responsabilidade, cooperação e autoria através de projetos de trabalho, os quais estejam fortemente envolvidos, amplamente identificados e que desejem participar. Este objetivo, tu achas que está sendo atingido? Fala um pouco sobre isso, se isso acontece? Só revisando a questão da auto-organização, o senso de responsabilidade, cooperação e a autoria, fazem parte do primeiro princípio.

Entrevistada: Eu acho que com alguns estudantes sim, alguns por um período de tempo, depois tem muitas coisas em questão, a dependência química é uma delas que às vezes fala mais alto e aí a pessoa realmente não consegue se organizar, mas eu acho que ela ajuda e muito e a gente assim puxa muito esse também, o comprometimento e algumas pessoas consegue enfim melhorar muito sua organização. Eu vejo até os mais comprometidos por exemplo, a gente tem estudantes com muito comprometimento, que não tem nem o bolsa família, não consegue nunca estar organizado, mas ele sabe que para frequentar aqui ele tem que seguir algumas regras da escola e o mínimo que ele consegue seguir, já é um avanço? Ele consegue seguir porque ele gosta muito da cerâmica. Então eu acho que em graus diferentes muita gente aqui consegue se reorganizar sim e ter... e fazer o seu avanço. Sei lá se é avanço, mas a sua melhoria de qualidade.

Entrevistador: O que significa pra ti essa ideia do trabalho como princípio educativo? Tu entendes que isso tem relação com o NTE?

Entrevistada: Acho que sim... para mim foi bem complicada essa questão de lidar com financeiro, como trabalhar isso na sala de aula, porque a gente não é preparado na formação para isso. Mas eu acho que sim, falar do trabalho como uma experiência boa, não trabalho como uma exploração, é esse princípio que a gente procura desenvolver aqui. É superimportante tanto para eles, quanto para a gente, então a gente está sempre tentando aprender mais, aprender como eles podem se colocar na sociedade, de uma maneira que eles consigam ter um trabalho justo, digno e que não seja só a exploração do trabalho braçal.

Entrevistador: A EPA e o NTE têm tido muitas mudanças nos últimos anos e projetos que foram desativados, teve mudanças de espaços, novos equipamentos e alteração das modalidades, isso já faz mais tempo, em 2009 para EJA, modificações no funcionamento, novas parcerias, novos projetos. Tem alguma coisa para destacar que tu achas que avançou bastante ou têm coisas também que se perderam?

Entrevistada: Eu acho que a pandemia deu algumas modificadas num processo que a gente vinha vindo. A gente perdeu alguns estudantes bem importantes, a gente perdeu algumas parcerias como os residentes que vinham aqui da saúde mental que vinham ajudar e fazer um acompanhamento mais perto dos estudantes, e mais próximo no sentido de ajudar na organização das feiras, era um outro tipo de atendimento que a gente conseguia dar. Então eu acho que teve um retrocesso aí, a gente está tentando, eu acho que a gente tem tentado melhorar e aos pouquinho essa coisa está começando a acontecer de novo.

Entrevistador: Do final de 2014 até o início de 2017 os estudantes do NTE e da EPA participaram do projeto de economia solidária Eco Sol Pop Rua. Tu chegaste a participar um pouco desse projeto? Pensas que ele contribuiu e ainda contribui para o NTE?

Entrevistada: Quando eu cheguei aqui eu participei da última reunião, tu tens noção, de economia solidária com eles. Mas eu acho que sim, ajudou bastante, ajudou a nos colocar em algumas redes de economia solidária e que as vezes a gente não tem pernas, pra acompanhar como seria interessante, estar mais presente, mas é que a gente diminuiu muito a carga horária dos projetos tem menos professores e menos horas. Então fica um pouco mais difícil, mas sim acho que essa ideia de do trabalho numa perspectiva da economia

solidária tem tudo a ver com os objetivos, com os objetivos que a gente traçou no nosso PPP.

Entrevistador: E como tu aprendestes, assim sobre a economia solidária? Como é que tu que tu entendes disso, assim, qual é a importância que achas que tem para o NTE e os estudantes?

Entrevistada: Eu vejo como uma possibilidade de dar continuidade ao trabalho deles aqui, se eles seguirem nessa linha, não exploração, por que todo mundo fala em trabalho, mas o que querem? Querem colocar os estudantes em qualquer trabalho braçal, aí a gente tenta dar esta perspectiva de trabalhar em grupo, de trabalhar em empreendimentos solidários e formar essas redes. Então eu vejo sim como uma alternativa de resolver este problema de trabalho, assim.

Entrevistador: Bom, eu tenho um nesse período aqui da pesquisa colaborado nas formações de economia solidária, mas que outros espaços eles têm para aprender.

Entrevistada: Poucos, atualmente, na realidade, a gente está sem nenhum. A gente participa das reuniões da Contraponto, mas vão poucos estudantes e são reuniões que vão tratar de assuntos muito da prática e do dia a dia, então quem está nesse grupo de produção tem oportunidade de participar, mas poucos, se manifestam na verdade eles se sentem intimidados assim, um pouco. A gente precisaria estar fazendo outras experiências outras vivências. A gente tem ido visitar uns grupos de economia solidária, como o Geração Poa, não, na verdade não é o Geração. A gente foi na Associação Construção, que é também um desmembramento do Gerapoa, então a gente está tentando fazer esses contatos, pra eles verem na realidade como funciona um grupo independente. Isso foi muito legal, que eles tiveram essa vivência, então a gente está tentando agora também ir visitar outros espaços de outros empreendimentos, para eles verem na prática como que isso funciona.

Entrevistador: E os professores têm algum apoio, iniciativa da própria mantenedora, SMED ou tem que buscar por conta própria a sua atualização?

Entrevistada: A gente, sempre é independente da SMED, nunca teve uma oferta vinda da mantenedora.

Entrevistador: E praticamente estamos encerrando, o que eu não falei? Tem alguma coisa que tu achas importante falar?

Entrevistada: É que as formações que tu fizeste aqui, o trabalho que tu desenvolveste foi muito bom, muito importante porque assim foi muito esclarecedor para os estudantes e tu tem esse diálogo e esta comunicação boa com eles. Acho que foi muito positivo.

Entrevistador: Obrigado.

9.3 Transcrição entrevista do prof.^a Milena Teixeira Pereira (entrevista concedida a Renato Farias dos Santos. 18 de set. 2023)

Entrevistador: Boa Tarde Milena. Qual o teu cargo aqui na escola

Entrevistada: Atualmente sou a diretora da escola

Entrevistador: Qual o teu nome completo?

Entrevistada: Milena Teixeira Pereira

Entrevistador: Qual é a tua formação

Entrevistada: Eu sou licenciada em artes plásticas

Entrevistador: Está na direção desde quando

Entrevistada: Na direção desde março deste ano 2023

Entrevistador: E na escola na escola?

Entrevistada: Desde novembro 2013 início de 2014

Entrevistador: Só para registro, tua data de nascimento

Entrevistada: 16/05/1969

Entrevistador: Sexo

Entrevistada: Feminino

Entrevistador: Raça/ cor um

Entrevistada: Raça outros (risos), eu posso dizer que sou branca, não muito, mas sou branca

Entrevistador: Certo, o NTE, a minha pesquisa está sendo sobre o NTE, em poucas palavras, assim: como tu definiria o NTE,

Entrevistada: Em poucas palavras é, difícil, mas acho que é um espaço de... principalmente um espaço de organização pessoal, um de organização no coletivo, do trabalho coletivo, da capacidade de trabalhar em grupo. Humm, de organização interna para que o indivíduo se sinta... uma organização interna para que o indivíduo consiga voltar a se sentir produtivo. (um segundo que eu

não sei se está gravando, não gravou? Sim...) isso através da produção em arte, na cerâmica, no papel, mas enfim, uma da produção artística. Alguns processos são mais individuais, outros são mais coletivos, mas ainda assim mesmo, quando os processos são mais individuais, que é o caso da cerâmica, a comercialização é feita em conjunto, pelo coletivo, então acho que esse é pra mim... esse é o grande ganho da frequência nesse espaço, se organizar e se perceber novamente como um ser capaz de produzir, ah... enfim. Acho que é isso.

Entrevistador: Isso é O que tu vê? Mas os estudantes, tu achas que eles procuram o NTE, por quê?

Entrevistada: Acho que alguns procuram o NTE para poder estar mais tempo protegidos, nesse espaço de proteção... outros porque realmente têm vontade de trabalhar com as mãos, de produzir algo, um trabalho manual, um trabalho mais de expressão artística, ali é um espaço de aprendizagem mais livre, por... pela própria característica de aprenderem arte. Então, acho que alguns procuram por isso, mas acho que a maioria... Ham, acho que muito poucos procuram, alguns também procuram pela questão da geração de renda hoje. Antigamente menos, acho, que hoje, já tem alguns já procuram pela possibilidade de geração de renda, mas acho que não é a maioria não. Acredito, eu, não sei, não faço essa pergunta pra eles. Mas a minha impressão é que a maioria mesmo é... quer permanecer mais tempo na escola, num espaço de proteção, fazendo uma coisa agradável, porque a gente tem outras oficinas, e às vezes eles não procuram as outras oficinas, porque as outras oficinas, usando palavras que eu ouvi deles, as outras oficinas são aula. E essa semana, casualmente eu ouvi isso. Ah, não. Mas aquilo não é oficina é aula. Oficinas é ali na cerâmica ou uma atividade mais de dança ou de, mais... com este aspecto mais de lazer. Hum! E aí outras têm essa coisa mais de estudo e tal. Eu percebi e percebo, assim, que tem essa diferença para eles.

Entrevistador: Sim, porque atualmente aa EPA está oferecendo no turno inverso diversas oficinas.

Entrevistada: Exatamente.

Entrevistador: Eu acho que há uns 2 anos.

Entrevistada: Eu acho desde o início do ano passado.

Entrevistador: Mas essas oficinas tu vê de uma forma diferente?

Entrevistada: Eu percebo que eles vêm de uma forma diferente.

Entrevistador: Eles vêm de forma diferente.

Entrevistador: E esse mesmo estudante, ele está em sala de aula e ele está no NTE. É possível fazer esse acompanhamento do estudante nesses 2 espaços? Isso é levado em conta? Assim, como ele é... como ele é em sala de aula? Como ele é no trabalho educativo? Existe esse diálogo?

Entrevistada: Eu acho que deveria existir mais e acho que já existiu mais quando nós tínhamos mais horas de professor em NTE, esses professores também atuavam nas turmas. Hoje está mais apartado, porque estão no NTE somente alunos que desejam estar e no contraturno. Não tem... não vai a turma como um todo pra lá, então isso criou um distanciamento maior, a professora e os professores do NTE não atendem as turmas e não atendem em sala de aula então separou mais. Eventualmente esses professores entram nas reuniões para discutir alguns casos ou alguns nomes, mas não é mais com a mesma fluência que se teve em outros tempos.

Entrevistador: Nessa minha pesquisa eu tenho trabalhado muito a questão das necessidades básicas, os estudantes, ou as pessoas, que vem de vários lugares várias formas de vida, elas vão para a rua, por razões diversas, mas elas têm que dar conta das suas necessidades. Necessidades que vão desde coisas como comer, como ter uma proteção, como necessidades que são às vezes mais amplas, na área da afetividade, em várias áreas. De uma forma geral, tu achas que a escola se preocupa também com esta questão das necessidades básicas dos estudantes?

Entrevistada: Acho que sim, eu acho que a escola... não à toa, por exemplo, essa escola por exemplo... tem uma oferta de alimentação, por exemplo, o nosso rancho, proporcionalmente a outras escolas, ele é muito maior. porque há todo um movimento da nossa técnica de nutrição, junto com a mantenedora, para reforçar a alimentação desses estudantes, porque para muitos deles aqui é a única fonte de alimentação. Não à toa, por exemplo, que essa escola oferece a possibilidade de eles tomarem banho aqui, que também é a necessidade de higiene, organização pessoal, de cuidado do corpo, que não tem em outras escolas, nessa escola se oferece. Não à toa, a gente muitas vezes nessa escola faz o acompanhamento dos estudantes com os serviços de saúde, buscando acompanhamento psicológico, tentando de alguma forma atender as

necessidades de saúde emocional desses estudantes, para além da saúde física, enfim aí, não à toa que a gente vive discutindo acolhimento nessa escola, porque é uma necessidade básica do ser humano se sentir acolhido na sociedade onde ele vive.

Entrevistador: Como uma escola de jovens e adultos, educação de jovens e adultos, eles vêm pra cá, com toda uma experiência de vida de trabalho. Eu pergunto isso é incorporado ao currículo, é levada em conta essa experiência deles, as suas experiências de trabalho? Como tu vê isso.

Entrevistada: Eu acredito que sim. E já começa aqui, quando eles chegam aqui, diferente do que acontece em outras escolas, onde eles não vão direto na Secretaria fazer a matrícula e levar documentos eles passam pelo Serviço de Acolhimento, onde eles vão passar por uma entrevista, onde as pessoas que trabalham ali vão tentar conhecer aquela pessoa e não apenas juntar documentos, vamos tentar conhecer a história de vida daquela pessoa. Isso não é só para, enfim, registrar num papel, isso é para que a gente realmente saiba minimamente quem é aquele indivíduo que nós estamos recebendo, para podermos pensar o acolhimento desse indivíduo. Na sala de aula, também os professores, de modo geral, e acho até que os professores dos anos iniciais fazem isso com um pouco mais de facilidade, mas os professores dos anos finais também procuram conhecer essa pessoa e acolher as suas falas, os seus relatos. O currículo todo, ele é pensado a partir dessas histórias que os alunos trazem, a gente, a escolha por exemplo dos do tema gerador, do tema dos projetos passa por esse lugar, e eles são muito ativos na construção desses projetos, na construção desse currículo do dia a dia então, acredito que sim.

Entrevistador: Voltando ao NTE, o estar no NTE contribui para o projeto o processo educacional na sala de aula

Entrevistada: Não tenho dúvida alguma disso não tenho dúvida alguma disso. O NTE é um espaço como eu disse de organização interna, isso vai refletir em todos os aspectos da vida do indivíduo, a organização interna reflete ou a desorganização interna reflete, em tudo o que a gente faz. Então à medida que o aluno naquele espaço consegue se organizar melhor, ele leva isso para a sala de aula, leva isso para a rua. E leva isso para qualquer lugar.

Entrevistador: Tu basicamente já respondeste à próxima pergunta, porque eu ia perguntar se ele tem a contribuir para a vida e para a reinserção no mundo do trabalho.

Entrevistada: Sim sem dúvida.

Entrevistador: E o do projeto político pedagógico da EPA, ele define como primeiro objetivo do NTE, Estimular a auto-organização dos estudantes desenvolvendo o senso de responsabilidade cooperação e autoria através dos projetos de trabalho, nos quais estejam fortemente envolvidos e amplamente identificados e que desejem participar. Basicamente, tu também já respondeste. Eu estou perguntando se esse objetivo está sendo atingido? E que tu podes, na realidade, falar sobre isso, foi mais ou menos o que tu já falaste, é isso. Tu queres complementar mais alguma coisa? Organização dos estudantes envolvendo senso de responsabilidade, cooperação, autoria.

Entrevistada: É eu acho que... eu acho que esse é o objetivo principal daquele espaço, de se organizar internamente, mas também de se organizar no coletivo, porque somos indivíduos que convivem em sociedade, então a gente precisa dessa organização interna, mas também precisa conseguir traduzir essa organização interna nas relações, aquele espaço ele é um, ele visa muito isso, eu acho que ele é um espaço muito apropriado para isso.

Entrevistador: Dentro da minha pesquisa, eu utilizo muito a ideia do trabalho como princípio educativo, isso tem significado para ti? Juntando com a própria prática

Entrevistada: Sem dúvida, sendo professora de artes, isso faz todo o significado para mim, eu não aprendo arte sem fazer arte. O fazer e o aprender eles andam juntos e eu penso que isso para todas as áreas, posso ficar um tempo enorme lá estudando teoricamente por exemplo é escrita, mas se eu não escrever esse conhecimento, ele é inútil ele só vai realmente acontecer, quando eu usar isso então é um vai e vem?

Entrevistador: Isso está dentro da prática da própria escola?

Entrevistada: Da escola como um todo.

Entrevistador: Eu chegando ao final aqui. A EPA e o NTE têm tido muitas mudanças, nos últimos anos, alguns projetos foram desativados, teve mudanças de espaços, novos equipamentos? Forno novo, várias coisas assim. A escola teve alteração da modalidade, antes trabalhava com crianças e adolescentes, de

2009 para cá, com EJA, novas parcerias, novos projetos. Terias alguma coisa assim que tu ressaltarias, tanto como avanço quanto como perda? Nessas mudanças todas que a EPA tem tido?

Entrevistada: Temos perdas e temos avanços, por exemplo, perdemos horas de professor no NTE, nós tínhamos 80 horas em cada oficina, hoje temos 40 e isso pra mim é uma perda significativa, mas em compensação ganhamos horas de professores em outras oficinas e outras áreas do conhecimento. E perdemos a sala de informática, mas em compensação ganhamos equipamentos que são usados no cotidiano da sala de aula, que não precisam os alunos serem levados para uma sala especial para usar os equipamentos eletrônicos, equipamentos da área de tecnologia, de informática e hoje eles estão dentro da sala de aula, o mundo está mudando e a escola vai se adaptando, na medida que as coisas vão acontecendo, mas, enfim...

Entrevistador: de 2014 a 2017 a EPA e o NTE principalmente, participaram de um projeto de economia solidária Eco Sol Pop Rua, tu chegasses acompanhar, assim... tu achas que esse projeto hoje ainda contribui para o NTE.

Entrevistador: Sim eu acompanhei mais ou menos, porque eu era secretária da escola, mas como professora de artes eu frequentava bastante o espaço do ateliê, então acompanhei mais ou menos. Eu, na minha percepção, esse projeto ele mudou bastante o olhar sobre essas oficinas, o pensar sobre essas oficinas, enquanto espaço de geração de renda. Acho que se teve um ganho nisso e acho que sim, que essa é esse ganho permanece, acho que que aí que o trabalho, hoje, é diferente do que era antes desse projeto acontecer.

Entrevistador: E esse aprendizado de economia solidária, ele permanece ocorrendo ainda dentro do NTE?

Entrevistada: Ele permanece, é claro que hoje não é um projeto sistemático, mas acontece. Os professores, por exemplo, que aprenderam aquilo, continuam, Ahn, como é que a gente chama? Multiplicando, passando adiante, os próprios estudantes que estavam na época que hoje muitos são monitores nos espaços, continuam multiplicando então claro e depois disso buscaram outras fontes e aprenderam outras coisas e as coisas vão se... vão se modelando conforme a escola, como um todo acontece, o tempo todo, conforme a necessidade, conforme o momento, a realidade do momento. As coisas vão se modelando, mas acho que permanece.

Entrevistador: Eles ainda têm participação em rede, por exemplo a Contraponto?

Entrevistada: Participam nas redes, participam em diversos espaços de comercialização, mas principalmente a participação ativa dos estudantes nas decisões com relação à comercialização. Eles participam na precificação, eles participam na decisão de quais feiras vão fazer. É que que é um... também, é um processo de autonomia. Enfim, de eles estarem ativos ali.

Entrevistador: Vocês estavam com um processo de atualização do PPP, do projeto político pedagógico?

Entrevistada: Estamos e continua em andamento

Entrevistador: Continua em andamento, ainda?

Entrevistada: Continua em andamento. Não está concluído.

Entrevistador: Porque a gente vê assim, por exemplo, na leitura do PPP, têm coisas que... algumas ficaram meio, já, de lado, têm outras que são novas, então a ideia é atualizar, na realidade, tudo isso.

Entrevistada: Sim

Entrevistador: Tem alguma coisa que eu não perguntei sobre o NTE que tu achas importante, que gostaria de falar?

Entrevistada: Não me ocorre nada agora.

Entrevistador: Então agradeço.

Entrevistada: Imagina.

Entrevistador: Depois eu transcrevo e trago pra tu olhares ver se está tudo correto.

Entrevistada: Tá. Falta alguma coisa?

Entrevistador: Tudo certo, obrigado

9.4 Transcrição entrevista do prof.^a Jacqueline Junker Fuques (entrevista concedida a Renato Farias dos Santos. 16 de out. 2023)

Entrevistador: Jacque, poderia me dar o teu nome completo

Entrevistada: Jacqueline Junker Fuques

Entrevistador: Qual é a tua formação?

Entrevistada: Eu sou formada em pedagogia, como pós-graduação. em educação e direitos humanos.

Entrevistador: Então és professora há quanto tempo.

Entrevistada: Há 23 anos?

Entrevistador: Sempre no município?

Entrevistada: Sempre no município.

Entrevistador: Sim, e na EPA?

Entrevistada: 22 anos e meio

Entrevistador: Eu queria saber sobre a relação do SAIA com NTE. Existe algum acompanhamento mais ligado ao NTE ou é o acompanhamento geral que fazem com todos os estudantes.

Entrevistada: Teve uma época que NTE teve um acompanhamento maior. Que o SAIA teve um acompanhamento mais intenso. Com aquelas planilhas do dia a dia dos estudantes. Hoje em dia a gente faz um acompanhamento mais geral como o de todos os estudantes. Mas teve uma época que sim, que a gente tinha uma planilha de acompanhamento, isso que eu estou falando dessa época ali, período de 2000, entre 2006 e 2010, tá? Tinha todo um livro de acompanhamento, desde a questão financeira aos projetos de vidas dos acompanhados do NTE, todo estudante que tinha acompanhamento.

Entrevistador: E hoje não há mais isso? nada assim relacionado ao trabalho ou da exclusão.

Entrevistada: Não.

Entrevistador: E tu achas que isso faz falta? Seria interessante ter algum tipo de acompanhamento mais específico?

Entrevistada: Eu acho que é importante ter, mas naquela época, ela construindo concomitante. Era a SAIA e a NTE juntos. Há necessidade. Trabalhava-se as duas equipes juntas no acompanhamento específico, mais específico ainda que os outros estudantes da escola. Para ser nesse modelo, sim, para ser separado, só SAIA daí eu acho que não. Acho que tem que ser concomitante.

Entrevistador: Certo. E os estudantes que estão no extramuros, que já concluíram geralmente o ensino fundamental da escola, eles continuam sendo acompanhados pelo NTE.

Entrevistada: Sim, pelo NTE, pelo SAIA aí, este estudante, o SAIA tem um acompanhamento maior no NTE em geral, porque faz o acompanhamento dele mais fora da escola, como por exemplo: como está indo no ensino médio? As questões de assistência social, mais intensas do que o estudante regular. Esse assim é mais focado.

Entrevistador: Certo, me respondesse exatamente o que eu queria te perguntar do NTE. O que eu queria perguntar exatamente sobre o SAIA. Eram principalmente essas dúvidas.

Ele tem alguma coisa mais a falar relativa a este assunto?

Entrevistada: Eu tenho lá em casa, acho que ainda uns livros que a gente usava, foi burocratizado demais, mas a gente tinha os livros que eram de acompanhamento dos estudantes que estavam no NTE.

Entrevistador: Ah, seria interessante para conhecer. Sim.

Obrigado, agradeço. São essas informações que precisava.

Entrevistada: De nada.